

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**RAÍZES DO TURISMO NO TERRITÓRIO DO VINHO: BENTO GONÇALVES E  
GARIBALDI - 1870 a 1960 (RS/BRASIL)**

**VANDER VALDUGA**

**Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros**

**PORTO ALEGRE**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**RAÍZES DO TURISMO NO TERRITÓRIO DO VINHO: BENTO GONÇALVES E  
GARIBALDI - 1870 a 1960 (RS/BRASIL)**

**VANDER VALDUGA**

**Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros**

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni (USP)**

**Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni (UFRGS)**

**Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)**

**Profa Dra. Márcia Maria Capellano dos Santos (UCS)**

**Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.**

**PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2011.**

Valduga, Vander

Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870 a 1960 (RS/Brasil)./ Vander Valduga. – Porto Alegre : UFRGS/PPGGea, 2011.

[2 v..] il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Vitivinicultura. 2. Imigração italiana. 3. Território. 4. Turismo. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Miriam Alves CRB 10/1947

*Dedico este trabalho aos  
protagonistas da possibilidade de  
uma transformação social e  
espacial: os professores. Dedico  
especialmente à Léa, porto seguro  
de amor incondicional*

## AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas cruzam os nossos caminhos ao longo de uma trajetória acadêmica e deixam marcas. As chances de esquecer alguém são grandes, por isso agradeço àqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para que este roteiro tivesse um ponto de partida, um itinerário e um ponto de chegada, que certamente será um novo ponto de partida. E agradeço de forma especial:

- à Professora Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, orientadora, por sempre orientar os meus desígnios acadêmicos, pela oportunidades que abriu junto a *Chaire UNESCO Culture e Traditions du Vin*, pelo conforto intelectual, disponibilidade e hospitalidade;
- ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus professores e coordenação, à equipe de funcionários, aos colegas de curso pelos debates e estímulos proporcionados; aos bolsistas do programa sempre prestimosos;
- à professora Jocelyne Pérard pelo seu apoio em Dijon, conhecimento, oportunidades de aprendizado que possibilitou e portas que abriu;
- à Universidade da Borgonha, à *Chaire UNESCO Culture e Traditions du Vin* pela viabilização da bolsa de estudos para o estágio doutoral; à Olivier Jaquet pela disponibilidade e apoio em todos os trâmites, discussões e oportunidades de aprendizado;
- à Universidade de Caxias do Sul pela permissão de afastamento e licença remunerada; aos professores José Carlos Köche e Miguel Ângelo Santin pelo apoio em todos os momentos; à equipe de professores do

curso de Turismo e aos funcionários; aos alunos do Curso de Turismo pela compreensão e apoio;

- à Universidade Federal do Pampa e aos colegas do curso de Turismo pela compreensão e facilitação nos momentos decisivos; aos alunos do curso de Turismo pelo apoio e incentivo;
- à Elenita Girondi Koff, diretora do Arquivo Histórico de Garibaldi, incansável no apoio ao garimpo de documentos; à equipe do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, do Arquivo Histórico de Bento Gonçalves e do Arquivo Histórico de Caxias do Sul João Spadari Adami;
- ao amigo e colega Daniel H. Q. Telles pelas críticas e debates sempre construtivos; ao primo e colega professor Gustavo Valduga pelos debates e apoios;
- às famílias Valduga e Scomazzon pela compreensão nas ausências e faltas cometidas; mãe, pai e irmãos, pelos incentivos;
- à Léa pelo apoio, dedicação, incentivo, carinho e por permitir que a vida real seguisse seu curso durante este período.

*Tudo que se passa no onde vivemos é em nós que se passa.  
Tudo que cessa no que vemos é em nós que cessa.*

Fernando Pessoa

*Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.*

Fernando Pessoa

*Nada jamais continua,  
Tudo vai recomeçar!*

Mário Quintana

## RESUMO

O tema do presente trabalho são as relações entre o desenvolvimento da vitivinicultura e a turistificação do espaço a partir do vinho nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, no Rio Grande e do Sul, Brasil. O período analisado foi dos anos 1870, década que iniciou a ocupação desse espaço por imigrantes italianos até os anos 1960, período de turistificação, diversificação e expansão da produção vinícola. O estudo teve como objetivos identificar e analisar as implicações entre vitivinicultura e turismo, caracterizar o patrimônio ligado ao vinho e os processos de identidade/identificação territorial. Como método foi proposta uma aproximação ao paradigma da complexidade, e como metodologia, a pesquisa histórica e análise de conteúdo fizeram parte, além de entrevistas face a face. A pesquisa apontou que o Estado teve papel central na condução e na tomada de decisão por agentes públicos e privados em todo o contexto da vitivinicultura e que mantinha uma relação de autonomia e dependência com as indústrias privadas e com os colonos produtores de vinho. A acumulação capitalista oriunda do comércio urbano, a partir dos produtos agrícolas, permitiu o florescimento industrial e o surgimento de lideranças intelectuais, políticas e econômicas que, aliadas ao Estado, criaram mecanismos de proteção econômica, promoção regional e pessoal, abrindo espaço para atividades coexistentes, entre elas o turismo. O vinho permaneceu ao longo do tempo como âncora da turistificação do espaço, e a indústria vinícola vislumbrou nele a possibilidade de promoção comercial de seus produtos e de uma revitalização socioeconômica e cultural. A partir da burocratização e organização sindical da vitivinicultura, a atividade começou a ter uma racionalidade econômica não pautada mais pela lógica local, mas em escala maior como a estadual e nacional. Da mesma maneira, a burocratização do turismo engendrou a abertura a outras possibilidades espaciais como a própria diversificação da atividade turística. As considerações apontaram para um uso político do patrimônio ligado ao vinho e que teve como resultado a turistificação desse espaço geográfico que foi denominado de território do vinho.

**Palavras-chave:** Vitivinicultura. Imigração Italiana. Território. Patrimônio. Turismo.



## ABSTRACT

The theme of this study was to investigate the relation between the development of viticulture and emerging of wine tourism of the space coming from the wine industry in the cities of Bento Gonçalves and Garibaldi, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The analyzed period starts in the 1870's that comprised the occupation of this space by Italian immigrants until the 1960's, period of the emerging of wine tourism, diversification and the expansion of wine production. The aim of the study was to analyze the implications between viticulture and tourism; characterize the patrimony linked to the wine and the processes of territorial identity/identification. As method the purpose was an approach to the paradigm of complexity, and as methodology, historical research and its analysis, as well as interviews face to face. Research pointed out that the State had a crucial role in the conduction and in the process of decision-making by public and private agents all over the viticulture context and where it maintained a relation of autonomy and independency with private industries and within wine producers. The capitalist enrichment of the urban commerce from agricultural products allowed the industrial expansion and the emergence of intellectual, political and economic leaders that, along with the state, created mechanisms of economical protection, regional and personal promotion, giving place to other economic activities as tourism. Wine has been over the years the anchor of the touristification of the space and the wine industry saw an opportunity for the commercial promotion and the possibility of a socioeconomic and cultural renewal. From the bureaucratization and the syndical organization of viticulture, the activity achieved an economic rationality guided not only by a local, but in a major scale as a national sphere. Similarly, bureaucratization of tourism engendered the diffusion of others spatial possibilities as well the diversification of the touristic activity. The final consideration pointed to a political use of the wine patrimony that had as result the touristification of this geographic space that was named the wine territory.

**Key-words:** Viticulture. Italian Immigration. Territory. Patrimony. Tourism.

## RÉSUMÉ

L'objet de cette recherche est l'étude des rapports entre le développement de la viticulture et la « touristification » de l'espace à partir du vin dans les villes de Bento Gonçalves et de Garibaldi, dans l'état du Rio Grande do Sul au Brésil. La période analysée s'étend des années 1870, décennie de l'occupation du territoire par les immigrants italiens, jusqu'aux années 1960, période de la « touristification », diversification et de la diffusion de l'activité viticole. Le travail a eu comme objectif d'analyser les implications entre la viticulture et le tourisme, caractériser le patrimoine lié au vin et au processus d'identités/identification territoriale. Comme méthode a été proposée une approche au paradigme de la complexité et comme méthodologie on s'est appuyé sur la recherche historique, outre des entretiens directs. La recherche a indiqué que l'État a eu un rôle central dans la construction et dans la prise de décision par les agents publics et privés, dans le contexte de la viticulture et que cela maintenait une relation d'autonomie et de dépendance avec les industries privées et avec les paysans producteurs de vin. L'accumulation capitaliste issue du commerce urbain, à partir des produits agricoles, a permis la croissance industrielle et l'apparition de meneurs intellectuels, politiques et économiques qui, en lien avec l'État, ont créé des mécanismes de protection économique, de promotion régionale et personnelle, tout en ouvrant un espace pour des activités co-existantes, dont le tourisme. Le vin est resté la clé de la « touristification » de l'espace et l'industrie viticole a vu une réelle possibilité de promotion commerciale de ses produits et une rénovation socio-économique et culturelle. À partir de la bureaucratisation et de l'organisation syndicale de la viticulture, l'activité a commencé avoir une rationalité dictée non plus par la logique locale, mais par une logique nationale. De la même manière, la bureaucratisation du tourisme a engendré l'ouverture d'autres possibilités spéciales, telles que la propre diversification de l'activité touristique. Les conclusions ont remarqué qu'il a eu de l'usage politique du patrimoine lié au vin et qui a eu comme résultat la « touristification » de cet espace géographique qui a été appelé territoire du vin.

**Mots clés** : Viticulture. Immigration italienne. Territoire. Patrimoine. Tourisme.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 01</b> - Região Uva e Vinho e área de estudo.....	22
<b>FIGURA 02</b> - Sistema Turístico Orgânico Hologramático.....	66
<b>FIGURA 03</b> - Estrada romana: escavação arqueológica na cidade de Verona, Itália.....	67
<b>FIGURA 04</b> - Placa de menção a Alberto Santos Dumont. Avenida <i>Champs-Élysées</i> em Paris.....	72
<b>FIGURA 05</b> - Formação do espaço turístico.....	86
<b>FIGURA 06</b> - Áreas que receberam imigrantes italianos no RS.....	97
<b>FIGURA 07</b> - Igreja da Capela das Neves e detalhe da placa frontal.....	103
<b>FIGURA 08</b> - Arquitetura residencial rural da Imigração Italiana.....	103
<b>FIGURA 09</b> - Sistema de condução dos vinhedos em espaldeira.....	115
<b>FIGURA 10</b> - Sistema de condução dos vinhedos em latada.....	115
<b>FIGURA 11</b> - Primeira assembléia de cooperados da vinícola Garibaldi – 1931.....	123
<b>FIGURA 12</b> - Estande de Garibaldi e Bento Gonçalves na primeira edição da Festa da Uva em 1931.....	126
<b>FIGURA 13</b> - Chegada do trem no Desvio Blauth – 1933.....	131
<b>FIGURA 14</b> - Veranistas no Hotel Planalto – sem data.....	132
<b>FIGURA 15</b> - Brasão do município de Bento Gonçalves.....	158
<b>FIGURA 16</b> - Bandeira do município de Bento Gonçalves.....	159
<b>FIGURA 17</b> - Primeira pipa pórtico em construção – 1974.....	159
<b>FIGURA 18</b> - Aspecto atual da pipa pórtico.....	160
<b>FIGURA 19</b> - Igreja de São Bento, aspecto atual.....	160

<b>FIGURA 20</b> - Estação de Esqui Presidente Médici.....	164
<b>FIGURA 21</b> - Região da Borgonha/França.....	174
<b>FIGURA 22</b> - 72º Edição da Festa de Saint-Vincent em Chassagne – Montrachet.....	181
<b>FIGURA 23</b> - <i>Château Du Clos Vougeot</i> .....	182
<b>FIGURA 24</b> - Mapa turístico da Borgonha.....	183
<b>FIGURA 25</b> - Detalhe da sinalização turística da <i>Route des Grands Crus</i> .....	184
<b>FIGURA 26</b> - Classificação dos vinhedos de Chassagne – Montrachet....	184

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> - Municípios maiores produtores de uva do RS.....	19
<b>QUADRO 02</b> - Produção agrícola na colônia Dona Isabel de 1883 a 1884.....	98
<b>QUADRO 03</b> - Produção agrícola na colônia Dona Isabel e Conde d`Eu em 1885.....	99
<b>QUADRO 04</b> - Produção agrícola em Conde d`Eu em 1886.....	99
<b>QUADRO 05</b> - Hino às Uvas – Garibaldi.....	110
<b>QUADRO 06</b> - Produção de vinhos em Garibaldi e Bento Gonçalves em 1948.....	146
<b>QUADRO 07</b> - Hino de Bento Gonçalves e do Clube Esportivo.....	158
<b>QUADRO 08</b> - Hino de Garibaldi.....	162
<b>QUADRO 09</b> - Produção vinícola em Bento Gonçalves e Garibaldi em 1970.....	165
<b>QUADRO 10</b> - Matriz de periodização.....	167

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHMBG - Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves  
AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul João Spadari Adami  
AHMG - Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi  
AHRG - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul  
AOC - *Appelations d'origine contrôlée*  
ATUASERRA - Associação de Turismo da Serra Nordeste  
BIVB - *Bureau Interprofessionnel des Vins de Bourgogne*  
CET - Conselho Estadual de Turismo  
CNPUV - Centro Nacional de Pesquisa em Uva e Vinho  
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo  
EEVE - Estação Experimental de Viticultura e Enologia  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FENACHAMP - Festa Nacional do Champanha  
FENAVINHO - Festa Nacional do Vinho  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRAVIN - Instituto Brasileiro do Vinho  
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
INSEE - Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos  
Kg - Quilograma  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNMT - Plano Nacional de Municipalização do Turismo  
PNT - Plano Nacional de Turismo  
RCI - Região Colonial Italiana  
RS - Rio Grande do Sul  
SETUR - Secretaria Estadual de Turismo  
UB - Universidade da Borgonha  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UVIBRA - União Brasileira de Vitivinicultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>16</b>
<b>2 DO ESPAÇO GEOGRÁFICO AO ESPAÇO TURÍSTICO .....</b>	<b>36</b>
2.1 O espaço geográfico .....	36
2.2 A perspectiva de região .....	40
2.3 A perspectiva de território .....	46
2.3.1 <i>Identidade social e territorial</i> .....	51
2.3.2 <i>Patrimonialização territorial</i> .....	57
2.4 Viagens e turismo: uma síntese histórica .....	63
2.4.1 <i>Sujeito turístico e a turistificação do espaço</i> .....	74
<b>3 VITIVINICULTURA E TURISMO NOS ESPAÇOS DE ESTUDOS .....</b>	<b>88</b>
3.1 Antecedentes da vitivinicultura no Rio Grande dos Sul e no Brasil.....	88
3.2 As fases da vitivinicultura no RS: primeira fase - 1870 aos anos 1920.....	93
3.2.1 <i>Os agentes da vitivinicultura</i> .....	104
3.3 As fases da vitivinicultura no RS: segunda fase – 1930 aos anos 1960.....	121
3.3.1 <i>A Festa da Uva e as raízes do turismo</i> .....	124
3.3.2 <i>Vitivinicultura: entre avanços e retrocessos</i> .....	140
3.3.3 <i>Turismo na área de estudos e a FENAVINHO</i> .....	149
3.4 Matriz de periodização.....	166
3.5 A experiência francesa da Borgonha.....	172
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>195</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>211</b>

## 1 INTRODUÇÃO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

As perspectivas mundiais para a expansão da atividade turística, segundo a postura e os relatórios anuais de órgãos como a Organização Mundial do Turismo (OMT) são positivas, especialmente em relação ao aumento do número de chegadas de turistas internacionais aos países emergentes. No ano de 2010, o crescimento em relação ao ano de 2009 foi de 6,7%, alcançando 935 milhões de turistas e superando em 58 milhões as cifras de 2009. Nas Américas, o crescimento foi da ordem de 8%, com 151 milhões de chegadas internacionais de turistas e se for considerada apenas a América do Sul, o crescimento foi de 10% (OMT, 2010)<sup>1</sup>. A OMT é apontada comumente por pesquisadores da área do turismo e afins pelo seu ufanismo excessivamente positivista e por não levar em consideração, muitas vezes, em seus relatórios os impactos gerados pelas práticas turísticas nos lugares, espaços de acolhimento das massas de turistas que se deslocam anualmente.

O turismo tem na sua essência características de nomadismo, como sugeriu Maffesoli (2001), de fixação e de fluxos que impactam nas diferentes escalas geográficas. Permite um quadro de análise variado e amplo dentro das ciências humanas e sociais e, se existe uma grande e reconhecida dificuldade de estudá-lo por isso, tão mais fascinante é o seu estudo pela transversalidade de suas práticas e para a busca de sua ontologia.

Mais do que nunca, para estudos que tenham o turismo como cerne, apresenta-se como fundamental uma perspectiva teórico-metodológica de “religação dos saberes” como sugere Edgar Morin (2002), especialmente em tempos hipermóveis, numa sociedade que avança/retrocede por antagonismos, complementaridades e interdependências, por discursos elaborados pelos “desenvolvidos” para os “subdesenvolvidos”, novas relações entre capital e trabalho e com uma velocidade de comunicação jamais vivenciada por quaisquer gerações.

---

<sup>1</sup> ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional 2010: recuperación a diferentes velocidades**. España: Madrid, 2011.



O mesmo autor sugere que a sociedade faça da terra o seu único porto de salvação, numa atitude mais radical (MORIN e KERN, 1995).

Dentre as motivações ou faces que o turismo assume, uma das principais é a relacionada com a vitivinicultura, expressão cultural significativa dentro do estado do Rio Grande do Sul. O turismo acontece numa relação de espaço e tempo que leva em conta o seu agente central, o sujeito turístico e a natureza de suas motivações. Turismo e vitivinicultura são temas amplamente debatidos no Brasil de forma separada. No turismo, os estudos se caracterizam por um viés significativamente interdisciplinar e amplo e, na vitivinicultura, características voltadas aos aspectos técnico-operacionais são mais estudadas. As relações entre a vitivinicultura e turismo, todavia, não têm sido objeto de análise de muitos trabalhos no país, enquanto que o fenômeno turístico tem se apoiado nas características da vitivinicultura brasileira há pelo menos 80 anos, especificamente numa região brasileira situada na encosta do planalto<sup>2</sup> do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizada pela presença de imigrantes italianos e descendentes que a colonizaram a partir de 1875. A análise de algumas características da relação entre vitivinicultura e turismo em dois municípios desse espaço geográfico a partir da imigração italiana constitui o objeto de estudo do presente trabalho. A imigração européia, especialmente a italiana, desenvolveria mais tarde a vitivinicultura em escala comercial no Brasil<sup>3</sup>.

A vasta área de terras da encosta do planalto do Rio Grande do Sul (RS) fazia parte das terras devolutas do Império que foram destinadas a receber os colonos italianos, na última etapa do povoamento do Rio Grande do Sul (a partir de 1875), e que está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e à política de imigração e colonização do Governo Imperial (GIRON, 1996, p. 47). Segundo a autora, a expansão do capitalismo europeu após o início da Revolução Industrial elucida a concentração da produção e sua ampliação, determinada pela abundância de mão-de-obra, fruto da explosão demográfica ocorrida no século XVII. Há a vinculação do crescimento de produção ao da oferta de mão-de-obra, conforme a

---

<sup>2</sup> A denominação utilizada pela historiografia da imigração italiana é encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul. Outra designação para o espaço geográfico ocupado pelos imigrantes italianos é a de Região Colonial Italiana (RCI). A RCI foi citada ao longo do trabalho e a figura 06 (p. 97) ilustra qual foi a área ocupada no Estado.

<sup>3</sup> Os antecedentes históricos da vitivinicultura brasileira são analisados no terceiro capítulo deste trabalho.

autora, e quando o seu crescimento se estabiliza e se organiza através dos movimentos sindicais, “a solução será a expansão em direção aos mercados coloniais” (GIRON, 1996, p. 48-49). Esses imigrantes foram trazidos, também, com o objetivo de continuar o trabalho iniciado pelos imigrantes alemães no início do mesmo século, isto é, de branquear<sup>4</sup> a população brasileira. “É, portanto, a substituição da mão-de-obra servil pela mão-de-obra européia e branca, vinculada ao racismo, que dominava o período, bem como na política de colonização, que serão encontrados os principais fatores que determinaram a imigração européia”. (GIRON, 1996, p. 55).

Estudos realizados anteriormente (VALDUGA, 2005, 2007), relacionados ao fenômeno turístico no Vale dos Vinhedos<sup>5</sup>, espaço compreendido entre os municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Garibaldi, identificaram algumas características da vitivinicultura e do turismo e, nesse contexto, as famílias produtoras de vinhos constituem-se no próprio atrativo turístico agregado ao vinho e a outros fatores como a paisagem. Identificou-se ainda que remetem a sua tradição na produção de vinhos aos seus ascendentes imigrantes oriundos da Itália, ancorando a tradição a um passado de trabalho, objetivando sua continuidade.

Na encosta do planalto do Rio Grande do Sul, 30 municípios se caracterizam pela presença de atividades turísticas ligadas ao vinho, prática social chamada de enoturismo<sup>6</sup>. Na configuração produtiva do turismo, os municípios se reportam a

---

<sup>4</sup> Furtado (1972) cita que o império não se preocupou com a utilização da mão-de-obra escrava e/ou mestiça, que era abundante no nordeste brasileiro, evidenciando o caráter preconceituoso do processo migratório, baseado na crença da superioridade racial branca em relação a negros e mulatos.

<sup>5</sup> Politicamente, Vale dos Vinhedos é um distrito de Bento Gonçalves, o último de sua configuração espacial criado em 1990. Geograficamente, Vale dos Vinhedos é uma região certificada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), como Indicação Geográfica de Procedência. Essa certificação é válida para os vinhos e espumantes produzidos numa área territorial de 83,24 km<sup>2</sup>, que, além de uma parte de Bento Gonçalves, envolve ainda uma parcela dos municípios de Monte Belo do Sul e Garibaldi. Detalhes em: FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco. **Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região**. Caxias do Sul: Educs, 1999. O Vale dos Vinhedos se tornou o principal destino de turismo do vinho do Brasil, o chamado enoturismo. Recebe anualmente mais de 150.000 pessoas que se deslocam em busca de conhecimento sobre o vinho e a vitivinicultura, para conhecer as paisagens vitícolas e os produtores de vinhos. Detalhes em: VALDUGA, Vander. **O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos**. 2007. Dissertação (mestrado) – UCS, Caxias do Sul, 2007.

<sup>6</sup> O enoturismo é definido “como um segmento do fenômeno turístico, que pressupõe deslocamento de pessoas, motivadas pelas propriedades

Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA)<sup>7</sup>. É uma região com características semelhantes em sua historicidade e territorialidade, dotada de arranjos regionais que a configuram política e economicamente. Turisticamente, esse espaço foi denominado de Região Uva e Vinho a partir de meados da década de 90, seguindo as políticas de turismo na esfera federal.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor de uvas do Brasil, concentrou em 2011 mais de 55% da produção nacional de uvas, e na produção de vinhos foi responsável por 90% da produção, segundo o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN)<sup>8</sup>. No total, o Estado colheu 707,2 milhões de quilos de uva, um incremento de 34,2% em relação à produção de 2010. Dessa produção, mais de 60% ficou concentrada em Bento Gonçalves, representando 25% da produção nacional. Os municípios com maior produção de uvas do RS foram listados no quadro 01.

**Quadro 01** - Municípios maiores produtores de uva do RS

<b>Município</b>	<b>Quantidade produzida em milhões de Kg</b>
Bento Gonçalves	123,3
Flores da Cunha	106,6
Farroupilha	72,0
Caxias do Sul	60,5
Garibaldi	49,8
Monte Belo do Sul	42,4

Fonte: IBRAVIN (2011)

Bento Gonçalves se destaca na produção de uvas e vinhos e mais recentemente, no turismo. No município, é realizada desde 1967 a Festa Nacional do Vinho (FENAVINHO), evento que se propõe a valorizar a produção vinícola e atrair turistas. As principais entidades do setor vinícola e centros de pesquisa do Brasil estão sediados no município como o IBRAVIN, União Brasileira de

---

organolépticas e por todo o contexto da degustação e elaboração de vinhos, bem como a apreciação das tradições, da cultura, gastronomia, das paisagens e tipicidades das regiões produtoras de uvas e vinhos. É um fenômeno dotado de subjetividade, em que a principal substância que o configura de fato é o encontro com quem produz uvas e vinhos” (VALDUGA, 2007, p. 43).

<sup>7</sup> Organização social de interesse público e privado responsável pela condução das Políticas Públicas, planejamento e captação de recursos federais e estaduais na área do turismo para 30 municípios que configuram a Região Turística Uva e Vinho. Está sediada em Bento Gonçalves.

<sup>8</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Cadastro Vinícola**. IBRAVIN/MAPA/SEAPPA-RS: Bento Gonçalves, 2011.

Vitivinicultura (UVIBRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, junto com ela, o Centro Nacional de Pesquisa em Uva e Vinho (CNPUV), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que conta com formação superior em enologia. Além das organizações vitivinícolas, o município foi escolhido pelo Ministério do Turismo em 2008, como um dos 65 destinos indutores do Turismo no Brasil<sup>9</sup>. No Rio Grande do Sul foram escolhidos 03 municípios, entre eles Gramado e Porto Alegre. A população do município e suas lideranças o referenciam como a Capital Brasileira do Vinho, constando nos símbolos municipais, no hino, no brasão e na bandeira. Existem 77 vinícolas em funcionamento atualmente, entre pequenas, médias e grandes empresas (IBRAVIN, 2011).

O fluxo de visitantes em 2008 foi de mais de 800 mil pessoas<sup>10</sup> e há um incremento médio de 10% ao ano no número de chegadas de turistas. A população, segundo o censo de 2010 é de 107 mil pessoas com mais de 92% da população urbana. O valor adicionado bruto por segmentos foi de R\$ 49.177 para agropecuária, R\$ 777.894 para indústria e R\$ 1.204,404 para os serviços, com um Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 de 2,4 bilhões de reais, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011)<sup>11</sup>. Os setores mais expressivos na economia são o moveleiro, o metalúrgico, o alimentício e o vitivinícola. O município possui 9.313 empresas registradas distribuídas da seguinte forma: 39% serviços, 31% comércio, 13% autônomos, 12% indústria e 4% profissionais liberais. O maior setor do município em quantidade de empresas é o de serviços, porém representa 22% da composição econômica, seguido pelo comércio com 8% e a indústria com a maior parcela, 70%<sup>12</sup>. O município é sede de grandes eventos nacionais e internacionais e tem o maior centro de eventos do RS, com 57.219 m<sup>2</sup> de área coberta e climatizada. O entorno regional de Bento Gonçalves possui as mesmas características, a

---

<sup>9</sup> Os municípios escolhidos como destinos indutores do turismo no Brasil terão um foco de gestão voltado à competitividade internacional no turismo. Um dos objetivos do Plano Nacional do Turismo é desenvolver 65 destinos turísticos brasileiros competitivos internacionalmente. Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Mintur, 2007.

<sup>10</sup> SECRETARIA DE TURISMO DE BENTO GONÇALVES. Disponível em <[http://www.turismobento.com.br/index.php?pag=num\\_turismo](http://www.turismobento.com.br/index.php?pag=num_turismo)>. Acesso em 04 de fevereiro de 2011.

<sup>11</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil município por município/cidades**. Região Sul: cidades, 2011.

<sup>12</sup> Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves. Disponível em <<http://www.cicbg.com.br>>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

exemplo de Garibaldi. Garibaldi foi emancipado de Bento Gonçalves em 1900, e atualmente o município possui 65 vinícolas em funcionamento (IBRAVIN, 2011). Em 1981 iniciou sua festa municipal denominada Festa Nacional do Champanha (FENACHAMP), enfatizando o vinho espumante como o elemento central. Sua população é de 30 mil habitantes, sendo que 90% é urbana. O valor adicionado da produção por setores foi de R\$ 24.450 para agropecuária, R\$ 345.746 para a indústria e R\$ 339.310 para os serviços (IBGE, 2011), e o PIB em 2009 foi de R\$ 806 milhões de reais. A base econômica do município é a indústria alimentícia, com destaque para a produção de frangos, seguido pela indústria moveleira e vinícola. A indústria conta com 341 empresas instaladas, o comércio tem 820 empresas, os serviços, 1.293, e Garibaldi conta com 216 profissionais liberais, além de 740 autônomos<sup>13</sup>.

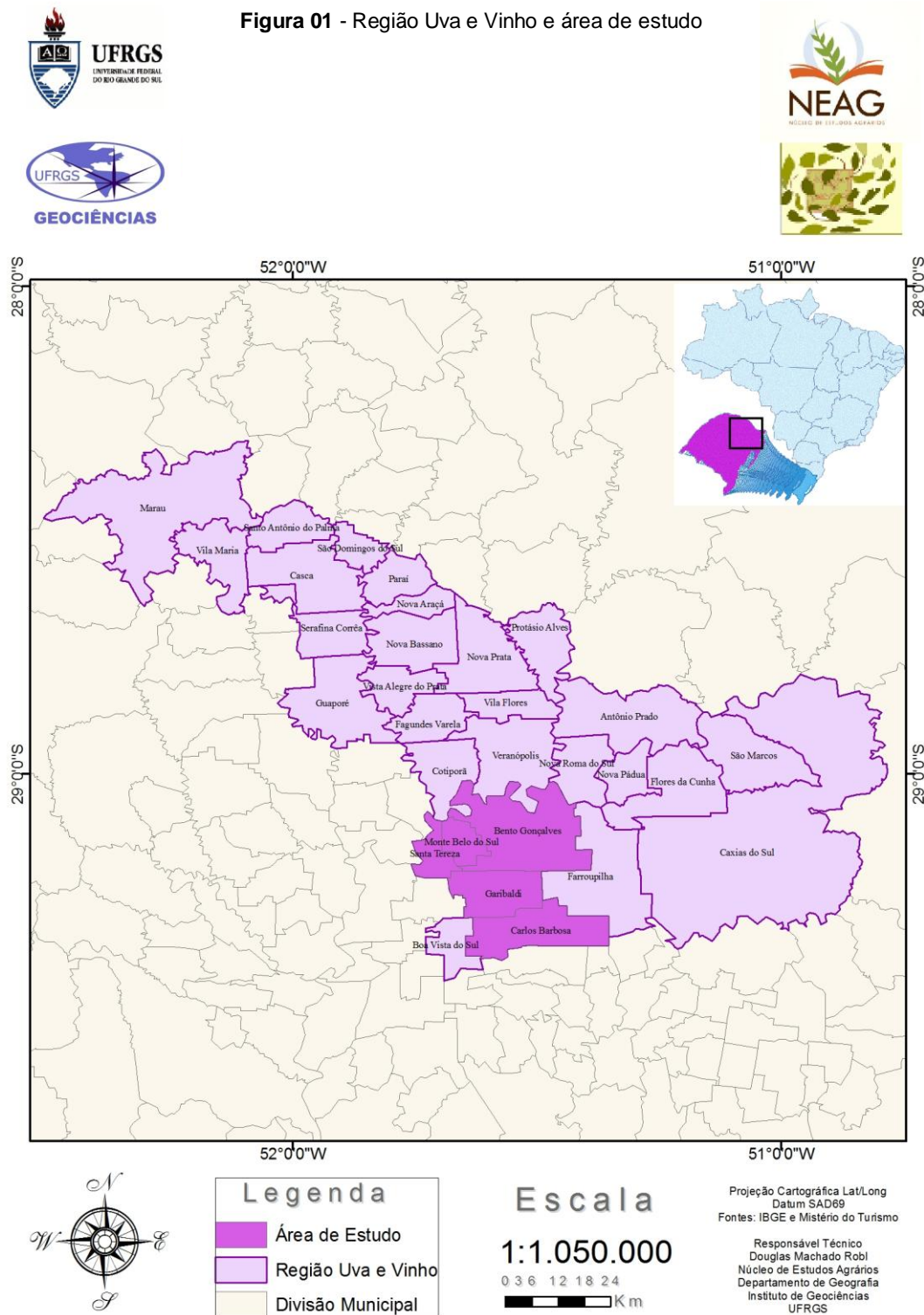
Algumas mudanças geográficas e políticas ocorreram nos municípios. A colônia Dona Isabel (atual Bento Gonçalves), foi desmembrada e emancipada em 1890 do município de São João de Monte Negro, pelo ato nº 474 do Governador do Estado General Cândido Costa. Dona Isabel compreendia também a colônia Conde D'Eu (atual Garibaldi), emancipada em 1900 de Bento Gonçalves. Assim, Bento Gonçalves e Garibaldi pertenciam a São João de Montenegro, atualmente Montenegro. Mais tarde, em 1959, foi emancipado o município de Carlos Barbosa, que até então era um dos distritos de Garibaldi. Em 1992, foram emancipados outros dois municípios a partir de distritos de Bento Gonçalves, os municípios de Monte Belo do Sul e Santa Teresa. Os municípios emancipados não entraram no contexto analisado como municípios, porém como área geográfica no conjunto dos municípios originários.

É dentro desse contexto que o estudo será desenvolvido, porém, a escala temporal vai dos anos 1870 aos anos 1960. Os critérios que definiram a área de estudos foram a origem, no caso Bento Gonçalves originado de São João de Montenegro e posteriormente Garibaldi originado a partir de Bento Gonçalves; a produção de uvas existente nesses municípios; os processos de patrimonialização ligados à vitivinicultura e a concentração de atrativos turísticos ligados à uva e ao vinho. Assim, a área de estudos destacada na figura 01, foi compreendida pelos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Santa Tereza e

---

<sup>13</sup> Prefeitura Municipal de Garibaldi. <Disponível em <<http://www.garibaldi.rs.gov.br>>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

Carlos Barbosa e os municípios de entorno somados aos da área de estudo constituem a Região Turística Uva e Vinho.



Fonte: Elaborado por Douglas Machado Robl

Oportuno explicar que a área em si dos municípios emancipados entra na análise, mas ainda na condição de distritos dos municípios originários. Como marco temporal, optou-se por balizar o presente estudo a partir alguns períodos evolutivos da vitivinicultura brasileira ou gerações, definidas por Tonietto (2005). Essa periodização, evidentemente, será trabalhada no contexto do presente estudo que tem a pretensão de considerar outros eventos no curso do tempo, ou na compreensão de que a história é uma série de eventos e não de forças ou ideias e curso previsível (ARENDR, 1997). A periodização de Tonietto (2005), que foi elaborada a partir de critérios de produção de uvas e tipos de vinhos, partindo da imigração italiana no RS foi sintetizada conforme segue:

- a. Anos 1870 aos anos 1920 (1º período/geração): implantação da vitivinicultura e produção de vinhos de uvas americanas;
- b. Anos 1930 aos anos 1960 (2º período/geração): diversificação de produtos e vinhos de híbridos e de viníferas;
- c. Anos 1970 aos anos 1990 (3º período/geração): incremento da qualidade e vinhos varietais;
- d. Anos 2000 – em fase de transição (4º período/geração): identidade para o vinho brasileiro e vinhos com Indicação Geográfica.

Certamente, diferentes temporalidades coexistiram nessa periodização e a natureza das mudanças pressupõe maior importância do que vetores temporais. Para o presente estudo serão consideradas as duas primeiras fases da vitivinicultura, que compreende o período de 1870 a 1960. Esse critério temporal foi definido a partir da consulta às fontes de pesquisa, em que se identificaram outras variáveis no processo histórico e ficou claro que os objetivos não poderiam ser alcançados caso o estudo se estendesse mais, uma vez que, a partir dos anos 1970, houve uma mudança importante na vitivinicultura, especialmente a partir da aceleração do processo de globalização e da comunicação, abertura do comércio interno brasileiro, requerendo uma análise detalhada, somente sendo possível numa pesquisa futura.

A Região Uva e Vinho se constituiu num espaço turístico que exalta características culturais da imigração italiana. Envolve a gastronomia chamada de “típica italiana”, festas e folclore, histórias e técnicas que evidenciam fixação dos imigrantes oriundos da Itália. Diversos elementos afluem para essa perspectiva, especialmente no âmbito do turismo com a criação de roteiros turísticos que

apresentam como elementos centrais a italianidade, o vinho e a gastronomia, o folclore e as tradições da imigração e de seus descendentes. Entre os roteiros, destacam-se os seguintes: a) Vale dos Vinhedos, citado anteriormente; b) Caminhos de Pedra, realizado no distrito de São Pedro, em Bento Gonçalves; c) Caminhos da Colônia, nos municípios de Caxias do Sul e Ana Rech; d) A Estrada do Imigrante, em Caxias do Sul; e) Estrada do Sabor e a Rota dos Espumantes, em Garibaldi, entre outros. Em todos os roteiros turísticos, comercializados como “produtos turísticos” dentro da chamada Região Uva e Vinho (destino turístico), o patrimônio cultural em sentido amplo se mostra como âncora do processo de turistificação e o vinho tem papel central. No mesmo sentido, os agentes da turistificação encontraram formas de se comunicar e de “competir” no mercado, de forma aglutinada por meio de uma página na internet.

Em consulta a página da internet dessa região<sup>14</sup>, os elementos de atratividade expostos e os discursos versam sobre o patrimônio cultural, compreendido por paisagens agrícolas, edificações, artesanato, gastronomia e o vinho, que aparece como âncora do processo de turistificação. A Serra Gaúcha, de destino turístico de veraneio nas três primeiras décadas do século XX, passou por uma ruptura nos anos 50 e 60, cedendo espaço ao litoral do estado, tendo as atividades turísticas retomadas por iniciativa da indústria vinícola posteriormente. Goidanich (1993, p. 27)<sup>15</sup> cita que o *Touring Club* levava as primeiras levadas de visitantes para conhecer a Serra Gaúcha na década de 1930.

Nessa ligeira leitura regional, percebe-se que as mudanças do turismo nessa região não fizeram parte de um movimento isolado, como se pode verificar paralelamente ao que aconteceu na Europa e em especial na França, com os seus regionalismos, conforme apresenta Lavenir (1999) e Laferté (2002).

---

<sup>14</sup> Página intitulada como Serra Gaúcha. Disponível em <<https://www.serragaucha.com.br>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2009. A Serra Gaúcha, do ponto de vista turístico, contempla outras regiões como a dos Campos de Cima da Serra, a Região das Hortênsias, além da Região Uva e Vinho. Não convém aqui estabelecer um debate sobre o conceito de serra, todavia é sabido que a área de estudos encontra-se numa encosta, e não especificamente numa serra.

<sup>15</sup> Jornalista e primeiro diretor do Serviço Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul em 1947. O órgão foi o pioneiro do Brasil assim como a criação do Conselho Estadual de Turismo. O autor faz uma detalhada descrição das condições da oferta turística estadual e de infra-estrutura pós 1930 e vai além das fronteiras, expondo a influência uruguaia e argentina na organização do turismo no Estado.



Pode-se sugerir, hipoteticamente, que as elites que podiam viajar na época definiam os fluxos turísticos. Houve ainda o papel do *Touring Club* do Brasil, criado no estado em 1935 (GOIDANICH, 1993, p. 24), que começou a organizar roteiros para os seus sócios, isto é, os proprietários de veículos, na época chamados de “carros de turismo”. É possível dizer que existe um posicionamento privilegiado do patrimônio cultural na leitura atual da Região Uva e Vinho e, distante de uma naturalidade nesse processo, convém investigar quais os eventos históricos e os agentes que fizeram com que houvesse essa sedimentação atual da imagem regional, que se sobrepõe a outras atividades, como a indústria metal-mecânica, moveleira entre outras, relativamente mais importantes no aspecto econômico desses municípios na atualidade<sup>16</sup>. Essa temporalidade, todavia, é recente e foi construída com alguma intencionalidade. Nesse contexto, chega-se a primeira questão de pesquisa: *quais as variáveis que teriam convergido para a eleição do vinho como produto cultural, identitário e turístico da área de estudos?*

As peculiaridades regionais ligadas aos fatores de imigração italiana, suas territorialidades, organização social e dificuldades de inserção num contexto estadual e nacional conduzem a outra leitura regional que não se define, em princípio, pelas atividades econômicas principais, abrindo espaço para as “diferenças de natureza”, conforme referencia Haesbaert (1999, p. 24). As festas ligadas ao contexto do vinho também carregam a marca da imigração, naturalizando uma herança, um legado *ex-nihilo*, que teria vindo da Itália com os imigrantes, discurso adotado num contexto atual pela indústria vinícola dessa região.

O turismo do vinho também é permeado pela folclorização e uma veneração ao passado, como a entoação de canções italianas, práticas de utilização de roupas e chapéus da época de imigração, elaboração do vinho, participação de colheitas de uvas, exaltação do colono imigrante como herói, etc. Essas práticas reinventam as culturas locais e permitem uma espécie de profissionalização empresarial, que segue um calendário de atividades ao longo do ano nesses municípios, o chamado

---

<sup>16</sup> A análise de Herédia (2007, p. 90) corrobora essa perspectiva ao apresentar algumas fases econômicas do município de Caxias do Sul e região. Cita que a principal cultura agrícola na primeira fase econômica (1875 – 1900) foi o milho, visto que a base de sustentação alimentar da colônia era a polenta. A indústria vinícola começou a ter um papel de protagonista na região na terceira fase econômica, na primeira metade do século XX. “A indústria vinícola caracterizou a economia local, deixando de ser um produto de consumo doméstico para se caracterizar como cultura permanente da região e como principal produto comercial”.

calendário turístico, planejado ao final de cada ano. Turismo e vitivinicultura podem ser atividades complementares, antagônicas ou interdependentes, ora mais numa medida, ora menos noutra. A folclorização, como uma prática cultural passa a ser submetida a uma processualidade visando atender aos propósitos do turismo, com hora marcada e local. O turismo exige um mínimo de regramento para poder existir, o que pode ser conflitante com as práticas culturais existentes. Por outro lado, muitas atividades folcloristas, entendendo-as como processos de patrimonialização, se não fossem integradas a um calendário turístico, possivelmente teriam se perdido no tempo, a exemplo do patrimônio em si, que para existir, precisa do olhar do outro, conforme Lazzarotti (2003)<sup>17</sup>.

Os municípios citados, antes agentes não regionalizados<sup>18</sup> no campo turístico, aparecem inseridos num programa nacional, criado no início dos anos 90, chamado de Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Nesse programa, a célula de planejamento turístico foi o município. No entanto, no final dos anos 90, o Ministério do Turismo criou o Programa de Regionalização do Turismo, dentro de um plano maior denominado Plano Nacional de Turismo<sup>19</sup> (PNT), mudando a escala de planejamento da atividade no Brasil.

Na Região Uva e Vinho, a organização formal regional do turismo foi iniciada anteriormente à criação do PNMT, com a constituição da ATUASERRA, em 1985, que teve 11 secretarias de turismo municipais associadas inicialmente. O que se quer mostrar é a mudança de escala num plano recente das atividades turísticas, as quais, no entanto, se apoiaram em antigas práticas culturais transformando-as, num alinhamento de políticas de turismo local para a escala nacional. Ao mesmo tempo, essa relação foi condicionada nacionalmente pelo aporte de recursos federais para a

---

<sup>17</sup> Para o autor, os agentes do processo de patrimonialização podem se apoiar no turismo para reforçar/valorizar o interesse da própria população local sobre determinado aspecto ou monumento, mas alerta que é necessário compreender o fenômeno turístico como um processo e não um fim em si.

<sup>18</sup> O fato “não regional” aqui se refere à organização formal do turismo entorno de uma associação regional, inexistente até então, porém, havia diversas iniciativas regionais como eventos, reuniões de Conselhos Municipais de Turismo, entre outras atividades. Ver a esse respeito o item 3.3.3 (p. 149).

<sup>19</sup> As regiões turísticas foram definidas de distintas formas, desde características patrimoniais naturais como litoral, até manifestações culturais, folclore, entre outros. O Ministério do Turismo definiu ainda 65 municípios Indutores do Turismo no Brasil, dentro das regiões turísticas. Bento Gonçalves é o destino indutor da Região Uva e Vinho. Detalhes em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo)>. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

atividade turística, sempre destinados às regiões que se organizaram dessa forma no país.

As iniciativas de patrimonialização ligadas ao vinho como a Festa da Uva de Caxias do Sul e a FENAVINHO de Bento Gonçalves, numa breve análise histórica<sup>20</sup>, são paralelas às crises mais fortes presentes no setor vinícola. Hipoteticamente, pode-se dizer que houve uma espécie de declínio do setor, acompanhado de iniciativas revivalistas, numa concepção construtivista. A identidade que compõe-se de múltiplas identidades recompõe novamente a identidade, impregnando o local com o global e vice-versa, sempre em construção. Essa concepção de identidade, que se dá na apropriação tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta (HAESBAERT, 1999), faz com que o discurso seja remetido às estruturas sociais, problemática analisada por Brubaker (2001)<sup>21</sup>, e que avança em relação à concepção de identidade no campo das representações. O turismo é processo de múltiplas identidades e tem sua face pragmática revelada no território turístico. Partindo-se desse pressuposto, a segunda questão de pesquisa proposta é a seguinte: *como o turismo teria concorrido para a (des)construção/reconstrução da identidade vitivinícola no curso do espaço e do tempo definidos para o estudo?*

A região turística Uva e Vinho, criada pelos empresários e planejadores do turismo, indústria vinícola, organizadores de eventos e festas, entre outros, neste caso, não é necessariamente o mesmo espaço vivido (FRÉMONT, 1999) pela população local desses municípios que não participa do circuito de tomada de decisões. Aqui se teriam diferentes níveis de pertencimento a essa identidade forjada no contexto do vinho ao longo dos anos, isto é, não há uma interiorização automática ou uma autodefinição de si, para aqueles na qual uma identidade é imposta. Em relação ao patrimônio, se poderia dizer que, antes de ser a representação de uma coletividade, ele é resultado do processo de territorialização e

---

<sup>20</sup> Giron (2009, p. 36-56) analisa algumas fases do movimento cooperativista vinícola gaúcho e, especialmente, na segunda e terceira fase, que compreendeu o período de 1929 a 1964 e 1964 a 1988 respectivamente, significativas crises acompanharam o setor, decorridas do excesso de produção, disputas entre os comerciantes urbanos (elite regional da época) e os produtores rurais que produziam o seu vinho chamado de colonial.

<sup>21</sup> O autor discute a crise do uso do termo identidade nas ciências sociais, e também seu uso político. Chega a sugerir a substituição do termo, como categoria analítica, por identificação e categorização, autocompreensão e localização social, comunalidade, conexidade e grupalidade (livre tradução). Essa questão foi abordada em tópico específico sobre identidade social e territorial.

exterritorialização (GRAVARI-BARBAS, 1995), das múltiplas socializações e é parte de uma construção de imagem pelos representantes dos grupos territoriais. Essa referência evidencia o caráter político, isto é, o patrimônio funcionando como um objeto político, o que Gravari-Barbas (1995) denomina de “territorialização do patrimônio”, especialmente quando há o interesse de fixar um grupo a um território e criar vínculos identitários.

Partindo-se desse entendimento, seria possível supor que o papel do vinho para uma coletividade de imigrantes se explicaria, por exemplo, pelo uso sagrado nos rituais católicos, no sentido de encontrar o “lugar comum”, assim como outros elementos de sociabilidade das comunidades de imigrantes e descendentes como as igrejas e capelas<sup>22</sup>, os jogos típicos e as festas comunitárias que sempre envolveram e ainda envolvem a presença do vinho ou, como refere Heidrich (2000, p. 26) no processo de constituição territorial “a instauração do domínio de uma dada civilização sobre sua existência material em relação à de suas congêneres”. Parece prudente ainda, considerar outras características no processo como o fato de esses imigrantes terem sido exterritorializados de seu país e de ter ocorrido uma nova territorialização em terras brasileiras. Todavia, a presença do turismo ligado ao vinho nessa região desde a primeira metade do século XX requer uma análise mais detalhada, especialmente quando vinculado aos processos de patrimonialização. A terceira questão de pesquisa, nesse sentido, *se propõe a investigar o seguinte: que elementos apontam para um uso político do patrimônio ligado ao vinho? Que variáveis sinalizam para a patrimonialização territorial e turistificação da área de estudos?*

A partir da definição das questões da pesquisa, os seguintes objetivos foram traçados:

---

<sup>22</sup> As capelas não fizeram parte do projeto oficial no contexto da divisão espacial durante o processo migratório. Foram organismos relativamente autônomos fundados pelos próprios imigrantes que encontraram na expressão religiosa uma forma de coesão social e de identificação, especialmente em decorrência de suas condições de isolamento sociopolítico e cultural, pois, estranhos a sua pátria de adoção e tornados brasileiros por decreto, não tinham acesso ao poder político local, cujos administradores, designados pelo governo estadual, eram pessoas sem vínculos com esta sociedade. Neste sentido, as capelas se constituíam como um espaço de atuação política primordial dos “desvalidos” sendo, acima de tudo, instrumentos de poder local. (GIRON, 1997, p. 62).

- a. Identificar e analisar relações entre o turismo e a vitivinicultura dentro do recorte espaço-temporal selecionado;
- b. Caracterizar o patrimônio ligado a vinho e suas relações territoriais no espaço-tempo definido para o estudo;
- c. Caracterizar a(s) identidade(s) territorial(is) na sua co-construção com a vitivinicultura, turismo e patrimônio;
- d. Elaborar uma matriz de periodização com os eventos identificados como importantes na relação turismo/vitivinicultura;

Ao focalizar identidade, patrimônio, turismo nos processos territoriais, emerge o jogo das elites sociais na imposição de sua visão de mundo ou a sua autoridade social, tomando-se os termos de Pierre Bourdieu (2000). Não por outro motivo é que se busca identificar e caracterizar os processos socioespaciais, econômicos e culturais, analisando discursos e práticas. O trabalho se faz relevante na medida em que se propõe analisar outras relações estabelecidas e práticas sociais que são importantes para uma determinada população como a vitivinicultura e turismo, possibilitando que se avance em alguma área do conhecimento ou mesmo propondo novas intervenções.

A escolha do tema certamente não foi aleatória. A história de vida e mais do que isso, o espaço de vida e o espaço vivido pelo pesquisador se misturam ao contexto enunciado, é a busca da própria história no curso de diferentes gerações. Não existe a pretensão de separar sujeito de objeto de estudo, considera-se que a neutralidade não existe, isto é, subjetividade, objetividade e intersubjetividade se mesclam e a escolha do objeto de estudo já implica seletividade e juízo de valor.

O trabalho é resultado de uma trajetória acadêmica sempre inacabada, em que não se pretende esgotar o tema, apenas permitir avanços incorporando novos elementos para discussão que possam permear o diálogo nesse campo do saber. O estudo foi motivado ainda por um estágio doutoral realizado *na Chaire UNESCO Culture e Traditions Du Vin*<sup>23</sup>, vinculada à Universidade da Borgonha (UB), na cidade francesa de Dijon. O estágio aconteceu durante o período de dezembro de 2009 a março de 2010, mas não permitiu o estabelecimento de co-tutela por motivos alheios ao pesquisador e ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que mantém convênio com a *Chaire UNESCO*. No

---

<sup>23</sup> Cátedra da UNESCO cultura e tradições do vinho. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

entanto, o aprendizado permitido e a experiência vivenciada não são ausentes no trabalho, servindo de paralelo em alguns momentos e contextos. A experiência francesa da Borgonha no contexto do vinho e do turismo oportunizada pelo estágio é analisada no item 3.5 (p. 172).

Com relação aos aspectos metodológicos, o estudo se concentra no espaço dos 03 municípios da figura 01, considerando Monte Belo do Sul como parte de Bento Gonçalves. São analisadas as duas primeiras fases da vitivinicultura definidas por Tonietto (2005) e citadas anteriormente, isto é, o período compreendido entre os anos de 1870 até os anos 1960, relacionado-as ao turismo, portanto, as relações entre vitivinicultura e turismo constituem o foco deste estudo. Tal escala temporal permitirá estudar o contexto da colonização italiana no recorte espacial e levará em conta, além do período histórico, o técnico-científico, a organização do espaço, as inovações, vivências e experiências relacionadas aos agentes, portanto, uma combinação pluridisciplinar se faz necessária.

Como método, propõe-se considerar a dialógica entre os elementos, sempre na relação de contradição, interdependência e complementaridade, apoiando-se no paradigma da complexidade de Edgar Morin. Assim, propõe-se para o presente estudo, a associação da pesquisa histórica, detalhada posteriormente, ao paradigma da complexidade.

A perspectiva da complexidade permite que se estude tanto as partes quanto o todo, porém, numa concepção da incerteza e nunca na busca da verdade absoluta, do homem total. Do ponto de vista do paradigma da complexidade, as sociedades históricas contemporâneas se auto-organizam não só a partir de um centro de comando-decisão (Estado, governo), mas também de diversos centros de organização (autoridades estaduais, municipais, empresas, partidos políticos, etc.), isto é, policêntrica. Morin (2001a, p. 180) afirma que a organização é aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes; portanto, ela constitui, ao mesmo tempo, uma unidade e uma multiplicidade. “A complexidade lógica de *unitas multiplex* nos pede para não transformarmos o múltiplo em um, nem o um em múltiplo”.

Morin e Le Moigne (2000, p. 209-213) e Morin (2003) tratam da complexidade a partir de alguns princípios. São eles: a) o princípio sistêmico ou organizacional: sob essa ótica, ao somar os subsistemas, tem-se que o todo é mais do que a soma das partes; do contrário, a insuficiência na compreensão do todo faz

com que o todo seja menos do que a soma de suas partes. “A elucidação do todo pode ser feita a partir de um ponto especial que concentre em si, num dado momento, o drama ou a tragédia do todo” (MORIN, 2003, p. 182); b) o princípio hologramático: nesse princípio, o todo está na parte assim como a parte está no todo; a sociedade produz o indivíduo que produz a sociedade. O holograma é o princípio de círculo retroativo e recursivo, que, relacionado ao espaço, tem conseqüências positivas e negativas, isto é, uma ação degradadora poderá ser somada a uma conseqüência degradadora maior; c) o princípio da auto-eco-organização: Para Morin (2000, p. 292),

[...] uma nova ordem de complexidade aparece quando o sistema é “aberto”, isto é, quando sua existência e a manutenção de sua diversidade são inseparáveis de inter-relações com o ambiente, por meio das quais o sistema tira do externo matéria/energia e, em grau superior de complexidade, informação. Aqui aparece uma relação propriamente complexa, ambígua, entre o sistema aberto e o ambiente, em relação ao qual é, ao mesmo tempo, autônomo e dependente.

Morin (2003) complementa que é preciso que o sistema seja dependente para ser autônomo, isto é, um sistema que funcione precisa de uma energia nova para sobreviver e, portanto, deve capturar essa energia no meio ambiente. Conseqüentemente, a autonomia se fundamenta na dependência do meio-ambiente e o conceito de autonomia passa a ser um conceito complementar ao da dependência, embora lhe seja, também, antagônico; e d) o princípio dialógico e o da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento: de acordo com Morin (2000), esse princípio permite as inter retroações do sistema, a união de opostos ou a ordem/desordem/interações/organização. Nesse sentido, não se trata de opor um holismo global e vazio ao reducionismo mutilante. Trata-se de ligar as partes à totalidade, pois o paradigma da complexidade permite reunir tudo e distinguir. É o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual, o concreto. (MORIN, 2000, p. 212-213).

Assim, não é suficiente analisar o espaço para apreender a totalidade do conhecimento, uma vez que a análise do todo ignora as partes. Da mesma maneira, a análise das partes não pressupõe o conhecimento do todo, do holismo, dada à complexidade inerente aos sujeitos e em sua relação com os objetos. É o que afirma Suertegaray (2004, p. 191-192):

A forma de conhecer, em construção, se expressa sim, pela pluralidade, mas também, pelo princípio da conexão e recursividade, pela compreensão de espaço-tempo como categoria unitária, pela visualização do contexto, pela valorização do local/global, pela valorização do lugar no mundo. Aceita a pluralidade de leituras, a diversidade de métodos. Compreende e assume a perspectiva da contradição (da ordem e dos caos sistêmico). Propõe a dialógica e a ética como possibilidade de superação, de um lado do conhecimento fragmentado, de outro da irresponsabilidade social.

Não se tem a pretensão de, a partir do estudo das partes, definir o todo, mas analisar diferentes dimensões de um dado objeto, sem jamais ter a pretensão de esgotar o tema, ou conforme Morin (2003, p. 192), o método da complexidade pede para pensar nos conceitos sem nunca dá-los por concluídos, para quebrar as esferas fechadas, para restabelecer as articulações entre o que foi separado, “(...)”, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras”. A partir desse princípio de conhecimento sempre inacabado é que se propõe a utilização de pesquisa histórica no contexto metodológico.

A pesquisa histórica, segundo Richardson (1989, p. 245-246) tem dois objetivos básicos: o primeiro é o de produzir um registro fiel do passado e o segundo, contribuir para a solução de problemas atuais. Assim, os critérios de coleta e interpretação dos dados devem levar em conta os períodos históricos e a representatividade no contexto em que foram produzidos, além de considerar o jogo de escalas ou interesclaridade (REVEL, 1996). Para isso, foi necessária a reunião de um *corpus* documental, que neste caso, levou em conta as relações entre vitivinicultura e o turismo. O *corpus* é composto pelos seguintes documentos: cartas e ofícios trocados entre os intendentos e prefeitos municipais; documentos elaborados por órgãos de pesquisa e de fomento da vitivinicultura e do turismo; materiais informativos do turismo; relatórios das prefeituras municipais; atas de eventos e comissões organizadoras, entre outros. Todas as fontes documentais consultadas estão citadas em notas de rodapé ao longo do texto e, prioritariamente, constituem fontes primárias.

A documentação foi buscada nos arquivos históricos municipais de Bento Gonçalves e Garibaldi, além do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre e do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul João Spadari Adami. Também se buscou a documentação do *Touring Club* do Estado, porém, conforme relatou sua diretoria, ela foi queimada num incêndio que afetou suas instalações em



meados dos anos 1980 em Porto Alegre. Assim, trabalhou-se com a documentação do *Touring Club* encontrada nos arquivos citados.

O tratamento da documentação foi feito pela metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Segundo a autora, trata-se de,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam, por meio de processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2009, p. 47).<sup>24</sup>

Para a autora, a metodologia permite avançar na leitura, indo além das aparências, avançando na incerteza e enriquecendo a leitura. Ela tem como objetivo a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 2009, p. 51)<sup>25</sup>.

Na sequência metodológica, a autora propõe, objetivamente, a análise categorial, que permite a “classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 2009, p. 41) <sup>26</sup>. A análise é relação, que parte da descrição, permitindo inferências e a interpretação do conteúdo das mensagens, impondo, de certo modo, a partir de alguns critérios de classificação, uma ordem na aparente desordem inicial do conteúdo dos textos. Dentre os critérios de classificação, os objetivos do trabalho têm uma centralidade, assim, a narrativa se torna possível.

Toda a documentação foi fotografada pelo pesquisador, compondo um *corpus* de 1.210 fotografias de documentos. Dessa documentação, 820 fotografias foram impressas e as demais permaneceram para consulta em arquivo digital. A documentação impressa foi lida, categorizada e separada por intervalos de 10 anos e, posteriormente a narrativa foi sendo elaborada. Para a documentação que permaneceu em arquivo digital, o procedimento metodológico adotado foi o mesmo.

Além da pesquisa histórica e documental, foram realizadas duas entrevistas abertas e face a face com duas fontes. As entrevistas foram previamente agendadas por telefone e o pesquisador foi recebido no local indicado pelos entrevistados.

---

<sup>24</sup> Livre tradução.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Livre tradução.

Posteriormente, as entrevistas foram degravadas e analisadas pela metodologia de análise de conteúdo.

Foi feita ainda uma matriz de periodização, visando relacionar tempo e espaço e, para sua realização, buscou-se suporte teórico em Santos (2008). Para o autor, o espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro, situações que se apresentam na atualidade. Essa consideração permite analisar diferentes escalas, considerando que cada sistema temporal coincide com um período histórico e impacta nelas, pois “a cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 2008, p. 36). Pode-se dizer que existe uma coexistência espaço/temporal, que no curso da história é movida por eventos, considerando a ampla definição de Arendt (1997), que insere o particular no universal e vice-versa ou em Santos (2008, p. 144) que propõe o seguinte: “se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento pode também ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social [...]”.

Com base nesses preceitos, procedeu-se a elaboração da matriz de periodização a partir de dois eixos: o das sucessões para o tempo e o das coexistências, representando o espaço movimento, com os eventos escolhidos a critério do pesquisador, considerando o movimento e impactos gerados nas diferentes escalas.

A compreensão dos vínculos que se estruturam no/do espaço como as identidades, o patrimônio e o turismo requerem uma análise conceitual a fim de dar conta do objeto analisado. Nesse sentido, o presente trabalho foi estruturado em 04 capítulos. No primeiro capítulo são apresentados os aspectos introdutórios, a problemática que motivou o estudo, os objetivos e aspectos metodológicos. No segundo capítulo, destaca-se a perspectiva teórica, buscando ampliar a compreensão do objeto de estudos à luz do referencial teórico, em que se analisaram as temáticas da região e do território, as relações com a identidade, o patrimônio e o turismo a partir da análise da turistificação do espaço promovida pelo seu agente central, o sujeito turístico. No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os dados coletados, assim como a matriz de periodização elaborada. Posteriormente, é apresentado o contexto de formação regionalista e turística da

região da Borgonha, na França. No quarto capítulo são apresentadas as considerações finais, além de novas possibilidades de estudos nesse contexto.

## **2 DO ESPAÇO GEOGRÁFICO AO ESPAÇO TURÍSTICO**

No presente capítulo faz-se uma discussão teórica, partindo-se da concepção do espaço geográfico, passando pela discussão de região, território e identidade social e territorial, a perspectiva do patrimônio, avançando posteriormente para a discussão da turistificação do espaço.

### **2.1 O espaço geográfico**

A compreensão do espaço em diferentes escalas requer, em tempos hipermodernos (LIPOVETSKY, 2007), uma análise a partir de perspectivas específicas e complementares, considerando sua historicidade no contexto da globalização, advento responsável por definir uma nova era na história da humanidade, especialmente a partir das últimas décadas, quando a comunicação e a tecnologia da informação aceleraram as mudanças sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais.

A discussão sobre globalização leva, freqüentemente, a certo ceticismo acerca de suas implicações (BARQUERO 2001). Pode-se afirmar que ela é um fenômeno antigo, relacionado às trocas internacionais de bens e serviços, à internacionalização do capital e da produção e a redução do papel do Estado e dos agentes políticos nas ações de planejamento e de tomada de decisão. A diferença entre as trocas, em relação a outros períodos históricos, se dá em função da tecnologia existente, da comunicação, do hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007) e da velocidade dos processos, o que provoca mudanças no tempo, conforme estudos de Lyotard (1998), Anderson (1999), Canclini (2003), Lipovetsky e Charles (2004),

Harvey (2005) entre outros. Sobre o consumo, Baudrillard (2009, p. 18) já havia exposto nos anos 70 a relação humana com os “objetos”.

Os objetos não constituem nem uma flora nem uma fauna. Entretanto, eles dão boa impressão de uma vegetação proliferante e de uma selva, onde o novo homem selvagem dos tempos modernos tem dificuldade de reencontrar os reflexos da civilização.<sup>27</sup>

Conforme Canclini (2003), o que se afirma como globalização está, em certa medida, apenas se referindo a “globalizações imaginadas”. O que foi anunciado como globalização “está gerando, na maioria dos casos, inter-relações regionais, alianças entre empresários, circuitos de comunicação e consumo comuns aos países da Europa ou da América do Norte ou de uma determinada região da Ásia”. (CANCLINI, 2003, p. 30). Pode-se depreender que o estereótipo de uma nação não se aplica mais, especialmente pela expansão global dos imaginários que tornam a compreensão da realidade esquizofrênica, aproximando e afastando espaços, realidades e identidades antes estranhas. Neste sentido, alerta Massey (2008, p. 24) que “a ‘globalização’ em sua forma atual não é o resultado de uma lei da natureza (ela própria um fenômeno em questão) – é um projeto”.

Isto, em grande parte, agora, está bem estabelecido nas críticas sobre a globalização contemporânea. Mas se torna, talvez, menos freqüentemente explícito que uma das manobras cruciais em ação dentro dela, para nos convencer da inevitabilidade dessa globalização, é um truque enganoso, em termos de conceituações de espaço e tempo. Essa proposição transforma a geografia em história, o espaço em tempo. E isto, novamente, tem efeitos sociais e políticos. Afirma-se que Moçambique e a Nicarágua não são, realmente, diferentes de “nós”. Não devemos imaginá-los como tendo suas próprias trajetórias, suas próprias histórias específicas e o potencial para seus próprios, talvez, diferentes futuros. [...] Estão, meramente, em um estágio anterior, na única narrativa que é possível fazer. Esta cosmologia de “única narrativa” oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço. Reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila da história (MASSEY, 2008, p. 24).

A relação globalização/identidade comumente sintetizada num plano dialético deve levar em consideração o espaço de ação. Se, por um lado, a globalização se apresenta contraditoriamente como uma extensão da relação

---

<sup>27</sup> *Les objets ne constituent ni une flore ni une faune. Pourtant, ils donnent bien l'impression d'une végétation proliférante et d'une jungle où le nouvel homme sauvage des temps modernes a du mal à retrouver les reflexes de la civilisation* (BAUDRILLARD 2009, p. 18). Livre tradução.

dominantes/dominados na relação econômica, por outro, é o horizonte imaginado pela coletividade de organizações dependentes, de muitos artistas, de produtores culturais, de intelectuais e políticos. A noção de poder está presente de diversas formas e interessa aqui analisar a relação espacial, especialmente pela noção de ampliação do espaço permitida pela globalização. Assim como outros fenômenos, a globalização é vinculada ao território e à sociedade, pois, decisões sobre investimentos e localização tomada pelos atores econômicos e políticos também dependem destes. Entretanto, não se pode reduzir o território (e a região) à noção econômica e como campo de tomada de decisões por agentes econômicos. A própria globalização não pode ser tomada apenas pelo aspecto econômico, às vezes economicista, pois, afeta todos os níveis e seres vivos em maior ou menor intensidade, tornando territórios (e regiões) mais mutáveis e dinâmicos, sob qualquer escala de análise.

Massey (2008), ao fazer uma discussão sobre o espaço, apresenta três proposições: 1) reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; 2) compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço não há multiplicidade, sem multiplicidade, não há espaço. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos; e 3) reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque espaço, nessa interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado.

Essa compreensão do espaço interessa (neste contexto) no sentido de relacionar as perspectivas identitárias, não como um dado acabado, mas sim um processo constitutivo e transformador das realidades, ou em outros termos, pode-se dizer que as identidades não são posteriores ao espaço, mas sim, o espaço, posterior às identidades no sentido de reconhecimento e imaginação de um dado espaço (paisagem), além de suas implicações políticas resultantes.

O espaço aparece aqui como aberto, o espaço das possibilidades, das multiplicidades, dos antagonismos e das complementaridades em relação ao tempo, distinto de uma linha temporal linear que coloca tempo e espaço em contradição

pura e simples. Neste sentido e criticando a teoria social no século XX, especialmente o estruturalismo, Massey (2008, p. 64) complementa:

[...] mantém-se o mundo parado para que se possa observá-lo em um corte transversal. Parece um gesto pequeno e, talvez mesmo, intuitivamente óbvio, porém tem inúmeras repercussões e implicações. Está ligado a ideias de estrutura e sistema, de distância e olhar que-tudo-vê, de totalidade e perfeição, da relação entre sincronia e espaço.

Assim, existe a consciência de que a representação gráfica do espaço tende a um achatamento e para a autora, tempo e espaço são indissociáveis ao mesmo tempo em que têm características peculiares. Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Nesse sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação e interesses conflitantes (MASSEY, 2008).

Pode-se depreender ainda do texto a questão dos lugares. A autora não se enquadra junto aos que afirmam que o lugar<sup>28</sup> é a vítima, o refúgio dentro do processo homogeneizador da globalização. Para ela, as especificidades do lugar (território) resultam muito mais do contato do que do isolamento espacial, isto é, o lugar também deve ser pensado como produto de inter-relações, de forma que não há um ponto de partida original a ser recuperado ou uma posição anterior à relação. Destarte, não tira a responsabilidade política do lugar no cenário de globalização e tampouco mostra que o lugar é um produto que têm uma essência, uma origem determinada, é antes, um encontro de trajetórias em processo, semelhante à perspectiva territorial, que será analisada posteriormente.

O desafio que se apresenta é a relação espaço-temporal e não a supressão de um pelo outro. Para Massey (2008) o espaço é tão desafiador quanto o tempo e nem o espaço e nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao mundo.

---

<sup>28</sup> Convém destacar a observação feita por Rogério Haesbaert na apresentação à edição brasileira, que também foi um dos tradutores. Há uma explicação das diferenciações conceituais entre a geografia anglo-saxônica e a latino-americana, especificamente no conteúdo conceitual do “lugar”. Para ele, o conceito de lugar de Massey (2008) se assemelha ao seu conceito de multiterritorialidade e no livro, se poderia compreender como o território na geografia latino-americana.

Se o tempo nos apresenta as oportunidades de mudança e (como alguns perceberiam) o terror da morte, então o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa inter-relacionalidade constitutiva – e, assim, a nossa implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo, e o projeto sempre específico e em processo das práticas através das quais essa sociabilidade está sendo configurada (p. 274).

De um ponto de vista do “ordenamento” espacial, papel fundamental tem o aspecto da possibilidade da coerção e da garantia dos direitos dos sujeitos, isto é, a lei, que é um código de normas para regular as dinâmicas sociais. Cada unidade territorial interior ou subdivisão do conjunto global, segundo Gomes (2002, p. 37), “corresponde a competências, funções e esferas bem delimitadas com atributos e práticas diferentes. O espaço é hierarquizado, assim como os poderes que sobre ele são exercidos”. Esta análise do autor ganha relevância também se for considerada a prática turística, com sujeitos oriundos de outros espaços que certamente têm relações diferentes com os sujeitos do espaço habitado, do espaço de vida.

Esta concepção é importante subsídio para a análise conceitual da perspectiva regional e territorial, em que se tem a pretensão de avançar num entendimento mais fluido de tempos e espaços, pois deverá ser considerada a prática turística e os processos de turistificação do espaço.

## 2.2 A perspectiva de região

O propósito de discutir a temática da região, ainda que a proposta analítica seja a de utilização do território, tem o intuito de ampliar o espectro de compreensão a fim de não incorrer no uso de “região” e “território” como sinônimos, perspectiva por vezes vigente entre alguns autores. Parte-se do pressuposto de que a região e o território têm diferentes características e, portanto, diferentes abordagens.

Etimologicamente, segundo Gomes (2007, p. 50), região deriva do latim *regere*, que significa regente, regência, regra, designando, durante o império romano, as áreas subordinadas “às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.”



Para Ferras (2001, p. 249), “a região tem, doravante, uma existência jurídico-político-administrativa, e uma competência dentro do domínio do desenvolvimento social, econômico e cultural<sup>29</sup>”. Ela evidencia uma relação entre o local e o global, num sentido intermediário de fronteira. Lencioni (1999, p. 194) menciona que,

[...] o discurso em nome da identidade e dos interesses regionais pode servir para legitimar o poder numa determinada região. Por isso, a apologia ao diferente não necessariamente se reveste de uma postura progressista, servindo, muitas vezes, para a perpetuação do domínio de lideranças regionais.

A região, na sua condição não central no que concerne às relações de poder carrega uma dualidade entre a representação da diversidade espacial, em que se fundam unidades políticas como impérios ou Estado-nações e a representação unitária desse espaço numa representação cartográfica ou no olhar do alto. Armand Frémont, que nos anos 70 criou a denominação de espaço vivido<sup>30</sup>, refere que a região, de uma maneira geral “se apresenta como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que o espaço social de um grupo e a *fortiori* de um lugar” (FRÉMONT, 1999, p. 189)<sup>31</sup>.

Claval (2006, p. 40-41) cita que a análise regional transcende a percepção direta e ingênua da superfície terrestre e a substitui por uma visão construída, que combina três componentes: a) uma representação cartográfica de base sobre os quais as observações são reportadas; b) observação direta de uma parte ao menos da zona estudada; e c) observação indireta que permite a utilização de dados levantados por outros, e ressalta que a qualidade da generalização depende da trama espacial onde se inserem os elementos coletados de saída.

---

<sup>29</sup> *La région a désormais, une existence juridique, politique et administrative et une compétence dans le domaine du développement social, économique et culturel*”. (FERRAS 2001, p. 249). Livre tradução.

<sup>30</sup> O espaço vivido, para o autor, é uma relação entre a representação do espaço passado para o sujeito, carregado de conotações simbólicas e o espaço futuro, projetado pelos atores sociais, políticos e econômicos. É ainda o oposto ao espaço alienado, entendido como espaço esvaziado de seus valores, reduzido a uma soma de lugares regrados por mecanismos de apropriação, de condicionamentos e de reprodução social. (p. 249-252).

<sup>31</sup> *La région se presente comme un espace moyen, moins étendue que la nation ou le grand espace de civilisation, plus vaste que l'espace social d'un groupe et a fortiori d'un lieu*. (FRÉMONT 1999, p. 189) Livre tradução.

Desse modo é inevitável ligar o espaço regional às suas vinculações sociais. A compreensão regional, então, passa por uma processualidade, “é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial” (GOMES, 2007, p. 73), no entanto, há que se considerar que os recortes regionais, em tempos de globalização, são complexos múltiplos e mutáveis, assim como são as identidades, fundadas na escala territorial. Neste sentido, Ferras (2001, p. 254) complementa que “a região é também um território; ela remete assim ao conceito de identidade, todas representações que ele gera, e as dinâmicas territoriais”.<sup>32</sup>.

A reflexão na escala regional, segundo Ferras (2001, p. 255), deve considerar uma relação triangular de possibilidades entre três pólos de interesse e se define sobre um triplo jogo entre meio, sociedade e território. Essa relação torna-se importante, sobretudo, pelo fato das delimitações regionais superarem o olhar delimitado somente pela influência do relevo, solos e clima, ou pelas repartições em decorrência das formações vegetais.

Segundo Claval (2006, p. 66)<sup>33</sup> foi para descrever este tipo de unidade que o termo região natural foi forjado no final do século XVIII. Por outro lado, o autor cita que os geógrafos que tiveram suas pesquisas centradas nas atividades produtivas mostraram que elas se agruparam nos conjuntos territoriais com os tratos dominantes, criando assim, no início do século XX a denominação de região econômica homogênea, região agrícola ou região industrial. Seguindo na lógica econômica, o autor menciona as regiões polarizadas, definidas a partir de uma lógica de serviços diferentes em que a localização das organizações deveria servir às zonas circundantes e, a exceção a esse caso se daria em espaços com atividades terciárias como litoral, montanhas e regiões com ares de velhas civilizações. Nessas áreas, cita que se acumularam hotéis, campings, cassinos, campos de golf e aí “se pode falar de regiões turísticas”. (CLAVAL, 2006, p. 66)<sup>34</sup>.

Em outros casos, diferentemente de espaços de monocultura com uma especialização dominante, subsistem diversas atividades produtivas lado a lado. Neste caso, convém chamar esses espaços de regiões de economia complexa. (CLAVAL, 2006, p. 66). A mesma clareza com que Claval (2006) classifica as

---

<sup>32</sup> *La région est aussi un territoire: il se réfère ainsi à la notion d'identité, toutes les représentations qu'il génère, et les dynamiques territoriales.* (FERRAS, 2001, p. 254) Livre tradução.

<sup>33</sup> Livre tradução.

<sup>34</sup> [...], *on peut parler de régions touristiques.* (CLAVAL, 2006, p. 66). Livre tradução.

regiões sob o ponto de vista econômico, quando ligadas aos aspectos culturais, prefere chamar de áreas culturais ao invés de regiões culturais. Justifica que isso se dá em razão das origens diferentes da população, sua língua ou dialeto, religião ou estilo de vida que perfazem um entorno com uma regularidade ausente e que os critérios culturais conduzem, algumas vezes, a distinguir minúsculas células ligadas às suas tradições em meio a um oceano bastante homogêneo, onde todos falam a mesma língua, aderem aos mesmos ideais, praticam a mesma religião e se apóiam nas mesmas ideologias (CLAVAL 2006, p. 67).

A reflexão do autor permite avançar no que se refere à região econômica ou agrícola, que interessa compreender especificamente neste trabalho, dado o objeto de estudos. A condição agrícola colocada pelo autor refere-se especificamente aos fatores econômicos presentes e que configuram, no mesmo contexto, paisagens culturais. Assim, a questão central posta pelo autor explicita a forma e não a natureza da materialidade expressa numa paisagem rural e cultural. Essa questão torna-se relevante, pois define a caracterização de uma região e remete então à uma das questões de pesquisa do presente estudo, ao se propor a investigação das variáveis que teriam concorrido para a escolha do vinho como produto cultural, identitário e turístico de alguns municípios. Da mesma maneira, se as atividades turísticas presentes num determinado espaço forem caracterizadas como setor terciário da economia ou de serviços, a caracterização espacial seguirá a base produtiva, conforme afirma Claval (2006), e se estaria limitando o espaço turístico a um espaço econômico, além de caracterizar o turismo como setor econômico, no entanto, essas características do turismo e de seu uso territorial foram analisadas no item 2.4.1 (p. 74).

A análise marxista feita por Claval (2006), privilegiada pela leitura econômica do regional é fundamental e permite analisar outras formas até então menos tradicionais de organização econômica, especialmente no pós-fordismo e pela hegemonia da competição neoliberal, sua influência nos localismos hoje tidos como globalizados, especialmente pela permissão dos meios técnicos, científicos e informacionais, nos termos de Milton Santos.

Para Nomm (2001), a observação em nível regional permite identificar de maneira sintética as relações homem-meio ou bem identificar a essência das organizações territoriais das sociedades, a meio caminho entre o nível local e os espaços nacionais e a definição científica se aplica a identificação de componentes

e formas de organização do espaço em suas escalas, assim como suas dinâmicas mais ou menos específicas. A perspectiva do autor centra-se muito mais na ideia de um espaço contínuo ou não fragmentado, o que pode ser de difícil leitura em tempos hipermodernos e de acelerado jogo entre localismos e globalismos.

A leitura do regional é complexa, como evidenciam os autores, no entanto, o que parece fundamental para uma análise é não apenas caracterizar o recorte regional pela divisão territorial do trabalho e diferenciação de áreas, mas considerá-lo como processo dialógico<sup>35</sup>, tanto de integração ou desintegração a um território num sentido ampliado como rede.

Considerar o espaço regional como relação implica posicioná-lo ulteriormente à formação territorial, sem isso não haveria sentido a discussão, afirma Heidrich (1999, p. 02). Corrobora essa perspectiva a afirmação de Haesbaert (1999, p. 31). Ele afirma que,

[...] hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes “pontual” da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas. Nesse caso, uma proposta interessante seria realizar uma “regionalização global em rede”, onde poderíamos distinguir territórios-rede de múltiplos agentes, como os que envolvem as grandes diásporas de imigrantes, os circuitos do narcotráfico, do contrabando, do sistema financeiro, do turismo internacional etc. Eles funcionam integrados ao sistema-mundo, mas têm importantes especificidades que permitem uma leitura geográfica particular de suas atuações.

A leitura geográfica proposta por Haesbaert parte da diversificação territorial presente, contemplando a cultura, as identidades, a sociedade, a economia e a contrapõe à análise de áreas culturais usadas por Claval (2006) que as define em função da irregularidade espacial quando se refere à cultura. Regionalizar não é simplesmente recortar o espaço a partir de parâmetros genéricos, quantitativos, diferenças de grau como faixas de renda, produto interno bruto, etc. Deve envolver, igualmente, as diferenças de natureza como aquelas de ordem mais estritamente cultural, afirma Haesbaert (1999).

---

<sup>35</sup> Considera-se a dialógica quando os elementos de análise são antagônicos, complementares e interdependentes, apoiando-se nos princípios da complexidade de Edgar Morin (1991, 2003, 2007).

A partir dessa perspectiva, pode-se inferir que para a compreensão regional, elementos como hibridismo e mobilidade constituem parte, e que o fluxo de fragmentação da região se dá tanto pela globalização quanto pelo reforço das identidades culturais, conformadas territorialmente e que constituem “redes regionais” (HAESBAERT, 1999, p.36), igualmente descontínuas fisicamente, mas articuladas dialogicamente, semelhante à ideia de região fluida exposta por Frémont (1999, p. 191), quando a associou a um líquido “facilmente deformável, móvel e mutante”.<sup>36</sup>

A partir da perspectiva regional pode-se compreender a multiescalaridade, as simultaneidades e coexistências, considerando a abordagem espacial de Massey (2008), desde blocos econômicos a porções menores do espaço, o que torna a centralidade na região mais flexível do ponto de vista analítico. Ela perpassa o arcabouço teórico do desenvolvimento regional<sup>37</sup> e suas diversas abordagens e ambiguidades, seara em que não se pretende avançar neste trabalho especificamente, ainda que exista uma ligação implícita com o desenvolvimento.

A questão territorial, fundamental para a compreensão dos processos regionais especialmente no âmbito das identidades, da cultura e do turismo requer uma análise específica com o objetivo de permitir o avanço necessário à compreensão da tessitura das dinâmicas sócio-espaciais, conforme será exposto no próximo item.

---

<sup>36</sup> Livre tradução.

<sup>37</sup> Diversos autores tratam desta perspectiva, especialmente inseridos no debate do desenvolvimento regional e da gestão territorial como Barquero (2001), Cassaroto Filho e Pires (2001), Ignacy Sachs (1986), entre outros. Do ponto de vista da organização territorial do turismo, o trabalho de Tomazzoni (2009) apresenta uma importante abordagem. Em relação a porções menores do espaço, pode-se citar o conceito de região pivotal de Boisier (1996 p. 123) em que define como “o menor território organizado que, simultaneamente, apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura (capaz de gerar identidade) e resiliência”. Para o autor, essas regiões pivotais podem se associar a outras regiões pivotais ou simplesmente a outros territórios organizados, de forma livre, democrática “e submetendo a associação ao único requisito da contigüidade geográfica, para dar origem a regiões de maior tamanho, denominadas *regiões associativas*” (p.123).

### 2.3 A perspectiva do território

Parte-se do pressuposto de que as identidades territoriais são produzidas por meio da ação de sujeitos na produção de valores mais ou menos hierárquicos no espaço. A noção de território privilegia diversas abordagens, dependendo do campo de estudos. Desde uma linha etológica (mais antiga), isto é, ligada ao comportamento animal, até a psicológica, que a insere no debate da subjetividade e identidade pessoal. Sack (1986) apresenta um território com ênfase à materialidade e objetividade, isto é, privilegia a função estratégica e política do território. Para ele, um território é mutável em função do uso e em função dos horários de uso, como o dia e a noite de uma área urbana, por exemplo. Os aspectos simbólicos do território não estão inseridos nessa análise de Sack (1986). A importância da abordagem de Sack se deu, conforme Claval (1996), por salientar que a ideia de territorialidade se aplica a todas as escalas, desde um apartamento até a de um Estado.

A definição de território é complexa e densa, especialmente pela ligação com o espaço e a espacialidade, isto é, o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN 1993). As práticas espaciais interferem na definição tal como a marginalização, reprodução e segmentação espacial, entre outras (CORRÊA, 2006). Moraes e Costa (1993) citam que, é como se o território fosse o substrato do espaço, pois, ele não aparece perante a produção, como homogeneidade, ele é desigual e é ainda o depositário universal da história.

O espaço apresenta, assim, a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem ao seu tempo e a espacialidade, a característica inerente às coisas, é uma qualidade e não uma ideia de realidade em movimento. A espacialidade é ainda uma qualidade do sujeito, pois é inerente ao ato de observar. O propósito de definir o espaço e a espacialidade, *a priori*, se dá em função da necessidade de não confundir os conceitos de espaço e território, uma vez que alguns autores citam espaço como uma categoria geral e ampla e território, como conceito areal mais preciso, por vezes apenas delimitado e específico.

Haesbaert (2004, p. 40) sintetiza a noção de território em três vertentes: a) política, que se refere às relações de espaço-poder ou jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder; b) cultural ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; e c) econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho.

Santos (2002, p. 231), em uma abordagem de base materialista e mais ligada a centros de controle e poder, cita que “território e mercado se tornam conceitos xifópagos, em sua condição de conjuntos sistêmicos de pontos que constituem um campo de forças independentes”. O autor cita ainda que o território como um todo, “se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes nele instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação”.

A perspectiva de Santos permitiu uma crítica de Haesbaert (2004, p. 61) no sentido de que a “grande ênfase à funcionalização e ao conteúdo técnico dos territórios permite incorporar a leitura de território feita por Santos numa perspectiva econômica”. O olhar de Santos (2002) voltou-se para o caráter utilitarista, isto é, do “território usado”, como afirmou Haesbaert (2004).

Entretanto, há que se ter clareza quanto às dimensões que o território assume, dependendo de sua esfera de análise e do autor, pois existem as ligadas à dimensão cultural do espaço como a territorialidade, que se refere ao lado simbólico do território, conforme Haesbaert (2004). Neste lado simbólico, as características de poder, de governabilidade estão presentes em uma esfera maior, mas também os micropoderes estabelecidos, mesmo que, freqüentemente, sejam apenas simbólicos.

Em relação à constituição territorial, Haesbaert (2004) cita que o espaço se transforma em território através de sua materialização, de suas construções e edificações. Paralelamente, Heidrich (2000, p. 26) salienta que “(...) a constituição de territórios significa a instauração do domínio de uma dada civilização sobre sua existência material em relação à de suas congêneres”. Há uma evidência clara nessa abordagem territorial da dimensão do poder/domínio/fronteira na constituição

territorial que expõe um território não definido por ele mesmo, ou pelas suas “condições e variáveis internas ao mesmo, mas será produto da imbricação destas com as externas”. (HEIDRICH, 2000, p. 26). Turri (2002, p.13) nessa perspectiva cita que,

[...] numa sociedade onde o território com seus recursos são divididos de modos desiguais e geridos pelas classes mais fortes, o imobilismo, como também a mutação territorial, são vistos em função da conservação dos privilégios constituídos, na defesa dos modos de produção que tais privilégios favorecem.<sup>38</sup>

Todavia, a referência do autor se fundamenta a partir dos aspectos históricos e materiais do território e insere a paisagem nessa categorização entre o legado do passado e presente, e pode-se depreender que as relações de poder estabelecidas em um território são forças, que podem atuar positivamente ou negativamente. Essas relações simbólicas podem fazer o território atuar mais pelas imagens que as pessoas criam dele, numa perspectiva de representação socialmente estabelecida, do que pela própria realidade concreta.

Uma análise importante para esse entendimento foi feita por Saquet (2007), que buscou uma fundamentação interdisciplinar em autores pouco conhecidos no Brasil como o francês Jean Gottmann e os italianos Giuseppe Dematteis e Arnaldo Bagnasco. Saquet (2007) aponta que na Itália, conforme analisado por Dematteis, a palavra território, antes de 1968 era restrita a poucos especialistas, porém, a redescoberta desse conceito a partir de um processo socioespacial se dá em meio ao conflito social, inerente à organização da fábrica-cidade, do trabalho e da reprodução do capital. Essa relação socioespacial referida se deu em função da localização da fábrica da FIAT, em Turim, dos trabalhadores ligados aos sindicatos que lutaram contra a burocratização centralizadora das forças do capital e na transformação das condições de trabalho.

Conforme Saquet (2007, p.49), foi Giuseppe Dematteis que sinalizou para uma interpretação (i)material do território e da territorialidade humana a partir de fatores psicológicos (subjetivos) e econômicos. Em relação aos fatores i(materiais),

---

<sup>38</sup> *Così in una società in cui il territorio con le sue risorse è spartito in modi ineguali ed è gestito dalle classi più forti, l'immobilismo, come lo stesso mutamento territoriale, vanno visti in funzione della conservazione dei privilegi costituiti, nella difesa dei modi di produzione che tali privilegi favoriscono.* (TURRI, 2002, p. 13). Livre tradução.



Saquet (2007, p. 46) expõe que Jean Gottmann, nas décadas de 1940 e 1950 deixou contribuições importantes para compreensão histórico-cultural do território, da circulação, fluxos e das iconografias. Para ele, a iconografia identifica o caráter distintivo e individualizante que permite reconhecer uma comunidade de outra limítrofe. As iconografias serão contextualizadas aqui como identidades, sem entrar em contextos mais complexos e desdobramentos históricos.

É fundamental para a compreensão territorial entender seu processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Essa contribuição para entendimento dos fluxos foi trabalhada por Deleuze e Guattari (1976) e vai além da idéia de território areal. Ela relaciona um processo ao outro, isto é, o processo de reterritorialização se dá a partir da desterritorialização. Em um contexto mais recente, Haesbaert (2004, p. 126-127) com base nos mesmos autores, afirma que o território carrega consigo o processo, a dinâmica fundamental da des-reterritorialização, pois, é composto e compõe agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação.

Este ponto é fundamental na obra dos autores: *os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização*. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma *rel-ação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle (HAESBAERT, 204, p.127);<sup>39</sup>

Sinteticamente, pode-se dizer que a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de construção do território. O abandono do território se refere a uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo mal-formado ou mal-reconhecido, em relação ao sujeito, que, conforme Maffesoli (2001) carrega consigo o nomadismo, numa dinâmica de desligar/religar, em relação ao espaço e aos sujeitos. Convém destacar, na análise de Haesbaert (2004), que o território só se define em relação à sua contraparte, a territorialização. Nesse sentido, é importante ter clareza das dimensões assumidas pelo território. Ele é um complexo muito maior do que um simples conceito estático pré-definido e deve se levar em consideração as relações de poder onde se projetou um trabalho, energia e informação, conforme Raffestin (1993) ou na definição de Souza (2006) como um campo de forças, as relações de

---

<sup>39</sup> Grifo do original.

poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.

De certa maneira, o território socialmente construído é um fenômeno imaterial, simbólico, produto do imaginário humano (territorialidade<sup>40</sup>). Sua compreensão deve superar as divisões entre território físico, biológico, social e simbólico ou, que existe um território da geografia, da biologia, da sociologia ou das ciências jurídicas. O território suporta a complementaridade, o antagonismo e a interdependência, pois, sua gênese é o poder na condição de não permanência de tal poder, de possibilidades de não ser território. Todavia, o individual é a expressão do social que expressa o individual, isto é, o indivíduo carrega consigo a sociedade que o carrega, num jogo complexo de inter-relacionamentos, é o espaço dos sujeitos sociais que habitam, imigram, abandonam, passam ou imaginam a realidade desse espaço.

O espaço do sujeito, no campo simbólico e das representações, conforme Di Méo (1996), se divide entre o espaço de vida, base concreta da territorialidade e o espaço vivido, reconstruído mentalmente a partir da razão e imaginário do sujeito. O espaço vivido “ultrapassa a frequência real, suas marcas sensoriais, para se evadir até o espaço sem limite que reconstrói mentalmente os indivíduos a partir de sua razão e seu imaginário”. (DI MÉO, 1996, p. 56)<sup>41</sup>. O espaço de vida expressa a materialidade, isto é,

[...] trata-se dos lugares do cotidiano, dos itinerários que percorre cada dia, mais ou menos regularmente, o homem habitante, trabalhador, consumidor, ator ou agente social. Os caminhos tomados entre sua casa e seu trabalho, entre este e os comércios onde ele se abastece, os centros de serviços e os espaços de lazer que ele frequenta, as distâncias que ele percorre para juntar-se a comunidade de um amigo ou parente, os lugares familiares de visita ou de acolhimento, da festa ou da vida associativa, os bosques, a montanha que ele percorre para caçar ou simplesmente para passear se inscrevem também dentro desse registro (DI MÉO, 1996, p. 57-58).<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Raffestin (1980, p. 145) define territorialidade como “um conjunto de relações oriundas de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível compatível com os recursos do sistema”. Livre tradução.

<sup>41</sup> *Depasse ces fréquentations réelles, ces repérages sensoriels, pour s'évader jusqu'à l'espace sans limite que reconstruisent mentalement les individus à partir de leur raison et de leur imaginaire.* ( DI MÉO, 1996, p. 56). Livre tradução.

<sup>42</sup> *Il s'agit des lieux du quotidien, des itineraries que parcourt chaque jour, plus ou moins régulièrement, l'homme-habitant, travailleur, consommateur, acteur ou agent social. Les cheminements qu'il emprunte entre son logis et son travail, entre celui-ci et les commerces où il se ravitaille, les centres de*

Nesse contexto, tanto um espaço urbano quanto rural são espaços de reconhecimento e identificação social. O espaço do sujeito, resultante do espaço de vida e do espaço vivido é reconhecido pela premissa de identificação social, que pode conformar uma busca racional constante do espaço vivido, pois é imaginado pela coletividade. Assim ganha força o processo de constituição e fortalecimentos das identidades.

### *2.3.1 Identidade social e territorial*

Na sociedade é depositada toda a criação humana, a cultura, a produção individual e coletiva. O ser humano define-se entre indivíduo/sociedade/espécie e cada um desses termos contém o outro (MORIN, 2007, p.51).

A sociedade vive para o indivíduo, que vive para a sociedade; sociedade e indivíduo vivem para a espécie, que vive para o indivíduo e a sociedade. Cada um destes termos é, ao mesmo tempo, meio e fim: a cultura e a sociedade permitem a realização dos indivíduos; as interações entre os indivíduos permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade (MORIN, 2007, p. 52).

A convivência em sociedade pressupõe igualdade e alteridade, isto é, um indivíduo depende do outro na sua condição de existência e de tomada de consciência dos sujeitos. O indivíduo que tem consciência do seu “eu” passa a ser sujeito na condição de “nós”, isto é, o indivíduo no seu egocentrismo expressa o seu sentido de inclusão, de convívio social, de altruísmo. Sua consciência de si e de se reconhecer, reconhecer sua origem, seus ancestrais permite que ocorra a convivência com o outro, mesmo que o outro seja diferente em alguns aspectos, sobretudo físicos, mas será parecido nas condutas, formas de pensar e ações. A essa característica Morin (2007, p. 92) chamou de mimese humana, que comporta,

---

*services et les espaces de loisirs qu'il fréquente, les distances qu'il franchit pour rejoindre le village d'un ami ou d'un parent, les lieux familiers de visite ou d'accueil, de la fête ou de la vie associative, les sentiers, les bois, la montagne qu'il arpente pour chasser ou simplement se promener s'inscrivent aussi dans ce registre.* (DI MÉO, 1996, p. 57-58). Livre tradução.

para além da empatia e da simples imitação, a projeção de si em outro e a identificação com o outro.

A questão da identidade ligada ao território se relaciona muito mais à noção simbólica do que material, embora se esteja em uma sociedade mercantilizada onde tudo tende a ser contabilizado e dificilmente foge à fantasia da cifra. Em um processo majorado de exclusão gerado pela globalização, a identidade pode ressurgir como contraponto ao processo, isto é, os agentes sociais podem fazer com que a dimensão simbólica do território se sobreponha à dimensão material, mas sempre levando em consideração à fluidez do espaço, conforme assinalou Massey (2008).

É sabido que o termo identidade, utilizado na sua aparente trivialidade é problemático, quando é carregado de conotações essencialistas e construtivistas ou é utilizado por alguns líderes políticos para persuasão dos seus pares com intuito profano, entretanto, não se tentará pretensamente aqui explorar todas as suas variações, apenas tentar compreendê-lo de forma mais clara a fim de não incorrer no mesmo problema.

Haesbaert (1999, p. 172) afirma que toda “identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta”. Assim, o espaço geográfico constituiria parte fundamental dos processos de identificação social e complementa que “de uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva e negativa) do espaço pelos seus habitantes (HAESBAERT, 1999, p.172). Nesse contexto, Humberto Eco (2002) afirma que há um sistema de valores simbólicos ligados à identidade, ela é carregada de subjetividade e de objetividade e não é estática, é muito mais um processo dialógico, múltiplo, do que uma representação una.

No campo sociológico, Castells (1999) evidencia a construção das identidades que se servem da historicidade, mas igualmente relacionados aos valores simbólicos.

Na maioria dos atores sociais da sociedade em rede, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. Do ponto de vista sociológico, toda a identidade é construída, a principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. A

construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 1999, p. 23).

A compreensão a partir de Castells (1999) andaria na contramão da proposta espacial apresentada por Massey (2008), dada a compreensão do autor da inevitabilidade do processo histórico de globalização e de sua perspectiva de redes a partir de uma sociedade virtualizada, ainda que sua proposta seja a de uma insurgência social como possibilidade frente a globalização, fundada a partir das redes sociais estruturadas em identidades primárias, como a religiosa, étnica, entre outras.

Hall (2002, p. 12) argumenta que algumas mudanças estão ocorrendo em relação à identidade. “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. Complementa que, as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais<sup>43</sup>. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2002, p. 12).

Esse processo de rupturas e fragmentações com as condições anteriores foi acelerado a partir dos anos 70, no que Harvey (2005) caracterizou como a passagem do moderno ao pós-moderno e que tem implicações na identidade dos sujeitos e na relação com os objetos. Isto é o mesmo que afirmar que as sociedades estão em constantes mudanças, rápidas e permanentes.

Se a globalização se caracteriza por mudanças na “continuidade” da vida social e da fluidez dos mercados, por outro lado, algumas sociedades tendem à manutenção de seus valores, crenças e alguns autores, entre eles Giddens (1991, p. 38-40), classificam essas sociedades como tradicionais, pois veneram o passado, valorizam os símbolos, e perpetuam a experiência das gerações. Neste contexto, cita que a tradição é um meio de lidar com o tempo e espaço inserindo qualquer experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais são

---

<sup>43</sup> Grifo do autor.

estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição<sup>44</sup>, todavia inventada, no sentido que Hobsbawn e Ranger (2002, p. 9) colocam, refere-se ao conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica que implicam uma continuidade em relação ao passado e incluem a construção de mitos, heróis, a folclorização, etc.

Aqui se abre uma lacuna importante para a crítica à “reificação”<sup>45</sup> do discurso identitário, sobretudo quando alicerçado nas perspectivas da tradição e na sua folclorização, categoria criticada por Laferté (2002, p. 68). Para o autor, trata-se de uma categoria mais política que analítica, e cita como exemplo as práticas folclóricas agrícolas (especialmente na França no período entre as duas guerras), reduzidas na sua compreensão à chegada das classes médias urbanas no campo. Para o presente estudo, esta compreensão apresenta-se como fundamental, dada a escala temporal de análise e o interesse em compreender as relações entre o patrimônio ligado ao vinho e o turismo.

Brubaker (2001) teceu uma densa análise sobre os diferentes usos do termo “identidade” a ponto de propor um grupo terminológico visando à substituição do seu emprego nas ciências sociais, no entanto, como alerta o autor, não se trata de excluir, mas explicar melhor a sua complexidade. Os primeiro grupo terminológico citado pelo autor é identificação e categorização<sup>46</sup>. Para ele, “a identificação - de si mesmo e dos outros - é intrínseca à vida social; a identidade, em sua forte acepção, não é” (BRUBAKER, 2001 p. 75)<sup>47</sup>. Para o autor, devem-se diferenciar os modos de identificação entre relacionais, quando ocorre numa relação de parentesco, de amigos, profissional entre chefe e funcionário ou entre professor e aluno, e categoriais, quando ocorre um pertencimento a um mesmo atributo categorial como raça, etnia, língua, nacionalidade, cidadania, sexo e orientação sexual, entre outros. Outra distinção que considera fundamental a ser feita é entre a auto-identificação e a

---

<sup>44</sup> Brubaker (2001, p. 69) cita que, dentro das ciências sociais interpretativas e da história, às vezes as categorias de raça, nação, etnicidade, cidadania, democracia, classe, tradição, entre outras, se constituem ao mesmo tempo de categorias de prática social e política e em categorias de análise social e política, opondo-se a visão de natureza primária ou de identidade primária de Castells (1999).

<sup>45</sup> Brubaker (2001) emprega o termo francês *réification*, especialmente quando dotado de um uso/discurso político banal.

<sup>46</sup> *Identification et catégorisation*. Livre tradução.

<sup>47</sup> *L'identification – de soi-même et des autres – est intrinsèque à la vie sociale ; l'identité, dans son acception forte, ne l'est pas*. (BRUBAKER 2001, p. 75). Livre tradução.

categorização de si pelos outros. A primeira se situa na dialética com a identificação externa, e a externa tem uma variação própria, como expõe Brubaker (2001, p. 75).

No fluxo e refluxo normal da vida social, as pessoas identificam e categorizam as outras pessoas, da mesma forma que se identificam e se categorizam elas mesmas. Mas há também outro tipo fundamental de identificação externa que não encontra contrapartida no campo da auto-identificação: é composto de sistemas de categorização formalizados, codificados e objetivados, desenvolvido por instituições detentoras de autoridade e poder.<sup>48</sup>

O estado moderno tem sido um agente de identificação e de categorização dos mais importantes, pois é função dele identificar quem é quem, fornecer passaportes, registro de identidade, impressões digitais, entre outros mecanismos. No turismo isto se torna ainda mais explícito quando ocorre a visível divisão por passaportes do “primeiro mundo” e do “terceiro mundo”, nos guichês de imigração em aeroportos do “primeiro mundo”. Certamente o estado não é o único agente de classificação externa, pode-se complementar que a própria família, a escola, as diversas instituições advindas do empresariamento urbano também atuam neste sentido, sem adentrar na escola foucaultiana e as estruturas panópticas de controle, como presídios, escolas, entre outras (FOUCAULT, 1977).

Como segundo grupo terminológico, Brubaker (2001, p. 77) apresenta a autocompreensão e localização social<sup>49</sup>, que para ele é um termo mais limitado que identificação. A autocompreensão não implica uma concepção do eu como entidade homogênea, limitada e unitária, própria do mundo moderno ocidental, pois a percepção de si mesmo pode assumir diversas formas. Neste sentido o autor cita os casos em que muitas pessoas precisam do divã de um psicanalista ou ainda, cita alguns cultos com rituais de possessão espiritual. O terceiro grupo terminológico citado é comunalidade, conexidade e grupalidade<sup>50</sup>. Este grupo estaria ligado ao sentimento de pertencer a um grupo específico e limitado, implicando em algum

---

<sup>48</sup> *Dans le flux et le reflux ordinaires de la vie sociale, les gens identifient et catégorisent d'autres gens, de la même manière qu'ils s'identifient et se catégorisent eux-mêmes. Mais il existe aussi un autre type fondamental d'identification externe qui ne trouve pas de contrepartie dans le domaine de l'auto-identification : il s'agit des systèmes de catégorisation formalisés, codifiés et objectivés, développés par les institutions détentrices de l'autorité et du pouvoir.* (BRUBAKER, 2001, p. 75). Livre tradução.

<sup>49</sup> *Autocompréhension et localisation sociale* (BRUBAKER, 2001, p. 77). Livre tradução.

<sup>50</sup> *Communalité, connexité et groupalité* (BRUBAKER, 2001, p.77). Livre tradução.

momento a experiência de solidariedade e de um acordo total com as pessoas que fazem parte do grupo, mas que é nutrida por uma antipatia ao olhar das pessoas exteriores ao grupo. “Comunalidade denota a partilha de um atributo comum; conexidade, os vínculos relacionais que ligam as pessoas entre si (...) e grupalidade é o sentimento de pertencer a um grupo particular, limitado e solidário” (BRUBAKER, 2001, p. 79) <sup>51</sup>.

Considera-se fundamental a possibilidade apresentada por Brubaker (2001), especialmente no âmbito da identificação, corroborada por Hall (2002). Como a identidade é formada ao longo do tempo, “permanece sempre incompleta, está sempre em processo, [...], deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento”, afirma Hall (2002, p. 38-39).

A identidade territorial ou, social/territorial, tem relação com as práticas culturais estabelecidas e historicamente em reprodução nos territórios, sofrendo reformulações. “Trata-se do difícil jogo de dar sentido à nossa vida em grupo sem com isto retirar ou menosprezar o sentido dos outros” (HAESBAERT, 1999, p. 188). Todavia, a tomada de consciência dos sujeitos se dá no espaço de vida, banal, e por essa natureza, a mesma natureza de fronteira de territórios e de regiões, as identidades se apresentam como problemáticas, o que requer uma compreensão ampliada dos diversos fatores intervenientes e determinantes de sua estruturação.

Hourcade (2004), ao analisar a mobilidade e recomposição das identidades e territórios no Irã islâmico identificou uma categoria urbana que denominou de indivíduos sem territórios, causada pela extrema mobilidade e urbanização massiva dos iranianos, o que expõe uma face problemática da relação espacial das identidades, mas que, como assinala o autor, não anuncia o fim do território, mas o início de uma nova territorialidade. Os novos vínculos territoriais interferem nas tradições e de acordo com Di Méo (2004, p. 345), “em suma, longe de formar tradições imutáveis, as identidades e as culturas nas quais elas se imprimem aparecem antes como consertos sociais em constante remodelação”<sup>52</sup>.

As tradições inventadas, estabelecidas, e que permanecem ao longo do tempo com identificação, se expressam em monumentos e símbolos materiais

---

<sup>51</sup> *Communalité: dénote le partage d'un attribut commun, connexité les attaches relationnelles qui lient les gens entre eux (...), groupalité ce sentiment d'appartenir à un groupe particulier, limité, solidaire.*

<sup>52</sup> *Bref, loin de former des traditions immuables, les identités et les cultures dans lesquelles elles s'impriment apparaissent plutôt comme des bricolages sociaux en constant remaniement.* (DI MÉO, 2004, p. 345). Livre tradução.



também, que tem a função de perpetuar o passado, na lógica patrimonial, mas que vai além da idéia de herança no sentido privado. Essa ideia de legado tem a função de construir os territórios, forjar identidades e garantir a sua permanência, o que Di Méo (2007) caracteriza como processo de patrimonialização territorial, que será analisado na sequência. Doravante, no presente trabalho, o termo identidade será ainda empregado, mas enunciando a compreensão dos processos de identificação.

### 2.3.2 Patrimonialização territorial

A necessidade de proteção dos monumentos históricos e depois do patrimônio se manifestou internacionalmente, segundo Heinich (2009, p. 20-21), no período entre guerras, quando a Sociedade das Nações organizou em 1931, em Atenas, o primeiro congresso internacional de arquitetos e técnicos de monumentos históricos, encontro que deu origem a uma carta. No entanto, essa primeira referência se deu no campo material. Isso foi seguido pela Carta de Veneza em 1964, que alargou notavelmente o monumento histórico para a noção de lugar.

Em 1964 também foi fundado o ICOMOS, Conselho internacional dos monumentos e sítios, sob a patronagem da UNESCO, que em 1972 realizou o primeiro inventário do patrimônio mundial, graças a uma Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural ratificada por praticamente uma centena de países (HEINICH, 2009, p. 23).<sup>53</sup>

A dimensão imaterial<sup>54</sup> do patrimônio foi apresentada somente na Convenção da UNESCO de 2003, e entrou em vigor em 2006. Processos de patrimonialização, ainda que não surjam necessariamente com o objetivo de

---

<sup>53</sup> *En 1964 également fut fondé l'ICOMOS, Conseil international des monuments et sites, sous le patronage de l'UNESCO – lequel engagea en 1972 un inventaire Du patrimoine mondial, grace à une Convention pour la protection Du patrimoine mondial, culturel et naturel, ratifiée par une centaine d'États.* (HEINICH, 2009, p. 23). Livre Tradução.

<sup>54</sup> Práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer, assim como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que estão associados, que as comunidades, os grupos, o reconhecem como fazendo parte de seu patrimônio cultural. Disponível em <<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00002>>. Acesso em 08 de Fevereiro de 2010. Livre tradução.

patrimonializar o território<sup>55</sup> não são recentes. Etimologicamente, Di Méo (2007) cita que na língua francesa, a palavra patrimônio remete a escritos do século XII, porém, seu significado refere-se a bens de família herdados de gerações anteriores, de forma privada. Seu status público ou coletivo se desenha a partir da Idade Média, mas originário do sentido privado e seu significado se estende às igrejas e ao que é de seu domínio.

A partir do século XVIII é que ganha uma conotação de permanência e de transferência de uma geração a outra numa concepção material, edificada e não simbólica. Mais tarde é que seu sentido foi ampliado para valores puramente ideais, de ideias e conhecimentos, de concepções e práticas, de técnicas e de saber-fazer (DI MÉO, 2007). No entanto, nem em tempos recentes o patrimônio perdeu seu sentido privado, conforme referência ao patrimônio “*sang*”<sup>56</sup>, de Gravari-Barbas (1995), que afirma que o patrimônio é fundado sobre uma descendência direta entre o grupo produtor de riquezas e seus herdeiros. O patrimônio que a autora se refere é material e afirma que a identificação de um grupo a um território é expressa essencialmente através dos elementos patrimoniais materiais. Quando já não pode mais ser expressa através de elementos materiais, Gravari-Barbas (1995), complementa que, conforme a mobilidade dos grupos sociais que eventualmente dominam uma tradição imaterial, oral ou artesanal, pode ocorrer um fenômeno chamado de exterritorialização do patrimônio, pois, há ausência de referentes patrimoniais territorializados.

Essa relação ganha sentido ainda na composição rural/urbano ou urbano/periferia urbana, uma vez que a ampla maioria dos monumentos reconhecidos por órgãos oficiais ou pelas populações está localizada em áreas urbanas. O que é muitas vezes elemento cultural de um grupo rural como, por exemplo, algum saber-fazer ou domínio de alguma técnica agrícola acaba se perdendo no tempo pela não fixação no espaço e pelo não reconhecimento do valor no âmbito rural ou no urbano. O território está ancorado no passado, mas, profundamente vinculado ao presente e o patrimônio, especialmente o material, por sua vez, se tornou patrimônio por ter seu valor de uso trocado ou por ter perdido seu

---

<sup>55</sup> Criação de associações culturais, comerciais, planos de tutela e gestão territorial, indicações de procedência e denominações de origem, entre outras iniciativas.

<sup>56</sup> Sangue. O sentido dado pela autora é de uma herança sanguínea. Livre tradução.

valor de uso essencial, mas ainda assim, segundo Di Méo (2004) o patrimônio funciona como um catalisador da função territorial, pois funda uma memória comum, isto é, tem uma função identitária.

Gravari-Barbas (1995) expõe outra face do patrimônio, a que funciona como um objeto político, notadamente a favor dos eleitos, no que denomina de “territorialização do patrimônio”, quando há o interesse de fixar um grupo à um território e de criar vínculos identitários<sup>57</sup>.

A noção de patrimonialização carrega consigo a perspectiva de cadeia, de cooperação mínima entre os agentes de um espaço geográfico e a perspectiva da identidade e do território tem suas vertentes na noção de empoderamento, que aflui na compreensão desse processo e fica bem evidente quando se percebe que grande parte dos bens reconhecidos como patrimônio se situam em áreas urbanas e carregam uma herança, como um bem de família.

Heinich (2009) expõe a axiologia do patrimônio evidenciando alguns critérios/valores que são adotados na sua classificação, especificamente no trabalho de inventariação como a antiguidade, autenticidade, raridade, significância e beleza. Coloca, no entanto, que os critérios não se limitam em si, são complementares e muitas vezes antagônicos. Cita ainda que prefere falar em “função patrimonial” ao invés de “patrimônio”, pela ação dos atores que qualificam um dado objeto como patrimônio, isto é, é um processo seletivo. Com esse olhar, explica que “[...] o patrimônio torna-se o estado na qual se encontram imersos os objetos quando são submetidos a certos tipos de operações, gestuais, escriturais, cognitivas, semânticas, jurídicas, financeiras, etc.” (HEINICH, 2009, p. 257)<sup>58</sup>. Essa função

---

<sup>57</sup> Essa relação é bem evidente, particularmente, quando ligada aos valores religiosos, conforme Heinich (2009). Segundo a autora, existe o valor do patrimônio edificado, nesse caso igrejas, basílicas, entre outros, e o valor religioso dos que freqüentam esses espaços. São valores distintos, que podem ser antagônicos ou complementares. Para a imigração italiana no sul do Brasil em fins de século XIX, essa função teve particular relevância na construção identitária, uma vez que a vida social dos imigrantes e descendentes se estruturou nos entornos das capelas, igrejas e grutas rurais, que por sua vez emprestaram o nome às comunidades, no sentido de localização. A religião católica foi marcante no período de imigração, conforme citado anteriormente e diversos trabalhos relacionam essas características, entre eles Dreher (1999, p. 146-147), Valduga (2008a, p. 50-55) e De Boni (1980, p. 241-245).

<sup>58</sup> [...] *le patrimoine devient l'état dans lequel se trouvent plongés les objets lorsqu'ils sont soumis à certains types d'opérations, gestuelles, scripturales, cognitive, sémantiques, juridiques, financiers, etc.* Livre tradução.

patrimonial, na perspectiva da autora, permite que um patrimônio passe de bem privado a público.

No contexto agrícola, as iniciativas de patrimonialização territorial mais importantes se referem ao espaço de produção, às técnicas adotadas ou a fatores climáticos. Incluem-se aqui as Indicações de Procedência<sup>59</sup>, as Denominações de Origem ou outras certificações territoriais adotadas de acordo com as legislações dos países. Especificamente no Brasil, existem 06 Indicações Geográficas segundo o INPI<sup>60</sup> que são: 1) Vale dos Vinhedos: área de produção vinícola no Rio Grande do Sul que inaugurou o processo de Indicações Geográficas no país; 2) Cachaça de Paraty: produzida na cidade de Paraty, no Rio de Janeiro; 3) Café do Cerrado: produzido nas condições climáticas do Cerrado, em Minas Gerais; 4) Carne do Pampa Gaúcho: produzida na região do Pampa, no Rio Grande do Sul; 5) Vale do Submédio São Francisco: produção de uvas de mesa e mangas; e 6) Vale dos Sinos: produção de couro acabado nessa região do Rio Grande do Sul.

Entre as certificações de origem mais conhecidas do mundo, podem ser citadas: Dão e Porto (Portugal), a classificação dos vinhos franceses e seus famosos *Grand Crus* e *Premiers Cru*<sup>61</sup>, de Bordeaux, Provença e da Champagne, seus queijos, frutas, entre outros produtos, nas mais de 477 certificações; de La Rioja, Ribera del Duero, Navarra, na Espanha; do Sarre, da Mosela e Fraken, na Alemanha; da Sicília, Puglia, Toscana, na Itália. Somente na Espanha existem 54 *denominaciones de origen* de vinhos, que correspondem a 57% do total de uvas destinadas para vinhos. Na América, o México possui DO para a Tequila, o Peru para o Pisco e a Bolívia para o Singani, um produto típico feito da destilação de uvas. Na Venezuela, o Chuao, cacau proveniente na zona de Chuao, foi

---

<sup>59</sup> No artigo 177 e 178 da Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 2006) a indicação de procedência e a denominação de origem são assim definidas: a) art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço; b) art. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

<sup>60</sup> INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Indicação Geográfica. Disponível em: <<https://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/igs-registradas-no-brasil/indicacoes-geograficas-concedida/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2010.

<sup>61</sup> A região de Borgonha possui mais de 100 *Appellations d'origine contrôlée* (AOC), somente para vinhos, dentro das mais de 477 existentes na França.

reconhecido como Denominação de Origem. A União Europeia possui 4.900 Indicações Geográficas registradas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e destas, 4.200 são para vinhos.

Um processo de patrimonialização se fortalece quando existe o princípio da escassez<sup>62</sup> ou especificidade, contrário a ideia de produção em massa, valorada pela escala de produção. O princípio da escassez carrega consigo valores do espaço de produção, valores sociais e, conseqüentemente identitários, o que permite caracterizar o território como recurso, e o patrimônio como recurso territorial. Essa análise espacial é contraditória, pois, ao se atribuir valor mercadológico aos valores sociais, corre-se o risco de dissociá-los, imprimindo uma lógica rigorosamente mercadológica, um utilitarismo, no sentido neoclássico. No entanto, essa contradição é própria da constituição territorial, do jogo de poderes estabelecido e da probabilidade da manutenção desses poderes, sejam econômicos, político-ideológicos ou jurídicos.

O processo de patrimonialização aplicado a um objeto, bem, obra, sitio, paisagem, ou a uma realidade ideal, ideia, valor, testemunho, evento, acontecimento ou prática não é natural, isto é, exprime um afeto ou valor admitido coletivamente decorrente de um princípio de convenção, de um testemunho tácito de uma inegável identidade partilhada (DI MEO 2007).

O patrimônio, admitido pela coletividade carrega uma dialética, isto é, pode ser atemporal, testemunho de um passado e pilar do futuro, e, também, pode ser datado e sua data ainda pode ser venerada, lembrada ou comemorada. Landel (2004) mostra 05 fases do processo de patrimonialização dispostas na seguinte ordem: 1) seleção; 2) justificação; 3) conservação; 4) exposição; e 5) valorização. A

---

<sup>62</sup> Aqui, distintamente da teoria malthusiana, que previa o caos social em decorrência da produção de alimentos não acompanhar o crescimento demográfico. Distingue-se, especificamente, pela intencionalidade na limitação da produção e por independer do crescimento demográfico para existir. O princípio de escassez nesse contexto refere-se a controles de produção numa determinada cadeia produtiva, que visam expressar as características do espaço de produção, incluindo o saber-fazer humano, os fatores climáticos entre outras características, atuando na transformação identitária de um produto. Incluem-se nesse contexto as certificações de origem, como as indicações geográficas, denominações de origem controlada, certificações de produção orgânica, biodinâmica, entre outras, dependendo da legislação de cada país. (DI MEO, 2007, p. 10-11). No entanto, o status de escassez, de especificidade, pode se perder pelo excesso de regiões que produzem o mesmo tipo de produto. Assim, a patrimonialização perde sua função, no sentido mercadológico, a exemplo dos óleos de oliva na Europa, como citam François, Hirczak e Senil (2006, p. 694).

proposta do autor pode se aplicar a um bem físico, a um patrimônio edificado e reconhecido por tal valor, no entanto, quando se trata de valor imaterial, simbólico, estas fases não necessariamente se aplicam. Podem até mesmo se inverter, com o processo de valorização sendo pioneiro do processo. A esse respeito, estudou-se o processo de Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos (VALDUGA, 2007), em que se identificou que tal certificação foi consequência de um longo processo de especialização produtiva dos agentes locais, que começaram a valorizar sua produção de vinhos e espumantes, expondo a produção aos olhares do turismo<sup>63</sup>, claramente numa inversão da patrimonialização proposta por Landel (2004).

As certificações, entendidas como processo de patrimonialização territorial certamente se referem a apenas um modelo de estudos possível. Outras perspectivas são bem mais comuns entre pesquisadores, sobretudo àquelas ligadas a segmentos do agronegócio, como as cadeias produtivas, redes, *filière*, alianças estratégicas do ponto de vista organizacional, além das que prescrevem uma participação mínima do estado na organização como as iniciativas endógenas, arranjos produtivos locais, dentro de sistemas locais de produção. Evidentemente que as perspectivas não são excludentes, mas, complementares, ainda que resguardadas as posições ideológicas, no entanto, o eixo adotado neste contexto se refere às relações patrimoniais com viés político territorial, isto é, quando há intencionalidade em fixar um grupo a um território, conforme cita Gravari-Barbas (1995).

O patrimônio, assim como o território permite diversas leituras, desde o embate político gerado, passando pela admissão de uma coletividade (identificação) e negação de outra, a ancoragem e seu uso como catalisador dos processos territoriais, isto é, se pode dizer que o patrimônio pode ser um instrumento de construção de legitimidade dos atores sociais e dos grupos sociais, e, pela mesma lógica, de desigualdades sociais. O que fica evidente é a intencionalidade dos atores no processo de patrimonialização e a compreensão de que não há uma realidade econômica por um lado, uma realidade cultural, natural, político e administrativa por

---

<sup>63</sup> Essa análise se deu a partir das organizações, empresas e associações atuantes na área delimitada. Identificou ainda que existe um processo segregador do agricultor produtor de uvas. Ele não faz parte do espaço de debate sobre a condução da certificação territorial e nem das tomadas de decisão sobre o processo de turistificação do Vale dos Vinhedos, mesmo emprestando, historicamente, suas paisagens cobertas por vinhedos aos operadores e agentes turísticos.

outro. São faces do mesmo processo, hora mais ou menos influenciada por alguma delas e sua leitura também não pode se limitar, sob pena de condenar ou negar fatores importantes das transformações identitárias de um determinado espaço regional ou territorial.

Para Veschambre (2007, p. 378-379), três grandes tipos de abordagens sobre o patrimônio tomam espaço entre os geógrafos: 1) o lugar do patrimônio no planejamento e desenvolvimento; 2) construções de identidade com base territorial; e 3) os conflitos entorno da construção patrimonial. Interessa, para fins do estudo proposto, analisar a perspectiva espacial a partir da segunda abordagem, quando se insere nesse contexto propostas de usos dos espaços, como são as práticas turísticas, ainda que, como irá mostrar Lazzarotti (2003) em seu texto “*tourisme e patrimoine: ad augusta per angustia*”, essa relação derive para a terceira abordagem, a dos conflitos entorno do patrimônio.

Nesse contexto emerge o turismo que carrega consigo o princípio do deslocamento, da errância e do nomadismo humano (MAFESSOLI 2001). Assim, parte-se do pressuposto de que o turista é um dos agentes da turistificação dos espaços ainda que usufrua de forma temporária dos espaços que são modificados e recriados pelo turismo. Contudo, fez-se uma síntese histórica das viagens e do turismo antes de adentrar na discussão da turistificação do espaço.

#### 2.4 Viagens e turismo: uma síntese histórica

Diversas disciplinas estudaram o turismo pelas suas lentes e é reconhecidamente aceito pelos estudiosos que os estudos na área começaram a partir do momento em que seus impactos negativos apareceram nos núcleos receptores e nas paisagens. As abordagens do turismo divergem bastante em relação ao seu objeto de estudos e epísteme. Na França, os livros de turismo estão dispostos nas prateleiras da geografia; na Itália e Espanha, estão dispostos na administração e/ou marketing, assim como em boa parte dos países de língua inglesa. Na América Latina, pode-se dizer que existe uma separação do turismo com

olhares diversos, com destaque às abordagens de matriz funcionalista, destacadas pelo volume de manuais produzidos por autores; a abordagem sistêmico-estruturalista, que apresenta uma maior aceitação nas universidades e da qual decorrem os processos de planificação pública do turismo na atualidade; e as novas abordagens de base fenomenológica, do paradigma da complexidade ou que se propõe a utilização de diversos métodos analíticos.

Não existe a pretensão neste trabalho de discutir as diferentes vertentes de estudos do turismo<sup>64</sup>, o método implícito no presente trabalho evidencia qual é a perspectiva epistemológica adotada. Assim, trabalhou-se com alguns autores que têm uma compreensão concorrente com a perspectiva em questão, sobretudo em relação ao objeto de estudos, e que possibilitaram a formulação de uma síntese. Foram discutidos ainda autores que trouxeram à tona uma discussão sempre marginal nos estudos de turismo, a perspectiva da turistificação do espaço. Inicialmente foi feito um panorama histórico das viagens e da atividade turística e, posteriormente, discutida a relação do sujeito turístico com a turistificação do espaço.

Os estudos científicos de turismo datam das primeiras décadas do século XX, seu estudo é recente se comparado a outras áreas, mas a prática do turismo é muito mais antiga e pode-se dizer que ela sempre acompanhou os diferentes povos, desde a antiguidade até os tempos hipermodernos. A imensa maioria dos livros de turismo traz a perspectiva de que ele é um fenômeno capitalista, iniciado no período pós-revolução industrial a partir da melhoria dos meios técnicos e científicos, especialmente os transportes. Se for considerado esse pressuposto no turismo, toda a discussão feita de espaço e sua relação com o tempo, suas verticalidades e horizontalidades torna-se nula neste contexto. Ao afirmarem os autores que o

---

<sup>64</sup> Diversos autores elucidam os avanços da compreensão teórico-metodológica no turismo. Sugere-se as seguintes obras: LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005. O trabalho do autor aborda a perspectiva da construção do valor no turismo, a partir de Marx e Ricardo e apresenta uma perspectiva diferenciada da hospitalidade no turismo. MOESCH, Marutschka M. **Epistemologia social do turismo**. 2004 Tese (Doutorado)-ECA USP, São Paulo, 2004. A autora faz uma densa abordagem das diferentes escolas do turismo e busca ascender o turismo ao status de ciência a partir das bases da complexidade de Morin, reposicionando o sujeito de estudos do turismo. NETTO, Alexandre Panosso. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005. O autor discute as diferentes escolas de pensamento do turismo e propõe uma nova abordagem a partir de bases fenomenológico-hermenêuticas.



turismo é oriundo do capitalismo, estão ignorando o fato de que nem toda a sociedade tem o mesmo tempo ou vive no mesmo tempo, seja real ou virtual, incorrendo no erro crucial de colocar os diferentes povos na fila da história, como bem alertou Massey (2008). Por outro lado, se a ciência econômica neoclássica ou a própria geografia tivessem dado conta dos estudos turísticos, não haveria a necessidade de cursos de graduação e pós-graduação específicos em turismo.

A historiografia do turismo apresenta uma linearidade histórica a partir da Europa, ignorando quase sempre outras possibilidades. As viagens no mundo oriental, Ásia e posteriormente na América espanhola praticamente não são contempladas pela literatura. Existe essa lacuna importante ainda a ser preenchida pelos pesquisadores e pode-se dizer que há carência de pesquisa histórica no turismo.

Denso de variantes e significados, complexo pela essência humana de encontro que lhe dá forma, o turismo possui um escopo de análise que caracteriza uma rede, conseqüência de seus fluxos que impactam nos lugares, na hospitalidade e nas relações sociais estabelecidas *a priori* e *a posteriori*. Sua relação com os territórios implica igualmente uma análise complexa, distante da via exclusivamente mercadológica e ufanista que lhe é comum, especialmente nas abordagens economicistas sustentadas por algumas correntes, como a sistêmica no turismo<sup>65</sup>. Também não se segue aqui a lógica de que o turismo é de conhecimento da maioria das pessoas pelo fato delas, em algum momento, se tornarem turistas. Se turismo fosse senso comum, certamente não ocorreriam conflitos como os de ordem territorial, referenciados por Knafou (2001, p. 64).

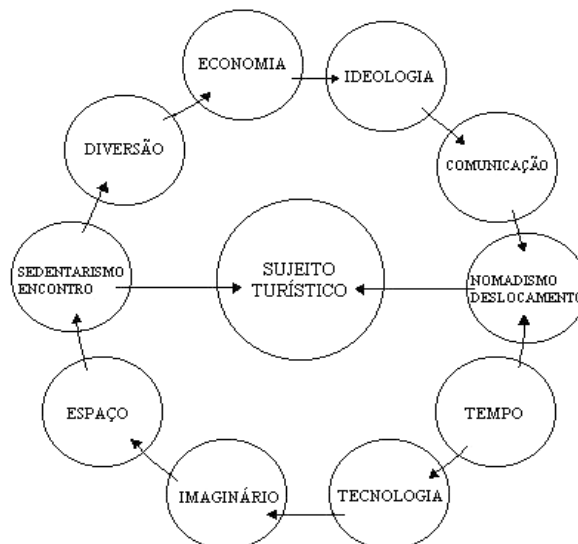
No final das contas, há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam, [...]. Ao mesmo tempo, e aqui se trata apenas de uma contradição aparente, o turista incomoda, por estar muito perto de nós: o turista espelha de modo muito fiel a realidade que nos incomoda, que nem sempre nos é agradável.

---

<sup>65</sup> Detalhes em Valduga (2008). Foi proposto nesse trabalho um reposicionamento do objeto de estudos do turismo, com base na crítica à corrente sistêmica/estruturalista, buscando a superação do discurso industrial e da separação entre sujeito e objeto turístico, especialmente no momento do consumo turístico.

O agente central do turismo, o sujeito turístico, relaciona-se com diferentes situações no espaço banal, entretanto, o que se quer evidenciar é que o sujeito turístico não se reduz em si ao *homo economicus*, ele é responsável pela ação do turismo, por isso é a simultaneidade de tempos e espaços, que se revela em deferentes faces, como a econômica, a cultural, a ideológica, como bem expressou Moesch (2004, p. 456), na figura 02. O holograma da figura 02 parte do princípio hologramático de Morin (2000), em que o todo está na parte assim como a parte está no todo. A sociedade produz o indivíduo que produz a humanidade, num princípio retroativo, assim o turista é ao mesmo tempo produtor e produto do turismo.

**Figura 02:** Sistema Turístico Orgânico Hologramático



Fonte: Moesch (2004, p. 456)

A figura 02 abre a possibilidade para perspectivas diferentes da apresentada anteriormente, que pretende um turismo oriundo do capitalismo e do advento da separação do tempo de trabalho e do tempo de lazer. Abre a possibilidade para uma visão não eurocêntrica do mundo, perspectiva apresentada por alguns autores brasileiros como João do Santos Filho, Aguinaldo César Fratucci, Ycarim Melgaço Barbosa, Marutschka Martini Moesch, Antônio Carlos Catrogiovanni, entre outros. A questão é considerar o espaço de ação, não apenas a separação de tempo de trabalho e tempo de lazer, ditado ainda pela divisão do trabalho.

O homem sempre foi nômade, ainda que o advento da agricultura o tenha fixado de certa forma a terra no período neolítico. Da mitologia bíblica do Êxodo à arca de Noé, as viagens sempre estiveram presentes. Na idade antiga, o papel dos

sumérios na facilitação do deslocamento foi fundamental, criaram o comércio, a roda e a escrita e não por menos são considerados os inventores das viagens. A cultura grega, por sua vez, apresenta as homéricas viagens em *Íliada* e *Odisséia*. Os egípcios e os fenícios legaram ao mundo a navegação, e os gregos se beneficiaram da experiência naval fenícia no mediterrâneo ocidental. Os gregos, responsáveis pelos jogos, até hoje são lembrados numa das maiores manifestações esportivas mundiais e turísticas, os jogos olímpicos. O geógrafo e historiador Heródoto pode ser considerado um dos maiores viajantes da Grécia, era interessado pelos costumes, pela descrição dos atrativos, pelas particularidades das religiões e pelas técnicas de produção (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002). Aos romanos é atribuído o turismo como é conhecido hoje, com viagens destinadas ao prazer, à cultura, ao lazer, à fruição e às experiências.

O desenvolvimento das instalações termais, iniciadas por Agripa com a construção das termas do Campo de Março, em 25 a.C., em Roma, marcou o nascimento dos verdadeiros centros de interesse dos viajantes. Os romanos transformaram os banhos em centros de atrações espalhados por todo o território imperial: na Itália, França, Espanha, Portugal, Inglaterra, Romênia, Norte da África e Ásia Menor (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Foram construtores de um sistema viário que lhes permitiu percorrer até 150 quilômetros diários, suas vias apresentavam calçamento com pedras lisas e irregulares, calçada e algumas vezes sistema de escoamento da água ou canal de drenagem, conforme ilustra a figura 03.

**Figura 03** - Estrada romana: escavação arqueológica na cidade de Verona, Itália



**Fonte:** acervo do autor

As estradas romanas foram fundamentais na expansão do Império e chegavam a ter a espessura de um metro na sua constituição. Boa parte foi tombada como patrimônio pela UNESCO e certamente as boas condições que algumas apresentam ainda hoje são resultado da sua engenharia construtiva, herdada dos etruscos, povo que habitou a região da Toscana.

Os romanos apreciavam os famosos templos no Mediterrâneo, particularmente as pirâmides e os monumentos do Egito. Eles ainda viajavam nas ocasiões de festejos e dos jogos olímpicos. Os banhos medicinais eram outra grande modalidade muito apreciada pelos romanos e até algum tipo de *spa*, que eram locais de descanso e divertimento (BARBOSA, 2002, p. 20).

A decadência do Império Romano abalou as viagens nos seus moldes. Lentamente a organização feudal deu vida a um sistema com antecedentes no monastério e as peregrinações religiosas se manifestaram como os principais eventos de deslocamentos. As peregrinações à Terra Santa, Roma, Jerusalém, Santiago de Compostela entre outras eram as mais freqüentes, todavia, existia o risco dos saques e pilhagens atribuídas aos bárbaros, daí a necessidade das peregrinações terem um caráter coletivo de viagem. A motivação basicamente era a fé e as peregrinações eram uma imposição da igreja com o intuito de que os fiéis fossem absolvidos pelos pecados. Dadas as condições de viagem, a igreja oferecia nos séculos XII a XIV uma extensa rede de hospedarias para viajantes, que eram mantidas por religiosos e pelas indulgências produzidas em massa (URRY, 1999).

Barbosa (2002, p. 26) cita que, dentre alguns viajantes de destaque na época, pode-se citar o estudante judeu Benjamin de Tudela e Jacob D'Ancona. Benjamin foi o primeiro viajante medieval a alcançar o oriente. Cita que ele fez um relato escrito em hebraico de sua jornada, que durou 13 anos através da Europa, Pérsia e Índia, deu detalhes das comunidades judias e da geografia dos lugares visitados. O segundo partiu da Itália em 1270, chegando à cidade chinesa de Zaintun um ano depois e quatro anos antes de Marco Polo ter alcançado Xanadu, em 1275. Marco Polo é tido como um dos grandes viajantes aventureiros medievais e suas histórias até hoje são comercializadas em livros. Possivelmente as suas viagens tenham ganhado destaque pela descrição detalhada dos lugares visitados e pelo contato com a China. A ele foi atribuída a introdução de uma receita na Itália,

oriunda da China, feita com uma farinha extraída de arbusto de sagu, que era cozida, cortada e secada, o que seria o precursor do macarrão italiano.

Para os árabes, as viagens tinham muita importância. Segundo Barbosa (2002, p. 28), “os letrados muçulmanos da Idade Média ansiavam por elas. Cultivavam ainda a paixão pela arte da peregrinação. As viagens eram, para a maioria, uma prova de vida, porque a condição do saber brotava do sofrimento”. Complementa ainda que, “depois de tudo, a iniciação definia não um saber, mas uma experiência. Eles foram muito mais longe, estimando que as viagens seriam um requisito necessário ao funcionamento da instituição científica” (p. 28).

Na chamada idade moderna, o homem redescobriu a viagem com o sentido hedonista e muitos deslocamentos se deram também visando à expansão territorial, sobretudo européia. O período Renascentista favoreceu o desejo de explorar e descobrir. Foi quando nasceram as universidades, como Oxford, Paris, Salamanca e Bolonha. Com os estudantes e com as cortes surgiu o *grand tour*. A educação dos nobres não era considerada completa, a menos que eles passassem de um a três anos viajando pela Europa, com um tutor (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002).

Segundo Phillips (2003), viajantes ingleses comentavam com frequência, e normalmente de forma positiva, sobre comidas e bebidas encontradas em lugares como a Itália. Muitos desses viajantes participavam de um *Grand Tour*, que tinha como objetivo proporcionar a britânicos bem-nascidos conhecimentos sobre a história e a cultura da Europa. Muitos eram atraídos por outras diversões proporcionadas pelas terras estrangeiras e vários destes viajantes mencionavam o vinho em seus relatos de viagem. O *Grand Tour*<sup>66</sup>, todavia, era uma viagem feita pelo jovem do sexo masculino, inexistindo praticamente registros de que mulheres o teriam feito.

Com o surgimento de uma aristocracia européia advinda do processo de industrialização, novos destinos turísticos foram inventados e novas modalidades de turismo apareceram como os balneários, o culto às montanhas com a valorização da casa de campo e a praia, muitas vezes associada ao surgimento dos cassinos. Todavia, o fato mais marcante sob o ponto de vista do turismo foi o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor.

---

<sup>66</sup> Um detalhamento deste movimento pode ser encontrado em Barbosa (2002, p. 31 a 37).

A cidade inglesa de Bath tornou-se o destino mais famoso para banhos termais de todo o Reino Unido no final do século XVIII e era indicado por médicos como tratamento para cura de doenças, especialmente da tuberculose. A Alemanha, França e Bélgica tinham diversos destinos de banhos e na maioria deles havia acompanhamento médico dos banhistas. O balneário de Baden Baden, na Alemanha, chegou a receber em 1860 mais de 48 mil visitantes. Aos banhos eram associadas outras atividades como os jogos nos cassinos. A busca pelo mar foi iniciada com os britânicos, no período entre 1810 e 1830, no entanto, o bronzeado somente começou a ser praticado por volta de 1920 (BARBOSA 2002).

O culto a montanha também foi intensificado, tanto pela prática do alpinismo quanto pelo surto de tuberculose na Europa, e foi incentivado pelos médicos, inclusive sanatórios foram construídos especialmente na Suíça. Depois de 1850, o movimento acentuou-se devido à ação dos clubes alpinos. O centro de montanha que irradiou esse movimento foi Chamonix, localidade francesa junto ao rio Arve, por sua localização privilegiada como ponto de partida ideal para a exploração dos glaciares do Monte Branco (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002).

Foi um período de expansão das atividades de transporte e por consequência do turismo. As primeiras agências de viagens datam de meados do século XIX. A literatura em geral e, sobretudo a inglesa cita que o pioneiro em agências foi um pregador batista inglês chamado Thomas Cook. Em 1841 ele alugou um trem para levar 570 pessoas de Leicester a Loughborough para assistir a um congresso antialcoólico. Foi responsável por diversas inovações nos transportes, especialmente o de baixo custo com compras no atacado e passou a oferecer chá e sanduíche de presunto aos seus viajantes, elaborou o primeiro guia de viagens profissional para uso dos turistas, levou em 1851 cerca de 165 mil pessoas à primeira Exposição Mundial de Londres, entre outras inovações (YASOSHIMA e OLIVEIRA, 2002; BARBOSA, 2002).

Thomas Cook, antes de ser considerado um herói do turismo, deve ser remetida sua atuação em relação à estrutura social da época, num contexto de crescente industrialização inglesa e de exploração da mão-de-obra. Barbosa (2002) cita que, se por um lado as inovações de Cook são louváveis de um ponto de vista empresarial, por outro estavam dando início a um tipo de viagem ou de turismo de massa voltado exclusivamente para o lucro em larga escala, resultante da popularização das viagens. “As viagens massificadas de Cook começaram a perder

sua autenticidade, com grupos numerosos de pessoas – os turistas – visitando sempre os mesmos lugares, aglomerando-se por onde passavam, sendo muitas vezes alvo de críticas por parte das populações autóctones” (BARBOSA, 2002, p. 55). Santos Filho (2005, p. 22), ao criticar a historiografia do turismo refere que,

[...] aceitar a exclusividade de ação de Thomas Cook na história do fenômeno turístico, e reproduzi-la sem qualquer reflexão, é aceitar a historiografia inglesa como modelo para a explicação da história do turismo na humanidade.

As observações dos autores são fundamentais no sentido de considerar o espaço de ação dos sujeitos, não os reduzindo a meros coadjuvantes no processo histórico, até mesmo porque existiram outros agentes e muitos fatores intervenientes tão importantes ou mais, do que muitos personagens históricos, por vezes criados pela literatura. Yasoshima e Oliveira (2002, p. 52) apontam outro personagem histórico importante, Bernardo de Abreu, que criou a agência Abreu na cidade do Porto, em Portugal em 1840.

Havia, naquela época, uma grande emigração do nordeste de Portugal para a América do Sul, em especial para o Brasil, sendo que a Abreu tratava dos vistos de saída, passaportes, passagens de trem para Lisboa e passagens de trem para a América do Sul.

Este fato não é isolado, a emigração e a imigração europeia foram intensificadas, como as de origem alemã, suíça, polonesa e italiana no Rio Grande do Sul, com destaque à alemã e italiana, que foram intermediadas pelas companhias de imigração. Elas eram empresas privadas ligadas aos governos e que tinham função parecida com as das primeiras agências, mas faziam, além da documentação, a publicidade positiva dos países de destino com o intuito de iludir os futuros imigrantes/clientes.

Lentamente o cenário do turismo foi se modificando nos anos seguintes. Nos primeiros anos do século XX seguiu a tendência do final do século XIX, tendo o fluxo turístico sido praticamente interrompido no período da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1919). A maior invenção do período sem dúvida foi o avião e, no pós-guerra a intensificação da produção automobilística e sua posterior popularização. Para os brasileiros, Alberto Santos Dumont teria realizado o primeiro vôo com um aparelho motorizado a propulsão em público, mas para os demais países, os inventores foram

os irmãos Wright, que teriam realizados vôos para testes militares. Controvérsias a parte, a famosa Avenida *Champs-Élysées* em Paris, credita a Santos Dumond a aterrissagem de um dirigível em 1903, conforme a figura 04.

**Figura 04** - Placa de menção a Alberto Santos Dumont. Avenida *Champs-Élysées* em Paris



**Fonte:** acervo do autor.

No período entre guerras houve uma ascensão do turismo, freada somente pela crack da Bolsa de Nova York entre 1929 e 1931, afetando muitos países, especialmente os industrializados e que mantinham relações comerciais com os Estados Unidos. Os estudos do turismo datam deste período, sobretudo na Alemanha com o que os estudiosos do turismo chamariam posteriormente de “escola Berlinesa”. Destacam-se neste período Benschmidt, Glücksmann e outros, que estudaram os efeitos econômicos do turismo (MOESCH, 2004). O chamado turismo social também foi criado neste período, intensificado pelo governo fascista italiano no *Dopolavoro* (depois do trabalho) e na Alemanha com a *Kraft durch Freude* (força da alegria) em que as massas de trabalhadores eram estimuladas a viajar de forma excursionista. Havia, contudo, neste período, os chamados grandes movimentos nacionalistas, com a criação de heróis locais e regionais, de fixação do patrimônio, e do fortalecimento e das construções de identidades em alguns países, como no caso francês, italiano, na então União Soviética e no Brasil. O turismo teve este papel central no processo, especialmente porque ele permite o olhar do outro, que endossa o que é criado pelos agentes públicos e privados com alguma intencionalidade (LAZZAROTTI, 2003).

O fluxo turístico internacional somente seria retomado depois do final da Segunda Guerra Mundial, os países europeus buscaram formas de financiar as suas



reconstruções e uma das alternativas encontradas foi no turismo, servindo de estratégia de desenvolvimento e como estimulador de entrada de capital estrangeiro. Os trinta gloriosos, como ficaram conhecidos os trinta anos seguintes a Segunda Guerra Mundial foram de acumulação, poupança e de melhoria das condições de vida nos Estados Unidos e na Europa e houve uma intensa massificação do turismo em diversos destinos, como a Costa Brava na Espanha, a Côte d'Azur na França, que mesmo antes havia experimentado uma massificação do turismo, Havana e Varadero em Cuba, Torres e Guarujá no Brasil, Buenos Aires, Córdoba e Bariloche na Argentina (SCHLÜTER, 2001) entre outros. Em 1974, 205 milhões de turistas internacionais se deslocaram em diversos países, no ano 2000 cerca de 700 milhões de turistas e em 2010, segundo a OMT (2010), as chegadas internacionais somaram 935 milhões de pessoas. A expansão do turismo segue a passos largos, especialmente a partir de uma internacionalização facilitada pelos meios de comunicação e transporte.

Sua expansão significou muito para países que souberam planificá-lo a ponto de colocá-lo nas primeiras posições da balança comercial, como é o caso da França, Espanha, Itália, entre outros. A cada dia novas experiências turísticas são proporcionadas por agentes e operadores de viagens, tornando cada vez mais acessível sua prática, ressignificando espaços, revitalizando outros e permitindo outras formas de comunicação entre visitantes e visitados. Na medida em que tempos e espaços são encurtados pela velocidade da comunicação e dos transportes, surgem iniciativas que contrapõe a perspectiva fordista de estratificação social a “nichos de mercado”. A dialógica é permanente e imanente ao sujeito e se auto-organiza a partir do aparente caos social.

Os números do turismo por si só não falam muito, a não ser a projeção que pode ser feita para o turismo mundial e a sua evolução quantitativa ao longo das décadas. A OMT e outros órgãos oficiais dispõem de pouca análise sobre os impactos nos destinos, comunidades e regiões turísticas. Essa carência de estudos dos impactos não se dá ao acaso, é sintoma de uma compreensão parcial do fenômeno turístico que somente vê o que a economia chama de demanda turística. Os espaços de acolhimento continuam até hoje, em boa parte dos estudos turísticos, marginalizados. Para tentar avançar na crítica e nessa dialógica do turismo, será feita uma análise no próximo item a partir de alguns autores que se propuseram a

avançar na compreensão do espaço turístico a fim de apontar um caminho convergente na relação sujeito turístico e espaço turístico.

#### *2.4.1 Sujeito turístico e a turistificação do espaço*

Inúmeras definições de turismo e de turistas existem na literatura e revelam a perspectiva adotada pelos seus autores. Assume-se a definição de Moesch (2004) para quem, o turismo é um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s) em tempos e espaços. É um fenômeno e uma prática social que possibilita afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto, explicitador de uma estética diante da busca do prazer. Para a autora, o movimento comunicacional no turismo é uma constante, isto é, o turismo é um fenômeno de comunicação.

Para Morin (2007, p. 74) “ser sujeito supõe um indivíduo, mas a noção de indivíduo só ganha sentido ao comportar a noção de sujeito”. O indivíduo é dotado de identidade biológica e detentor de conhecimento a partir do tecido celular, mas de um conhecimento global do organismo enquanto organismo e esse conhecimento “primário” resulta das interações entre as células destinadas às tarefas imunológicas e o conjunto do organismo, em ação comunicacional. A tarefa imunológica é individual e responde às necessidades individuais do ser, por isso computa de forma egoísta, reagindo ao que considera estranho e satisfazendo as necessidades e interesses próprios (MORIN, 2001b).

Para Morin, (2001b) o indivíduo não é somente egoísta a partir da definição biológica, mas também nas profundezas do seu ser num universo que comporta riscos e probabilidades a qualquer ser vivo, por mais efêmero que seja considera-se como centro de referência.

Afirma-se, assim, em um lugar privilegiado e único, onde se converte no centro do seu universo, e do qual exclui qualquer outro congênere, inclusive o seu gêmeo homozigótico. É a ocupação exclusiva deste espaço egocêntrico que funda e define o termo ‘sujeito’ (MORIN, 2001b, p. 187).<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Grifo do original.

O sujeito carrega uma conotação egocêntrica, que individualiza as experiências vividas. Assim a diferenciação decisiva, em relação ao outro, não está, antes de tudo, na singularidade genética, anatômica, psicológica, afetiva, mas na ocupação do espaço egocêntrico por um “Eu que unifica, integra, absorve e centraliza cerebral, mental e afetivamente as experiências de uma vida” (MORIN, 2007, p. 75).

Rompido o teocentrismo medieval, a partir dos ideais iluministas que questionaram as bases filosóficas em que a verdade estava construída, Descartes aparece como o pai da ciência moderna que buscava na racionalidade humana a possibilidade da verdade. Assim nasceu o sujeito cartesiano que busca a verdade por meio de sua experiência, do cognoscível, rejeitando os dogmas da igreja. O *cogito*, como consciência que reflete sobre si, o sujeito como subjetividade. Assim, faz-se necessário distinguir a condição de subjetividade do eu para o nós, enquanto sujeito de conhecimento. Chauí (2009, p. 130) cita que o sujeito do conhecimento se ocupa com as noções como as “de espaço e tempo, causa e efeito, princípio e consequência, verdadeiro e falso, matéria e forma, signo e significação, etc., entendidas como condições universais e necessárias do conhecimento”.

Sinteticamente pode-se afirmar que o conhecimento é imutável perante o eu, isto é, igual independente da condição individual, como por exemplo o conhecimento produzido até hoje na geografia ou no turismo. Por outro lado, o “*eu* é a consciência de si como o ponto de identidade e de permanência de um fluxo temporal interior que retém o passado na memória, percebe o presente pela atenção e espera o futuro pela imaginação e pelo pensamento (CHAUÍ, 2009). É a consciência como uma vivência psíquica que será revelada na forma de comportamentos. A esses comportamentos, Morin (1999, p. 104) complementa que o cérebro atua no sentido de sua formação réptil/mamífero/primata/humano, retroagindo no sentido humano para o réptil e assim sucessivamente. É a chamada máquina hipercomplexa, indivisível enquanto sujeito e tão cara ao pensamento moderno que o estudou a partir das bases cartesianas, fragmentando e impossibilitando a compreensão a partir de sua indivisibilidade.

Assim, sem entrar em desdobramentos mais complexos, o eu, enquanto sujeito individualizado tem a possibilidade de cogitar, de ter a consciência do saber e dispõe da possibilidade de integrar em si a experiência pessoal e a experiência

coletiva/histórica. “Dispõe da dialética cérebro-espírito-mão-instrumento que, em princípio, transformou o galho em bastão, a pedra em arma e, de problemas em soluções e soluções em problemas” (MORIN, 1999, p. 124-125). Ao sujeito foi possível avançar na racionalidade que separou sociedade e natureza ou, no caso do turismo, tempo livre de tempo de trabalho, como única possibilidade de interpretação dentro da lógica capitalista.

A experiência individual/coletiva, todavia, pode ocorrer em distintos locais, pode ser no shopping, no banco, na rua, na praça, na residência, lugares mais ou menos controlados que interferem na tomada de consciência e diferenciam a experiência. Assim ocorre também no turismo, em que há um uso territorial, ainda que temporário, pelos que transitam e “consomem” de certa forma estes locais, o espaço como destino, a espacialidade no turismo.

Diversos autores estudaram de distintas maneiras e contextos as relações socioespaciais no turismo. Entre eles pode-se destacar Roberto Boullón, argentino que criou a Teoria do Espaço Turístico em 1985, os trabalhos do francês Remy Kanfou, que inaugura a ideia de turistificação dos espaços, os italianos Teresa Amodio, Filippo Bencardino e Maria Prezioso (2007), com uma contribuição do ponto de vista territorial e dos sistemas locais de produção, o espanhol Fernando Vera (1997) com a perspectiva de articulação territorial no sistema turístico. Outros trabalhos também são relevantes como os estudos de caso de Rita de Cassia Ariza da Cruz (2007) e Douglas Pearce (2003). A ênfase dada neste trabalho será às obras dos dois primeiros autores, entretanto, sem desconsiderar as contribuições dos demais.

Um território pode ser formado a partir de distintos usos como o bélico, universitário, agrícola, industrial, turístico, entre outros. No caso do turismo, o uso turístico do território desvela um duplo olhar entre os que conheceram o mesmo local não turistificado e os que não o conheceram, isto é, para alguns uma paisagem pode apresentar-se destruída em decorrência do uso turístico ou da especulação imobiliária<sup>68</sup>, por exemplo e, para outros, especialmente os que não conheceram a

---

<sup>68</sup> Krippendorf (2001), se referindo aos devoradores de paisagens, sustentava a tese de que a paisagem modificada pelo turismo, pelas construções e pela especulação imobiliária deixaria de gerar atratividade nos lugares turísticos, denunciando a especulação existente nos Alpes suíços. O que se verificou na prática, conforme refere Knafou (2001), é que ocorreu uma mudança de perfil de público que valoriza outros atributos como os hotéis existentes, novas construções e novas paisagens.

paisagem antes, ela pode ter outro valor, que gere atratividade e mereça destaque. Se não fosse dessa maneira, possivelmente muitas praias brasileiras, mexicanas, caribenhas, espanholas ou francesas não teriam mais fluxo de visitantes. Essa lógica pressupõe o entendimento de que o que gera atratividade é a presença dos turistas e isto, muitas vezes, independe das condições do espaço. Nesse sentido, Knafou (2001, p. 70) coloca que “são os turistas que estão na origem do turismo” e essa seria, para o autor, a primeira de três fontes de turistificação dos lugares. A segunda fonte é o mercado, que cria espaços de consumo e lazer e, a terceira fonte de turistificação são os planejadores e os promotores territoriais. Em síntese, as características expõem diferentes territorialidades e Knafou (2001) alerta para os perigos da ação dos planejadores que podem, muitas vezes, ignorar o mercado e as práticas dos turistas<sup>69</sup>.

A turistificação dos espaços, para Knafou (2001), parte da apropriação de frações do espaço que tem sua lógica alterada pelo turismo, lógica que o próprio autor apresenta em 1991, quando trata da invenção do lugar turístico. A turistificação permite um amálgama das lógicas de lazer e de trabalho, pois agentes turísticos e operadores tendem a se instalar numa dada fração do espaço, refuncionalizando-o. Por outro lado, a invenção do lugar turístico, para o autor, obedece a um duplo movimento, o primeiro de distorção da utilização dominante do lugar – é o poder subversivo do turismo - e o segundo, é a incorporação de novos territórios ao lugar turístico – é o poder de conquista do turismo. A subversão é interior, em sentido inverso a ordem estabelecida, e a conquista é exterior, pela incorporação ao território existente de territórios suplementares (KNAFOU, 1991).

Essa compreensão elucida a formação de condomínios fechados em áreas turísticas tanto em meio urbano quanto rural, e o caso mais comum se dá em áreas litorâneas em que ocorre uma valorização dessa paisagem, suprimindo os espaços públicos e inflacionando os preços dos produtos básicos à sobrevivência das populações locais. É aparente ainda em zonas urbanas como o famoso *Marais* de

---

<sup>69</sup> “A existência de múltiplas possibilidades de desenvolvimento territorial subvencionado facilita esta deriva. É uma situação freqüente na Europa comunitária, onde os projetos de desenvolvimento local vêm podendo beneficiar-se de ajudas em vários níveis: regional, nacional e europeu. A ideologia do desenvolvimento local ligada ao desejo político de evitar formas muito sensíveis de abandono dos territórios fracamente ocupados é então favorável à produção de novas análises, de lógica territorial, que, desde então, pode dar-se ao luxo de, relativamente, ignorar o turismo assim como o mercado” (KNAFOU, 2001, p.71).

Paris<sup>70</sup>, que deixou de ser um espaço residencial aristocrático e depois industrial no século XIX, para abrigar museus, centros culturais, ou ainda Veneza, densamente frequentada diariamente, cedendo espaço a outra vida urbana. Cruz (2007), classifica estes espaços em pseudo-lugares, pois, muitos forçam um simulacro, isto é, tentam reproduzir realidades externas ao contexto social local. Entretanto, alerta a autora que não se pode qualificar um lugar como pseudo-lugar pela aparência, “é preciso investigar a vida que o anima e a relação que ele tece com os espaços à sua volta” (CRUZ, 2007, p. 26). Todavia, discorda-se da ideia de pseudo-lugares da autora, pelo mesmo princípio do processo de transformação/formação das identidades, como se existisse uma identidade original e pura, um ponto de partida em estado inerte. Territórios e lugares estão em movimento e a criação de valores também.

As observações dos autores são fundamentais na análise territorial do turismo, pois evidenciam o que comumente ocorre em lugares turísticos refuncionalizados, no sentido de que, muitas vezes as populações locais deixam de ser “os residentes” para serem incorporados como expectadores ou mesmo como “figurantes”, emprestando suas casas históricas (patrimonializadas) às lentes fotográficas, suas paisagens transformadas pelas suas ações em distintos contextos, ou mesmo como personagens dotados de algum saber-fazer específico, com caráter de exclusividade. Neste contexto a crítica que se faz não é em relação à ideia de autenticidade ou não, isto é secundário e concorre à análise espacial de Massey (2008) e Brubaker (2001), mas a maneira em que a população é inserida no contexto turístico, no sentido de qualificação profissional, marginalização, prostituição, etc.

Aqui se poderia citar alguns destinos turísticos da chamada Região Uva e Vinho, citada na introdução, que tiveram seus espaços turistificados como o Vale dos Vinhedos e o Roteiro dos Caminhos de Pedra, antes espaços eminentemente agrícolas. Importante alertar que, muitas vezes, o turista é qualificado como um corpo estranho para muitos autores. O turista é tão somente um sujeito fruto da mesma sociedade, ele reflete a sociedade e como citado, a produz também, portanto, aos núcleos receptores deveriam ser permitidas outras experiências com esse sujeito, além da esfera comercial. Krippendorf (2001) alertou que o fato de o

---

<sup>70</sup> Detalhes em Faure (1998).

turista incomodar é porque ele reflete a situação na qual, muitas vezes o trabalhador do turismo gostaria de estar, num jogo próprio da dialética do turismo, majorado pelo fato de que boa parte dos profissionais do turismo precisa trabalhar aos finais de semana, feriados e outras datas em que a maioria da população e seus familiares estão descansando, isto é, nem todos podem “ser turistas” ao mesmo tempo.

A ação de planejadores e promotores territoriais a que se referiu Knafou (2001) expõe a existência de territórios que podem ter uma harmonia forçada para se tornarem turísticos, especialmente se for somente de interesse dos planejadores, mas não das populações locais. A segunda relação que Knafou (2001) expõe é a existência de turismo sem território, que se daria em “espaços-receptáculo”, a exemplo dos *center parcs* europeus. A última relação que o autor expõe é a existência de territórios turísticos, “isto é, territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFOU, 2001, p. 73). É o território apropriado pelos turistas num acordo inicial entre moradores, turistas, agentes e operadores turísticos, com intencionalidade.

O panorama inicial apresentado pelo autor diverge do espaço turístico definido por Boullón (2002, p. 79). Para ele

[...] o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

Justifica a criação da categoria do espaço turístico pela impossibilidade de se ter uma região turística, uma vez que o espaço turístico é entrecortado e as definições de região se deram pelos aspectos econômicos existentes.

Amódio (2007, p. 72) flexibiliza mais o conceito e define a região turística como “o espaço geográfico no qual o turismo é um dos principais fatores de organização territorial”<sup>71</sup>. A autora relata que boa parte dos modelos geográficos do turismo produzidos pelos geógrafos a partir dos anos 1960, foram baseados na sequência origem-destino, sem uma compreensão sistêmica do espaço. Apresenta duas possibilidades de compreensão regional do turismo. A primeira é pela sua configuração sistêmica, em que a integração é resultado de um processo

---

<sup>71</sup> *Spazio geografico in cui il turismo è uno dei principali fattori dell'organizzazione territoriale* (AMODIO, 2007, p. 72). Livre tradução.

sociocultural que não envolve somente o espaço turístico, mas o inteiro sistema territorial de referência. A segunda, pela configuração reticular, onde a integração nasce como resposta estratégica da oferta turística local na evolução do contexto competitivo. A análise da autora centra-se, todavia, nas configurações territoriais e organizacionais do espaço, como os sistemas locais de produção, os arranjos produtivos, entre outras configurações.

Vera (1997, p. 61) coloca que o espaço é suporte e recurso turístico por sua condição geográfica, sua magnitude, seus atributos de caráter qualitativo que tem um valor intrínseco, seja ele de caráter natural ou cultural, e outras vezes, é derivado da valoração qualitativa outorgada pela sociedade em cada momento histórico. Para ele, o recurso ou atrativo são convertidos em produto turístico, definido como a realidade integrada que capta ou percebe e demanda turística e que não se compõe de um só elemento, mas um conjunto de bens, serviços e entornos.

Boullón (2002, p. 80) apresenta os componentes do espaço turístico definidos pelo tamanho de sua superfície e em ordem decrescente, que são: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado e corredor de estada. O que se pode observar a partir do autor é que o turista ou, no caso, o sujeito turístico não faz parte do pressuposto que o leva a considerar o espaço turístico, embora ele se refira ao turista como “o observador”, no ambiente natural, que para o autor envolve também o espaço rural (p. 115). Possivelmente, a análise de Boullón parta do princípio de que o objeto de estudos do turismo é a empresa de turismo, perspectiva corroborada por diversos autores da corrente sistêmico/estruturalista<sup>72</sup>. A perspectiva do turista como agente central do turismo foi apresentada pelo italiano Alberto Sessa em 1983. Para ele no turismo “o epicentro do fenômeno é de caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias” (SESSA, 1983, p. 28-29).

Se, por um lado, os turistas que estiveram num lugar se tornaram anônimos no processo de turistificação, por outro, este lugar pode ter ficado imortalizado no pensamento dos que estiveram nele e esse é o passo inicial para a turistificação, o

---

<sup>72</sup> Mario Carlos Beni, Sérgio Molina, Pierre Lainé, Luis Fernandez Fuster, entre outros. Discutiui-se esta questão com maior propriedade, apontando a abrangência e limitações da corrente sistêmica do turismo em Valduga (2007), capítulo 02.



que corrobora a análise de Knafou (2001), de que turista gera turismo<sup>73</sup>. É importante considerar que se alguma personalidade célebre esteve num determinado local, ele pode virar objeto de cobiça de outras pessoas que buscam se identificar com ele e com o célebre personagem<sup>74</sup>, mas em tempos de comunicação acelerada e de acesso fácil à tecnologia da informação, um evento voluntário ou acidental, pode ser suficiente para tornar uma fração do espaço conhecida e torná-la um espaço de demanda turística num tempo muito curto<sup>75</sup>. Acrescenta-se a essa análise a perspectiva de que o turista também é gerado pelo turismo, isto é, pelo modelo de práticas turísticas vigentes nos chamados destinos turísticos, considerando um princípio dialógico de retroalimentação desse sistema, em que turista/residente/território são elementos antagônicos, complementares e interdependentes.

A Teoria do Espaço Turístico de Boullón (2002) não permite que se analise a turistificação dos espaços que não ocorre de forma planejada. Pode sim, todavia, ser aplicada como instrumento de planejamento físico para espaços que visam se tornar turísticos ou melhorar o seu sistema de planejamento, quando presente. Contudo, observa-se que ela apresenta diversos problemas estruturais, como a dissociação entre o que vai ser planejado, o espaço social e o agente central, o turista. Para os agentes do turismo que são os acadêmicos e estudiosos (sujeitos produtores), as agências de viagens, agentes políticos e o marketing (sujeitos reprodutores), e a sociedade como um todo (sujeitos consumidores), essa dissociação não pode ser

---

<sup>73</sup> O princípio hologramático de Morin e Le Moigne (2000, p. 209-213) refere-se a mesma condição. “O todo está na parte assim como a parte está no todo; a sociedade produz o indivíduo que produz a humanidade; nessa análise de Morin, há também o princípio do círculo retroativo e recursivo, que, aplicado ao turismo, faz com que o turista em sua dinâmica produza o turismo; ele, por sua vez, produz o turista. (VALDUGA, 2007, p. 34).

<sup>74</sup> Knafou (1991) cita nesse caso a chegada do “turista” Cristóvão Colombo em 12 de outubro de 1492 a América e o processo de invenção do continente que ocorreu após sua chegada. O autor afirma que, como nos lugares turísticos, há geralmente a invenção coletiva e anônima de um novo território, que repousa sob um contrato inicial entre a sociedade de acolhimento e a sociedade turística. Grifo nosso.

<sup>75</sup> O cinema tem sido incorporado pelos agentes e operadores turísticos como forma de promoção de destinos, cidades e regiões, tanto para acolhimento de visitantes quanto para receber eventos de diversas naturezas. Essa prática foi chamada de *film commission*. Inúmeros endereços eletrônicos podem ser visitados a este respeito, dentre eles: <<http://www.saopaulofilmcommission.com.br>>; <<http://www.minasfilmcommission.mg.gov.br>>; <<http://www.capefilmcommission.co.za>>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

assumida como premissa, sob a alegação de se continuar reproduzindo modelos de turismo que forcem, e que forçaram historicamente uma segregação social, relegando aos habitantes das destinações turísticas o papel de expectadores e de depositários das conseqüências negativas oriundas da ausência de planejamento, que não necessariamente é o planejamento turístico, pois outros o antecedem.

Não por outros motivos, alguns planejadores de turismo começaram a trabalhar com diferentes perspectivas, como formas de planejamento participativo, turismo de base local/social e comunitária e no fomento de atividades capazes de agregar diferentes núcleos populacionais. Corroborar essa perspectiva a assertiva de Fratucci (2008, p. 74).

Apesar de diversos autores clássicos apontarem como sujeito do turismo o homem, com suas necessidades e desejos subjetivos, entendemos não ser possível compreender a lógica espacial do turismo a partir dessa separação cartesiana sujeito-objeto, por ser praticamente impossível identificá-los ou isolá-los. Os agentes sociais produtores desse fenômeno e da atividade por ele gerada são, ao mesmo tempo, ativos e passivos, e estabelecem uma trama reticular complexa de relações. Essa rede complexa é fortemente espacializada, sendo composta de pontos emissores, pontos receptores e linhas de conexões (físicas e imateriais), que se superpõem a outras redes de relacionamentos, sincronicamente, densificando e turistificando o espaço regional onde se manifesta.

Boullón (2002) parte do princípio de que, para se ter turismo, são necessárias infra-estrutura e estrutura, com atrativos distribuídos no espaço, somente assim ele poderia ser identificado. Neste sentido, o que se poderia dizer de municípios que não apresentam minimamente uma estrutura criada para o turismo e ainda assim tem um fluxo considerável de turistas? ou de áreas em que aventureiros costumam se deslocar e fazer trilhas, fotografar, em que não existe nenhuma infra-estrutura (indesejada neste caso)? Não fariam parte do espaço turistificado? Bem, parece aqui que a questão é muito maior do que quaisquer delimitações físicas ou segmentações do espaço que se queira fazer.

Cruz (2007) parte do pressuposto de que a ação dos planejadores e agentes do turismo “produz o espaço” para o turista que, por sua vez consome este espaço. Esta fração do espaço usada pelo turismo foi chamada de território turístico, no entanto, alerta a autora que “não há território que seja adjetivamente turístico. O que existe, de fato, são ‘usos turísticos do território’, ou seja, porções de espaço

apropriadas por diferentes fins, incluído-se e destacando-se a atividade turística” (CRUZ, 2007, p. 11).

Notadamente, territórios turísticos tendem a ser excludentes se não houver, *a priori*, o envolvimento da população na tomada de decisões e nos processos de planificação e planejamento territorial. No entanto, pelo caráter fronteiro que lhe é próprio, o território turístico tende a ser excludente na medida em que se fortalece no mercado turístico pela ação dos agentes, e as pessoas escolhem um destino turístico em vez de outro. Pode ser excludente na medida em que transforma a(s) identidade(s) e na medida em que patrimonializa seu território. Lazzarotti (2003, p. 95) cita que nem o turismo elimina o patrimônio e nem o patrimônio elimina o turismo, ambos evoluem entre contradições e antagonismos, e são complementares, servindo de estratégia territorial aos governos, na expectativa de que os turistas levem capital aos destinos, especialmente quando são patrimonializados para tal fim, numa co-constituição.

A lógica de co-constituição entre patrimônio e turismo que Lazzarotti (2003) referenciou, toma corpo quando se pode compreender que, para muitas pessoas, para o patrimônio ser validado, é necessário o olhar do outro e o turismo cumpre essa função historicamente pelo seu papel na comunicação. Os agentes do processo de patrimonialização podem se apoiar no turismo para reforçar/valorizar o interesse da própria população local sobre determinado aspecto ou monumento, entretanto, a apreensão do turismo como processo e não como resultado pode ser muito mais coerente, sob pena de marginalizá-lo, sobretudo quando ocorrer um afluxo grande de pessoas ao mesmo tempo e, por determinado período de tempo, num dado lugar.

Existe uma tendência, sobretudo na geografia, em situar o turismo como vilão da transformação de muitos espaços e isso pode ser decorrente de duas questões. A primeira por ser historicamente vilão em consequência de muitos fatores, como descontinuidades de gestão e de aplicação de políticas públicas, práticas inescrupulosas de empresários, entre outros. Segundo, pela sua compreensão como resultado, como produto, ignorando justamente o seu processo, ignorando a primeira questão, como a especulação imobiliária, descaso de poder público, aspectos de desenvolvimento humano, empreendedorismo, entre outros. Negar a prática turística implica, ao mesmo tempo, na valorização do sedentarismo e na oposição no sentido de rivalização entre turismo e patrimônio. Essas relações

derivam na hipótese de que o turismo, pela sua mobilidade, participa da construção e transformação dos lugares e territórios, assim como o patrimônio, ou como cita Lazzarotti (2003, p. 109)<sup>76</sup>,

[...] e a ligação do turismo e do patrimônio é bem, enquanto invenção social, simultaneamente o resultado e o estímulo dessa realidade de hoje: o patrimônio, como cultura do lugar, se nutre do turismo que lhe rende, em todos os sentidos do termo, enriquecimento, e vice-versa.

Turismo e patrimônio podem se contrapor ainda pela ideia de que o patrimônio coloca em evidência características únicas dos lugares, das culturas. O turismo, por sua vez, requer a existência de algumas características organizacionais e operacionais padronizadas como regramentos, regras de comercialização. A questão que se coloca é o contraponto entre a ideia de unicidade e de standardização, numa relação que nem sempre pode ser harmoniosa. A ideia de unicidade do patrimônio é a mesma de uma representação coletiva, nesse caso, dele mesmo, isto é, o patrimônio também teria, em síntese, características comuns a outros elementos patrimonializados de outros espaços, como as certificações de origens, citadas na análise dos processos de patrimonialização. Todavia a experiência de cada sujeito é individualizada no “consumo” do patrimônio inserido nos espaços turísticos e dos produtos turísticos em si, o que é chamado num contexto mais recente de customização de massa<sup>77</sup>.

A separação entre sujeito turístico e espaço turístico como resultado do processo de turistificação, doravante não é mais possível, pois a tomada de consciência do sujeito coletivo em relação ao espaço turístico somente se faz em presença da ação, movida pelo sujeito. Com isso se quer dizer que, para que se tenha um espaço turístico, é necessária a presença do agente central, o turista. Neste contexto a turistificação é o processo em si e o exemplo do patrimônio entra

---

<sup>76</sup> *Et la liaison du tourisme et du patrimoine est bien, en tant qu'invention sociale, tout à la fois le resultat et le stimulant de cette réalité d'aujourd'hui: le patrimoine, comme culture du lieu, se nourrit du tourisme qui le rend, à tous les sens du terme, enrichissant, et réciproquement.* (LAZZAROTTI, 2003, p. 109). Livre tradução.

<sup>77</sup> Um dos exemplos mais evidentes desse processo é a capacidade industrial de “personalizar” o produto, como ocorre na indústria automobilística. As cadeias hoteleiras desenvolveram estratégias semelhantes, individualizando a experiência dos sujeitos e standardizando processos operacionais. Neste sentido, quando se trata de planejamento turístico, além dos aspectos gerenciais, sociais e territoriais, trata-se do planejamento das experiências turísticas em cada espaço.

como um vetor no processo de turistificação, como um valor. Evidentemente que o ecossistema e a população local integram e vivenciam tal espaço, bem como as territorialidades particulares a cada grupo, entretanto, se há ausência do turista, tal espaço se configurará tão somente como um espaço geográfico.

Nesse sentido, porém, acrescido do viés da comunicação, Castrogiovanni (2008, p. 06) explicita que,

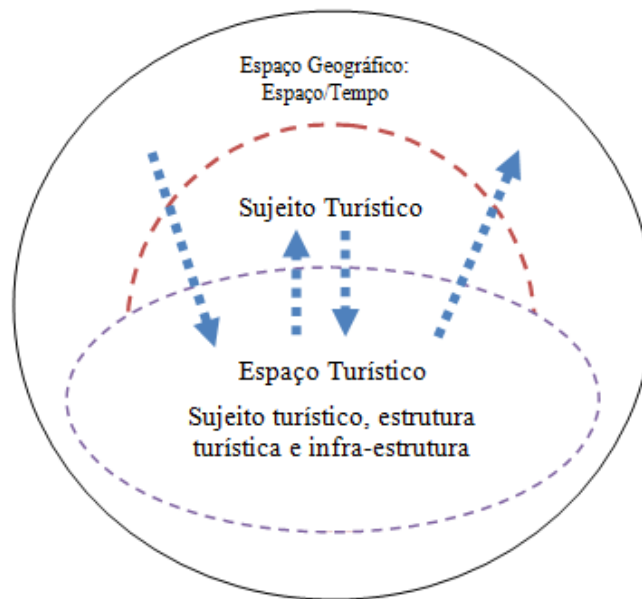
[...] o Espaço Turístico é constituído por um conjunto indissociável de objetos e Sujeitos, e por idéias, representadas por palavras. Estas, que não traduzem apenas a realidade, mas, através do poder da Comunicação em agregar significados às palavras, elas (por si só!) fabricam Imagens.

O espaço geográfico é o espaço dado que coexiste com seu uso turístico e o adjetivo (turístico) é uma figura de linguagem que denota o princípio do valor turístico, definido por Lemos (2005) como o conjunto das relações sociais espacialmente estabelecidas e historicamente em reprodução, capaz de gerar um sistema organizado que consiga transformar e agregar esse valor de maneira que tenha força de atração, de hospitalidade e de interação para segmentos sociais de outras localidades. O patrimônio como elemento do espaço turístico se insere na composição do valor como vetor, assim como fatores sociais, entre eles, a hospitalidade. No entanto, a inter(ação) turística assume papel central pela individualização egocêntrica da experiência, que vale para o princípio hologramático de Morin e Le Moigne (2000) em que tanto uma ação positiva quanto uma ação negativa serão somadas a outras ações positivas ou negativas, recriando o espaço turístico, sempre na lógica de que o turista também vai ser “produzido” pelo turismo, seja pelas normas vigentes no espaço ou pelo nível de interação e conhecimento que se dará na relação visitantes/visitados.

O espaço turístico é formado pelo poder subversivo do turismo, no território usado pelo turismo. A perspectiva aqui difere da exposta pela Teoria do Espaço Turístico, numa clara inversão oriunda de algumas precisões conceituais e da apreensão empírica da atividade turística.

Justifica-se, por ora, a necessidade de uma análise mais aprofundada em trabalho específico abordando a possibilidade de uma nova representação espacial da atividade turística. A figura 05, na página seguinte, representa o que se quer tentar mostrar no presente contexto.

**Figura 05** - Formação do espaço turístico



Fonte: Elaborada pelo autor

A figura 05 expressa somente o sentido do movimento, isto é, o espaço-movimento e não a totalidade do espaço turístico. Existe uma permeabilidade na relação do espaço turístico e uma probabilidade de manutenção ou dissociação deste espaço, especialmente num contexto turístico quase sempre sazonal e efêmero agravado pela velocidade de comunicação no contexto da globalização. O espaço turístico não se encerra em si, pois ele é o espaço receptáculo ao mesmo tempo em que é o espaço emissor, é o espaço da desterritorialização e da reterritorialização, do nomadismo e do sedentarismo, formado também pelas redes técnicas, que podem ser imperfeitas e que permitem os fluxos, como aeroportos, estradas, rodoviárias, etc.

Pela dinâmica própria e pela mobilidade existente pode-se dizer que ele produz um sistema de imagens e de representações que irão defini-lo em função disto, isto é, o processo comunicacional agora é central para manutenção ou dissociação desse espaço. Por outro lado, um território turístico dotado de seus poderes estabelecidos e de estrutura turística, sem a presença do sujeito turístico, é somente uma fração do espaço geográfico que coexiste com outras atividades, o que é denominado no turismo de ciclo de vida dos destinos<sup>78</sup>, que tem algumas

<sup>78</sup> O modelo de ciclo de vida de destino turístico mais utilizado no turismo é o de Butler (1980). O autor se refere a algumas fases que os destinos turísticos passam como a exploração, o crescimento, desenvolvimento e consolidação,

fases, como a de exploração, expansão, consolidação, estagnação, declínio ou de rejuvenescimento (BUTLER, 1980, p. 07), sempre nessa ordem.

Não se pretende definir o espaço turístico pela leitura da forma ou na sua origem-ligação-destino (PEARCE, 2003), como sugerem muitos autores<sup>79</sup> segmentando o espaço em vila turística, estação turística e outros componentes, a proposição é justamente definir pela natureza, pela essência social que dá a forma. Por outro lado não se quer negar a segmentação ou minimizar a sua relevância enquanto método de estudos possível, todavia considera-se um processo posterior à compreensão da turistificação neste contexto, como a formação de produtos turísticos, conforme Vera (1997), os estudos de ciclo de vida de destinos turísticos, de marketing de destinos, de planejamento e gestão, entre outros tão necessários quanto à abstração na compreensão da turistificação do espaço. No mesmo sentido, a análise sempre inacabada e com o princípio humilde da incerteza que a rege, ao ignorar os aspectos comunicacionais, as imagens e os processos de significação no âmbito dos espaços turísticos, reconhece suas limitações, porém, essa perspectiva deve assumir papel central noutra análise pela sua relevância<sup>80</sup>. Assim a ausência neste contexto é consciente, especialmente por ser outro o viés aqui proposto. Por ora, considera-se que essas proposições teóricas permitirão avançar na análise do sujeito de estudos, conforme proposto nos capítulos seguintes.

---

seguidos de algumas possibilidades como a estagnação, declínio ou a renovação do destino turístico. A problemática desta análise é considerar que todos os destinos e produtos turísticos seguem uma linha cronológica pré-estabelecida, sem considerar que muitos já “nascem” na fase do declínio ou que tem uma turistificação espontânea. Detalhes em BUTLER, R.W. **The concept of a tourist area cycle of evolution, implications to management of resources**. Canadian Geographer, v.24, n.1, p. 5-12, 1980. Para uma leitura crítica à turistificação espontânea e sua relação com o planejamento territorial do turismo, sugere-se o capítulo XI de YAZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.

<sup>79</sup> A este respeito sugere-se o trabalho de KNAFOU, Remy *et al.* *Um approche géographique du tourisme*. L'Espace géographique. Tomo 26, n° 3, 1997, p. 193 – 204.

<sup>80</sup> Alguns trabalhos elucidam esta questão apresentando alternativas à compreensão espacial do turismo pelo viés da comunicação, entre eles o de Castrogiovanni (2004).

### **3 VITIVINICULTURA E TURISMO NOS ESPAÇOS DE ESTUDOS**

No presente capítulo, procede-se, inicialmente, a uma exposição dos antecedentes históricos da vitivinicultura brasileira com ênfase no Estado do RS até os anos de 1870, década que inaugurou um novo fluxo imigratório nesse Estado a partir da colonização italiana. No segundo momento, analisam-se as duas primeiras fases da vitivinicultura brasileira e, posteriormente, é elaborada uma matriz de periodização, conforme proposto nos procedimentos metodológicos. Na sequência, é apresentado o contexto da região da Borgonha oportunizado por um estágio doutoral.

#### **3.1 Antecedentes da vitivinicultura no Brasil e no Rio Grande do Sul**

Diversos produtos foram trocados nos continentes durante o período das grandes navegações e, entre eles, estava a videira, introduzida por Cristóvão Colombo no final do século XV, por volta do ano de 1493 no México e Sul dos Estados Unidos. Foi plantada ainda nas colônias espanholas da América do Sul no Peru, Chile e Argentina, no mesmo ano em que Colombo introduziu o milho na Espanha (PHILLIPS, 2003). Colombo, no entanto, não foi o responsável pelo início da viticultura brasileira, mas o militar português Martin Afonso de Souza, que, em 1532, introduziu videiras oriundas da Ilha da Madeira, em Portugal. Um dos objetivos da expedição portuguesa, além de combater os franceses que saqueavam navios na costa brasileira e de proteger o patrimônio, era o de estabelecer núcleos de



colonização no litoral, motivo pelo qual trouxeram sementes, mudas de plantas e até animais domésticos na bagagem.

A vitivinicultura do país teria iniciado de fato em São Paulo, na então Vila de São Paulo, conforme registro de Gabriel Soares de Souza no Tratado Descritivo do Brasil em 1587: “[...] os moradores da vila de São Paulo têm já muitas vinhas; e há homens nela que colhem já duas pipas de vinho por ano, e por causa das plantas é muito verde, e para se não avinagrar lhe dão uma fervura no fogo; [...]”. O autor se refere também à produção de uvas e vinho na Bahia e à dificuldade de cultivo devido ao ataque das formigas.

Das árvores a principal é a parreira, a qual se dá de maneira nesta terra, que nunca lhe cai a folha, se não quando a podam que lhe lançam fora; e quantas vezes a podam, tantas dá fruto; e porque duram poucos anos com a fertilidade, se as podam muitas vezes no ano; é a poda ordinária duas vezes para darem duas novidades, o que se faz em qualquer tempo do ano conforme ao tempo que cada um quer as uvas, porque em todo o ano madurecem e são muito doces e saborosas, e não amadurecem todas juntas; e há curiosos que têm nos seus jardins pé de parreira que têm uns braços com uvas maduras, outros com agraços, outros com frutos em flor e outros podados de novo; e assim em todo o ano têm uvas maduras, numa só parreira; mais não há naquela terra mais planta que de uvas ferrais e outras uvas pretas, e não há nessa terra muitas vinhas é por respeito das formigas, que em uma noite dão numa parreira, lhe cortam a folha e fruto e o lançam no chão; pelo que não há na Bahia tanto vinho como na ilha da Madeira, e como se dá na capitania de São Vicente porque não tem formiga que lhe faça nojo, onde há homens que colhem já a três e quatro pipas de vinho cada ano, ao qual dão uma fervura no fogo por se lhe não azedar o que deve de nascer das plantas (SOUZA, 1587, p. 166)<sup>81</sup>.

Na expedição de Colombo, estava também Brás Cubas, explorador português que é considerado por vitivincultores e outros profissionais do vinho o primeiro vitivincultor brasileiro. Ele recebeu terras no reino de Piratininga e, em 1540, deu início à exploração da sesmaria<sup>82</sup> denominada Jeribatiba ou Jeribatuba (atual município de Santos), onde plantou árvores frutíferas e também vinhedos. As variedades de uvas plantadas na capitania eram portuguesas da classe européia

---

<sup>81</sup> Grafia do original.

<sup>82</sup> A sesmaria foi um sistema de doação da posse de terras instituído pelo governo português e implantado no Brasil. Previa a doação de terras a membros do exército, a pessoas ligadas a corte ou por algum mérito, com o interesse de tornar estas terras produtivas. Para isso os posseiros tiveram incentivos como o fornecimento de mão-de-obra escrava como forma de equilibrar os custos com o desmatamento. Boa parte dos posseiros se tornou proprietário das terras e latifundiário posteriormente. Detalhes em Silva (1996), *op cit*.

das *vitis vinífera*, e as variedades de uvas eram a ferraes, moscatel, dedo de dama, bastardo, galego, entre outras.

Ainda no contexto de São Paulo, a vitivinicultura foi intensificada nas fazendas como uma atividade secundária em relação à produção cafeeira, especialmente a partir de 1880. Entre os anos de 1830 e 1840? o cultivo da videira isabel foi desenvolvido nos quintais urbanos e chácaras suburbanas, nos bairros periféricos da capital e em Mogi das Cruzes, acrescidos, com o tempo, das localidades de São Roque e Jundiaí. No ano de 1886, a produção paulista atingiu o volume de 12.600 hectolitros<sup>83</sup> e, em 1890, a produção saltou para 17.500 hectolitros (ALMANACH... 1891). Mais tarde, a produção paulista teve lugar em São Roque. A videira foi introduzida pelo fundador Pedro Vaz de Barros em meados do século XVII, por volta de 1655. Em sua fazenda, introduziu bachelos<sup>84</sup> importados e elaborou vinhos para o consumo doméstico<sup>85</sup>. Não existem muitos estudos sistematizados da produção vitivinícola colonial brasileira e os poucos que existem, pode-se dizer que estão concentrados em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, os trabalhos de Júlio S. Inglez de Sousa<sup>86</sup> se constituem em importante referência, assim como os relatórios estatísticos da produção disponíveis no Arquivo Histórico de São Paulo<sup>87</sup>. Outro trabalho importante num contexto recente é o de Romero (2004), que, pela sistematização histórica, será um importante paralelo no contexto da vitivinicultura paulista para o presente trabalho.

No Rio Grande do Sul, a introdução da videira é um tema controverso. No período colonial (1500-1822), Portugal havia imposto a proibição da criação de indústrias às colônias, além do cultivo de frutas nas regiões de clima temperado. O intuito era de não competir com o mercado interno e, especificamente em relação às videiras, o Alvará de D. Maria I, das Cartas Regias de janeiro de 1789, proibia o cultivo de videiras no Brasil. De fato não havia interesse em constituir na colônia uma produção agrícola de policultura. O que norteava as políticas europeias era o

---

<sup>83</sup> Respectivamente 12.600.000 litros e 17.500.000 litros de vinho.

<sup>84</sup> Pedaco de um galho de videira velha que quando plantado, originará uma nova muda.

<sup>85</sup> Detalhes em PICENA, Antônio. **São Roque Vitícola**. Edição Comemorativa da Festa da Uva de 1938. Jundiaí: O Popular, 1938.

<sup>86</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos: SOUSA, Julio S. Inglez de. **Uvas para o Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1969; SOUSA, Julio S. Inglez de. **Origens do vinhedo paulista**. Jundiaí: Prefeitura Municipal, 1959; e SOUSA, Julio S. Inglez de. **A cultura da videira**. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

<sup>87</sup> Disponíveis em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/estatisticas.php>>. Acesso em 05 de agosto de 2011.

seu próprio mercado, aqui baseado na cana-de-açúcar, portanto, a colonização teve um caráter extremamente mercantilista e sem incentivo para as pequenas propriedades, era uma civilização açucareira. Mas isso não foi suficiente para extinguir outras atividades agrícolas, pois, nas reduções jesuíticas no RS, havia o cultivo de vinhas e a produção de vinhos, de fato, resquícios medievais de uma dominação de terras e de técnicas agrícolas concentradas nas mãos da igreja católica (VALDUGA, 2011).

Outro registro indica que, no Rio Grande do Sul, a videira foi introduzida por volta de 1626 pelo jesuíta, natural de Buenos Aires, Roque Gonzáles que, em São Nicolau, na fase que antecedeu os Sete Povos das Missões, plantou videiras (VALDUGA, 2007). A hipótese mais simples daria conta de que, nesse caso, as vinhas do Rio Grande do Sul teriam origem espanhola, já que as vinhas argentinas teriam essa origem ou então, os portugueses teriam introduzido, trazendo-as dos Açores. Rabuske (1979) detalha aspectos da produção e processos de vinificação registrados pelo padre Antonio Sepp, da Redução de São José<sup>88</sup>. Nele são descritas as melhores uvas e vinhas para elaboração dos vinhos e fases da produção. “(...) O mosto ou sumo, estando já frio, põe-se na garrafa sem enchê-la para que possa fermentar, o que dura oito dias, e depois se fecha a garrafa com um pedaço de telha, e gesso e um couro fresco bem atado” (p. 36).

Uma descrição da produção também foi feita pelo botânico Auguste de Saint-Hilaire na “Viagem ao Rio Grande do Sul”, que cita a produção de uvas nos arredores de Porto Alegre, São José do Norte e Ilha dos Marinheiros, um pouco mais tarde, por volta de 1820<sup>89</sup>.

As uvas produzidas no Rio Grande do Sul inicialmente foram de origem *vitis vinífera*<sup>90</sup>, já que o Brasil não tem variedades nativas e as uvas de origem norte-americana foram introduzidas posteriormente. Segundo Sousa (1969), a introdução da uva isabel ocorreu entre os anos de 1839 a 1842, quando o gaúcho Marques Lisboa remeteu de *Washington*, bacelos consignados ao comerciante Thomaz Messiter, que formou com eles os primeiros vinhedos da Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande. Há um desencontro entre as informações de Sousa e de Auguste Saint-

---

<sup>88</sup> Imediações das atuais cidades de Bela Vista do Paraíso e Sertanópolis, no Paraná.

<sup>89</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

<sup>90</sup> Uvas de origem mediterrânea.

Hilaire (1974), quanto à produção na Ilha dos Marinheiros, no entanto, acredita-se que as primeiras vinhas, em função da colonização portuguesa, tenham sido europeias e posteriormente as vinhas americanas teriam sido introduzidas.

Os imigrantes alemães, que chegaram ao estado por volta de 1824 e foram assentados nas margens do rio dos Sinos, cultivaram as primeiras vinhas mais próximas à zona de colonização italiana, que chegaria somente a partir de 1875 para colonizar a encosta do planalto do RS. A situação encontrada pelos imigrantes italianos já advinha de uma inserção capitalista da terra, oriunda da Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras, de 1850. A Lei de Terras extinguiu o sistema de concessão de sesmarias no Brasil. Segundo Silva (1996), a Lei de Terras de 1850 esteve intimamente ligada ao processo de consolidação do Estado Nacional e foi a forma jurídica de registro das terras no Brasil. Ela procurou ordenar uma situação de grande confusão que existia em relação aos títulos de propriedade, pois estabeleceu um novo espaço de relacionamento entre os proprietários de terras e o Estado que foi evoluindo durante a segunda metade do século XIX.

O vinho era o principal produto importado pelo Brasil colônia e sua importação atendia à demanda da elite econômica e cultural na época. A importação de vinhos somente começou a declinar depois de 1850, a partir da chegada de imigrantes italianos, inicialmente em São Paulo para o trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul. Esses imigrantes começaram a cultivar videiras em maior escala.

As correntes imigratórias do RS tentaram desenvolver a vitivinicultura, como os franceses em Garibaldi e Pelotas, e os alemães, na região central do estado e vale do rio Caí. Pellanda (1950, p. 53) relata que, na Capitania, o capitão-mor, Manoel Bento da Rocha, fabricava em Pelotas de 5 a 6 pipas e Manuel Macedo, em Rio Pardo, chegou a produzir 15 pipas num ano, "merecendo honrosa provisão da Junta de Comércio do Rio de Janeiro". Cita que os imigrantes renanos trouxeram alguma tradição enológica da Alemanha, entretanto assim como ocorreria mais tarde com os italianos, houve dificuldades de aclimação<sup>91</sup> das videiras europeias e os

---

<sup>91</sup> As dificuldades de aclimação se deram pelo desconhecimento do clima, pela não utilização de porta-enxertos adequados, neste caso, como as mudas eram plantadas em pé franco, foram atacadas pela filoxera, que é um inseto que ataca as raízes das plantas. Outras pragas também eram comuns. A filoxera praticamente extinguiu a viticultura européia em meados do século XIX e a solução encontrada foi a enxertia sobre mudas de videiras americanas, resistentes a praga.

alemães passaram a produzir vinho a partir da uva isabel, de origem norte-americana e de fácil adaptação ao clima e ao solo do Estado. Pesavento (1983) refere que, na exposição Provincial ocorrida em Porto Alegre, em 1875, colonos alemães compareceram com amostras de vinho tinto e branco, engarrafado e em barril. Compareceram também alguns expositores de origem luso-brasileira, sediados em Porto Alegre, que fabricavam vinho nacional. Essa produção era baseada na unidade familiar, produzida no lote colonial de forma artesanal.

### 3.2 As fases da vitivinicultura no RS: primeira fase – 1870 aos anos 1920

Expostas inicialmente algumas das causas da imigração italiana no RS, parte-se aqui para análise das conseqüências desta imigração e ocupação territorial de uma fração do espaço no Estado. Como a intenção foi a de relacionar os aspectos da vitivinicultura e posteriormente do turismo nesse cenário, muitas dificuldades foram encontradas, especialmente pela carência de fontes, principalmente nos aspectos estatísticos estaduais e da continuidade dos dados apresentados, por vezes dificultando a possibilidade de organização e sistematização. Todavia, há muitos estudos da historiografia da imigração italiana sob diferentes olhares, o que auxiliou para que este trabalho, ainda que sempre inacabado, fosse objetivado.

A imigração italiana esteve ligada ao processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, no processo de expansão capitalista em escala mundial. Inicialmente esses imigrantes deveriam fornecer a mão-de-obra para as lavouras cafeeiras de São Paulo, preocupação central do Brasil na época, entretanto, a existência de núcleos bem sucedidos de pequenos proprietários agrícolas produzindo em termos de economia de subsistência servia inclusive como chamariz para atrair novas levas de imigrantes que eram, de certa forma, 'desviados' para as fazendas de café (PESAVENTO, 1983 p. 21). Esse chamariz a que se refere a autora era a propaganda positiva da colônia feita na Itália pela Companhia de

Imigração<sup>92</sup>, com o intuito de atrair novos imigrantes. Também se poderia citar uma mudança na política agrária nacional na segunda metade do século XIX com a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860. Com ele, o poder executivo nacional passou a atuar de forma intervencionista, segundo Lobo (1980, p. 57), e algumas ações previstas para esse órgão eram:

- a) a do provimento de mão-de-obra, através de uma política de imigração;
- b) a de colonização;
- c) a de aplicação da lei de terras;
- d) a de ensino e divulgação de tecnologia;
- e) a do crédito régio;
- f) a de promoção da empresa agrícola industrial envolvendo a especialização de funções da produção agrícola e da agroindústria e a introdução de máquinas;
- g) a dos transportes.

A política de imigração nacional passou por diversas fases e o governo transferiu às províncias essa tarefa no período da regência, depois estimulou a formação de companhias de colonização privadas ou de iniciativa individual, responsáveis pela imigração na área de estudos.

Na década dos sessenta e setenta, o Estado encampou a maioria das colônias particulares após os protestos de imigrantes em regime de parceria contra as condições de vida no Brasil, o boicote de vários países europeus à imigração para o Brasil e a expansão da concorrência dos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Chile no mercado europeu de mão-de-obra (LOBO, 1980, p.59).

Posteriormente, por volta de 1880, o governo estava convencido de que a colonização não resolveria o problema da mão-de-obra no país. Todas as iniciativas de promoção da vinda de imigrantes foram desativadas, e foi adotado um plano para acelerar a emancipação das colônias régias. Houve ainda uma política intensa de fomento à produção agrícola em todo país, com importação de mudas, sementes, tecnologia, maquinário e a promoção de feiras e premiações aos produtores que tivessem iniciativas de destaque. Nesse contexto, os relatórios do Ministério da

---

<sup>92</sup> Empresas responsáveis pela comercialização de imigrantes, além do papel logístico e da publicidade dos núcleos receptores nos países emissores. Os contratos com o governo imperial e republicano demandavam por parte dos últimos uma maior quantidade de agricultores.

Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1872 a 1874 analisam os resultados da doação aos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul de mudas de videiras importadas da Europa e dos Estados Unidos (LOBO, 1980). No RS, por outro lado, a imigração continuou até as duas primeiras décadas do século XX.

A ocupação da encosta do planalto do Rio Grande do Sul deu origem a um tipo de sociedade diferente da brasileira do período, isto é, a de pequena propriedade com mão-de-obra livre baseada no trabalho familiar e na policultura, que inicialmente ocupou as colônias de Caxias<sup>93</sup>, Conde D'Eu, Dona Isabel, Antônio Prado e Alfredo Chaves. O sistema colonial previa a divisão das terras em léguas, que, por sua vez, eram separadas em travessões divididos em lotes médios de 24 a 30 hectares. Essa estrutura fundiária foi a matriz de ocupação territorial nas colônias referidas.

A região de colonização italiana, em sua perspectiva identitária, coexistiu com a construção das identidades próprias estaduais brasileiras e com a própria produção do ideário gaúcho e da ideia de nação, como explicita Olivien (2006, p. 65). Todavia, o que ocorreu no estado não se deu de forma isolada, pois foi um período de afirmação, consolidação ou mesmo de formação de identidades coletivas, nacionais, regionais, especialmente na Itália, França, Rússia e outros países. Neste contexto, será apresentado ao final deste capítulo uma síntese da formação identitária e da turistificação da região francesa da Borgonha, oportunizada por um estágio doutoral na *Chaire UNESCO Culture e Traditions du Vin*, vinculada à Universidade da Borgonha.

Afirmou-se inicialmente que os imigrantes italianos chegaram à colônia Dona Isabel no de 1875, porém, não foram os primeiros imigrantes a chegar às terras devolutas do império. Segundo Beux<sup>94</sup> (1975, p.52), um documento enviado pelo secretário da então Intendência Municipal de Bento Gonçalves, Camilo Leiendecker, datada de 31 de dezembro de 1895, faz menção a um grupo de franceses que se instalou em Conde d'Eu.

---

<sup>93</sup> Respectivamente municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antonio Prado e Veranópolis.

<sup>94</sup> Detalhes em BEUX, Armindo. **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

Foi em agosto de 1875 que a presidência da ex-Província enviou por conta do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 48 imigrantes franceses, primeiros habitantes; e no mesmo ano João Jacinto Ferreira, o 1º Diretor de Comissão, fundou os povoados de Dona Isabel e Conde d'Eu.

O autor relata que esses imigrantes não teriam se adaptado ao clima local e teriam se dispersado pelo estado. Em ofício<sup>95</sup> emitido no dia 20 de agosto de 1875, o capitão João Jacinto Ferreira, responsável pelo estabelecimento dos colonos, solicita que o Presidente da Província de São Pedro, Dr. José Antônio de Azevedo Castro envie “com urgência máxima os 53 imigrantes franceses, por conta do Governo, para a Colônia Conde d'Eu”. No entanto, em ofício<sup>96</sup> endereçado em 18 de setembro de 1875 ao então Presidente da Província, ele pede a troca dos trabalhadores franceses por brasileiros, na estrada para a colônia Conde d'Eu, “pois os franceses não sabem manejar a foice ao machado e também precisam ocupar-se de seus lotes para a derrubada e plantio”.

As datas, tanto a que se refere Beux (1975) quanto a ofício, sugerem que os primeiros imigrantes teriam sido franceses na fundação da colônia. Os imigrantes italianos chegaram à colônia Dona Isabel em 24 de dezembro de 1875, porém, a grande imigração se deu a partir de 1876, chegando a entrar em 1885 cerca de 7.600 imigrantes. Entre 1875 e 1889, os imigrantes italianos já somavam 41.500, e até 1914 entraram mais 32.500 (PELLANDA 1950). De 1875 a 1900 entraram no Brasil 1.040.815 imigrantes italianos e no Rio Grande do Sul, até 1914, foram somados 154.682 (SÁ, 1950).

Os autores reconhecem diversos problemas e imprecisões nos recenseamentos. A figura 06, da página seguinte, apresenta as áreas do RS que receberam imigrantes italianos no final do século XIX. Ela refere-se apenas as áreas que receberam italianos no final do século XIX. Foi destacada a RCI na região nordeste do Estado, a quarta colônia, próxima a Santa Maria na área central, e Pelotas, que recebeu um contingente de italianos. Outras etnias compuseram a colonização da área em menor proporção, como poloneses, prussianos, austríacos, franceses, entre outros, todavia, o estudo se ocupará essencialmente da imigração italiana.

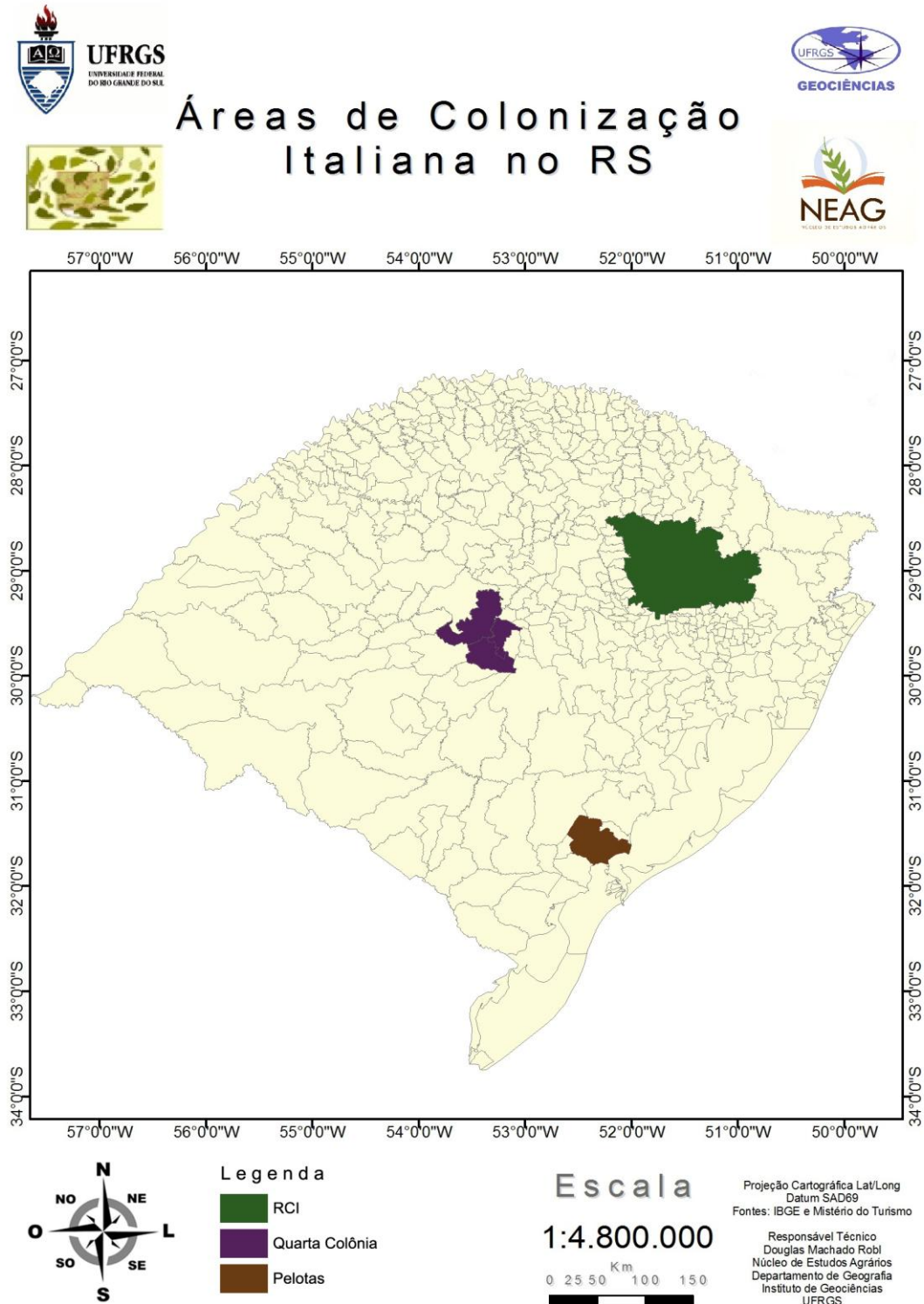
---

<sup>95</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) 1875- Obras Públicas – Maço 28, lata 287.

<sup>96</sup> AHRG, 1875 – Obras Públicas – Maço 40, lata 376.



Figura 06 – Áreas que receberam imigrantes italianos no RS



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Pellanda (1950) e De Boni (1979)

As colônias Conde d'Eu e Dona Isabel se encontravam em péssimas condições de acesso, não havia estradas, apenas picadas, cabendo aos agricultores desmatar, queimar e tornar as terras produtivas. A estrutura existente para abrigar

os primeiros imigrantes era ruim, sendo comuns relatos de doenças decorrentes das condições de abrigo e alimentação. Em 1887, uma epidemia de varíola assolou a região, sendo necessária a intervenção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.<sup>97</sup>

Ao se instalarem, iniciavam uma agricultura para subsistência, baseada no milho, trigo, feijão e videiras. Os problemas com o desconhecimento do clima foram recorrentes nas primeiras colheitas com perdas por causa de geadas e nevascas, além da disputa com os animais selvagens. A economia na colônia era essencialmente agrícola, com espaço para pequenos ofícios como a carpintaria, pedreiros, ferreiros, entre outros. A produção agrícola na colônia Dona Isabel entre 1883 e 1884, apresentava os números do quadro 02.

**Quadro 02** - Produção agrícola na colônia Dona Isabel de 1883 a 1884

Produto	Quantidade
Trigo	1.444.800 Kg
Centeio	1.384.000 Kg
Feijão	1.736.400 Kg
Milho	3.017.000 Kg
Cevada	374.800 Kg
Arroz	44.000 Kg
Vinho	4.980.000 Lt

**Fonte:** Relatório do Ministro Afonso Augusto Moreira Pena, organizado pelo autor<sup>98</sup>

Em 1884, a população da colônia Dona Isabel era de 8.339 pessoas, em sua maioria de origem italiana ou austríaca e, numa análise superficial da relação de produção *per capita*, pode-se inferir que havia um excedente considerável de produção. Somente de vinhos a produção *per capita* quantificada era de quase 600 litros por habitante.

No ano de 1885, nas colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, a produção agrícola foi quantificada conforme o quadro 03, na página seguinte.

<sup>97</sup> AHRS. Relatório do Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, em 27 de outubro de 1887, livro A.7 – 20 – Caixa 99.

<sup>98</sup> Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves (AHMBG).

**Quadro 03** - Produção agrícola na colônia Dona Isabel e Conde d'Eu em 1885

Colônia	Trigo*	Centeio*	Feijão*	Milho*	Cevada*	Arroz*	Vinho **
D. Isabel	25.284	24.221	30.367	52.770	6.497	755	10.168
Conde d'Eu	15.209	25.680	28.473	62.718	4.680	647	6.115
*Sacos de 60 kg ** Barril de 480 litros							

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) – S. A. 051

Em Conde d'Eu, a produção agrícola do ano de 1886 também foi quantificada, de acordo com o quadro 04.

**Quadro 04** - Produção agrícola em Conde d'Eu em 1886

Arroz*	Trigo*	Centeio*	Feijão*	Milho*	Cevada*	Vinho **
737	16.109	27.503	29.726	66.203	5.815	4.955
*Sacos de 60 kg ** Barril de 480 litros						

Fonte: AHRs, S. A. 051

Nessa colônia, a população total em 1886 era de 6.938 habitantes. Do relatório trocado entre o chefe da ex-colônia e o inspetor geral, consta ainda que os colonos cultivavam o linho para fazer suas roupas de uso doméstico, além de aveia, alfafa, fumo, cana de açúcar, batatas, entre outros produtos. O volume de vinho produzido, segundo o relatório, foi menor que no ano de 1885 devido a geadas ocorridas nos meses de setembro e outubro do ano anterior<sup>99</sup>. Pode-se perceber um crescimento anual da produção agrícola que acabou gerando um excedente para exportação na colônia. Possivelmente, os volumes de produção tenham sido maiores do que os expostos nos quadros 01, 02 e 03, pois, nem todos os colonos declaravam a sua produção tanto para não pagar impostos quanto por negligência. Este dado consta em diversos relatórios dos intendentos que chegam a afirmar que a produção poderia tranquilamente ser duplicada e, no caso do vinho, triplicada.

A produção de vinhos se destaca no período, juntamente com a produção de milho, que mais tarde se tornaria o principal produto agrícola da colônia, especialmente pelo consumo de polenta<sup>100</sup>, principal integrante da dieta alimentar do

<sup>99</sup> As geadas chamadas de tardias pelos agricultores prejudicam até hoje os viticultores. Nos meses de setembro e outubro ocorre a brotação e floração das videiras e geadas neste período podem comprometer a colheita.

<sup>100</sup> A polenta foi, muitas vezes, o único alimento disponível dos imigrantes, ainda no contexto italiano e são muitos os registros da existência da pelagra, doença originária da falta de vitamina B, quando a farinha de trigo foi

imigrante, assim como o próprio vinho, que se tornaria também o principal produto comercial da colônia. É corrente na literatura da imigração italiana a ligação do colono italiano com o vinho, assim como é corrente o registro de que a grande maioria dos imigrantes italianos que vieram ao Brasil era agricultor. O que ocorreu de fato era que os colonos italianos acabavam mentindo<sup>101</sup> sobre as suas profissões às companhias de imigração, para poder deixar sua pátria mãe, uma vez que as condições em que se encontravam na Itália eram precárias, e os governos imperial e republicano demandava às companhias uma maior parte de agricultores. Lobo (1980) acrescenta que a demanda pela vinda de agricultores era para que houvesse um fornecimento de alimentos às cidades, que começavam a se urbanizar, concentrando a população. Este dado ganha relevância na medida em que o desconhecimento agrícola e do clima local, somado às péssimas condições de trabalho, carência de ferramentas e de quaisquer tecnologias inicialmente, fizeram com que as primeiras safras agrícolas tivessem sido praticamente perdidas.

A agricultura<sup>102</sup> da colônia italiana apresentava traços indígenas, com base na rotação de terras, diferentemente do modelo agrícola europeu que fazia a rotação de culturas (HERÉDIA, 1997). De Boni e Costa (1979) afirmam que quando os imigrantes italianos chegaram, em 1875, obtiveram mudas de videiras dos alemães, pois as que haviam trazido da Itália na bagagem secaram durante a viagem<sup>103</sup>.

---

substituída pela de milho na dieta alimentar dos colonos, além da ausência de algum complemento alimentar nas refeições diárias. Detalhes em Montanari (2008).

<sup>101</sup> Como por exemplo, o registro de Joaquim Caetano Pinto Junior, que conduz o “Vapor Colombo” do Porto de Gênova para Santa Catarina, em 01 de fevereiro de 1878. Nesse registro, todos os imigrantes são declarados agricultores. Disponível em <[https://www.imigrantesitalianos.com.br/navio\\_colombo\\_12021878\\_02.html](https://www.imigrantesitalianos.com.br/navio_colombo_12021878_02.html)>. Acesso em 14 de abril de 2011.

<sup>102</sup> Os lotes rurais em média eram aproveitados da seguinte forma: parreiral de uvas (2 hectares), potreiro (4 hectares), lavoura em rotação de terras (19 hectares), cultivo (3 hectares).

<sup>103</sup> Os empresários da vitivinicultura e que atuam no turismo do vinho da Região Uva e Vinho ignoram esse dado, assumindo o discurso de que as primeiras videiras cultivadas pelos imigrantes italianos teriam vindo da Itália, remetendo a um passado de tradição no cultivo das videiras. Pelas condições de pobreza e miséria do norte da Itália em fins do século XIX, as terras que os imigrantes cultivavam eram arrendadas, poucos imigrantes eram proprietários de terras. Em 2006 e 2008 o autor buscou fontes da “tradição vinícola” dos italianos imigrados ao Brasil em arquivos da região do Vêneto e do Trento, na Itália, e o que havia de fato nessas famílias era apenas uma pequena produção vinícola de subsistência, em precárias condições e volumes artesanais, pois, a viticultura no norte italiano é secular e o vinho sempre foi integrante da mesa. Grandes vinícolas existiam e ainda existem, mas, eram de propriedade de nobres, que até hoje ostentam títulos de nobreza (vide, por exemplo, a página na internet da vinícola *San Leonardo*

O vinho na área de colonização italiana foi produzido, inicialmente, para consumo doméstico e mais tarde começou a ser comercializado, especialmente pela melhoria das estradas e dos transportes com a expansão comercial da colônia.

Conforme Ribeiro, “[...] já no final do século passado, a Região Colonial Italiana se havia empenhado na especialização de sua produção agrícola: a vitivinicultura” (2002, p. 76). Assinala ainda que a motivação para essa especialização tem origem em diversos fatores, entre eles, destaca-se o domínio tecnológico do cultivo da videira por um número significativo de imigrantes, e outro, de natureza econômica, o incentivo do estado na especialização produtiva, já que a policultura havia sido incentivada em todos os estados da Federação e que, num futuro, haveria competição (RIBEIRO, 2002).

O espaço social do colono italiano se resumia à vizinhança, à capela onde a vida social foi estruturada, aos jogos de bochas e de cartas, como o quatrilha, e às atividades de lazer realizadas durante os encontros entre famílias. Nesse período, não existem registros de formas de turismo na colônia italiana, apenas registro do lazer. As formas de lazer descritas, especialmente o filó, dizem respeito a encontros nas casas de parentes e amigos em diferentes momentos, como uma visita mais demorada, ou em momentos de doença ou perda de algum parente ou amigo.

Existem poucos registros da hotelaria nas duas primeiras décadas do século XX, a maioria dos hotéis funcionava, até então, conjugados às “casas de pasto”, que eram declaradas como comércio nos levantamentos estatísticos. As casas de pasto eram conhecidas também como casas de secos e molhados. Essa hotelaria abrigava principalmente comerciantes em viagem. Como por exemplo, pode-se citar a casa de Antônio Domênico Salton<sup>104</sup>, estabelecida no centro de Bento Gonçalves e que funcionou informalmente até 1921, sendo registrada posteriormente. Nos anos 1960, a casa foi registrada como Vinhos Salton S/A, e, em 2004, a sede da empresa foi transferida para o distrito de Tuiuty, em Bento Gonçalves. Garibaldi foi pioneira na região com a construção do Hotel Casacurta em fins de 1870. Este hotel foi o primeiro de que se tem registro na colônia.

---

<<http://www.sanleonardo.it>>) e, de grandes proprietários. As condições sociais, sobretudo no Trento, somente melhoraram pós Segunda Guerra, nos anos 60. Contudo, o ofício da produção era de conhecimento de boa parte dos imigrantes, o que, segundo Ribeiro (2002), foi um dos fatores para o desenvolvimento posterior da vitivinicultura na região.

<sup>104</sup> Detalhes em **CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875 – 1925**. Volume II. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

A identidade do imigrante desterritorializado, somada ao fato de não ser gaúcho no contexto estadual, foi sendo gestada aos poucos e teve significativa interferência da igreja católica. Conforme Valduga (2008a, p. 266),

[...] as ordens ultramontanas que acompanhavam os imigrantes acreditavam que o isolamento dos mesmos da sociedade nacional e a manutenção de sua identidade européia seriam a forma de preservar neles o espírito cristão - era preciso ficar longe da infecciosa influência da degenerada religiosidade brasileira.

A igreja, além do papel aglutinador, tinha um sentido especial para o colono italiano, especialmente na sua relação com o vinho, tanto pela simbologia do vinho na liturgia cristã quanto pela dualidade entre o pão e o vinho. O pão como símbolo das durações da vida e do trabalho, o pão de cada dia, e o vinho como o oposto, no sentido festivo, de oferta e de transição entre a sobriedade e a intemperança<sup>105</sup>. Na Capela das Neves, situada no Vale dos Vinhedos, na área territorial de Bento Gonçalves, em 1907 foi construída uma igreja em que foi utilizado vinho na argamassa.

Durante sua construção, uma forte estiagem impediu a continuidade e os moradores decidiram contribuir com a doação de uma quantidade de vinho, substituindo a água, (...) o vinho, adicionado a palha de trigo serviu para formar a liga empregada para unir os tijolos (...). O terreno onde está a igreja, a escola e o salão foi doado pela família Valduga. (LUCHESE e CAPRARA, 2001, p. 66).

A figura 07, na página seguinte, mostra a Igreja da Capela das Neves, e, ao lado direito, detalhe da placa frontal. A igreja da Capela das Neves atualmente (2011) compõe o cenário social e turístico do Vale dos Vinhedos e fez parte de sua patrimonialização, embora muito tempo antes de sua turistificação, ocorrida a partir da década de 1980.

---

<sup>105</sup> Ver a este respeito CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002. Diferentes conotações do vinho também foram analisadas, especialmente no capítulo 04, por GARRIER, Gilbert. **Histoire sociale et culturelle du vin**. Paris: Larousse, 2008.

**Figura 07** - Igreja da Capela das Neves e detalhe da placa frontal



**Fonte:** Acervo do autor

Devido ao aumento da produção vinícola, houve a demanda de adequação do espaço destinado à guarda do vinho. Assim, a arquitetura residencial rural da imigração italiana passou a reservar condições para que o vinho pudesse ser guardado e conservado. Conforme Posenato (1987, p. 466), no porão se faz a guarda do vinho. Há para isso necessidade de condições especiais de umidade e temperatura. Daí a preferência por paredes de pedra, com aberturas gradeadas ou treliçadas para ventilação. No porão também se guardam os queijos e salames, suspensos ou pendurados nos barrotes de entrepiso com dispositivos para impedir o acesso de ratos, conforme ilustra a figura 08.

**Figura 08** - Arquitetura residencial rural da Imigração Italiana



**Fonte:** Secretaria de Turismo de Antônio Prado

As condições de abrigo do vinho não lhe garantiam qualidade por si só. De Boni (1985, p. 90) expôs sua opinião em relação à qualidade da produção da colônia.

As uvas colhidas antes da maturação e a utilização de produtos químicos como sulfato de cobre e outros ácidos, tanino, álcool e açúcar, garantem um produto de baixa qualidade, que de vinho possui apenas o nome, se fosse analisado pela Comissão de Higiene, deveria ser lançado em um rio (DE BONI, 1985, p.90).

Superados os problemas agrícolas nas primeiras colheitas, o excedente de produção enfrentava problemas logísticos, dada as condições das estradas. A produção era levada até Montenegro e Porto Alegre por duas vias, uma pelo Vale do Caí pelas péssimas estradas e outra pelo rio Taquari a vapor, chegando, posteriormente a Porto Alegre para distribuição comercial. Pelas condições logísticas, os produtos na colônia não eram competitivos no cenário econômico, especialmente em relação à produção agrícola das colônias alemãs, muito mais próximas a Porto Alegre. Este problema perduraria ao menos até 1910, quando foi inaugurada a estrada de ferro ligando alguns municípios da região a Porto Alegre e isso iria facilitar o escoamento da produção e o transporte de passageiros<sup>106</sup>.

A produção rural foi aumentando, e, a partir de 1885, o vinho passou a ser o principal produto comercial da Região Colonial Italiana (RCI). O governo estadual começou a se preocupar mais com a produção e a incentivá-la, tornando-se um dos principais agentes fomentadores da atividade.

### *3.2.1 Os agentes da vitivinicultura*

O Estado desempenhou um papel central no fomento a vitivinicultura e pode-se sugerir que foi o principal agente. Diversos eventos concorrem para essa premissa, entre eles, a fundação, no ano de 1891, da Escola de Agricultura e

---

<sup>106</sup> Por outro lado houve um empobrecimento do comércio no Vale do Caí, que seria agravado mais tarde, a partir de 1965 com a construção da RS 122 ligando os municípios da encosta do planalto a Porto Alegre.



Viticultura de Taquari, e, sete anos mais tarde, foi inaugurada a primeira Estação Agronômica Experimental, na Chácara das Bananeiras, em Porto Alegre (PAZ e BALDISSEROTTO, 1997). As autoras apresentam ainda outras iniciativas do Estado para a melhoria da qualidade da produção vinícola, entre elas a contratação do enólogo italiano Lourenço Mônaco para a função de fiscal de higiene nos municípios de Caxias do Sul e Garibaldi. Ele introduziu novas máquinas e técnicas de produção, importou mudas de videiras da Argentina e, posteriormente, constituiu a empresa Lourenço Mônaco e Cia. em Bento Gonçalves. Pellanda (1950 p. 54) fez uma síntese da atuação da Estação Experimental.

Em 1898 mandou vir 25.000 bacelos por intermédio da Casa João Adolfo da Fontoura Freitas e os fez distribuir aos colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Alfredo Chaves, Ijuí, Bento Gonçalves e também a agricultores de São Leopoldo, da Tristeza e a proprietários de chácaras nesta capital [...]. No ano seguinte importou do Uruguai mais 20.000 bacelos, [...], enquanto isto, a Estação Agronômica estudava a adaptação de viníferas e comparava os produtos das castas finas e das comuns, realizava enxertos, etc. Dêsse modo já em 1901 podia distribuir 8.800 bacelos de produção própria, o que continuou a fazer até 1910<sup>107</sup>.

Era função também da Estação ensinar aos colonos a prática da enxertia, o que iria melhorar a adaptação das videiras europeias em detrimento da videira americana isabel, considerada inferior pelos produtores e consumidores na época. Em 1899, o governo do estado criou o primeiro Laboratório Enológico do Estado para realizar análises químicas nos vinhos produzidos, um importante esforço para o fomento da vitivinicultura na época. O que ocorria de fato, em escala local, era reflexo da política estatal, conforme apresentado por Lobo (1980), mas com as especificidades territoriais próprias, advindas do contexto social de imigração.

A produção começou a ganhar mercado e, em 1900, Abramo Eberle agricultor e industriário caxiense, levou a São Paulo vinho e graspa<sup>108</sup>, produtos que tiveram grande aceitação, abrindo mercado aos produtos da colônia. Em 1900, segundo Gobbato (1950, p. 406) o Rio Grande do Sul exportou<sup>109</sup> cerca de 1.800 hectolitros de vinho, ao mesmo tempo em que a estação agronômica distribuía videiras de uvas finas a alguns colonos que passaram a produzir melhores vinhos.

---

<sup>107</sup> Grafia do original.

<sup>108</sup> Bebida destilada do bagaço da uva, após a fermentação do vinho.

<sup>109</sup> A exportação na época era considerada principalmente a venda dos produtos para fora do Estado.

Em 1901, foi realizada a Exposição Industrial de Porto Alegre, em que diversos produtores da RCI estiveram presentes, expondo ao lado de produtores de vinho de São Leopoldo. O destaque foi para Caxias do Sul, que participou com 30 produtores de vinhos, conforme Pesavento (1983), mas esta não foi a primeira exposição no Estado. A primeira exposição data de 21 de abril de 1899, em Pelotas, denominada 1º Exposição Agrícola do Estado. Entre os produtores de vinhos, apenas participaram os de Pelotas.<sup>110</sup>

Paralelamente, em São Paulo, a uva isabel foi se consolidando, chegando a compor 90% dos vinhedos em 1920 (ROMERO, 2004 p. 39). A qualidade do vinho paulista, segundo a autora era muito baixa. “Os vinhos paulistanos tinham um grande descrédito, pois apresentavam alto grau de acidez, conservavam sua qualidade por pouco tempo, e tinham sabor, perfume e cor pouco atraentes e até desagradáveis” (p. 41). Relata a autora que os vinhos nacionais atingiam as classes menos abastadas da sociedade paulista, pois a elite bebia vinhos importados sem se preocupar com o preço.

Mais tarde, a qualidade do vinho paulista começou a melhorar, especialmente a partir da preocupação do Estado com a atividade. Em 1887, o governo central criou a Imperial Escola Agrônômica de Campinas com o propósito de orientar e ensinar melhores práticas aos agricultores. Em seguida, passou a se chamar Imperial Estação Agrônômica de Campinas e, na República, Estação Agrônômica de Campinas. Posteriormente, em 1893, passou a ser denominado Instituto Agrônômico de Campinas até a atualidade (ROMERO, 2004, p. 97). O instituto agrônômico paulista teve papel central também no desenvolvimento da vitivinicultura paulista, com diversas iniciativas, entre elas a importação de bacelos e a assistência técnica aos agricultores. O governo imperial chegou a objetivar a criação de uma Escola de Vitivinicultura em São Paulo, em ato de 04 de novembro de 1888, mas essa iniciativa não chegou a ser concretizada<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> Detalhes em RODRIGUES, Jimy. **Subsídios para a história da uva e do vinho**. Caxias do Sul: monografia, 1972. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul João Spadari Adami (AHMJSA), Caxias do Sul.

<sup>111</sup> Detalhes em MATTOS, D. L. de. **Vinhedos e vicultores de São Roque e Jundiá**. São Paulo: USP: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1958.

Nesse contexto, teve papel central o médico e filósofo radicado em São Paulo, Luiz Pereira Barreto<sup>112</sup>. Ele foi um incentivador da vitivinicultura paulista atuando pela Estação Agronômica de Campinas e servindo aos interesses da elite cafeeira, defendia a ideia de que o café não fixaria o colono à terra, devendo ele ter condições semelhantes às da pátria mãe, razão da opção pela vitivinicultura.

Para Romero (2004, p. 68), referindo-se a Luiz Pereira Barreto,

[...] a vitivinicultura era a solução por ele apontada para conseguir maior fixação do imigrante ao solo brasileiro, provando que as condições climáticas e topográficas eram excelentes para a vida do homem europeu, justamente porque eram também aptas para o cultivo das parreiras européias.

Cita ainda que a defesa de Barreto pela vitivinicultura como condição indispensável para fixar o imigrante remetia à necessidade de estabelecer um contingente mínimo de trabalhadores necessários para sustentar a cafeicultura, corroborando a afirmação de Lobo (1980).

A exposição feita aqui sobre o cenário vitivinícola de São Paulo inicialmente parece deslocada da realidade gaúcha, entretanto, havia relações comerciais na época e muita falsificação do vinho do RS, tanto no Estado quanto em São Paulo. Esse vinho era comercializado como “vinho nacional”. Outro detalhe a ser destacado nessa relação é o de que Celeste Gobbato, enólogo e intelectual italiano que se estabelecerá na região colonial em 1912, lia a obra de Barreto e vice-versa, pois, ambos citam-se nos seus livros e como eles serviam aos interesses do Estado, não seria estranho supor que outras relações, como interesse políticos e comerciais, ocorressem.

O governo estadual, percebendo a diferenciação desse produto como possibilidade técnica à colônia e também como possibilidade de reterritorializar (HAESBAERTH, 2004) o colono imigrante, continuou a fomentar a atividade, e 1910 foi o ano mais marcante da década, especialmente pela chegada da ferrovia na região. No dia 09 de dezembro de 1910, foi inaugurada a estação férrea Santa Luiza, no distrito de Carlos Barbosa, em Garibaldi. Para a construção dos ramais até Bento Gonçalves, Garibaldi contraiu um empréstimo de 150 contos de Réis e Bento

---

<sup>112</sup> Entre as diversas obras do autor destaca-se a seguinte: BARRETO, L. P. **A Arte de fabricar o Vinho**: Manual do Vinicultor Brasileiro. São Paulo: Editora da Revista Agrícola, 1900.

Gonçalves de 450 contos, com o governo do Estado. O trecho até Garibaldi foi inaugurado em 07 de setembro de 1917 e o de Bento Gonçalves em 10 de agosto de 1919<sup>113</sup>.

O trem permitiu uma melhor interligação regional e o escoamento da produção, pois o ramal interligava Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, e outros municípios, além de Montenegro à capital Porto Alegre. Nos entornos das estações férreas, foram construídos os primeiros hotéis para acolhimento de visitantes a partir de 1920, o que permitiu a estes municípios tornarem-se destinos turísticos de veraneio, característica que será analisada posteriormente.

O trem favoreceu os comerciantes mais próximos às estações férreas, mas pouco significou para o agricultor que, apesar da significativa produção agrícola, continuava enfrentando condições de pobreza, faltando-lhe outros artigos como vestuário (DE BONI e COSTA, 1979).

Os comerciantes urbanos, aos poucos, foram acumulando capital. Pagavam os agricultores a prazo e recebiam à vista no comércio. Esse favorecimento comercial com a chegada do trem se deu em decorrência de que, até então, os comerciantes da colônia dependiam dos comerciantes alemães do Vale do Caí para fazerem as mercadorias chegar a Porto Alegre e com a ligação direta de Caxias do Sul a Porto Alegre, a dependência foi rompida. Essa ruptura favoreceu a acumulação de colonos comerciantes que, posteriormente, quase na sua totalidade, se tornaram proprietários de indústrias nesses municípios como Abramo Eberle, que constitui a maior indústria metalúrgica do Estado em Caxias do Sul; Carlos Dreher, que fundou a empresa Dreher, em Bento Gonçalves; Manoel Peterlongo a empresa com o mesmo sobrenome, entre outros (PESAVENTO, 1983, p. 32-33).

A formação de uma elite urbana mostra a hierarquização espacial (GOMES, 2002) presente no território, a concentração dos meios técnicos que favoreceram a acumulação, a reprodução social e os poderes estabelecidos *a priori* e *a posteriori*.

---

<sup>113</sup> Documentação do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (AHMG). 01 de dezembro de 2004. Organizado por Elenita Girondi Koff. Atualmente (2011) o trecho da via férrea que liga Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa é concedido à empresa Giordani Turismo de Bento Gonçalves, que oferece um passeio turístico a bordo de trem Maria Fumaça. Nos anos 1980, o município de Bento Gonçalves explorou uma parte maior deste trecho oferecendo um passeio turístico chamado Ferrovia do Vinho.

As estações experimentais, tanto em São Paulo quanto no Rio Grande do Sul despendiam esforços no fomento à produção agrícola, que precisava ser mostrada aos mercados locais e concorrentes. Foi um período de realizações periódicas de exposições agrícolas e feiras comerciais, mas ainda com pouco caráter festivo, no sentido de celebração, e havia uma constante preocupação dos governos municipais com a vitivinicultura, como relata o Intendente de Garibaldi, Affonso Aurélio Porto, em 1913<sup>114</sup>.

*É uma industria para a qual os poderes públicos deviam voltar os olhos, mandando enólogos hábeis, de cantina em cantina, aperfeiçoar os conhecimentos técnicos dos colonos e, ao mesmo tempo, crear rigorosa fiscalização afim de que, como tem acontecido, fabricantes menos concenciosos, não o tornem nocivo a saúde publica.*

A primeira Exposição de Uvas<sup>115</sup> de grande porte para a realidade da época na RCI foi realizada em Garibaldi, nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 1913, sob a administração do intendente municipal Affonso Aurélio Porto. Realizada nos salões do *Club* Borges de Medeiros, teve a presença de 133 expositores de uvas e 20 expositores de vinhos. Durante o evento (chamado de *certamem*) foram realizadas conferências por enólogos aos vinicultores. O intendente descreveu em seu relatório a exposição das uvas.

*Essa exposição, para aquelles que ainda não conhecem o nosso Municipio, foi uma verdadeira revelação. O aspecto mesmo, em conjunto, por si só, era digno de apreço. As uvas estavam acondicionadas em 250 cestas de vime, de forme artística, de capacidade para 3 kilos cada uma, sobresaindo ainda, em todas as paredes do vasto salão, galerias de expositores que concorriam aos prêmios destinados ao melhor conjunto de castas.*<sup>116</sup>

No evento, os melhores vinhos e as melhores uvas foram premiados e o Coronel Intendente Affonso Aurélio Porto apresentou o “Hino as Uvas” de sua autoria, com música do maestro Francisco Zani, conforme quadro 05, na página seguinte.

---

<sup>114</sup> Relatório do Intendente de Garibaldi Affonso Aurélio Porto em 1913 (p. 04). AHMG. Grafia do original.

<sup>115</sup> Relatório do Intendente Affonso Aurélio Porto – 1913 (p. 17). AHMG.

<sup>116</sup> Grafia do original.

**Quadro 05 - Hino às Uvas – Garibaldi**

<b>Hino as Uvas</b>
<p>1° <i>A terra se enfeita de flores E os noivos se entreolham felizes Passadas a vindíma, os amores... Deus Nosso senhor os bendizes!</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Coro</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Que de uvas se engrinalde Teu solo, amado torrão, Fazendo de Garibaldi A terra da Promissão.</i></p> <p>2° <i>Vinho novo! O sangue da uva Correndo nas seivas da terra A tonificar como chuva Que só esperanças encerra.</i></p> <p>3° <i>Saibamos amar com carinho O beijo celeste que traz O sangue de Deus, feito vinho. A festa do Amor e da Paz.</i></p> <p>4° <i>Até junto ao altar elevado... No cálice divino te avisto. Símbolo do sangue sagrado De Nosso Senhor Jesus Cristo</i></p>

**Fonte:** AHMG: caixa 11 – 1913.

O hino do intendente é carregado de valores, da relação com a religiosidade e a simbologia do vinho, como fruto do trabalho e com sentido de celebração. É possível supor que esses valores entram no rol dos micropoderes estabelecidos no território, como referencia Haesbaerth (2004) e a intencionalidade disso é presente, uma vez que a imigração havia iniciado há pouco mais de 30 anos, isto é, já havia uma base concreta da territorialidade, com poder e governabilidade.

O Estado atuava numa dialógica em que ao mesmo tempo em que fomentava a vitivinicultura, dando uma “relativa autonomia” às ações municipais e regionais, criava uma dependência dos produtores rurais em relação à cultura da uva e às ações do Estado.

Conforme anteriormente exposto, a construção da identidade territorial do imigrante italiano foi largamente influenciada pelo papel da igreja, do Estado, das intendências municipais e dos poderes estabelecidos. A própria geografia das comunidades se deu de forma semelhante, com o salão comunitário disposto ao lado da igreja ou da gruta, onde o sentido dos encontros e festejos comunitários somente se dava por completo após a realização da missa, seguido de almoço

organizado pela própria comunidade. Nesses almoços, o vinho feito pelos colonos sempre fez parte como integrante natural da mesa. As primeiras duas décadas do século XX assentaram as bases do que se tornaria esse espaço geográfico nas décadas seguintes, fortemente impulsionado pela força motriz, neste caso a produção de uvas e vinhos.

Com o aumento da produção vinícola urbana, que oferecia melhores condições e vinhos de melhor qualidade, a produção rural começou a sofrer grande concorrência, momento em que muitos comerciantes começaram a rejeitar a produção do vinho artesanal, e os colonos passaram a se organizar frente às adversidades. Segundo Giron (1987, p. 282), foi por volta de 1910 que começou o movimento cooperativista vinícola e que acabou por ampliar a produção a outra escala, chegando, em 1918, a 90 milhões de litros, de acordo com Gobbato (1922). Giron (1987) assinala que a organização das cooperativas vinícolas é obra dos imigrantes italianos, mas não o movimento cooperativista no estado, que teve outras iniciativas antes, com os imigrantes alemães. No entanto, a organização em cooperativas não se deu ao acaso, foi consequência de uma crise na ruralidade ocasionada pela dependência comercial dos colonos italianos em relação aos comerciantes urbanos de vinhos e demais produtos.

Conforme citado, os comerciantes urbanos recebiam o vinho dos colonos, cobravam dos consumidores à vista e pagavam aos colonos até um ano depois da compra, mas, muitas vezes, os colonos não recebiam, pois os comerciantes alegavam que o vinho havia estragado ou que não haviam conseguido vendê-lo e, com isso, muitos comerciantes enriqueceram no período.

Não havia ainda, segundo Giron (2009 p. 39), ligação entre o movimento cooperativista e a imigração, ele se deu muito mais pela condição de pequenos produtores do que a ideia cooperativista que eles possam ter trazido da Europa. Para a autora, o movimento cooperativista teve 04 fases. Para fins deste estudo, foram sintetizadas as duas primeiras fases.

A primeira fase, segundo a autora vai de 1911 a 1915. Salienta a participação do advogado italiano Destéfano Paternó, contratado pelo Estado em 1911 para organizar o cooperativismo na RCI. De 1911 a 1913, foram fundadas 16 cooperativas de vinhos na região. Gobbato (1950, p. 407) refere que Paternó “consegue dinheiro a taxa módica de juro; constrói grandes estabelecimentos; importa maquinaria adequada; contrata, na Itália, técnicos especializados, e inicia

um soberbo movimento contralizador cujo ápice é a Federação das Cooperativas, com sede na capital do Estado”. Citou ainda que “a região vitivinícola vibra de entusiasmo, satisfeita por ver-se livre das peias de certos comerciantes gananciosos”.

O Estado também foi fomentador do cooperativismo e, em revanche, começou um movimento dos comerciantes e das indústrias privadas difamando os vinhos das cooperativas, além de incêndios criminosos que destruíram os equipamentos de algumas cooperativas. Os industriais criaram então a Confederação dos Produtores de Vinho para fazer frente às cooperativas e, com isso, os governos que apoiavam o cooperativismo mudaram de lado. Em 1915, já nenhuma cooperativa mantinha as atividades na RCI.

Na segunda fase, que vai de 1929 a 1964, o movimento cooperativista foi retomado nas mesmas regiões que Paternó havia trabalhado, todavia, como o período coincide praticamente com a segunda fase da vitivinicultura elaborada por Tonietto (2005), que vai dos anos 1930 a 1960, será analisada posteriormente no mesmo contexto.

Além do advogado italiano Destéfano Paternó, se tornaria um dos mais influentes personagens para a RCI o italiano Celeste Gobbato, autor de diversas obras sobre agricultura e em especial a vitivinicultura.

Celeste Alexandre Gobbato deixou a Itália rumo ao Brasil no dia 9 de agosto de 1912, com a finalidade de ensinar viticultura e enologia no Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre, no extremo sul desse país. Ele deixava, para isso, o cargo de assistente do Instituto Agrário de Treviso (MONTEIRO, 2001, p. 26).

Gobbato teve uma atuação destacada no campo científico e político e veio ao Brasil num momento de importação de conhecimento, uma vez que o país era muito carente nessa área. Gobbato formou-se em Viticultura e Enologia pela *Scuola di Conegliano* e doutorou-se em Ciências Agrárias na Universidade de Pisa. Tinha grande aceitação na colônia pelo fato de ser italiano e católico (MONTEIRO, 2001, p. 26). Foi intendente de Caxias do Sul de 1924 a 1928 e um dos agentes tutelados no Brasil pelo governo italiano durante o fascismo<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> O trabalho de GIRON, Loraine. S. **As Sombras do Littorio**: O fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994, aborda estes aspectos. A perspectiva de Giron (1994) parte do pressuposto de que o movimento organizado pelos agentes fascistas dirigia-se à elite regional. A partir de



O setor vitivinícola sofria com crises frequentes, e uma das mais graves se deu entre 1915 e 1918, especialmente pela falsificação dos vinhos gaúchos em São Paulo e no Rio de Janeiro, e pelos altos impostos do governo federal sobre o vinho. Algumas empresas buscaram uma diferenciação, como a Peterlongo. Em 1915, Manoel Peterlongo Filho começou a utilizar um novo processo de fermentação do vinho na própria garrafa, seguindo o método francês *Champenoise*, e iniciou a produção do *champagne*<sup>118</sup> no Brasil. A Peterlongo, que foi fundada em 1913 por Manoel Peterlongo, se tornou um marco da produção da bebida no Brasil, e logo outras empresas começaram a produzir também como a Georges Aubert e as cooperativas, quando foram reestruturadas.

Borges de Medeiros, então governador, se uniu a causa e levou a pauta dos produtores à bancada gaúcha na Câmara Federal. Importante salientar que o RS não tinha força no poder central, dominado pelo setor agrário industrial paulista. A pauta gaúcha acabou nas mãos do Ministro da Agricultura, o pelotense Ildelfonso Simões Lopes. Para Paz e Baldisserotto (1997, p. 29) nasce daí a importância de uma política governamental que estimulasse avanços técnicos na produção primária, partindo da qualificação e formação de recursos humanos e, “isso seria possível com a criação de Escolas e Estações Experimentais”.

---

1923, o governo italiano enviou à RCI alguns imigrantes tutelados, que eram encarregados de organizar o movimento fascista regional. Estes imigrantes ou agentes do fascismo trabalhavam em atividades indispensáveis à região, eram médicos, engenheiros, agrônomos, entre outros. Ao deixar a intendência de Caxias do Sul em 1928, Gobbato foi nomeado agente consular e assumiu o cargo de Presidente da Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles. No ano de 1937, segundo Giron (1994), a solenidade do aniversário da Marcha sobre Roma, serviu para que Gobbato reproduzisse o discurso pronunciado por Mussolini em Roma, no dia 28 de outubro.

<sup>118</sup> O nome *champagne* atualmente só pode ser utilizado nos produtos oriundos da zona francesa de produção, em *Reims*, a 145 km de Paris. Trata-se da *Appellation d'Origine Contrôlée Champagne*, e as uvas usadas na sua elaboração são exclusivamente Chardonnay, Pinot Meunier e Pinot Noir. Detalhes em <<http://www.champagne.fr>>. No Brasil o termo foi aportuguesado como champanhe ou champanha, no entanto, a designação usada pelos produtores e permitida pelo Ministério da Agricultura é espumante. Apenas a Peterlongo pode utilizar o termo *champagne* no Brasil, por ter iniciado em 1915 a produção dentro do método francês e por ser anterior ao protecionismo das regiões demarcadas estabelecido pela Organização Mundial do Comércio.

Importante destacar neste contexto, que o Estado havia previsto a instalação de estações experimentais<sup>119</sup> no regulamento de terras de 1922. No capítulo IV, que trata do serviço de assistência e defesa agrícola, o artigo 83 traz o seguinte:

*Art. 83 – Como centros coordenadores do serviço de assistência e defesa agrícolas, o Estado manterá estações experimentais agropecuárias, as quais atenderão de preferência a um ou outro dos seus dois aspectos essenciais, conforme as zonas do Estado em que estejam instaladas.*

O artigo 84 especifica as atividades das estações e no que compete à vitivinicultura, dois itens merecem destaque:

*e) organização de viveiros das espécies e variedades mais aconselháveis para as diferentes zonas do estado e os diversos destinos;*  
*j) instituição do professorado ambulante, por profissionais das estações experimentais, e nas zonas respectivas;*

No RS foram criadas cerca de 20 estações experimentais, resultado de uma política agrícola e pecuária de incentivo à pesquisa. Em Caxias do Sul foi inaugurada, em 1921, aquela que iniciaria uma nova fase para a vitivinicultura gaúcha, a Estação Experimental de Viticultura e Enologia (EEVE). Para conduzir a estação, foi contratado o enólogo francês Louis Esquier.

Novas variedades de uvas foram introduzidas e testadas ao longo dos anos e diversas barreiras tiveram que ser superadas como a falta de recursos e a resistência dos colonos a novas variedades e aos sistemas de condução dos vinhedos, uma vez que a vitivinicultura estava alicerçada na variedade isabel. Referente aos sistemas de condução, a Estação Experimental utilizava e orientava basicamente o sistema de espaldeira, e os colonos utilizavam o sistema de condução de latadas, conforme exemplificam as figuras 09 e 10, na página seguinte.

---

<sup>119</sup> Regulamento das terras públicas e seu povoamento. Decreto Nº 3004 de 10/08/1922. Coletânea de Leis e Decretos do Estado do Rio Grande do Sul. AHRS.

**Figura 09** - Sistema de condução dos vinhedos em espaldeira



**Fonte:** acervo do autor

**Figura 10** - Sistema de condução dos vinhedos em latada



**Fonte:** Acervo do autor

Essa diferenciação colocava em evidência duas lógicas de produção antagônicas. O vinhedo em espaldeira produz uvas em menor quantidade e visa à obtenção de uvas de melhor qualidade por diversos fatores, entre eles a melhor ventilação e exposição das uvas ao sol, e a latada visa ao oposto, isto é, chega a produzir uma quantidade de uva três vezes superior, porém a qualidade tende a ser menor, pelos fatores opostos ao sistema de condução em espaldeira. Outro fator pesava ainda para os colonos italianos, que era a influência do sistema de condução chamado de pérgola trentina, originário da região italiana do Trento, na Itália. Dessa região vieram muitos imigrantes e eles conheciam aquele sistema, que é semelhante

ao sistema de latadas. O sistema de condução de latadas configura ainda a grande maioria dos vinhedos da RCI e, todavia, o conflito produtivo que se revela na paisagem ainda permanece<sup>120</sup>, tanto por questões de racionalidade econômica quanto culturais, pois muitos vinhedos de latadas chegam a ter 80, 90 anos de idade ou mais. Por outro lado, configuram o mosaico paisagístico que é usado na divulgação do turismo regional, cenário que o turista encontrará nos roteiros turísticos atualmente.

Em 1928 assumiu a EEVE o italiano Celeste Gobbato, ficando até 1938 na direção. Na gestão de Gobbato, diversas variedades de uvas para vinhos foram introduzidas como *Sauvignon Blanc*, *Pinot Blanc*, *Pinot Noir* e uvas de mesa, como a *Piróvano*, conhecida como uva Itália (PAZ e BALDISSEROTTO 1997). Ele redigiu muitos artigos e livros, entre eles a obra *Manuale del Produttore de Vino*<sup>121</sup>, que chegou a muitos produtores por ter sido redigida em italiano, e o livro *Manual do Viti-Vinicultor Brasileiro*, em 1922, que se tornou a principal referência na área em todo o país.

Mais tarde, foi posto em prática o regulamento de terras de 1922 e Gobbato tornou-se um professor ambulante. Ele passou a oferecer o serviço de assistência aos produtores, difundindo sua produção intelectual, conforme ofício<sup>122</sup> de 16 de junho de 1924, em que ele envia ao intendente de Garibaldi, Sr. Jacob Nicolao Ely, dez exemplares de seu *Manual do Viti-Vinicultor Brasileiro*.

Paz e Baldisserotto (1997) relatam que, entre 1921 e 1984, foram introduzidas e experimentadas 1951 variedades de uvas na estação de Caxias. Posteriormente, a área da EEVE, num total de 64 hectares, foi doada à Universidade de Caxias do Sul e funcionou até 1994. O último diretor da EEVE foi o agrônomo e professor da Universidade de Caxias do Sul, Jaime Luiz Lovatel. Lovatel<sup>123</sup> ingressou na EEVE em 1972 e em 1977 assumiu a direção. Para ele, a

---

<sup>120</sup> A esse respeito, o trabalho de Falcade (2011) elucida diversas questões referentes ao contexto paisagístico atual dessa região. Seu objetivo central foi o de explicar a paisagem vitícola como representação das Indicações de Procedência e a imagem espacial para os vinhos nessa região. Detalhes em FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial**: a paisagem vitícola como símbolo das indicações geográficas de vinhos Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011, Tese (Doutorado) Porto Alegre: UFRGS, 2011.

<sup>121</sup> Manual do produtor de vinho. Livre tradução.

<sup>122</sup> AHMG, caixa 19: 1920.

<sup>123</sup> Entrevista concedida no dia 13 de julho de 2011, na Universidade de Caxias do Sul, em Caxias do Sul.

diversificação agrícola da região e a presença de uma fruticultura diversificada são conseqüências da atuação da EEVE.

*[...] não se trabalhava só parreira, embora a Estação fosse de Vitivinicultura e Enologia. Começou-se a trabalhar também a questão de frutas: pêssegos, caquis, figo, ameixa. Mas o objetivo era a vitivinicultura, era difundir variedades, difundir tecnologias novas, introduzir melhorias nos sistemas de produção. Então a gente trabalhava muito essa questão do sistema de condução, a poda. Por que que tinha que plantar Cabernet Franc? Por que tinha que plantar Merlot? Por que tinha que plantar Cabernet Sauvignon, ou Moscato? E o pessoal que tinha aí eles plantavam Isabel, Niágara, Concord, que é a Bordô e o Seibel. A nossa missão era trazer para uma viticultura mais nobre, mais europeia, mais fina, né. Por isso que a gente trabalhava isso, de promover a enxertia da videira, por causa da filoxera que atacava as raízes e fazia a substituição de variedades.*

Segundo Lovatel, a atuação da EEVE ia além do fomento técnico agrícola, atuando em eventos ligados a vitivinicultura. Segundo ele, a estação foi promotora da Festa da Uva, criada em 1931 em Caxias do Sul, evento que se tornou o mais importante e grandioso das colônias italianas. Além disso, a estação promovia viagens de estudos para os colonos a outros países e regiões vinícolas como Chile e Argentina a fim de qualificar a produção local.

A instalação da EEVE em Caxias do Sul não agradou a todos. O intendente de Garibaldi, Sr. Manoel Marques da Silva Acauan, enviou ao governador Borges de Medeiros em 16 de dezembro de 1920, um ofício<sup>124</sup> mostrando sua insatisfação quanto à escolha de Caxias para instalação da EEVE. A escolha foi feita pelo enólogo francês Louis Esquier.

*Os outros Municípios desta região possuem estabelecimentos fundados para protecção á agricultura, criação e industrias connexas. Caxias tem a Escola Industrial e um Posto agrícola, em Bento-Gonçalves funciona um Posto agrônômico e um Patronato agrícola, e Alfredo-Chaves conta com uma Estação experimental de trigo, aquelles annexos da Escola de Engenharia e esta do Ministerio da Agricultura. Possuem também Laboratorio de analyses, cujas vantagens sómente os que delles estão longe podem bem avaliar, e Postos meteorológicos. Garibaldi nada disso tem. É exacto que essas Estações e Postos, em geral, são creados para servirem uma determinada região, e não unicamente o Municipio em que estão installados, mas a pratica tem demonstrado que a sua noção é nulla fora de seu foco de irradiação, accrescendo até que, não raro, nelle mesmo as difficuldades, pela rotina dos colonos, são difficeis de superar.*

---

<sup>124</sup> AHMG, caixa 19, 1920. Grafia do original.

Caxias do Sul foi chamada na época de “Pérola das Colônias” e também de “Metrópole do Vinho” pelo Estado, pela sua produção agrícola e industrial e sua elite tinha mais força política no cenário estadual do que lideranças de Bento Gonçalves e Garibaldi.

Outras iniciativas também existiam no Estado para o melhoramento da produção vitivinícola, como a Granja Progresso, localizada em Gravathai (atual Cachoeirinha), a 10 quilômetros de Porto Alegre. Essa granja, que foi fundada em 1902 tornou-se um centro de experimentação vitivinícola com a atuação de Alberto Bins e de seu cunhado, o engenheiro agrônomo alemão Oscar Loewen. Foi também pioneira na produção de arroz irrigado no Estado, tendo seu espaço cedido em 1939 para instalação da Estação Experimental do Arroz, pelo Instituto Riograndense do Arroz – IRGA. Em ofício<sup>125</sup> de 03 de outubro de 1930 ao Presidente do Estado Getúlio Vargas, Alberto Bins propõe a venda da Granja Progresso e de sua expertise ao Estado, e faz algumas ponderações decorrentes de experimentação para a vitivinicultura gaúcha.

*A solução do problema da viticultura, de acordo com as experiências procedidas na ‘Granja Progresso’, nos últimos anos, está resolvida, quanto á fabricação de vinho tinto, pela cultura de duas hybridas ali introduzidas, ambas resistentes a todas as enfermidades que atacam as videiras e ambas de produção abundante e compensadora. Essa asserção se comprova pela qualidade do vinho por elles obtido, num volume total de 20.000 litros, nas adegas da Granja Progresso.*

As uvas “*hybridas*” a que o texto se refere são a *nortins – virginia* e *cynthiana*, ambas sem expressão produtiva na colônia italiana. O texto sugere ainda o abandono da uva isabel e das uvas europeias por serem inviáveis em termos competitivos com os vinhos importados. A granja teve seu papel centrado no arroz e na silvicultura posteriormente, e as experiência vitivinícolas foram abandonadas.

A organização da cadeia produtiva do arroz culminou com a formação do Sindicato Arrozeiro em 1926, que era apontado pelos vitivinicultores como o modelo a ser seguido. A década foi marcada pela organização sindical de diferentes grupos, todos apoiados pelo governo estadual que, por sua vez, transferiu à iniciativa privada a defesa do capital e o risco de manter produtos em crise, como foi a caso do vinho. Para Pesavento (1983, p. 47), por meio do apoio indireto aos diferentes

---

<sup>125</sup> AHRS. Correspondência dos Governantes, 1930, maço 70. Grafia do original.

setores da economia, o governo mantinha a sua base de sustentação, garantindo um bom relacionamento com os grupos representativos do capital. “O Estado burguês, dessa forma, apresentava-se como que equidistante dos diferentes grupos, sem conceder privilégios especiais a um deles em particular”.

O Rio Grande do Sul se manteve durante toda a década de 1920 como o maior produtor nacional de vinhos, ocorrendo uma racionalização da produção, fazendo com que o colono praticamente se limitasse a fornecedor de matéria-prima à indústria. O setor permanecia em crise e as falsificações do vinho em São Paulo e no Rio de Janeiro continuavam. Gobbato (1922) fez uma síntese da produção estadual de uvas:

No Rio Grande do Sul, ha municipios inteiros, cuja producção essencial é o vinho como por exemplo, Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves; em outros, o vinho é um dos productos mais importantes, como em Alfredo Chaves, Guaporé e Antonio Prado; em Rio Grande, a uva e o vinho representam um valor respeitável; e não menor importancia do que aqui, tem a industria viti-vinicola em parte dos municípios de S. Maria, Cachoeira, Julio de Castilhos, Encantado, Estrella, Ijuhy, S. Angelo, Passo Fundo, Erechim, Lagoa Vermelha, Cruz Alta, Taquara, Pelotas, Lageado, São Sebastião do Cahy, Montenegro e Porto Alegre (GOBBATO, 1922, p. 05).<sup>126</sup>

A forma artesanal ou a cantina colonial e a indústria, agora, ficariam sob a tutela do Sindicato do Vinho, criado em 13 de dezembro de 1928, que teve como desdobramento o decreto Estadual nº 4.255, de 17 de janeiro de 1929, que aprovou o regulamento dos vinhos rio-grandenses, classificando-os em classes I, II e III. O Sindicato era representado pela Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda., que detinha o capital comercial de 49 exportadores de vinho. Assim, o sindicato assumiu o controle de toda comercialização de vinho da colônia, sob os auspícios dos exportadores, que atuavam de forma especulativa, segurando as compras de vinhos dos colonos e gerando a baixa dos preços. Isso gerou a revolta dos colonos viticultores que passaram a se manifestar junto ao governo do Estado quanto aos privilégios da Sociedade Vinícola Rio-Grandense.

O abaixo-assinado<sup>127</sup> enviado em julho de 1929 por vitivinicultores ao Presidente do Estado, Getúlio Vargas, expõe a situação:

---

<sup>126</sup> Grafia do original.

<sup>127</sup> AHMJSA. Secretaria de Gabinete. Partidos Políticos. Grafia do original.

*Estando ditos, viti-vinicultores, livres de qualquer compromisso, para com a Sociedade Vinícola Rio Grandense e tendo sciencia de que o patriótico Governo do Estado está vivamente empenhado, em proteger a agricultura e os pequenos productores, seriamente preocupados com o procedimento do Sindicato, se dirigem a V. Excia. em quem reconhecem uma autoridade competente e justiceira, para que os faça participes das vantagens outorgadas pelo Decreto n° 4.195 de 13 de Dezembro de 1928, para que os verdadeiros viti-vinicultores, possam exportar, para qualquer Praça do Paiz, livremente, seu producto isoladamente, ou reunido em typos.<sup>128</sup>*

O Estado, por sua vez, propôs aos viticultores que se organizassem em cooperativas, prometendo-lhes os mesmos benefícios, o que de fato não ocorreria. (PESAVENTO 1983; GOBBATO, 1950). O Sindicato organizou alguns laboratórios de enologia nas zonas produtoras e, em 1929, foi fundado o de Garibaldi, que visava fornecer orientação técnica aos vitivinicultores, serviços analíticos de fiscalização e controle do trânsito de vinhos.

Essa primeira fase foi marcada pelo papel do Estado como agente central da vitivinicultura, com políticas de fomento, associação ao grande capital e criação de dependência econômica dos agricultores em relação à vitivinicultura. A matriz agrária havia sido definida e as bases do que se transformaria a região haviam sido firmadas, com o vinho como principal produto comercial da RCI, especialmente em Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul, que concentrava as decisões políticas estaduais em seu favor. Pode-se dizer que o espaço vivido (FRÉMONT, 1999), isto é, o espaço imaginado por uma coletividade foi reproduzido de certa maneira e adaptado pelos agentes às condições sociais existentes, isto é, a territorialidade de outros tempos e espaços (Itália), que encontrou a lógica do presente (contexto imigratório) para o imigrante, que, conseqüentemente construiu um sentido, na lógica de que o espaço é sempre um fazer-se.

A identificação étnica comum pode-se inferir que foi um fator que permitiu a convergência de ações estaduais que conformaram o espaço como dimensão social (MASSEY, 2008). Todavia, diferentemente da maneira como uma parcela de historiadores da imigração italiana abordam o tema, isto é, com uma centralidade escalar mais rígida na análise do processo histórico, pode-se dizer que as diferentes escalas de análise permitem tecer uma interligação dos eventos em escala local, regional, estadual e nacional, com conseqüências territoriais em diversos sentidos, na lógica de que a parte contém o todo que contém a parte, nos termos de Edgar

---

<sup>128</sup> Grafia do original.



Morin, ou de que a cultura e a sociedade permitem a realização do indivíduo; as interações entre os indivíduos permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade (MORIN, 2007).

### 3.3 As fases da vitivinicultura no RS: segunda fase – 1930 aos anos 1960

Os industriais do vinho, ao mesmo tempo em que detinham o comércio pelas vias sindicais, reclamavam junto aos colonos a qualidade dos vinhos por eles produzidos, fato que, no entendimento desses industriais, estaria na raiz da crise do setor. Este, além das falsificações, não conseguia competir em qualidade e preço com os vinhos importados, mobilizando os agentes públicos nesse sentido.

Os industriais radicados em Bento Gonçalves, Carlos Dreher Neto e os italianos, Lourenço e Horácio Mônaco, ambos com formação em enologia na Itália, solicitaram a redução dos impostos de estatística e expedientes municipais em dezembro de 1931 ao Conselho Municipal do Município, presidido pelo prefeito Augusto Pasquali, tanto para vinhos brancos quanto para tintos. No entanto, o retorno do Conselho foi negativo, alegando que aos industriais já havia sido concedido abatimento de 40%<sup>129</sup>. Diversas iniciativas como essas constam em atas da época. Um abaixo-assinado<sup>130</sup>, que relata a situação dos colonos vitivinicultores foi expedido em 12 de abril de 1930 ao Presidente do Estado Getúlio Vargas e assinado por 78 viticultores. O abaixo-assinado explica a inviabilidade da cobrança de impostos estaduais e federais e a crise gerada pelo Sindicato do Vinho.

*Assim as partes prejudicadas levam ao conhecimento de V. Exia. para com o vosso espírito justiceiro tomar as providencias que julgar que o caso exige diante do municipio. Porque os municipios tem autonomia dentro das normas da Constituição si o imposto creado pelo Estado era absurdo este é muito mais. Um pobre colono que trabalha o anno inteiro para produzir 2, 3, 4, 5 mil litros tem a grande convinencia dessa maneira de abandonar essa espécie de produção por estar prohibido por uma lei absurda.*

---

<sup>129</sup> AHMBG. Registro das Atas do Conselho Municipal – livro 03, 1927 a 1936.

<sup>130</sup> AHMJSA. Secretaria de Gabinete: partidos políticos. Grafia do original.

A crise maior se verificava entre os colonos vitivinicultores, nas suas famílias e, por conseguinte, nas cooperativas que iniciaram a sua reestruturação a partir da união dos capitais dos agricultores. Tanto industriais quanto colonos vitivinicultores passaram a buscar alternativas à crise: os industriais, visando à redução de impostos e ao aumento da propaganda com o intuito de aumentar o consumo; os colonos, por meio da reorganização produtiva via cooperativas.

Aos poucos a matriz produtiva foi se alterando e a produção artesanal do vinho para o comércio foi sendo suplantada devido aos fatores expostos e às novas demandas dos organismos de fiscalização. Dentre elas estava a exigência de que os colonos tivessem seus livros de registro de vendas mercantis, medida impraticável como sugere o ofício<sup>131</sup> enviado pelo prefeito de Caxias do Sul ao General José A. Flores da Cunha, Interventor Federal em Porto Alegre.

*A impraticabilidade dessa medida consiste no fato de não estar o nosso colono de maneira habilitado a poder fazer a escrituração dos livros exigidos, mal sabendo eles fazer a própria assinatura. Vivendo afastados do centro, não estão por sua vez em condições de manter profissionais para o cumprimento das exigências fiscais, o que se lhes torna impossível a exata observância do regulamento.*

Entre outras ações visando conciliar o interesse de industriais do vinho, colonos e cooperativas, os prefeitos da região buscavam junto ao Interventor Federal a regulamentação do preço de aquisição do vinho, a fim de garantir um valor mínimo, uma vez que o preço pago pela Sociedade Vinícola não cobria os custos de produção<sup>132</sup>. A partir da década de 30, diversas cooperativas foram então criadas, como a Cooperativa Agrícola de Garibaldi, fundada em 22 de janeiro de 1931.

A criação de cooperativas não se constitui em um movimento isolado do RS pois, no mesmo período, foram fundadas cooperativas em São Paulo, e na vitivinicultura, a mais notável foi a Cooperativa Vinícola e Agrícola de São Roque. Nessa cooperativa funcionou um curso de Viticultura e Enologia que capacitava produtores naquele município (SOUSA, 1959, p. 122). A figura 11, na página seguinte, mostra a primeira assembléia de associados da Cooperativa Garibaldi realizada em 1931.

---

<sup>131</sup> AHMJSA. Secretaria de Gabinete: partidos políticos. Grafia do original.

<sup>132</sup> Conforme ofício expedido em 15 de setembro de 1931 pelo prefeito de Caxias do Sul Miguel Muratore ao General Interventor em Porto Alegre. AHMG, caixa 38: 1931.

**Figura 11** - Primeira assembléia de cooperados da vinícola Garibaldi - 1931



**Fonte:** Acervo de Alan Scomazzon

Na segunda fase do cooperativismo, que vai de 1929 a 1964, o movimento foi retomado nas mesmas regiões em que Paternó havia trabalhado de 1911 a 1915 (GIRON, 2009). Entre cooperativas de produção, consumo e crédito, foram criadas 59. Nessa fase, lentamente houve o fortalecimento do cooperativismo e da produção vinícola que passou a ser vendida ao mercado nacional e, mais tarde, internacional. Todavia, a crise nas famílias de agricultores se mantinha, especialmente pela atuação do Sindicato do Vinho e as novas exigências que viriam posteriormente por parte dos governos, quase extinguindo a produção artesanal do vinho.

A região começou a ter maior expansão econômica e a ganhar visibilidade, especialmente no contexto da industrialização, que foi incrementada por eventos como a realização da primeira “Festa das Uvas” de Caxias do Sul, em 1931. A inserção da região no contexto estadual e nacional, operado por muitas transformações no seio dos núcleos coloniais foi mostrada com maior vigor no âmbito das comemorações do Cinquentenário da Colonização Italiana, em que foram organizadas comissões nas sedes coloniais do Estado visando à “Exposição do Trabalho dos Italianos e seus Descendentes no Rio Grande do Sul” (RIBEIRO, 2002, p. 78). Agora era fundamental mostrar a evolução da colônia e a riqueza produzida nela pela indústria e pelos seus “heróis”, sendo possível, portanto, num grande evento folclorizado: A Festa da Uva.

### 3.3.1 A Festa da Uva e as raízes do turismo

Para Giron (2007, p. 43), no caso do Rio Grande do Sul, tanto colonos quanto gaúchos<sup>133</sup> são “produto de uma constituição identitária, que tem suas bases no passado comum e numa herança de valores que estão presentes na língua, na história e na cultura; mais do que isso: nas semelhanças imaginadas, resultado dos interesses do grupo, que tenta se transformar naquilo que acredita ser”. A italianidade, como sentido identitário, era reforçada pela diferenciação em relação à cultura do gaúcho e do brasileiro, que para o italiano era sinônimo do negro<sup>134</sup>, além das próprias forças operadas no interior do conjunto social, como a produção agrícola, a religiosidade, os valores e as crenças.

Conforme citado, o cenário presente na década de 1930 foi de expansão da produção, de conflitos entre colonos e industriais e de afirmação da colônia como geradora de riqueza e de poder. Na Itália, em 1931, foi celebrada, pela segunda vez a festa da uva, decorrente de uma superprodução nacional de uvas, da ordem de 06 bilhões de kg. Segundo Gobbato, que se encontrava em Roma, em publicação no jornal *Correio do Povo* de 11 de setembro de 1931, “*todos os recantos da Itália celebraram a festa da uva, exigida pelo patriótico governo nacional da península e aceita entusiasticamente pela população toda*”.

Importante salientar que Gobbato era um agente do fascismo italiano no Brasil e seus escritos tinham grande eco na colônia. Complementa que, na Itália, o evento teve a presença de carros alegóricos, uvas penduradas na rua e grande movimentação.

---

<sup>133</sup> O gaúcho, conhecido como o habitante do Rio Grande do Sul ganha um sentido regional no país, diferentemente do sentido nacionalista adotado na Argentina e no Uruguai, países limítrofes do Estado. O gaúcho do estado é o campeador, que lida com o gado e que posteriormente seu sentido foi ampliado a todo habitante do estado (OLIVIEN, 2006, p.65).

<sup>134</sup> Por outro lado, os descendentes de italianos eram chamados de gringos, designação que permanece até hoje na região.

*Haveria muita conveniência, no interesse do produtor e do consumidor, si também no RS se divulgasse a Festa annual das uvas, festa aliás, começada em Caxias, em 1930, por iniciativa de um grupo de pioneiros dirigidos pelo distinto exator estadual Sr. Joaquin Pedro Lisboa.*<sup>135</sup>

O idealizador da Festa das Uvas, assim chamada a primeira edição, foi o coletor estadual Joaquim Pedro Lisboa. Esse primeiro evento teve um propósito pedagógico, no sentido de levar ao maior número de colonos os novos conhecimentos da área, além de tentar fazer com que eles abandonassem o cultivo da uva isabel. Somente assim seria possível competir com os vinhos importados. Gobbato, no discurso de abertura<sup>136</sup> do evento evidenciou essa intencionalidade citando que a festa demonstrou sua utilidade para “*estimular os viticultores a abandonar o fetichismo da Isabel, limitando sua cultura à área considerável que ela já ocupa, para aproveitar outras videiras de qualidade superior*”. Gobbato enfatizou ainda os encantos da região com suas montanhas pitorescas tomadas por parreirais para os turistas.

A primeira edição foi realizada em 08 de março de 1931, nos salões do clube Recreio da Juventude, em Caxias do Sul e foi mais um exposição de uvas do que propriamente uma festa. O caráter festivo viria na segunda edição, a de 1932.

A Festa da Uva foi o primeiro grande evento da RCI e o primeiro evento regional a gerar interesse nacional. Os municípios vizinhos foram convidados a expor na festa e auxiliaram na organização, além das cooperativas vinícolas que destinaram parte dos lucros à organização da Festa.

A Associação dos Comerciantes de Caxias, encarregada da organização, deliberou em Ata de 15 de novembro de 1931 que “*concorrem com cinco réis por litro de vinho exportado pela Sociedade Vinícola e Cooperativas Agrícolas e demais exportadores de vinho, de 15 de novembro até a data do encerramento da Festa da Uva*”<sup>137</sup>, para a sua organização. Assim, é oportuno afirmar que os municípios produtores de vinho dessa colônia italiana financiaram a realização da Festa da Uva de Caxias do Sul, uma vez que a Sociedade Vinícola era a maior compradora de vinhos.

---

<sup>135</sup> Jornal Correio do Povo, 08 de Setembro de 1931. Na publicação do jornal consta que a Festa foi realizada em 1930, o que não procede. Ela foi realizada em 1931. Grafia do original. AHMJSA.

<sup>136</sup> Jornal Correio do Povo, 02 de março de 1931. AHMJSA.

<sup>137</sup> Cópia da Ata Nº119 da Associação dos Comerciantes de Caxias. AHMG, caixa 38, 1931.

A Figura 12 mostra os estandes de Bento Gonçalves e Garibaldi na edição de 1931.

**Figura 12** - Estande de Garibaldi e Bento Gonçalves na primeira edição da Festa da Uva em 1931



**Fonte:** Acervo do Museu Casa do Imigrante, Bento Gonçalves

Na segunda edição, o papel do Sindicato Vitivinícola foi ainda maior, ancorado pelos proprietários das maiores indústrias do vinho como Adelino Sassi, Luis Antunes, Luis Michelin, entre outros, apoiados pelo Estado. Permaneciam ainda alguns impasses entre industriais e cooperativados. As cooperativas foram reconhecidas pelo governo estadual pelo decreto n° 4985 somente em maio de 1932. Posteriormente, o governo, por meio do decreto n° 5008 de junho de 1932, passou a fazer algumas exigências, regulamentando o engarrafamento e a fiscalização do vinho. Entre as exigências, estava o piso de cimento e a esterilização das garrafas. Essas medidas expuseram ainda mais a relação do Estado com os industriais, penalizando os colonos que não tinham recursos e estrutura para atender às exigências imediatamente. Essa aliança contava com a aprovação do governo federal e a contrapartida exigida dos industriais foi a adesão deles ao Partido Republicano Liberal (PRL), “constituído por Flores da Cunha em novembro de 1932 e que serviu de base na Constituinte estadual de 1934 para a sua eleição

como governador do Estado” (PESAVENTO, 1983, p. 57). O então prefeito municipal de Caxias, General Miguel Muratore também era do PRL.

Pode-se depreender desse imbricamento que o estado apoiava a realização da Festa de diferentes maneiras. A primeira, por meio do Sindicato do Vinho e da Sociedade Vitivinícola, pois os números favoreciam. A sociedade, que tinha sede em Porto Alegre, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, entre outros, em 1932 exportou mais de 20 milhões de litros de vinho<sup>138</sup>, numa produção estadual de 81 milhões de litros. Uma segunda forma de apoio foi anunciada em jornais regionais e nacionais. “*Afim de incentivar a maior convergência possível de turistas e amadores, o general Flores da Cunha, mandou conceder as pessoas que desejem visitar a exposição um abatimento em suas passagens por estrada de ferro*”<sup>139</sup>.

Na abertura do evento, o próprio Interventor do Estado, General Flores da Cunha, esteve presente, e seu discurso foi permeado pela filosofia positivista, em que constava a ideia de progresso, a ordem, o engrandecimento moral, etc. A Festa da Uva de 1932 foi o ponto de partida para as demais festas ligadas ao vinho que ocorreriam mais tarde, mas foi principalmente onde se estabeleceu os moldes para as demais festas da uva. A de 1932 foi composta pela exposição de uvas, exposição industrial, curso alegórico, festejos populares e foi palco também da realização do 1º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, evento de caráter científico em que esteve presente o embaixador da Itália.

A organização da Festa da Uva esteve a cargo principalmente de uma elite intelectual, política e econômica urbana, ansiosa para mostrar o progresso material da colônia e deixar para trás o isolamento, os anos de privação e miséria das primeiras décadas da colonização.

Num Estado profundamente impregnado pelos ideais positivistas e republicanos, não é de estranhar que o valor da ideologia do progresso seja um valor ainda largamente reconhecido no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, quando Caxias do Sul celebra a sua *Festa do Trabalho e da Abundância* (RIBEIRO, 2002, p. 97)<sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> Como a Sociedade Vinícola possuía mais de 50 estabelecimentos de produção integrados, as estatísticas de produção total dela inexistem.

<sup>139</sup> Jornal da Manhã. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1932. Correspondências expedidas pela comissão central da Festa da Uva de 1932. AHMJSA.

<sup>140</sup> Grifo do original.

Contudo, não coube somente à elite local o papel de porta voz da Festa, mas também a intelectuais da capital do Estado como os letrados Augusto Meyer e Reinaldo Moura, que tinham ampla circulação nos meios de comunicação. Eles acabavam antecipando os discursos e dando sentido, criando o clima da Festa, da abundância e do oposto, em relação aos primeiros anos de colonização. Pelo seu caráter de exclusividade, no contexto econômico agrícola estadual, a Festa era cobiçada e tornava-se um grande evento político ao mesmo tempo, e de uma maneira que atingisse praticamente a totalidade da população regional, uma vez que nela estavam agregados os resultados da produção industrial e agrícola, além dos valores construídos coletivamente, tanto em espaço urbano quanto rural.

Pode-se dizer que o evento tornou-se patrimônio da comunidade, pois, assumido coletivamente e com intencionalidade, funcionou como um catalisador da função identitária (DI MÉO, 2004), isto é, houve a identificação do grupo ao território, ancorando um passado de trabalho e projetando um futuro com base nos mesmos princípios e ideais, fundado numa memória comum.

Pelo porte da Festa da Uva, especialmente a partir da realizada em 1932, que atingia multidões de todo o Estado não necessariamente em presença física, mas, também, via jornais e boletins, houve uma aceitação coletiva que permitiu o “olhar de fora”, endossando as práticas internas regionais sob um discurso progressista repleto de significados.

*Quem vem da planície diz mal de nós pela rudeza do inverno desabrido. Verdade – as chuvadas sem fim dos dias tristes; verdade - os dias cinzeos de garôa e bruma de Julho e Agosto, verdade – as neves que vestem de noiva as casinholas pobres, e as geadas frias que desgostam e irritam as madrugadas límpidas de Setembro e Outubro. Que importa, entretanto, tudo isso? Quando é de tudo isso que brota, como um grito, o esplendor da Primavera, e estúia, como a realização de uma promessa, a fartura milagrosa do verão...*<sup>141</sup>

Na edição de 1933 teve papel central a escolha da rainha da festa, com voto popular. A escolha da rainha se tornaria, nas edições seguintes, um importante evento paralelo, ampliando a escala temporal do evento em si e mobilizando um contingente de visitantes e turistas sem precedentes na colônia, especialmente a

---

<sup>141</sup> Trecho de uma crônica escrita por Olmiro de Azevedo, letrado de Porto Alegre e um dos divulgadores da Festa da Uva. In: ANTUNES, Duminiense P. **Documentário Histórico de Caxias do Sul Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização**. Caxias do Sul: Artegráfica, 1950.



partir da edição de 1934. Nessa edição, praticamente toda a diretoria foi composta por industriais do vinho, tendo a frente o idealizador Joaquim Pedro de Lisboa. A partir dessa edição, não era mais necessário o financiamento regional do evento, apenas o “indispensável e valioso apoio moral”<sup>142</sup> dos prefeitos dos municípios vizinhos.

Uma das maiores edições da Festa da Uva foi a inaugurada em 25 de fevereiro de 1950, realizada em conjunto com as comemorações do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS, que, nesse caso, funcionou como o elemento unificador regional, dadas as condições políticas da época. Entre 1938 e 1950, nenhuma Festa da Uva foi realizada, especialmente por causa da Segunda Guerra que afetou a RCI por algumas medidas nacionalistas ditadas pelo Estado Novo, como a proibição da fala dos dialetos dos imigrantes, entre outras características analisadas posteriormente. Nessa edição, os municípios foram convocados a participar pelo mesmo idealizador da festa de 1931, Joaquim Pedro de Lisboa. Bento Gonçalves e Garibaldi prontamente responderam, apoiando a realização do evento. Em ofício expedido pela Comissão Coordenadora da Festa da Uva, foram solicitadas às prefeituras dos municípios produtores a doação de “vinhos de classe”, e no caso de Garibaldi, “inclusive champanha”.<sup>143</sup>

A edição de 1950 apresentou algumas particularidades em relação às demais festas, como a presença de um “Pavilhão Histórico Cultural”, além da tradicional Feira e Exposição Agroindustrial. Nessa exposição, foram expostos passaportes, cartas trocadas entre imigrantes e familiares, artefatos do cotidiano, como uma maneira de resgatar alguma memória perdida, possivelmente em decorrência das ações do Estado, que visavam a um nacionalismo imposto por decretos e também unir passado e presente, pois se tratava de artefatos e materiais comuns. Estes objetos foram disponibilizados pelas famílias de imigrantes e descendentes da região<sup>144</sup>. A cada município produtor, nesse caso, 10 municípios participantes, foi demandada pela comissão a escolha de uma Rainha da Festa da Uva<sup>145</sup>, não ficando mais restrito a Caxias do Sul o evento de escolha. Todavia, essa

---

<sup>142</sup> Ofício expedido pelo presidente do evento Joaquim Pedro de Lisboa ao prefeito de Garibaldi em 05 de janeiro de 1934. AHMG, caixa 42: 1934.

<sup>143</sup> Ofícios enviados em 14 de fevereiro de 1950. AHMG, caixa 90: 1950.

<sup>144</sup> Ofícios enviados às prefeituras da região em 31 de janeiro de 1950. AHMG, caixa 90: 1950.

<sup>145</sup> Ofícios enviados em janeiro de 1950 aos municípios produtores de uvas. AHMG, caixa 90, 1950.

prática não foi mantida posteriormente e essa edição da Festa foi marcada pela escolha de Olívia Teresinha Morganti, de Bento Gonçalves como rainha da Festa da Uva, única edição em que foi escolhida uma candidata externa ao município de Caxias do Sul. Essa edição marcou ainda uma ruptura na tradicional programação cultural do evento. Foi incorporada uma programação “erudita”, com apresentações de óperas, tenores, apresentações de bailarinos, música portenha, entre outros, intercalando com o folclore local.

Um momento marcante para a Festa da Uva foi sua transmissão pública a cores, a primeira da televisão brasileira, realizada em 19 de fevereiro de 1972. No ano de 2012<sup>146</sup>, Caxias do Sul realizará a 28ª edição da Festa, que passou por diversos momentos ao longo de sua história, servindo de inspiração para alguns eventos de municípios vizinhos como a Festa Nacional do Vinho, realizada em Bento Gonçalves a partir de 1967, evento que será analisado posteriormente.

A mobilização popular e a exposição da região por ocasião da Festa da Uva favoreceram a difusão do turismo e Caxias apareceu como o primeiro “produto” propriamente turístico na colônia. A partir dos anos 1920, o trem permitiu um maior trânsito no Estado; também possibilitou o fluxo entre os estados e para fora do país, e os gaúchos podiam ir a Montevideu e Buenos Aires de trem. No entanto, o fluxo era pequeno, assim como era pequeno ainda o fluxo que tinha o litoral como destino, pois ficava condicionado às condições das estradas.

Na RCI, um movimento que se poderia chamar de embrião do turismo foi o de veraneio, comercializado na época como “Veraneio na Serra”. O “Veraneio na Serra”<sup>147</sup> era uma atividade que levava visitantes a alguns municípios pelas condições climáticas mais amenas no verão. Esta atividade ocorria em Garibaldi, Desvio Blauth<sup>148</sup>, Bento Gonçalves, Veranópolis, Cotiporã, Nova Prata e em Ana Rech, distrito de Caxias do Sul, que tinha um dos maiores hotéis da região, o Bela Vista. Em Bento Gonçalves, com a chegada do trem, foi construído o Hotel Estação, junto à estação férrea.

---

<sup>146</sup> Detalhes em <<http://www.festanacionaldauva.com.br/2012/>>. Ribeiro (2002) elaborou um detalhado estudo sobre a trajetória da Festa da Uva, suas interfaces e implicações no contexto regional.

<sup>147</sup> GOTTSELIG; Carlos W. **Grande Album de Montenegro**. Montenegro: RS, 1933.

<sup>148</sup> Na época a Estação do Desvio Blauth pertencia ao município de Montenegro. Atualmente pertence à Farroupilha, município limítrofe de Garibaldi.

No Desvio Blauth, espaço das famílias Blauth e Haupt, era oferecido parque de diversões, jogos ao ar livre como tênis e tamborim, salão de festas com energia elétrica, jogos de bilhar e uma cozinha. Havia um lago para a prática do remo e também um aviário para produção de ovos, além de produção de leite e frutas, que se destinavam aos veranistas. Passeios a cavalo e de charrete também eram feitos. Pode-se dizer que existia uma experiência planejada para os veranistas, dada a oferta de atrativos na época<sup>149</sup>.

**Figura 13** - Chegada do trem no Desvio Blauth – 1933



Fonte: Acervo da família Haupt

Em Bento Gonçalves, três hotéis se destacavam, o Zanoni, o Hotel Brasil e o Hotel Planalto. O Hotel Zanoni foi pioneiro no município, de propriedade de Antenor Zanoni, italiano de Cremona, que oferecia diversas acomodações e cozinha; o Hotel Brasil foi fundado em 1924 e tinha 16 apartamentos mobiliados, além de sala de jantar, cozinha e espaço reservado para famílias; e o Hotel Planalto, que posteriormente foi transformado pelo Estado em estação de sericicultura<sup>150</sup> no município. A figura 14, na página seguinte, mostra alguns veranistas numa refeição realizada no Hotel Planalto.

---

<sup>149</sup> Atualmente, a família Haupt, herdeira da área onde ocorria o veraneio, resgatou a história e expôs diversos documentos e registros numa cafeteria, chamada de Estação Café Blauth.

<sup>150</sup> Atualmente, o espaço abriga o Museu do Imigrante e o prédio está fechado para restauração.

**Figura 14** - Veranistas no Hotel Planalto – sem data



**Fonte:** Acervo do Museu do Imigrante em Bento Gonçalves

Em Garibaldi, acolhiam os veranistas o Hotel Faraon, Hotel do Comércio, Pensão familiar da Dona Emilia Dornelles, a Pensão Farroupilha e o Hotel Casacurta, inaugurado em fins de 1870, conforme citado anteriormente. O turismo passou a aumentar na medida em que o automóvel começou a ser popularizado, antes restrito a uma pequena elite e em maior presença nas capitais.

Em 27 de setembro de 1907 foi fundado, no Rio de Janeiro, o Automóvel *Club* do Brasil, idealizado por Alberto Santos Dumont, que trouxe ao Brasil o primeiro carro a combustão com pneus de borracha, apoiado por nomes conhecidos como José do Patrocínio e Olavo Bilac. No Rio Grande do Sul, a atuação do clube se deu a partir de meados dos anos 1920, possivelmente a partir de seu reconhecimento como “de utilidade pública em 1925”. Seu presidente de honra, nos anos 1930, foi Getúlio Vargas, chefe do governo provisório.

O Automóvel *Club* do Brasil passou a demandar as seguintes informações das prefeituras municipais:<sup>151</sup>

1. *Superfície, altitude e população, além da discriminação dos distritos;*
2. *Enumeração dos edifícios públicos (se possível com fotografias);*
3. *Enumeração das oficinas e garagens existentes, bem como das bombas de gasolina;*
4. *Enumeração das indústrias;*
5. *Enumeração dos hotéis, se possível com preços das diárias;*
6. *Restaurantes;*
7. *Enumeração dos sítios pitorescos, com fotografias;*
8. *Planta do município e dos distritos;*
9. *Vistas do município;*

---

<sup>151</sup> Ofício enviado à prefeitura de Garibaldi, sem data. AHMG, Caixa 33: 1928 – 1929.

10. *Plantas de estradas de rodagem municipal;*

11. *Número de automóveis, de carga e passageiros existentes no município.*

Essas informações compuseram um material de informações para ser apresentado no Quinto Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, evento promovido pelo *Club* no Rio de Janeiro, de 16 a 24 de novembro de 1933.

No Rio Grande do Sul, em 21 de março de 1935, foi fundado o *Touring Club do Brasil*<sup>152</sup> (Sociedade Rio-Grandense de Turismo), com sede em Porto Alegre, 12 anos após a sua fundação do Rio de Janeiro. O *Touring* teve ampla atuação na arquitetura do turismo estadual e regional, e o *leitmotiv* foram as comemorações estaduais do Centenário Farroupilha, sob o governo do general Flores da Cunha, que também foi Presidente do Conselho de Honra do *Touring*. O diretor e secretário do *Touring Club* era Clio Fiori Druck, jornalista do Diário de Notícias de Porto Alegre. O jornal Correio do Povo noticiou em 19 de setembro de 1935 a presença de “mais de 15 mil forasteiros”, por ocasião das comemorações, que teve, até o final do evento, cerca de 45 mil visitantes.

No dia 05 de outubro foi enviado um ofício<sup>153</sup> às prefeituras de Garibaldi e Bento Gonçalves informando sobre a visita de uma excursão turística e solicitando apoio para a recepção.

*Com grata satisfação, levamos ao conhecimento de v.s. que o Touring Club do Brasil, secção do Rio Grande do Sul, levará a efeito, dentro de poucos dias, uma grande excursão turística á região vinicola riograndense, cuja finalidade é exhibir aos olhos maravilhados dos inúmeros forasteiros que ora nos visitam, atraídos pelas comemorações do Centenario Farroupilha, as extasiantes belesas naturais e o dinamico progresso dos nossos municipios produtores de vinho, na lista dos quais figura Garibaldi, de interessantes e variados atrativos turísticos.*

O prefeito de Bento Gonçalves, Arlindo Barbosa, retornou o ofício ao *Touring* explicando que “quanto mais tarde, melhor será a impressão dos visitantes”<sup>154</sup>, possivelmente numa alusão às paisagens vitícolas que no período de inverno perdem as folhas e, na primavera, se encontram em plena brotação.

<sup>152</sup> Segundo a direção atual do *Touring Club*, na década de 1980, um incêndio ocorreu na sede, em Porto Alegre e os arquivos foram perdidos, tanto pela ação do fogo quanto de bombeiros despreparados para o combate a incêndios. A documentação apresentada aqui foi de fontes de arquivos históricos, especialmente Garibaldi e Caxias do Sul.

<sup>153</sup> AHMG, caixa 42: 1934 - 1935. Grafia do original. A mesma carta foi enviada para Bento Gonçalves, apenas trocando o nome do município.

<sup>154</sup> AHMBG. Protocolo de Correspondências nº 5, p. 169.

Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul e demais municípios produtores de uva do entorno aparecem com o seu principal produto comercial no conjunto da atratividade, o vinho. A excursão, que fez parte das comemorações do Centenário Farroupilha, seguiu por Caxias do Sul, Garibaldi, Nova Trento<sup>155</sup> e Farroupilha e teve duração de 05 dias (HOHLFELT e VALLES, 2008). Foi o único evento externo a capital durante as comemorações do Centenário Farroupilha.

Segundo Goidanich (1993, p. 27), a primeira meta turística do *Touring* foi Caxias do Sul, onde o vinho, a metalurgia e as malhas eram a atração. Caxias do Sul foi, assim, o primeiro ponto turístico do Estado, afora Porto Alegre, a despertar interesse nacional. “A fonte do vinho, durante a Festa da Uva, realizada desde 1931, e a neve cobrindo a cidade nos dias de inverno, foram imagens que espicaçaram a curiosidade dos brasileiros dos anos trinta”.

O Extrato dos Estatutos do *Touring Club* (ANEXO 01, p. 212) apresenta a gama de serviços e finalidades que ele propunha, conforme os parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 1º.

§ 1.º - *Promover o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul, sob todas as suas formas, ocupando-se de todos os assuntos que possam concorrer para o seu progresso. A Sociedade estenderá sua atividade sobre todo o território do Estado, promovendo e patrocinando excursões e competições desportivas, que venham auxiliar o desenvolvimento do turismo em geral. Para isso organizará, por sua conta, ou de empresas comerciais de turismo, viagens ou passeios aos pontos pitorescos do Estado, Brasil ou Estrangeiro.*

§ 2.º - *Facultar aos seus associados informações e vantagens que facilitem as viagens, e todas as indicações necessárias, de forma a torná-las úteis, agradáveis e interessantes.*

§ 3.º - *Promover, junto aos poderes públicos, a construção de estradas de rodagens de interesse geral, abertura e conservação de caminhos, dando acesso a pontos pitorescos do Estado.*

O *Touring* tinha algumas atribuições de Estado, como a preocupação com a questão das estradas, sua abertura e conservação, além da sinalização. Era mantido pelos associados e entre eles estavam inclusas algumas prefeituras. Bento Gonçalves era associada e Garibaldi inicialmente também se associou, mas posteriormente o prefeito Dormelindo de Oliveira pediu o desligamento, alegando não ter verba votada para este fim<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> Atualmente município de Flores da Cunha, emancipado de Caxias do Sul em 21 de dezembro de 1935.

<sup>156</sup> Ofício de 19 de novembro de 1935. AHMG, caixa 42: 1934-1935.

A Revista do *Touring* também contribuía para que as pessoas conhecessem mais do Rio Grande do Sul, e constantemente demandava material das prefeituras, como mapas rodoviários e fotografias. Em 1937, o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DAER solicitou auxílio ao *Touring* num estudo preliminar visando à remodelação das estradas estaduais e este, por sua vez, encaminhou um formulário aos municípios para que informassem as condições das estradas (ANEXO 02, p. 213).

Em praticamente todas as solicitações consta que suas atividades eram “altamente patrióticas”. Todavia, o *Touring Club* atuava principalmente em prol de serviços prestados aos proprietários de carros, o que era uma minoria abastada nessa época. Assim, o turismo interno propriamente dito nasceu a partir de bases elitistas sob o discurso progressista, ainda que a atuação do *Touring* afetasse em menor escala uma boa parte da população. Essa perspectiva de que o turismo estadual nasceu a partir de 1935 é assumida pelo próprio *Touring Club*, porém, deve-se considerar que o turismo no RS tinha manifestações anteriores, como a própria Festa da Uva, sem citar o turismo emissivo<sup>157</sup> para os gaúchos, que tinham como destino Montevideu e Buenos Aires. Oportuno lembrar que o presidente de honra do Automóvel *Club* do Brasil era Getúlio Vargas e do *Touring*, no RS, era o General Flores da Cunha. Flores da Cunha, que era federalista, foi aliado de Vargas durante a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, mas se afastou dele a partir de 1937, ano em que deixou de ser governador do Estado.

Vargas, ao reassumir o poder no período chamado de Estado Novo (1937 – 1945), antecedido de sua presidência no Governo Constitucional (1934 – 1937), encerrou a Política do Café com Leite da República Velha, dominada pelas oligarquias paulista e mineira que se sucediam no poder central e iniciou um governo estadista (FERREIRA e DELGADO, 2006). Esse governo mantinha o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, criado em 1939 em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC, de 1934. O DIP tinha grande penetração nacional e foi inspirado em modelos totalitários de gestão, como o de Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, entre outros (GAMBINI, 1977). O DPDC e mais tarde o DIP atuavam na propaganda turística nacional e são muitos os ofícios endereçados aos municípios demandando informações turísticas.

---

<sup>157</sup> Turismo emissivo é o tipo de turismo realizado para fora do município, estado, região ou país habitado. O turismo receptivo é o oposto.

*Vivamente empenhado em dar maior amplitude aos serviços deste Departamento, no interesse de incentivar, por todos os meios, a propaganda de nossa terra e dominado pelo propósito de incrementar o turismo que precisa, antes de tudo, de perfeita organização para que possa ser bem orientado e profícuo, assegurando aos turistas de antemão maiores conhecimentos de nosso país, permitindo-lhes, deste modo, maior permanência entre nós e de melhores proveitos para todos, envio a Vossa Senhoria, anêxo, um questionário numerado, pedindo o favor de respondê-lo com maior brevidade possível, pondo as respostas nos lugares adequados, de acordo com os números.*<sup>158</sup>

Santos Filho (2008) analisou as relações entre o DIP e o turismo na era Vargas. Segundo o autor, a filha de Getúlio Vargas (Alzira) o influenciou, quando viu no turismo uma possibilidade capaz de divulgar o Brasil e levar a imagem de seu pai para o exterior. Acrescenta que o turismo esteve ligado, além do DIP, ao Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais – SIPS, encarregado da coordenação de elementos informativos de interesse da polícia preventiva. O DIP tinha criado numa de suas estruturas a Divisão de Turismo. “Ela só poderia pensar no turismo apensado aos órgãos policiais, visto que estes sustentavam o Estado Novo e davam ‘legitimidade’ ditatorial para um populismo que questionava a dominação norte-americana no território nacional e oferecia uma liberdade previamente delimitada às classes trabalhadoras pelo governo”<sup>159</sup>. Fica evidente, a partir da análise do autor, que o turismo esteve ligado às preocupações ideológicas e políticas estadistas. Assim, pode-se dizer que o turismo esteve a serviço do estado, a fim de projetar a imagem populista de Getúlio Vargas, dentro do aparato burocrático do governo, da DIP e da Divisão de Turismo.

Havia ainda outra preocupação no governo de Getúlio que precisava ser combatida e contava com a aliança dos Estados Unidos, o comunismo.

O DIP congregava na sua Divisão de Turismo uma das atividades consideradas mais importantes para a construção da imagem de uma ‘ditadura fascista democrática’, por isso o Estado investiu no desenvolvimento da atividade turística em diferentes frentes com o objetivo de combater o Comunismo e sedimentar a imagem do Presidente da República como democrata e ‘pai dos pobres’ (SANTOS FILHO, 2008, p. 110).<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> Ofício enviado ao prefeito de Garibaldi em 14 de janeiro de 1938 pelo Departamento de Propaganda. AHMG, caixa 48: 1938.

<sup>159</sup> Grifo do autor.

<sup>160</sup> Grifos do autor.



As contribuições do autor abrem diversas possibilidades de análise na historiografia do turismo, entre elas, as estratégias utilizadas pelo DIP para fortalecer a imagem do presidente. Nesse contexto estavam os inúmeros eventos promovidos em todo o território nacional aproximando uma ideia de nacionalidade como metanarrativa, no sentido literário, à divisão territorial. Grandes comemorações faziam parte, associando ao governo a imagem de co-participante nas datas comemorativas aos heróis nacionais como Tiradentes (SANTOS FILHO, 2008), ou jogos de futebol, filmes, ou numa escala estadual as comemorações do Centenário Farroupilha, conforme citado anteriormente.

Voltando-se ao papel do *Touring Club*, pode-se dizer que ele era mais um dos braços do Estado na formação do nacionalismo e do regionalismo, tanto em escala regional quanto estadual e nacional. Nos municípios, foram criadas, aos poucos, delegacias, conforme consta no Extrato dos Estatutos, em seu segundo capítulo, parágrafo 6°. Bento Gonçalves e Garibaldi tiveram as suas e em Garibaldi foram nomeados, respectivamente, Urbano Buerguer e Armando Peterlongo para delegado e vice<sup>161</sup>. Em Bento Gonçalves, foi nomeado Carlos Dreher Neto como delegado e em Caxias do Sul Germano Thompson e Luiz Napolitano<sup>162</sup>. Estes delegados tinham a função de assistir aos associados quando em viagens, além de serem negociantes de acessórios e veículos, o que não foi o caso destes, que eram industriais em seus municípios.

Em diversos momentos e escalas, poder e capital se cruzam e, de fato, a simultaneidade de ações faz o curso da história. A ideia simbólica do território nacional unido movimentava os agentes, servindo para legitimar o poder. A noção de aceitação/identificação de todas as classes pelo governo populista, mas ao mesmo tempo sem descuidar de exaltar o diferente, no caso do italiano em escala regional, servia-se não necessariamente de postura progressista e convinha para perpetuar o poder e o domínio das lideranças, uma vez que eram os industriais que organizavam os eventos regionais, que dirigiam as instituições e que concentravam a maior parte da riqueza produzida.

O *Touring* editou o primeiro “Guia de Turismo do Rio Grande do Sul”<sup>163</sup> e o *slogan* era “Onde vamos veranear?”. Este guia foi impresso pela Sociedade

---

<sup>161</sup> Ofício de 11 de março de 1940. AHMG, caixa 49: 1939.

<sup>162</sup> AHMJSA. Secretaria do Gabinete/serviços/turismo.

<sup>163</sup> Ofício de 21 de abril de 1941. AHMG, caixa 53: 1941.

Nacional de Publicidade de Porto Alegre, ligada à publicidade oficial do governo central. Para esse guia e outros que foram editados, além da revista do *Touring*, outras organizações atuavam de forma semelhante, como o *Moto Club Riograndense*<sup>164</sup> que também demandava informações dos municípios, com o intuito de organizar o motociclismo e expor em materiais informativos as melhores opções de passeios no Estado.

Dentre os grandes eventos proporcionados pela atuação do *Touring*, esteve a organização da “Semana da Pátria” em 1940, realizada em parceria com a Liga de Defesa Nacional, com a mobilização de caravanas automobilísticas<sup>165</sup> de todo o Estado. Estas caravanas tinham como destino Porto Alegre e aos automobilistas eram distribuídas faixas com os dizeres “Caravanas Automobilísticas da Semana da Pátria”. Os motoristas tinham um itinerário previsto, com mapa e indicações de pontos turísticos (ANEXO 03, p. 214). A organização das comemorações previa também um roteiro para as “Comissões Municipais” visando à organização de eventos nos municípios e a organização das caravanas.

Essa espacialidade promovida pela Semana da Pátria, de certo modo, aproximava os diferentes lugares sob um pretexto comum, ainda que, no caso da RCI, os eventos nacionais, seus heróis, fossem alheios à realidade, isto é, seus eventos e folclore diziam respeito a outro lugar, mas a adaptação à nova terra proporcionou essa inserção forçada. O turismo, nesse caso usado para o fim de integração entre região e nação, teve um uso político, ainda que os que pudessem usufruir dele eram somente os “eleitos”, no sentido patrimonial de Gravari-Barbas (1995), isto é, ele serviu para endossar as práticas gestadas pelos organismos controladores, que embora policêntricos, obedeciam à mesma lógica.

Outra ação de grande porte empreendida pelo *Touring* foi o chamado “Circuito da Boa Vizinhança”. Este circuito nasceu num momento mundial delicado, a irrupção da Segunda Guerra Mundial, que fez com que boa parte do fluxo turístico internacional ficasse estagnado. Nesse contexto, o *Touring Club* do Brasil expediu uma carta ao Presidente da República Getúlio Vargas, em 25 de março de 1940, pedindo apoio na conclusão das rodovias que ligavam o Rio Grande do Sul à Argentina, Uruguai e demais Estados ao Paraguai, a fim de que as viagens

---

<sup>164</sup> Ofício de 15 de setembro de 1938 solicitando informações sobre o motociclismo em Garibaldi. AHMG, caixa 48: 1938.

<sup>165</sup> Ofício de 15 de agosto de 1940. AHMG, caixa 49: 1939.

turísticas, antes realizadas por barcos a vapor e diminuídas pelo temor dos submarinos, não cessassem. Os turistas dos países vizinhos visitavam principalmente o Rio de Janeiro e as estâncias hidrominerais brasileiras, mas a intenção era também fomentar o turismo interno interestadual. Essa experiência foi pioneira no contexto regional do turismo no Brasil, pois integrava 08 mil quilômetros de rodovias por quatro países.

*A viagem marítima, além de incômoda para as pessoas que não se sentem bem a bordo, não pode oferecer os mesmos e variados atractivos do percurso terrestre. O turista aspira ver e observar aspectos novos, sentir sensações inéditas. Quanto valôr terá, turisticamente, a sequencia admiravel de scenarios typicos e curiosidades, desde as cochillas do Rio Grande do Sul aos planaltos das serras do Mar e da Mantiqueira!*<sup>166</sup>

O jornal carioca *Correio da Manhã*, em 31 de março de 1940, apresentou o esquema proposto para o “Circuito da Boa Vizinhança”, que incluía Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Assunção no Paraguai, Porto Alegre, Montevidéu e Buenos Aires, entre outros municípios menores, com ampla matéria do *Touring*, enaltecendo as possibilidades turísticas nacionais frente ao advento da Segunda Guerra (ANEXO 04, p. 215).

Esses importantes ensaios do turismo foram somados à inauguração, em 1941, da estrada federal Porto Alegre – Caxias do Sul, ligando a capital à RCI. A inauguração desse trecho modificou o sistema comercial e as relações entre a RCI e o Vale do Caí, que antes era destinatário e atravessador no que concerne ao mercado de produtos agrícolas. No entanto, o fluxo, que inicialmente animou os automobilistas que percorriam o trecho, foi logo interrompido pelo racionamento de combustível em decorrência da Segunda Guerra, que somente cessou em 1945. A partir daí teve início a campanha “O petróleo é nosso” de Getúlio Vargas, criando a Petrobrás (GOIDANICH, 1993).

Em 1943, a Viação Férrea do RS<sup>167</sup> publicou o “Guia Oficial de Turismo” em que constavam os principais pontos de veraneio e turismo do Estado. Na “Região de Montanha”, constavam alguns municípios, entre eles Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul e Farroupilha, mas, na parte destacada “Cidades de Turismo”, apenas

---

<sup>166</sup> Carta enviada pelo *Touring Club* do Brasil ao presidente Getúlio Vargas. AHMJSA. Secretaria do Gabinete/serviços/turismo. Grafia do original.

<sup>167</sup> **Guia Oficial de Turismo da Viação Férrea do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1943.

Caxias do Sul figura entre os municípios da região. Em 1951, o Guia de Turismo Rodoviário do RS<sup>168</sup> apresentou o mesmo panorama de cidades turísticas, porém acrescentou a relação dos hotéis do Rio Grande do Sul. Garibaldi tinha 06 hotéis no guia: Hotel Brasil, Hotel Garibaldi, Hotel Zorzi, Hotel Spader, Hotel do Comércio e Hotel Farroupilha. Bento Gonçalves tinha 08 hotéis: Hotel Orsato, Hotel Bela Vista, Hotel Luzzatto, Hotel Primavera, Hotel Zanoni, Hotel Nichetti, Hotel Brasil e América Hotel. Um ano antes, 1950, o Estado do RS oficializou o turismo pela Lei nº 997, numa atitude pioneira no Brasil e com influências do vizinho Uruguai. A lei criou o Conselho Estadual de Turismo - CET e o Serviço Estadual de Turismo, que fomentaram a atividade em novos destinos, como Canela, Gramado e Nova Petrópolis, dando grande impulso à iniciativa privada (GOIDANICH, 1993).

### 3.3.2 Vitivinicultura: entre avanços e retrocessos

Os vinhos e alguns derivados da uva produzidos na RCI, sobretudo os do eixo Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, eram reconhecidos nacionalmente, especialmente a partir de meados dos anos 1920 em diante, com os eventos e a exclusividade na produção de determinados produtos, como o *champagne* Peterlongo em Garibaldi. No entanto, alguns problemas permaneciam por diversos fatores e, distantes das narrativas mitológicas e fraternais<sup>169</sup> características de uma parte da historiografia da imigração italiana, merecem ser analisados.

---

<sup>168</sup> **Guia de Turismo Rodoviário do Rio Grande do Sul para 1951**. Porto Alegre: Publicitária Rio Grandense, 1951.

<sup>169</sup> Essa assertiva encontra eco numa série de materiais produzidos dos anos 1920 aos anos 1980 sobre a colonização italiana, inclusive nos discursos por ocasião dos eventos como a Festa da Uva ou de agentes consulares italianos. O discurso era baseado numa visão elitista europeia que visava facilitar a expatriação de imigrantes pobres e também na crença da superioridade étnica do europeu perante o negro, o caboclo e outras etnias. A publicação relativa aos 50 anos da imigração italiana (*Cinquantesimo della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*), citada anteriormente, apresenta essa construção mitológica da bravura do imigrante, o que se poderia chamar do “mito do colono italiano”. Houve de fato um processo muito bem planejado de ocupação territorial sem precedentes na história mundial, com assistência técnica, proteção, financiamento público de terras, o

Uma prática entre industriais abastados começou a ser realizada a partir dos anos 1930, que foi a de levar para dentro das suas empresas alguns comerciantes de vinhos, principalmente de mercados consumidores como Rio de Janeiro e São Paulo. Lourenço Mônaco, em Bento Gonçalves, convidou, em 1933, alguns comerciantes cariocas, juntamente com seus familiares para acompanharem os trabalhos da colheita e da produção dos vinhos<sup>170</sup>. Esse dado sugere que alguns industriais eram capitalizados, pois investiam na divulgação de sua produção. Por outro lado, a esses comerciantes era oportunizada uma espécie de turismo do vinho, pois a família inteira era trazida para uma intensa programação, indo além dos aspectos comerciais.

Sob a barreira do discurso progressista promovido pelos agentes políticos e pelos detentores do poder (Sindicato Vitivinícola/Sociedade Vinícola/industriais) estava o colono agricultor cooptado de diversas formas. Ele vivia em condições precárias pela insuficiência da produção do lote rural, e não por outro motivo se via obrigado a depender do grupo dos industriais do vinho, situação que se tornaria um pouco mais amena com o processo de fortalecimento das cooperativas, com a criação da Cooperativa Agrícola Garibaldi em 22 de janeiro de 1931 e, em Bento Gonçalves, com a Cooperativa Vinícola Aurora, criada em 14 de fevereiro de 1931<sup>171</sup>.

Nos anos 1930, um fator que causava apreensão nas lideranças dos municípios produtores era a importação de vinhos. Em 1934 foi veiculado nos jornais da capital que o governo importaria 25 milhões de litros de vinho português para misturar ao vinho gaúcho, fato que ocasionou indignação entre os produtores e prefeitos. Em ofício de 5 de julho de 1934, enviado pelo o prefeito de Garibaldi Dormelindo de Oliveira ao governador General Flores da Cunha, é exposta a

---

que permitiu certamente a reprodução social com maior êxito, em relação a outras regiões do Estado.

<sup>170</sup> Jornal Correio do Povo, 28 e 30 de março de 1933. AHMJSA.

<sup>171</sup> Um trabalho que aborda especificamente a submissão do colono produtor de uvas à indústria do vinho é o de SANTOS, José V. T. Dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978. O trabalho, de concepção marxista, aborda a realidade de alguns agricultores de São Pedro, em Bento Gonçalves e sua relação com a burguesia industrial da época, todavia, como se tratou de amostragem pequena no estudo exploratório, a generalização dos resultados proposta pelo autor pode ficar comprometida. Portanto, antes de falar de subordinação do camponês ao capital, se poderia dizer que o contexto analisado pelo autor permitiu chegar àquelas conclusões na sua escala de análise, e não na totalização dos resultados.

insatisfação do setor, tanto pela baixa do preço que poderia ocorrer no mercado interno quanto a fatores de “ordem moral”.

*Estando já o consumidor acostumado ao vinho nacional, o corte irá certamente influir para que volte sua preferência para o novo tipo resultante, e quando quizermos voltar a introduzir novamente o vinho nacional puro surgirão dificuldades. Alega-se também o fator de ordem moral, pois que o corte com o vinho português implicará necessariamente em reconhecermos de publico a inferioridade de nossos vinhos.*<sup>172</sup>

A importação citada não foi efetivada em função da mobilização do setor, e segundo informa Gobbato (1925, p. 420), de Portugal foram importados 1.587.500 litros de vinho na década de 1930.<sup>173</sup> Outros problemas decorriam dos vinhedos, como uma nova infecção da filoxera que tinha atingido alguns vinhedos. Celeste Gobbato, que era o diretor da Estação Experimental em Caxias do Sul, enviou uma circular com medidas preventivas em 1934 às prefeituras, para que enviassem às comunidades e os vigários as lessem nas missas, com o propósito de que as orientações chegassem os colonos.<sup>174</sup>

As cooperativas, já organizadas e ligadas a Federação das Cooperativas Sul Rio-Grandenses de Vinho, fundada em 1933, passaram a receber as uvas dos colonos e faziam a vinificação, pois tinham estrutura técnica e espaço físico e colocavam no mercado o produto pronto. Essa fase foi marcada pela quase extinção do modo artesanal de fazer vinho. O modo artesanal permanecia com o propósito de consumo doméstico, mas ainda assim, alguns agricultores faziam e comercializavam parte da produção.

A aproximação governamental com a indústria vinícola e com as cooperativas foi acentuada. Ambas reclamavam dos problemas de instabilidade do consumo, custos de exportação, problemas de transporte e da presença cada vez maior do vinho importado, somada ao aumento da produção paulista. Esses e outros problemas da vitivinicultura foram debatidos no II Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia realizado em Caxias do Sul em março de 1933, e os industriais do vinho chegaram a um acordo, propondo a composição de uma “Comissão Conciliadora”.

---

<sup>172</sup> AHMG, caixa 42: 1934 - 1935. Grafia do original.

<sup>173</sup> As medidas no original estão expressas em hectolitros e foram convertidas para litros no trabalho.

<sup>174</sup> AHMG, caixa 42: 1934 - 1935.

[...], tomando conhecimento da situação pouco lisonjeira da economia dos viti-vinicultores, devido a falta de união de vistas no comércio vinícola, resolveu dar incumbência a uma comissão de pessoas estranhas aos negócios vinícolas, com a participação nela de representantes do Ministério da Agricultura e do Exmo. Interventor do Estado, os ilustres Drs. Luiz Gomes de Freitas e Aymoré Drumond, para a mesma promover a harmonização de interesses de Cooperativas e Sociedade Vinícola, visando deste modo a consecução de um justo preço para o nosso produto e outras relevantes vantagens que só serão possíveis com uma reorganização do comércio vinícola.<sup>175</sup>

A Comissão Conciliadora não teve papel efetivo e pouco avanço conseguiu. Nesse sentido, o governo estadual criou, em setembro de 1936, o Instituto Rio Grandense do Vinho<sup>176</sup>, na capital do Estado, pelo Decreto nº6288. O Instituto substituiu as funções do Sindicato do Vinho, porém, manteve boa parte de seus interesses até a reforma estatutária em 1941, atuando por uma década na vitivinicultura. Entre as funções que lhe foram atribuídas estava o controle e melhoria da produção. Na reforma dos Estatutos em 1941 o Instituto teve suas finalidades ampliadas, que foram as seguintes<sup>177</sup>:

- a) *promover a defesa da viti-vinicultura riograndense, mediante a adoção de medidas adequadas à melhoria da matéria-prima, sua industrialização e combate à fraude;*
- b) *incentivar o cultivo de castas selecionadas, distribuindo gratuitamente, sob a orientação da Secretaria da Agricultura, mudas e bachelos aos viticultores;*
- c) *pesquisar, preconizar e difundir medidas e processos conducentes ao aperfeiçoamento técnico e a redução do custo de produção;*
- d) *manter o equilíbrio entre a produção e o consumo de vinhos, por medidas preventivas ou corretivas, notadamente pela transformação em mosto da matéria-prima em excesso e pela imobilização ou transformação do vinho excedente em outros derivados;*
- e) *prestar assistência direta e efetiva ao viticultor;*
- f) *cooperar com os poderes públicos na regulamentação da instalação dos entrepostos de engarrafamento a serem criados nas principais praças consumidoras;*
- g) *manter serviços de estatística viti-vinícola e proceder ao levantamento estimativo e real da produção de cada safra, bem como à verificação dos estoques, quando necessário;*
- h) *arrecadar e aplicar a taxa de defesa do vinho, nos termos da lei;*
- i) *colaborar com a secretaria da Agricultura e o Laboratório Central de Enologia do Ministério da Agricultura na execução e manutenção de serviços de experimentação viti-vinícola, de assistência técnica ao viticultor e combate à falsificação e adulteração de vinhos nas zonas de produção e nas praças de consumo;*
- j) *propor ao Governo a decretação de medidas necessárias à defesa da economia viti-vinícola, inclusive a regularização do comércio de vinho;*
- k) *manter laboratórios de análises nos principais centros consumidores do país, devidamente aparelhados para verificação de fraudes e falsificação do produto;*

---

<sup>175</sup> Ofício enviado por Eduardo Mosele de Caxias do Sul aos prefeitos dos municípios produtores em 15 de abril de 1933. AHMG, caixa 41: 1931 – 1932.

<sup>176</sup> **Instituto Rio Grandense do Vinho**: Estatutos e Regimento Geral. Porto Alegre: Tipografia Thurmman, 1942.

<sup>177</sup> Idem, p. 07 e 08.

- l) organizar, em moldes eficientes e racionais, os serviços que tiverem por escopo favorecer e aperfeiçoar a produção rio-grandense de vinho e incrementar o seu consumo;*
- m) fixar, em cada safra, o preço mínimo e condições de compra da uva e do vinho nas zonas de produção, com o objetivo de assegurar uma justa retribuição ao viticultor.*

A gama de finalidades do Instituto era grande, inclusive prevendo a atuação em outros estados. Algumas das finalidades ficaram restritas ao papel e outras foram realizadas, como a manutenção do equilíbrio entre produção e consumo de vinhos. A esse respeito, entre 1936 e 1937<sup>178</sup> o Instituto tirou de circulação e transformou em vinagre e álcool mais de 07 milhões de litros de vinho. Das safras de 1938, 1939 e 1940 foram transformados em álcool e vinagre mais de 13 milhões de litros não considerados aptos ao consumo.

Estes dados decorrem também da superprodução registrada em 1939, em que houve um incremento de 45% na produção de vinho no Estado. Essa safra foi lembrada como aquela que proporcionou uma das maiores crises no setor vinícola, pois as empresas ainda tinham sobras de vinhos de anos anteriores. Assim, o Instituto estabeleceu que retiraria de circulação todos os vinhos analiticamente deficientes, isto é, os deficientes de cor, com defeitos de gosto, além de todos os vinhos perfeitos que excedessem a capacidade de comércio. Definiu também aumentar o padrão de qualidade aceito para as uvas no ano seguinte e fixar um preço médio do quilograma mais elevado<sup>179</sup>.

Evidentemente que essas medidas não agradariam a todos, pois as cooperativas e grandes indústrias alegaram que essa forma artificial de reter a oferta agravaria ainda mais os problemas.

Posteriormente, o Instituto adquiriu, em Bento Gonçalves, uma empresa que concentrava o mosto da uva, com o propósito de substituir a colocação de açúcar no processo de elaboração dos vinhos. Essa medida tinha uma dupla finalidade: a primeira, de regular o mercado de vinhos e a segunda, evitar a compra de açúcar de outros estados para colocar na elaboração de vinhos e derivados. Entre 1938 e 1946 foram concentrados mais de 16 milhões de litros de vinhos e transformados em vinagre e álcool outros 37 milhões de litros, isto é, o Estado tirou de circulação, em

---

<sup>178</sup> Orientação econômica e financeira. Ano V, nº 51. Porto Alegre, dezembro de 1946.

<sup>179</sup> Ofício enviado pelo Instituto Rio Grandense do Vinho em 9 de agosto de 1939 aos prefeitos dos municípios produtores. AHMG, caixa 49: 1939.



08 anos de atuação do Instituto, mais de 53 milhões de litros de vinhos considerados impróprios para comercialização.

O Instituto instalou uma estação de enologia com laboratório em Bento Gonçalves. Ele foi criado em outubro de 1938 e entrou em operação somente em 1942. Em julho de 1942, o Presidente Getúlio Vargas autorizou o Ministro da Agricultura Apolônio Sales, a aplicar a verba de 60 contos de réis na aquisição de estacas<sup>180</sup>, porta-enxertos e coleções de videiras de diferentes espécies e variedades para a organização inicial dos vinhedos de estudo e dos viveiros de multiplicação. A Estação de Enologia enviveirou em 1942, 13 variedades de porta-enxertos recebidos do Instituto Agrônomo de Campinas (SP) e 1.500 mudas da variedade de uva seibel recebidas da Estação de Enologia de Caldas (MG)<sup>181</sup>. A partir de 1945 a Estação de Enologia de Bento Gonçalves passou a distribuir mudas de videiras aos colonos.

Também em 1938, a Secretaria Estadual da Agricultura instalou em Garibaldi um Campo de Cooperação visando o fomento da viticultura, pomicultura e olivicultura no município, numa área de 16 hectares e com prazo de vigência de 15 anos.<sup>182</sup> Vale salientar que outras tentativas com oliveiras foram feitas antes na Estação de Caxias do Sul em grandes quantidades e com diversas variedades. Essas tentativas denotam a influência cultural da civilização romana e do cristianismo, identificada por Montanari (2008, p. 279) como a civilização do “pão, vinho e óleo” e sua missão civilizadora frente aos “selvagens habitantes das florestas”.

Em 1946, o Estado tinha uma área cultivada de 24.703 hectares de vinhedos, que produziam mais de 162 milhões de quilogramas de uva e em 1948 o Estado produziu 85 milhões de litros de vinhos (GOBATTO, 1950, p. 421). Os serviços de estatísticas começaram a funcionar efetivamente a partir da criação do Instituto Riograndense do Vinho, pois as informações prestadas até então pelos municípios são diversas e com dados que variam muito de um órgão ao outro.

---

<sup>180</sup> Mudas originadas a partir dos galhos de videiras mães.

<sup>181</sup> Disponível em <<http://www.cnpuv.embrapa.br/unidade/historico.html>>. Acesso em 29 de agosto de 2011. Atualmente, a área onde funcionou a Estação de Enologia de Bento Gonçalves é a sede da Embrapa Uva e Vinho, que possui uma área de 100 hectares.

<sup>182</sup> Cópia do contrato estabelecido entre a Secretaria da Agricultura e a prefeitura de Garibaldi em 4 de maio de 1938. AHMG, caixa 153: 1962.

A principal variedade de uva continuou sendo a isabel e, em 1948, ela constituiu 78% da produção do Estado. Bento Gonçalves havia se tornado o principal produtor de vinhos, concentrando cerca de 25% da produção estadual, conforme apresenta o quadro 06, na página seguinte.

**Quadro 06** - Produção de vinhos em Garibaldi e Bento Gonçalves em 1948

Município	Produção em litros
Bento Gonçalves	21.595.300
Garibaldi	16.970.000

Fonte: Organizado a partir de Gobbato (1950)

Gobbato (1950, p. 424) expõe alguns dados da cadeia produtiva da uva e vinho no Estado, e informa que mais de 100 mil pessoas tinham emprego direto relacionado à uva. O setor consumia ainda por volta de 22 mil metros cúbicos de madeira ao ano na confecção de cerca de 630 mil barris de vinho e 900 mil caixas destinadas à sua comercialização.

A década de 1950 foi marcada pelo fortalecimento da indústria e das cooperativas e pela extinção da forma artesanal de produção, exceto a de subsistência. As exigências dos novos órgãos demandaram constante adequação dos estabelecimentos produtores como melhorias de higiene, prédio próprio para a elaboração dos vinhos e caiação. Além das exigências internas às vinícolas, havia demandas externas de adequação quanto ao transporte de uvas para comercialização. Para o comércio fora das zonas de produção, o Ministério da Agricultura passou a exigir o acondicionamento em caixas de até 15 kg<sup>183</sup>. Essas medidas visavam assegurar uma melhor qualidade do produto, que lentamente melhorava. Entre as principais causas dessa demora na evolução qualitativa, desde o início da atuação da EEVE de Caxias do Sul em 1913, esteve a insistência do colono no cultivo da uva isabel, tão criticada pelos especialistas em todas as fases da vitivinicultura brasileira, inclusive em tempos atuais.

Todavia, essa insistência do colono na uva isabel e na vitivinicultura pode se justificar por vários fatores. Em diversos momentos e contextos aparece o discurso “podológico” de que esses municípios, Bento Gonçalves, Garibaldi e os demais produtores do entorno reuniam as melhores condições de clima e solo para a

<sup>183</sup> Portaria Ministerial de 19 de janeiro de 1962. AHMG, caixa 153: 1962.

produção de uvas e vinhos no Brasil. Esse discurso sempre foi aceito pela coletividade, inclusive pelo mercado consumidor em praticamente todas as fases da vitivinicultura. Havia de fato, um desconhecimento das potencialidades produtivas das diversas regiões agrícolas do RS e fora dele e esse discurso, se poderia dizer, tinha um caráter protecionista, no sentido de concorrência com outras regiões produtoras de vinhos que poderiam emergir. Além disso, a economia regional estava ancorada nessa atividade e sua mudança poderia representar uma ameaça.

O primeiro estudo de zoneamento agrário<sup>184</sup> do Estado foi realizado em 1964, pelo engenheiro agrícola Franz Alritz. No estudo constam as indicações de diferentes culturas agrícolas para todo o Estado, e a cultura da uva aparece com melhor indicação produtiva nos municípios de Santana do Livramento, Quaraí, Uruguaiana, Alegrete, entre outros (ANEXO 05, p. 216). O próprio estudo apresenta que a cultura da uva estaria em estudo. Mais tarde, outros estudos e testes mais recentes iriam mudar o panorama, indicando outras regiões do Estado e fora dele como possibilidades para o desenvolvimento da vitivinicultura. Evidentemente que havia poderes estabelecidos nesse território e profundamente ligados ao contexto vitivinícola. Assim, Estado e industriais seguiam conduzindo as decisões do segmento, porém, as cooperativas permitiram que uma parcela de colonos reivindicasse seu espaço, o que resultou numa relativa melhora das condições de vida e uma lenta mudança regional.

O advento da entrada do Brasil na Segunda Guerra apoiando os Estados Unidos, França e Inglaterra contra os países do eixo (Alemanha, Itália, Japão), foi o mote para que o Governo Central repressoramente proibisse que a língua italiana (e alemã) e seus dialetos fossem falados nessa região e noutras do país que receberam imigrantes, porém, para muitos, essa era a única língua conhecida. A língua havia sido proibida nas escolas também, além outras manifestações como cantos, revistas, cartas, entre outros, criando um estigma do colono italiano perante os falantes do português, o que fez com que ele se sentisse reprimido, envergonhado e inferiorizado.

---

<sup>184</sup> ALRUTZ, Franz. **Primeiro esquema de zoneamento agrário do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CDE, 1964. Acervo do AHMJSA.

Diversos estudos<sup>185</sup> analisaram essa questão na RCI, e existem muitos relatos de prisões por consequência da fala do italiano em locais públicos. As consequências dessa proibição ainda são sentidas, principalmente por pessoas mais velhas, conforme relatam os trabalhos citados, porém, a partir dos anos 1950, houve uma retomada da língua, da busca de tradições esquecidas e que teve seu ponto alto nas comemorações do 75º Aniversário da Imigração Italiana na RCI. Esse dado põe em questão a arbitrariedade que tentou impor uma identidade a partir de um decreto, porém, além das implicações simbólicas, existem as implicações espaciais a partir dos objetos materializadas no espaço, referenciando as práticas, assim, não existe somente uma identidade étnica, pois as identidades, assim como as frações do espaço estão sempre em processo de “fazer-se”, nos termos de Massey (2008). Diversos eventos já haviam ocorrido com o propósito de unificar a região ao Estado, como a Festa da Uva, entre outros<sup>186</sup>.

Nos anos 1960, a área plantada com vinhedos no RS foi de 47.156 hectares<sup>187</sup>. Os estoques vinícolas eram muito grandes, e a demanda não acompanhava o crescimento da produção. Bento Gonçalves, maior produtor brasileiro na época, novamente enfrentava um cenário econômico preocupante, no entanto, os problemas eram compartilhados com Garibaldi, Farroupilha e demais municípios produtores.

Era preciso encontrar alternativas para esse problema que afetava grande parcela da população que dependia do setor, e que começava a afetar outras cadeias produtivas, como a da indústria moveleira e outras que recentemente haviam iniciado no município e que também se encontravam desamparadas em termos organizacionais e políticos. Em 1965, foi iniciado um novo processo de exposição dos produtos industriais, com algumas estratégias organizadas por

---

<sup>185</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de FAGGION, Carmen M. **Bilingüismo e cultura**. Conjectura, v. 11, n. 1, p. 123-139. Caxias do Sul: EDUCS, 2006; FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. **Dialetos italianos: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1983. PESAVENTO, Sandra J. **O imigrante na política rio-grandense**. In: LANDO, Aldair et al. (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

<sup>186</sup> A partir dos anos 1980 o contexto de italianidade da região passou a ser apropriado como atrativo turístico, especialmente a partir da constituição da ATUASERRA em 1985. A partir disso, houve uma ressignificação do sentido de “ser colono”, com a reinvenção de algumas práticas do passado, do folclore e com a profissionalização de alguns eventos antes feitos de forma esporádica.

<sup>187</sup> **ANUÁRIO DA PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA**. Departamento Estadual de Estatística: Porto Alegre, 1960.

agentes empresariais e políticos, que teve seu ponto alto com a organização da Festa Nacional do Vinho – FENAVINHO.

### 3.3.3 O turismo na área de estudos e a FENAVINHO

Nos anos 1950, o *Touring Club* continuou atuando em esfera Estadual e Nacional. Pressionou o presidente Juscelino Kubitschek a criar, em 1958, a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), primeiro órgão federal do turismo<sup>188</sup>. O Conselho Estadual de Turismo (CET) e a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), atuando desde 1950, passaram a cobrar de municípios “vocacionados”<sup>189</sup> para o turismo a criação de seus Conselhos Municipais (GOIDANICH, 1993), o que foi feito por alguns como Garibaldi e, mais tarde, Bento Gonçalves. Bento Gonçalves constituiu o seu Conselho Municipal de Turismo em 1965, pela Lei Municipal nº 171. Ele teve ampla atuação, principalmente na organização de eventos locais. Garibaldi foi pioneiro na constituição do órgão no Estado, tendo seu Conselho criado em 12 de dezembro de 1957 pela Lei 60/57 (ANEXO 06, p 217)<sup>190</sup>. O Conselho tinha as seguintes atribuições:

1. *Elaborar o seu regimento interno;*
2. *Proceder ao inventário das atrações turísticas existentes no município e organizar o calendário turístico municipal;*
3. *Estudar as questões referentes ao turismo;*
4. *Sugerir medidas que proporcionem o incremento do turismo no município;*
5. *Propor a realização de exposições e certames, e incentivar as festividades de cunho artístico, esportivo e folclórico, tendo em vista atrair correntes turísticas;*
6. *Sugerir medidas que visem estimular a melhoria e a construção de estabelecimentos termais, balneários, hoteleiros e similares;*
7. *Articular-se com órgão públicos e particulares, a fim de assegurar a convergência de esforços e recursos para o desenvolvimento do turismo no município.*

Fávero (2004) acrescenta que o prefeito Heitor Mazzini, na época, costumava viajar ao Uruguai, e a experiência de criação do Conselho Municipal teria

---

<sup>188</sup> Em escala nacional, o COMBRATUR permaneceu até 1962 subordinado diretamente à presidência da república (BENI, 2006).

<sup>189</sup> Grifo nosso.

<sup>190</sup> AHMG, caixa: Projeto-Lei/Justificativas.

vindo de lá, uma vez que o Uruguai foi pioneiro na organização do turismo entre os países limítrofes do RS. O Conselho Municipal de Turismo de Garibaldi editou um “Informativo Turístico” em 1958 em que constavam os objetivos do Conselho, além dos pontos turísticos de destaque e, na segunda página, faz menção ao pioneirismo do município (ANEXO 07, p. 218).

*Digna de menção é a circunstância de que Garibaldi é um dos primeiros municípios a legislar sobre o fomento turístico em seu território, o que dá a justa medida de interesse e do empenho com que os poderes públicos encaram o aproveitamento de seu magnífico potencial turístico.*<sup>191</sup>

Garibaldi, que nesta época tinha 30 mil habitantes, foi pioneiro também em outras duas questões. A primeira foi na hospedagem de luxo para a época, pois, no ano de 1953, foi inaugurado o novo Hotel Casacurta, no lugar do anterior, demolido em 1947. Ele dispunha de 15 apartamentos, todos com telefone individual, lareira e água quente<sup>192</sup>, de padrão excepcional à época nesta região. Na segunda, foi a comemoração do “Dia da Vindima”, sob o patronato da Associação dos Viticultores do Rio Grande do Sul, em 1º de março de 1959<sup>193</sup>, evento de grandes proporções em que diversas autoridades estiveram presentes, entre elas o prefeito da Capital Tristão S. Viana<sup>194</sup>.

Dentre as dificuldades para o incremento do turismo nos municípios estava o acesso, pois a estrada denominada de São Vendelino (RST 470) que ligava Bento Gonçalves e Garibaldi a Porto Alegre não era asfaltada e o que existia era um pequeno trecho de estrada de chão batido. Os trabalhos de melhoria da estrada somente foram feitos no final dos anos 1960, depois de muitos esforços e pressão política<sup>195</sup> e o asfaltamento foi feito em 1973. Em 1967, o governo do Estado

---

<sup>191</sup> Grafia do original.

<sup>192</sup> AHMG. Efemérides Municipais, abril de 1953.

<sup>193</sup> Neste mesmo ano foi emancipado o município de Carlos Barbosa, até então distrito de Garibaldi. O novo município tinha uma população estimada de 6 mil habitantes na época.

<sup>194</sup> AHMG. Efemérides Municipais, março de 1959. O “Dia da Vindima” é um evento comemorado na maioria das regiões vinícolas mundiais e marca a abertura oficial da colheita das uvas.

<sup>195</sup> Diversas mobilizações dos prefeitos municipais interessados foram realizadas, bem como reuniões com políticos estaduais, com o DAER e eventos foram organizados em que o propósito era o de abrir os olhos dos políticos para a necessidade de construção da rodovia. Nos arquivos pesquisados constam diversos documentos e atas dessas mobilizações como, por exemplo, os documentos da caixa 87, do Arquivo Histórico de Garibaldi: 1950.

nomeou uma Comissão Especial de Turismo, que foi demandada por um abaixo-assinado<sup>196</sup> encaminhado pelo deputado Estadual Vitor Faccioni à Assembléia Legislativa do RS. Vitor Faccioni acabou presidindo essa Comissão, que teve a incumbência de fazer um levantamento das condições turísticas do Estado. A principal conclusão a que a comissão chegou foi a falta de estradas que permitissem o acesso aos locais turísticos. Nas suas conclusões, a comissão recomendou “o asfaltamento de rodovias; o aparelhamento dos postos aduaneiros; a sinalização turística das estradas, (...)”<sup>197</sup>.

Os Conselhos Municipais, apoiados pela SETUR, começaram a criar eventos nos municípios a fim de movimentar o turismo. Entre os eventos criados nos anos 1960 no RS, estiveram a 1º Festa da Serra, em Canela, em 1962; Festa do Pêssego em Pelotas, em 1963; seguidos da Festa das Rosas, em Sapiranga; Festa do Milho, em Guaporé; e Festa Nacional do Calçado, em Novo Hamburgo (GOIDANICH, 1993). Havia incentivo estadual para organização destes eventos e foi criado na década de 1960 o calendário turístico do RS.

As primeiras iniciativas regionais visando à integração do turismo ocorreram a partir dos anos 1960. O Primeiro Congresso Estadual de Municípios realizado em Porto Alegre entre 25 e 28 de agosto de 1965 incluiu na pauta “turismo e esporte” para o debate, bem como o II Congresso de Prefeitos do RS, realizado no mesmo ano. No segundo evento, as proposições na área do turismo foram feitas pelo prefeito de Gramado, com destaque para a sugestão de incluir a adoção da disciplina de turismo nas escolas públicas do RS, medida que não foi efetivada<sup>198</sup>. Em escala nacional, o Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 criou a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR, o que foi efetivamente a primeira estrutura federal criada para administração do turismo. Ambos estavam vinculados ao então Ministério da Atividade e Comércio (BENI, 2006).

Em 22 de maio de 1969, reuniram-se em Bento Gonçalves 21 Conselhos Municipais de Turismo de municípios da região para debater os problemas turísticos comuns. Posteriormente, reuniram-se novamente em 15 de junho, em Garibaldi,

---

<sup>196</sup> Uma cópia do abaixo-assinado encontra-se no Arquivo Histórico de Garibaldi, caixa Heitor Mazzini 1995 [...] Vandener Miotti 1992. Nesta mesma fonte encontram-se dezenas de ações realizadas pelo Conselho Municipal de Garibaldi ao longo de sua existência.

<sup>197</sup> Jornal Zero Hora, 19 de Janeiro de 1970, p. 26.

<sup>198</sup> AHMG, caixa 178: 1965.

para debater um calendário turístico regional, bem como um roteiro turístico integrado.<sup>199</sup> Desses encontros resultou a formação da Associação dos Órgãos Oficiais de Turismo em 1971, com os seguintes objetivos<sup>200</sup>:

1. *Ampliar, fortalecer e defender os interesses dos órgãos oficiais de Turismo da Associação;*
2. *Sugerir nos municípios associados a adoção de estímulos fiscais, sociais e de outra ordem para a industrialização dos municípios componentes da Associação, com o aproveitamento de seus recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra disponíveis;*
3. *Estimular a conservação e o bom uso de recursos naturais de interesses turísticos;*
4. *Estudar e propor medidas visando ao incremento da produção agropecuária e industrial;*
5. *Assessorar na elaboração e execução de planos, programas e objetos relacionados com turismo;*
6. *Incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na Região da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste;*
7. *Divulgar, através da Associação, as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência turística;*
8. *Conjugar recursos técnicos e financeiros da União Estado e Municípios associados, mediante acordos, convênios e contratos intermunicipais para a solução de problemas que visem à integração e solução de problemas turísticos da região;*
9. *Participar de convênios e contratos através da AMESNE;*
10. *Estimular e promover o intercâmbio turístico no plano intermunicipal integrado;*
11. *Colaborar e orientar os órgãos de turismo na elaboração de seus respectivos guias turísticos, painéis e folhetos;*
12. *Outras atividades de interesse turístico da região.*

Essa organização regional era algo incomum no turismo estadual até então<sup>201</sup>, pois ocorriam muitas iniciativas municipais isoladas. Paralelamente, nos anos 1960, a vitivinicultura em Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul e municípios de entorno encontrava-se em situação de crise, conforme citado anteriormente<sup>202</sup>, motivando ações em diversos contextos e a FENAVINHO nasceu dessas ações. O evento é relativamente recente e foi possível entrevistar o seu

---

<sup>199</sup> Jornal O Garibaldense. Ano 3, nº 57, 31 de maio de 1969. Acervo do AHMG.

<sup>200</sup> Revista Parlamento. Porto Alegre: nº 7, p. 58. 1971. Acervo do AHMBG.

<sup>201</sup> Mais tarde, dessa organização derivou a criação da ATUASERRA em 1985, que se tornaria a governança regional do turismo para 28 municípios da RCI no RS. A ATUASERRA encontra-se em plena atividade e suas ações e abrangência podem ser acessadas em sua página na internet <<http://www.serragaucha.com>>. Acesso em 30 de agosto de 2011.

<sup>202</sup> Os congressos rurais realizados desde os anos 1950 expunham a situação da vitivinicultura, como o êxodo dos viticultores para outras regiões do Estado que cultivavam outros produtos ou mesmo para as áreas urbanas destes municípios. Ver, por exemplo, o ofício expedido pelo prefeito de Caxias do Sul em 16 de dezembro de 1953 ao prefeito de Garibaldi Dante Grossi. AHMG, caixa 101: 1953. Outros ofícios podem ser encontrados nas caixas 88 e 90 de 1951 e caixa 97 de 1952.



primeiro presidente, Sr. Moisés Luiz Michelin<sup>203</sup>, que atualmente tem 74 anos e é empresário no ramo hoteleiro no Vale dos Vinhedos.

A FENAVINHO não nasceu essencialmente do setor vitivinícola, mas de um grupo da associação de ex-alunos da Escola Marista de Bento Gonçalves. Michelin (2011) relatou que o grupo estava reunido para tentar marcar o jubileu de prata da escola e queriam fazê-lo com um evento significativo, além de tentar angariar fundos para a construção do colégio Aparecida. Ao mesmo tempo, a família Marista “parecia” (sic) ameaçada, pela campanha escolar engendrada pelo governador Leonel Brizola<sup>204</sup>, que havia construído no interior do RS diversas escolas. O grupo pensou em organizar um festival do vinho que, segundo Michelin (2011) “*o festival, eu acho que estava inspirado em dois fatos: a realização da Festa da Uva de Caxias; e o segundo, o Festival de Chope de Blumenau*”. Segundo ele, apesar de Bento Gonçalves ter vinícolas e vinhos, “*até então falar de vinho era Caxias, por causa da Festa da Uva*”.

Partindo dessa possibilidade, o grupo decidiu abrir mão da realização do evento pela associação e optou por levar a ideia ao então prefeito municipal Milton Rosa. No mesmo período, a prefeitura estava elaborando a programação da “Semana de Bento” e havia outras festividades previstas como o Cinquentenário da Escola Medianeira (irmãos Carlistas) e bodas de diamante de Bento Gonçalves, que tinha uma população em 1967 de 50 mil pessoas.

A partir desse conjunto de comemorações foi esboçada a ideia de organização da “Festa Nacional do Vinho e Exposição Agroindustrial”, a partir da constituição de uma entidade denominada “Comissão de Membros Natos”, em que faziam parte diversas entidades privadas e públicas. A partir daí, as comemorações da Escola Marista seguiram outro rumo, alheio à organização da FENAVINHO. A entidade precisava escolher um presidente e, inicialmente, foi eleito o engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura no município, Loreno Augusto Gracia. Em decorrência das demandas do Ministério, ele pediu dispensa da presidência e, em setembro de 1966, foi escolhido como presidente Moisés Luiz Michelin, industrial da área alimentícia da cidade, que era também vice-presidente do Centro da Indústria Fabril.

---

<sup>203</sup> Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2011 no Hotel Villa Michelin, no Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves.

<sup>204</sup> O fato que ameaçava era o ensino público gratuito, uma vez que a escola pertencia aos Irmãos Maristas que atuavam no ensino privado.

Segundo Moisés Michelin,

*[...] nesta época também existia uma crise bastante importante na vitivinicultura porque não existia colocação, tanto é verdade que tinha sido criada a Vinosul com duas concentradoras de mosto que esta aqui em cima que agora é da Tecnovin, e uma em Flores da Cunha, para transformar a uva em álcool vínico. Isso foi o governo do Estado que criou com uma finalidade: concentrar mosto, por que não tinha mercado para o vinho (MICHELON, 2011).*

O relatório do evento<sup>205</sup> também apresenta uma descrição da situação do setor vinícola e as causas de sua crise.

*Os objetivos ditados pela própria economia regional foram os de garantir um escoamento mais acelerado do vinho, que debatia-se em séria crise de sub-consumo motivada pela falta de divulgação e de promoção deste produto, que é um dos sustentáculos da economia estadual. Reflexo da grave crise então existente os estoques acumulados em nossas cantinas alcançavam a impressionante cifra de 200 milhões de litros de vinhos, o equivalente a duas safras completas.*

O movimento ao redor do evento tinha também outras finalidades, além da sanar a crise da vitivinicultura, conforme Michelin (2011). Relata que um dos propósitos era colocar Bento Gonçalves no mapa político brasileiro, e dar condições para Bento Gonçalves se desenvolver, pois não tinha estrada asfaltada, não tinha telefone, energia elétrica suficiente, não tinha água, “o racionamento era uma coisa muito constante”, e as indústrias precisavam trabalhar a noite, quando não havia tanta demanda de energia elétrica.

Segundo consta no relatório da FENAVINHO de 1969, fora realizada em 26 de novembro de 1966 a Festa da Cumeeira<sup>206</sup>, com a presença de 100 jornalistas de diversos estados, representando o Jornal do Brasil, a Editora Abril, O Estado de São Paulo, O Cruzeiro, Manchete, entre outros. Nesse mesmo dia ocorreu a escolha da Imperatriz do Vinho, com a participação dos jornalistas.

Aos poucos, o evento passou a ganhar visibilidade. Como ação de promoção, as transportadoras de cargas do município e os caminhoneiros colocaram a inscrição “Visitem Bento Gonçalves na Primeira Fenavinho” nos pára-

---

<sup>205</sup> 1º Festa Nacional do Vinho. Relatório da Diretoria Executiva. Bento Gonçalves, 1969. Acervo do AHMBG.

<sup>206</sup> A festa da cumeeira é um ato comemorativo realizado quando é colocada a cobertura (telhado) nas construções. Nesse caso foi a colocação da cobertura dos pavilhões que iriam abrigar a FENAVINHO em 1967.

choques dos caminhões. Na abertura esteve presente o presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco, seguido do chefe da Casa Civil, Ernesto Geisel<sup>207</sup>, o governador do Estado, Walter Perachi de Barcelos, e, no final de semana seguinte, esteve Assis Chateaubriand, proprietário das Emissoras Associadas.

As ações da FENAVINHO não se deram somente em âmbito local e regional. O relatório do evento traz ainda a realização do Festival do Vinho da Guanabara, ocorrido entre 15 e 18 de fevereiro de 1968, que contou com a presença de 11 governadores de estados brasileiros.

Para Michelin (2011) “[...] *então esses fatos acabaram dando projeção nacional à Bento Gonçalves e unindo a população daqui*”. Outros eventos paralelos foram feitos como os festejos em comemoração a passagem dos 75º aniversário do município em 1965. No dia 10 de outubro de 1965, foi lançada a “pedra fundamental” dos pavilhões destinados à 1º FENAVINHO (ANEXO 08, p. 219).

Michelon (2011) relatou ainda alguns aspectos familiares de sua ligação com a uva e o vinho, especialmente com Eduardo Mosele, comerciante e industrial do vinho de Caxias do Sul, no início e meados do século XX.

*Eu tenho em casa uma fotografia de um carro alegórico (desfile da Festa da Uva) de Santa Giustina, que meu pai tá lá em cima, meu pai foi um dos líderes, o meu pai, além de viticultor, vinicultor (nós tínhamos 04 hectares de parreira) nós elaborávamos o nosso próprio vinho de, quer dizer, toda a nossa produção e mais do vizinho, a família Lunari, mas o meu pai trabalhou com o E. Mosele em Caxias, treze anos como comprador de uva e vinho, no interior de Caxias e Flores da Cunha [...] inclusive o tal de Eduardo Mosele é meu padrinho de crisma, meu primeiro sapato parece que eu ganhei foi dele, um tanto assim mais comprido que meu pé... (MICHELON, 2011).*

Certamente a ligação de Michelin, que é natural de Caxias do Sul, com a Festa da Uva forneceu-lhe subsídios e inspiração para a organização da FENAVINHO. Dentre alguns problemas relatados para a organização, Michelin apresentou a deficiência de espaço físico, pois seria necessário construir um pavilhão. Para isso, uma comissão foi nomeada a fim de arrecadar fundos e financiar a obra, o que foi possível, e os industriais financiaram a construção e receberam o retorno após o evento.

---

<sup>207</sup> Natural de Bento Gonçalves e que se tornaria presidente do Brasil em 1974.

Em relação à participação da igreja católica no processo de constituição da FENAVINHO, o entrevistado explicou que, como o evento e o baile das imperatrizes ocorreria durante a quaresma, período sagrado para os católicos, o padre Ernesto Mânica<sup>208</sup>, que participou ativamente do processo, construiu um discurso de que o baile seria familiar, assim como a FENAVINHO e que isso não levaria os fiéis “pro inferno”. Complementa ainda que,

*[...] a igreja foi fundamental porque o padre Mânica abraçou a causa, (...) ele era um empreendedor. Primeiro, ele uniu a diretoria da FENAVINHO, e segundo, na divulgação. Como ele era vigário forâneo, ele tinha reunião com todos os padres, e ele vendeu a ideia para divulgarem e fazerem um discurso da festa. [...] Como o padre era respeitado, ele influenciava a comunidade, ia às obras do parque, etc., e o resultado durante a construção? O pessoal do interior vinha para a cidade para ajudar, trazia picareta, enxada, pá, trazia a sporta com a colazione<sup>209</sup>, e depois quando chegou o desfile de carros alegóricos, nós distribuimos 2 carretas de uvas, todas doadas pelos colonos, e bem depois a Festa da Uva introduziu aquilo de comprar o ingresso e distribuir uva (MICHELON, 2011).*

Afora o papel da igreja, neste caso representada pelo padre Mânica, pode-se notar que a Festa da Uva era o parâmetro, o motivador, tanto no discurso dos organizadores quanto no de jornalistas da época, mas, com um sentido claro de superação e de competitividade. Certamente não foi por outros motivos que a municipalidade e as indústrias de Caxias do Sul foram omissas à 1º FENAVINHO, conforme matéria de jornal da época<sup>210</sup>, contrariamente à participação de empresas bentogonçalvenses na Festa da Uva, que, desde o início, estiveram presentes. Possivelmente a FENAVINHO tenha sido considerada pelos dirigentes municipais uma afronta à Festa da Uva, o que originou uma série de fatos curiosos, boatos e rivalidades entre os dois municípios, o que o presidente Moisés Michelon chamou de “inveja positiva”.

A edição de 1967 teve a participação de 100 mil pessoas. A segunda edição em fevereiro de 1971 e a terceira em fevereiro de 1975 tiveram, respectivamente 110 e 140 mil visitantes, segundo relatórios das comissões organizadoras. O

---

<sup>208</sup> Ao padre Ernesto Mânica é atribuído a vinda do presidente, pois era amigo do Deputado Federal e depois Ministro do Governo de Castelo Branco, Daniel Faraco (MICHELON, 2011).

<sup>209</sup> A *sporta* é uma bolsa feita de palha de trigo usada pelos imigrantes italianos e descendentes para transportar objetos. A *colazione* era o primeiro café da manhã e incluía normalmente polenta, queijo, salame, pão e vinho.

<sup>210</sup> Jornal B. G. Notícias. Nº 4, Fevereiro de 1967. Acervo do AHMBG.

relatório do primeiro evento aponta alguns dos resultados econômicos alcançados com sua realização.

*Economicamente a FENAVINHO, alcançou de forma espetacular um verdadeiro milagre, pois que apenas há seis meses da realização da mesma já tínhamos colocado os excedentes de vinho do ano anterior. Fruto desta procura, parece-nos que nossos industriais lançaram-se a uma política agressiva de vendas, alicerçada no alto padrão dos seus produtos.*

Um jornal da cidade<sup>211</sup> publicou na capa um texto em que expôs a situação do setor vinícola e o objetivo do evento. *Paralelamente ao seu sentido festivo, “a FENAVINHO tem um alto objetivo econômico, qual seja o de vitalizar a quase periclitante indústria vinícola regional, que representa o sustentáculo de milhares de habitantes”.*

A programação da I FENAVINHO incluía a distribuição de uma taça de vinho para cada cliente nos postos de combustíveis da cidade<sup>212</sup>, além de ser oferecido no centro da cidade vinho encanado, isto é, vinho que saia diretamente dos barris era direcionado por encanamentos a torneiras, sendo servido aos visitantes. Relata o presidente Moisés Michelin que *“houve inúmeros casos de turistas bêbados no centro da cidade durante o evento”.*

A comissão organizadora do evento desencadeou uma série de processos de criação de símbolos e de elementos de identificação territorial, como o hino municipal, o hino do clube de futebol da cidade (clube Esportivo), além do Brasão do município e a pipa pórtico, criada na edição de 1975, ano de comemoração do centenário da imigração italiana no município. O hino a Bento Gonçalves “Capital do Vinho” e do Clube Esportivo foram criados por Maria Frota, em 1967 e suas letras foram colocadas lado a lado no quadro 07, na página seguinte. Nas letras estão presentes os valores, como o trabalho, a fé, o progresso, associados ao vinho, uva e parreirais. Como o objetivo era o de abranger o maior número de habitantes, até mesmo no hino de futebol foi feita menção à uva<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> Jornal B. G. Notícias. Nº 4, Fevereiro de 1967. Acervo do AHMBG.

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> O primeiro estádio de futebol do clube chama-se Estádio da Montanha e o novo estádio, inaugurado em 2005, passou a se chamar Montanha dos Vinhedos.

**Quadro 07 - Hino de Bento Gonçalves e do Clube Esportivo**

Hino de Bento Gonçalves – Capital do Vinho	Hino do Clube Esportivo
<p>Bento Gonçalves querida, Bordada de parreirais, Terra estuante de vida Origem de nossos pais.</p> <p>Bento Gonçalves querida, Bordada de parreirais, Onde o vinho borbulhante Jorra jorra em cascatas reais</p> <p>Salve esta terra fecunda, Que a mão divina criou E com trabalho e fé profunda O imigrante desbravou</p> <p>Bento Gonçalves querida, Meu desejo é teu progresso É ver-te de frente erguida,     Altiua, No tribunal do universo!</p> <p>Nome de grande vulto, Que o Rio Grande soube honrar, Meu rincão é meu culto Do Brasil é meu altar.</p> <p>Uvas de várias castas, Enriquecem a região, Com teu doce vinho afastas As mágoas do coração</p> <p>A ti meu melhor carinho, Linda Capital do Vinho</p>	<p>Da capital brasileira do vinho, Honrando o esporte do Sul. Tem sua sede em nosso carinho, Valoroso Esportivo, Alvi Azul.</p> <p>O Esportivo, Tu és Cinquentenário, Sabes lutar, sabes vencer.</p> <p>Glórias alcançar, teu povo te aclama, Viva Esportivo Alvi Azul, Alvi Azul.</p> <p>Verde como os parreirais, Assim é nossa esperança. Nos seus grandes valores reais, Esportivo avante confiança.</p> <p>O Esportivo, Tu és Cinquentenário, Sabes lutar, sabes vencer.</p> <p>Glórias alcançar, teu povo te aclama, Viva Esportivo Alvi Azul, Alvi Azul.</p> <p>Estaremos contigo Esportivo, Na Montanha ou fora daqui, Com entusiasmo sempre vivo, Aplaudindo ou sofrendo por Ti.</p> <p>O Esportivo, Tu és Cinquentenário, Sabes lutar, sabes vencer.</p> <p>Glórias a alcançar, teu povo te aclama, Viva Esportivo Alvi Azul, Alvi Azul. Viva Esportivo Alvi Azul, Alvi Azul</p>

Fonte: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>>. Acessado em 31 de agosto de 2011.

O brasão do município e a bandeira também apresentam a inscrição “Capital do Vinho”, com os valores presentes, sobretudo oriundos do trabalho, conforme mostra a figura 15 e 16, na página seguinte.

**Figura 15 - Brasão do Município de Bento Gonçalves**

Fonte: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>>. Acessado em 31 de agosto de 2011.

**Figura 16** - Bandeira do Município de Bento Gonçalves

Fonte: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>>. Acessado em 31 de agosto de 2011

Esses valores pressupõem uma lógica discursiva que traduz uma realidade dada como a leitura oficial e verdadeira do espaço social habitado. Mais do que valores impostos à totalidade populacional, identificam o espaço e determinam um poder estabelecido que compõe a territorialidade expressa na paisagem e no espaço vivido. Ainda que a lógica econômica possa ser alterada posteriormente, o que de fato ocorreu com a indústria moveleira e a metalurgia à frente na economia até a atualidade, esses valores permanecem como imutáveis ao longo do tempo, a exemplo da pipa pórtico, estrategicamente situada no principal acesso à área urbana de Bento Gonçalves e que remete a um barril de vinho de 18 metros de altura. A primeira pipa pórtico foi construída por ocasião da III FENAVINHO e das comemorações do centenário da imigração italiana no município, em 1975 e era de madeira, conforme a figura 17.

**Figura 17** - Primeira pipa pórtico em construção, 1975

Fonte: Acervo de Alan Scomazzon

Posteriormente, no ano de 1985, foi edificado pórtico atual, em concreto. A figura 17, na página anterior, e a figura 18 apresentam a pipa pórtico configurando duas paisagens, ainda que no mesmo local.

**Figura 18** - Aspecto atual da pipa pórtico



**Fonte:** Fabiano Mazzotti.

A primeira pipa, feita de madeira se apresenta como possibilidade frente  realidade, algo que ainda pode ser alterado, o que não aconteceria mais a partir da edificação em concreto em 1985, representando outro momento do município, de consolidação e da lógica do turismo presente, agora com um centro de atendimento ao turista localizado ao lado da pipa. Anteriormente  inauguração da pipa de concreto, foi construída a Igreja de São Bento, em formato de barril com portas que remetem a barris de vinho, conforme a figura 19.

**Figura 19** - Igreja de São Bento, aspecto atual



**Fonte:** Acervo do autor



A pipa pórtico e a igreja de São Bento<sup>214</sup>, embora fora da escala temporal proposta para o presente estudo, evidenciam que os processos de patrimonialização no âmbito municipal prosseguiram paralelamente às edições seguintes da FENAVINHO que, em 2011 teve a sua 15ª edição realizada. A localização destas edificações patrimonializadas denotam os valores dominantes, ambos em áreas nobres da cidade, com destaque à igreja, localizada na zona com o metro quadrado mais caro do município.

No ano seguinte à I FENAVINHO, em 1968, aproveitando a projeção dada pelo evento, Moisés Michelin foi candidato a prefeito de Bento Gonçalves, mas não ganhou as eleições, desistindo da carreira política posteriormente. Ainda segundo ele, *“a Fenavinho abriu as portas para as demais feiras e eventos da cidade e sem dúvida, a imagem associada ao vinho de Bento Gonçalves se deve a FENAVINHO”*. Cita que, no município, havia poucas indústrias vinícolas, mas que tinham grandes produções, e a FENAVINHO foi composta das demais indústrias emergentes como expositoras, como a metalúrgica e principalmente a moveleira. Assim, as pessoas ao visitarem o evento passaram a ver que município produzia outros produtos além dos vinhos, como os móveis. A diretoria da FENAVINHO foi composta de industriais de diversas áreas, inclusive da moveleira, o que se pode depreender que foi uma estratégia coletiva, usada para tal fim.

O evento gerou uma nova dinâmica municipal, com a criação de hotéis para atender à demanda, o asfaltamento da principal rodovia de acesso e melhorias urbanas, além de despertar para a necessidade de qualificação profissional do setor vinícola, constantemente em crise. Contudo, além dos fatores simbólicos e econômicos, a tecnificação permitiu que a matriz da vitivinicultura fosse alicerçada cada vez mais.

O município contava com uma estação de enologia desde 1942, conforme citado e, em 22 de outubro de 1959, foi criada a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, pela Lei nº 3.646/59, subordinada ao Ministério da Agricultura. Essa escola formava profissionais técnicos de nível médio. Posteriormente, o decreto nº 53.558 de fevereiro de 1964 alterou a denominação da Escola de

---

<sup>214</sup> Projeto realizado pela arquiteta Francesca Fenóchio. Consta no histórico da igreja que ela surgiu de encontros das famílias da comunidade e lideranças, com o propósito de homenagear os imigrantes italianos e sua principal atividade. Seus vitrais são temáticos do catolicismo, em que a uva e o cálice de vinho têm destaque.

Viticultura e Enologia para Colégio de Viticultura e Enologia – CVE. Em 1967, o CVE foi transferido ao Ministério da Educação - MEC e, até 1994, formou técnicos. Em 2004, o MEC autorizou a criação de cursos superiores e em 1995 começou a funcionar o Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia, sendo o primeiro do Brasil (SOUZA, 2005 p. 38-41). Para esse autor, o papel do CVE foi essencial para que o setor pudesse se manter competitivo, especialmente a partir de 1962, fortalecido a partir de 2005, com a formação superior.

Nesse contexto, o cenário cultural, social, político e econômico se configuram sem distinção, pois resulta de ações individuais e coletivas mais ou menos intencionadas que afetam as populações. A realidade apresentada para o município diverge pouco das realidades do entorno, nesse caso, dos municípios vizinhos e ainda que se busque delimitar tempo e espaço, as ações dos sujeitos se transformam em vetores atemporais. Destarte, algumas particularidades merecem destaque, como alguns eventos ocorridos em Garibaldi.

Em 1969, foi criado o hino de Garibaldi, com letra dos Quartanistas, e o que chama atenção são os dizeres referentes ao turismo, na quarta estrofe, conforme o quadro 08.

**Quadro 08** - Hino de Garibaldi

Hino de Garibaldi
<p>Nesta data gloriosa De tua emancipação Nós queremos jubilosos Te saudar numa oração!</p> <p>Salve, salve, Garibaldi Neste dia trinta e um Salve! Salve!</p> <p>Imigrantes te construíram, com bravura e destemor Sacrifícios não mediram, pois te ergueram com amor Garibaldi tua riqueza, são teus vinhos, teus trigais Tuas colinas verdejantes, tuas belezas naturais.</p> <p>O teu povo idealista, é também hospitaleiro Sente-se em casa o turista nacional e estrangeiro Tua igreja é das mais lindas, tua praça é um primor Lá no alto a doce Ermida, testemunha fé e amor.</p> <p>Tuas crianças, lindas flores, são alegres e sadias, Com seus risos e folguedos, enchem tudo de harmonia Tuas escolas são prá-frente, estudante são aos mil Jovens fortes e briosos, esperança do Brasil.</p>

Fonte: <<http://www.garibaldi.rs.gov.br>>. Acessado em 31 de agosto de 2011

O Hino de Garibaldi também remete à uva, aos vinhedos nas “colinas verdejantes” e à hospitalidade do povo garibaldense. De fato, o turismo não era uma realidade alheia à maioria da população, uma vez que havia movimentação desde a chegada do trem no começo do século, e Garibaldi também fazia parte do “Veraneio da Serra”. No mesmo sentido, o Veraneio Desvio Blauth que, na época, pertencia ao território de Montenegro e hoje Farroupilha, fica a apenas 10 quilômetros do centro de Garibaldi.

Em meados dos anos 1960, o Conselho Municipal de Turismo passou a denominar Garibaldi de “Metrópole do Champagne”, que era o produto que identificava o município e pelo pioneirismo da Peterlongo na elaboração. O Conselho e a prefeitura haviam criado algumas facilidades visando à instalação de um novo hotel turístico, pois o Hotel Casacurta não dava mais conta da demanda. Entre as facilidades, estava um Decreto-Lei que permitia a aplicação de 50% do imposto de renda em projetos turísticos. Em 1967, David Afonso Antônio Santini, garibaldense e empresário do ramo imobiliário radicado em Recife - PE, retornou ao município com o propósito de investir no turismo e tornar Garibaldi “uma cidade tipicamente turística”<sup>215</sup>. Eram duas as suas motivações: a primeira, pelas facilidades oferecidas pelo Conselho e a segunda, oriunda de uma viagem turística à Europa<sup>216</sup>, em que pôde conhecer a “utilização de uma pista artificial de esqui” na Suíça. O projeto inicial de David Santini previa a construção de um hotel em formato de garrafa de champagne de 18 metros de base, 65 metros de altura e 25 andares, o que seria a “maior champagne do mundo”. Ao lado do hotel, estava prevista a instalação de uma pista de patinação no gelo em formato de taça, pista de esqui e outros atrativos de inverno<sup>217</sup>.

Inicialmente, Santini constituiu uma empresa em Garibaldi para avançar nos projetos, a Serra Turismo Garibaldi (SETURGA). O projeto não foi implantado na sua totalidade e teve inicialmente uma pista de polietileno de cerca de 100 metros. Assim, em 1968, foi inaugurada extra oficialmente a Estação de Esqui Presidente Médici e, em 31 de outubro de 1970, foi inaugurada oficialmente, por ocasião do encerramento da II Semana de Turismo de Garibaldi, realizada de 24 a 31 de outubro daquele ano e também dos 70 anos de emancipação política. Em 1970 o

---

<sup>215</sup> AHMG. Material: Hotel do Esqui, 1967.

<sup>216</sup> AHMG. Jornal Zero Hora, 05 de novembro de 1971.

<sup>217</sup> AHMG. Resenhas Municipais, fevereiro de 1968.

projeto contava com uma pista de esqui de 700 metros, um tobogã de 200 metros, restaurante e um teleférico com 40 cadeiras para passeios turísticos e transporte dos esquiadores. Durante a Semana de Turismo foi realizado também o XIII Encontro de COMTURES da Encosta Superior do Nordeste<sup>218</sup> e desfile de 15 carros alegóricos do município. Os visitantes também eram recebidos com degustação de vinhos e espumantes<sup>219</sup>.

A pista causou um alvoroço pelo fato de ser exclusiva no Brasil e na América Latina na época e foi objeto de diversas reportagens jornalísticas. Isso motivou um grande contingente de turistas e de desportistas de se deslocarem para conhecê-la. No último final de semana de agosto de 1968, cerca de mil veículos haviam se deslocado até a pista de esqui, segundo jornal da época<sup>220</sup>. Em 1970 foi fundada também, em Garibaldi, a Academia Brasileira de Esqui<sup>221</sup> e, em 1971, foi realizado o 1º Campeonato Brasileiro. A figura 20 mostra uma parte do parque do esqui: do lado esquerdo, a estrutura do teleférico, e, à direita, a pista artificial.

**Figura 20** - Estação de Esqui Presidente Médici



**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico de Garibaldi

O projeto inicial do hotel em formato de garrafa não chegou a ser empreendido e, em fins dos anos 1970, um projeto hoteleiro foi submetido à

---

<sup>218</sup> AHMG. Resenhas Municipais, outubro de 1970.

<sup>219</sup> AHMG. Jornal Folha da Tarde, 24 de outubro de 1970.

<sup>220</sup> AHMG. Jornal O Garibaldense, 31 de agosto de 1968.

<sup>221</sup> AHMG. Jornal Folha da Tarde, 22 de setembro de 1970.

Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)<sup>222</sup>, para que fosse viabilizado, o que não aconteceu. Boa parte dos turistas acabava ficando nos hotéis de Bento Gonçalves, que tinham mais apartamentos à disposição e o grande fluxo turístico no esqui se deu nos anos 1980 e 1990, com outros atrativos associados como visitas às vinícolas, que abriram suas portas à visitação em Garibaldi e Bento Gonçalves nos anos 1980, e parcerias com grandes operadoras de turismo da época<sup>223</sup>.

A produção vinícola dos dois municípios em 1970 foi exposta no quadro 09.

**Quadro 09** - Produção vinícola em Bento Gonçalves e Garibaldi em 1970

Município	Quantidade em litros
Bento Gonçalves	66.904.739
Garibaldi	36.900.656

Fonte: Revista Parlamento (1971, p. 43)

As vinícolas dos dois municípios começaram a abrir suas portas à visitação turística nas décadas seguintes, em Bento Gonçalves as vinícolas Dreher e a Cooperativa Aurora<sup>224</sup> começaram no final dos anos 1970 e em Garibaldi, no mesmo período a Cooperativa Garibaldi iniciou a recepção. Essa prática ocorria antes, especialmente na Dreher, mas era esporádica e muitas vezes voltada às questões comerciais, na recepção das famílias dos representantes de outros estados.

No final dos anos 1960 o Conselho Municipal de Turismo de Garibaldi lançou a ideia da organização de um “Festival do Champanha”, durante a 1ª Exposição Industrial do município. A proposta não avançou e foi retomada no final dos anos 1970, quando iniciaram as discussões para a organização do seu evento maior, a Festa Nacional do Champagne, que teve a sua primeira edição realizada em 1981.

<sup>222</sup> Órgão criado em 1966. Atualmente denominado de Instituto Brasileiro do Turismo e tem a função de promover os destinos turísticos brasileiros no exterior.

<sup>223</sup> O parque foi desativado em 2001 por falta de entendimento entre proprietários e prefeitura. A prefeitura havia concedido isenção fiscal de tributos por 10 anos, após a inauguração, com a condição de instalação do hotel, o que não ocorreu. Em 2002 o Ministério Público entrou com ação civil pública contra a empresa proprietária e resposta da empresa não foi aceita. David Santini faleceu em 2006, aos 74 anos. Até hoje a situação não foi resolvida.

<sup>224</sup> Nos anos 1980 a Cooperativa Aurora permitia aos seus produtores a venda de uvas *in natura* na sede da empresa, em Bento Gonçalves. Em algumas ocasiões o pesquisador acompanhou seu pai, que ainda faz parte do quadro de produtores cooperados, na venda de uvas aos turistas que visitavam a vinícola.

Posteriormente, novos cenários iriam se configurar, com o advento da abertura comercial brasileira em fins da década de 1980 até meados de 1990. Isso ocasionou nova crise e quebra de boa parte das cooperativas, que precisaram mudar alguns paradigmas. Alguns ex-associados, forçados a abandonar o sistema cooperativo pela sua falência, estruturaram empresas próprias e reiniciaram a produção familiar de vinhos em larga escala, o que consolidaria mais tarde o turismo do vinho nessa região<sup>225</sup>. Contudo, novos estudos são necessários para a caracterização das fases seguintes da vitivinicultura e do turismo, lacuna que o presente trabalho não se propôs a investigar.

Na sequência, foi proposta a elaboração de uma matriz de periodização, em que constam os principais acontecimentos que interferiram nas diferentes escalas do contexto estudado.

### 3.4 Matriz de periodização

A proposta de elaboração de uma matriz de periodização tem o objetivo de sistematizar os diferentes eventos no curso do espaço e no decurso do tempo analisados. A escolha dos eventos é um recurso metodológico a critério do pesquisador, porém os eventos não se encerram em si, apenas foram dispostos no contexto do presente trabalho porque impactaram no conjunto das possibilidades, considerando o mundo como um conjunto de possibilidades (SANTOS, 2008).

Os eventos são, assim, vetores temporais que fazem com que o espaço seja o resultado da simultaneidade de ações, que se expressam na sua materialidade, no seu uso e na sua interpretação por sujeitos que o habitam, usam ou apenas passam por ele. Para as escalas dispostas na matriz, no que se refere ao âmbito municipal/local, foi considerada área analisada dos dois municípios, isto é, Garibaldi

---

<sup>225</sup> Detalhes em Valduga (2007), especialmente no capítulo 4. Outra característica que merece investigação é o fato de muitos filhos de empresários, da terceira e quarta geração das famílias imigrantes e de outros ramos industriais começarem a investir, a partir do final dos anos 1990, em vinícolas familiares, associando novos produtos como o hoteleiro, o gastronômico, entre outros.

e Bento Gonçalves, ainda que alguns eventos tenham impactado noutros municípios de entorno como a Festa da Uva, por exemplo. A matriz foi composta a partir de dois eixos: na vertical, o eixo das sucessões (tempo) e na horizontal o eixo das coexistências (eventos). A partir da visualização dos principais eventos dispostos na matriz, propôs-se uma nova periodização. Assim, o quadro 10 apresenta a matriz de periodização elaborada para o presente trabalho.

**Quadro 10 - Matriz de periodização**

		Eixo das coexistências		
		Evento	Nacional	Regional/Estadual
Fase pré- vitivinicultura	Tempo			
	1850	Lei nº 601 - Lei de Terras		
	1860	Criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas		
	1870	Substituição do trabalho escravo	Imigração branca no RS	Construção do Hotel Casacurta em Garibaldi, o primeiro da RCI
Primeira fase da vitivinicultura (implantação e experimentação): 1875 a 1920	1875	Imigração/mão-de-obra para lavouras de café		Imigração Italiana para produção de alimentos. Estrutura fundiária de 24 a 30 hectares
	1885		Política de fomento agrícola	
	1887	Criação da Imperial Escola Agronômica de Campinas		
	1890			Emancipação da colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves)
	1891		Criação da Escola de Agricultura e Viticultura de Taquari	
	1898		Criação da 1ª Estação Agronômica Experimental, na Chácara das Bananeiras, em Porto Alegre	
	1899		Criação do 1º Laboratório Enológico do Estado, em Porto Alegre	
	1900	O caxiense Abramo Eberle comercializou vinho e grapa em São Paulo. Luiz Pereira Barreto lança em Campinas o livro "A Arte de fabricar o Vinho"		Emancipação da colônia Conde D'Eu (Garibaldi).

	1901		Realização da Exposição Industrial de Porto Alegre		
	1907	Fundado, no Rio de Janeiro, o Automóvel <i>Club do Brasil</i>		Conclusão da construção da Capela das Neves, a igreja feita com vinho, em Bento Gonçalves	
	1910			Chegada da ferrovia à estação Santa Luiza, distrito de Garibaldi.	
	1911			Início do cooperativismo vinícola com a contratação do advogado italiano Destéfano Paternó	
	1912			Contratação pelo Estado do enólogo italiano Celeste Gobbato	
	1913			Realização da primeira Exposição de Uvas em Garibaldi	
	1914	Início da Primeira Guerra Mundial			
	1915		Interrupção do cooperativismo vinícola pela ação dos industriais privados apoiados pelo Estado	Manoel Peterlongo Filho inicia a produção de <i>champagne</i> em Garibaldi	
	1917			Chegada da ferrovia a Garibaldi	
	1918	Final da Primeira Guerra Mundial			
	1919		Início do Veraneio na Serra	Chegada da ferrovia a Bento Gonçalves	
Fase de transição da vitivinicultura (tecnificação/burocratização: 1921 a 1930)	1921			Criação pelo Estado da Estação Experimental de Viticultura e Enologia em Caxias e contratação do enólogo francês Louis Esquier	Primeira fase do turismo (turismo espontâneo): 1919 a 1930
	1922	Celeste Gobbato publica o livro " <i>Manual do Viti-Vinicultor Brasileiro</i> "	Estado prevê a constituição de estações experimentais no Regulamento de Terras		
	1923	Fundado no Rio de Janeiro o <i>Touring Club do Brasil</i>			
	1926		Formação do Sindicato Arrozeiro. Modelo referencial aos industriais do vinho		
	1928		Criação do Sindicato do Vinho representado pela Sociedade Vinícola	Celeste Gobbato assume a Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caxias	
	1929		Decreto Estadual nº 4.255 aprova o regulamento dos vinhos rio-grandenses		



	1931	Retomada do movimento cooperativista vinícola		Realização da Festa da Uva em Caxias	
	1932		Reconhecimento oficial das cooperativas pelo Decreto Estadual nº 4985. Decreto nº 5008 regulamenta o engarrafamento e a fiscalização do vinho	Realização da segunda edição da Festa da Uva e do 1º Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia em Caxias	
	1933		Fundação da Federação das Cooperativas Sul Rio-Grandenses de Vinho		
Segunda fase da vitivinicultura (expansão/exposição): 1931 a 1971	1935		Fundado o <i>Touring Club</i> no RS. Comemorações do Centenário Farroupilha no Estado		Segunda fase do turismo (turistificação/burocratização): 1930 a 1970
	1936		Criado pelo decreto nº 6288 o Instituto Rio Grandense do Vinho em Porto Alegre		
	1937	Getúlio Vargas assume o "Estado Novo"			
	1938			Criação da Estação e do Laboratório de Enologia em Bento Gonçalves. Instalação de um Campo de Cooperação da Secretaria Estadual da Agricultura em Garibaldi	
	1939	Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Início da Segunda Guerra Mundial			
	1940	Organização da Semana da Pátria pelos <i>Touring Clubs</i> brasileiros e do Circuito da Boa Vizinhança		Criação das delegacias do <i>Touring Club</i> em Bento Gonçalves e Garibaldi	
	1941		Edição do primeiro guia turístico do Estado pelo <i>Touring Club</i>	Inauguração da estrada federal ligando Porto Alegre a Caxias do Sul	
	1942	Brasil entra na segunda Guerra contra os países do eixo		Início dos trabalhos da Estação e do Laboratório de Enologia em Bento Gonçalves. Proibição da fala da língua italiana (e alemã) no Brasil	
	1945	Término da Segunda Guerra Mundial			
	1950		Lei nº 997 criou o Conselho Estadual de Turismo e o Serviço Estadual de Turismo.	Realização da Festa da Uva junto com as comemorações do 75º Aniversário da Colonização Italiana no RS	

	1953			Inauguração do novo Hotel Casacurta em Garibaldi	
	1957			Lei nº 60/57 criou o Conselho Municipal de Turismo de Garibaldi	
	1958	Juscelino Kubitschek criou a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR			
	1959		Comemorações do Dia da Vindima em Garibaldi sob o patronato da Associação dos Viticultores do Rio Grande do Sul	Lei nº 3.646/59 criou a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. Emancipação política de Carlos Barbosa, até então Distrito de Garibaldi	
	1965			Lei nº 171 criou o Conselho Municipal de Turismo de Bento Gonçalves	
	1967			Realização da 1ª FENAVINHO Criação do Hino de Bento Gonçalves e do Clube Esportivo, além do brasão e bandeira municipal. David Santini projeta a construção de um hotel em formato de champagne com 65 metros de altura em Garibaldi.	
	1968	Realização do Festival do vinho da Guanabara com 11 governadores presentes		Inauguração extra-oficial da Estação de Esqui Presidente Médici, em Garibaldi	
	1969			Primeira reunião com 21 conselhos municipais de turismo para debater o tema. Criação do Hino de Garibaldi	
	1970	Fundação da Academia Brasileira de Esqui em Garibaldi		Inauguração oficial da Estação de Esqui Presidente Médici, em Garibaldi	
	1971	Realização do 1º Campeonato Brasileiro de Esqui em Garibaldi	Criação da Associação dos Órgãos Oficiais de Turismo	Realização da 2ª FENAVINHO	Fase de transição (segmentação): 1971...
Fase de transição (compleição/adaptação): 1972...	1972	Primeira transmissão a cores da televisão brasileira com o evento Festa da Uva, de Caxias do Sul			
	1973			Asfaltamento da estrada São Vendelino (RST 470)	
	1975			Construção da Pipa Pórtico em Bento Gonçalves	

Fonte: elaboração do autor

A interferência dos eventos nas diferentes escalas foi baseada na análise das fontes coletadas, considerando o seu tempo histórico. A partir dos eventos dispostos na matriz, foram elaboradas novas periodizações considerando algumas particularidades, isto é, uma nova periodização para a vitivinicultura e outra elaborada a partir da perspectiva do turismo. Evidentemente que não há rigidez em cada período, coexistindo algumas características e fases transitórias. As fases denominadas de pré-vitivinicultura e pré-turismo dizem respeito apenas à escala de análise. Para a vitivinicultura foi proposta a seguinte periodização:

a) Primeira fase da vitivinicultura (implantação/experimentação): 1875 a 1920. Nesse período, considera-se o processo de ocupação a partir da imigração italiana e a implantação da vitivinicultura em caráter experimental a partir de incentivos do Estado. Foi o período de reterritorialização. Esse período foi seguido de uma fase transitória da vitivinicultura, com uma tecnificação/burocratização entre 1921 e 1930. Essa transição foi caracterizada pela expansão técnica da vitivinicultura especialmente a partir da implantação de estações experimentais, já previstas na Lei de Terras. A organização burocrática da vitivinicultura, além do surgimento de lideranças econômicas associadas ao aparato estatal, foram características da fase.

b) Segunda fase da vitivinicultura (expansão/exposição): 1931 a 1971. O advento da Festa da Uva foi um balizador histórico no contexto regional e nacional. A produção do vinho passou a outro nível merecendo o status de festa. O cooperativismo se fixou como contraponto à burocratização, porém foi parte dela. O vinho foi patrimonializado e o mito do colono italiano como herói foi criado. As condições técnicas e logísticas permitiram a expansão comercial e a racionalização da produção vinícola. Outras cadeias produtivas se expandiram como a dos móveis e a metalurgia. Esse período foi seguido por outra fase transitória a partir de 1972. A competição no mercado de vinhos foi acelerada, houve a instalação de multinacionais e as cooperativas passaram por uma fase de reorganização, porém, é necessário investigar essas características a partir de uma nova pesquisa.

O turismo emergiu nesse cenário e convém caracterizá-lo em períodos como proposta de síntese, a exemplo da vitivinicultura. Foram periodizadas as seguintes fases:

a) Primeira fase do turismo (turismo espontâneo): 1919 a 1930. Caracterizado pela busca de um clima mais ameno no verão, no chamado Veraneio

na Serra. Sua manifestação se deu a partir da chegada do trem. Os turistas eram acolhidos em hotéis e estações de veraneio localizadas nas proximidades das estações férreas.

b) Segunda fase do turismo (turistificação/burocratização): 1930 a 1970. Os grandes eventos ligados à vitivinicultura foram responsáveis pela turistificação do espaço e pela difusão do vinho como produto regional, cultural e turístico. O turismo passou a ter uma organização mínima a partir de sua oficialização pelo Estado. O *Touring Club* se caracterizou como um dos agentes centrais do turismo. Os municípios criaram órgãos oficiais para tratar do turismo e passaram a incluí-lo em sua agenda política. Posteriormente, o turismo passou por uma fase de transição, com a diversificação dos atrativos turísticos nesses municípios. As empresas passaram a trabalhar com diferentes tipos de público a partir da massificação da atividade.

Da mesma maneira que a vitivinicultura, um novo estudo se faz necessário para compreender os cenários seguintes do turismo. O presente trabalho limitou-se aos anos 1960, com breves apontamentos posteriores a partir de conhecimentos empíricos do autor e alguns dados de pesquisa.

No próximo item foi elaborada uma caracterização do contexto da vitivinicultura e do turismo na região francesa da Borgonha, conforme proposto na introdução. A ênfase aqui trabalhada foi para a sua constituição identitária a partir do final do século XIX até o período entre as duas guerras, espaço de tempo essencial para a compreensão das transformações sociais dessa região. Essa caracterização não teve o propósito de traçar um paralelo com o objeto de estudos deste trabalho, mas de subsidiar o presente estudo em referências e debates oportunizados pela participação em eventos, conferências, visitas técnicas, entre outros.

### 3.5 A experiência francesa da Borgonha

O estágio doutoral oportunizado pela *Chaire UNESCO Culture e Traditions du Vin*, vinculada à Universidade da Borgonha (UB), por meio do convênio mantido

com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no Programa de Pós-Graduação em Geografia foi importante, pois permitiu ampliar o espectro de análise das características do patrimônio ligado ao vinho e suas manifestações, entre elas a do contexto turístico daquela região. O estágio influenciou significativamente o presente trabalho, especialmente na opção pela pesquisa histórica e documental, carente na vitivinicultura brasileira e pouco adotada no turismo. Durante o estágio, diversas atividades foram desenvolvidas, como visitas técnicas, participação nas conferências<sup>226</sup> organizadas pela *Chaire* no período de dezembro de 2009 a março de 2010, discussão da proposta de pesquisa com pesquisadores e acesso as bibliotecas da UB.

A Borgonha está situada no centro-leste francês, é uma das 26 regiões administrativas do país, sendo que destas, 22 são situadas na chamada França metropolitana e as demais são denominadas de regiões de outros mares, que inclui a *Guadeloupe, Martinique, Guyane e Réunion*, no contexto de organização territorial. A configuração territorial da Borgonha é apresentada na figura 21, na página seguinte.

A Borgonha agrupa 04 dos 96 departamentos franceses<sup>227</sup>, que são *Yonne, Côte d'Or, Nièvre e Saône-et-Loire*, possui uma população de 1,6 milhão de habitantes, que representa 2,6% da população da França metropolitana. O PIB *per capita* é de € 26.427,00, décimo segundo na França, e as indústrias metalúrgica, química, de equipamentos mecânicos e a indústria agroalimentar somaram mais de 55% dos empregos industriais regionais em 2007<sup>228</sup>.

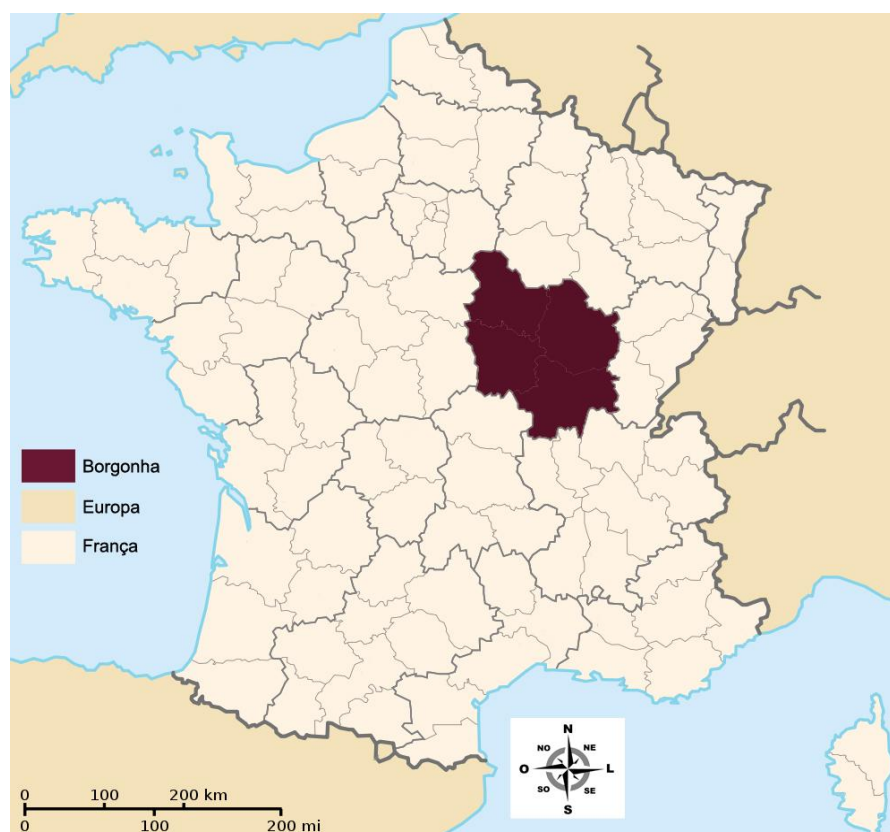
---

<sup>226</sup> Foi possível participar das seguintes conferências: *Conflictualité et construction territoriale: la compréhension par l'événement Le Vin et la République*, com a apresentação da obra *Le vin et la République*, e o artigo *Les Chambres de commerce du Languedoc face la question viticole sous la Troisième République*, de Philippe Lacombrade, da Universidade de Montpellier, em 27 de janeiro de 2010; *Soulèvement du monde vigneron et construction de la Champagne viticole*, realizada por Serge Wolikow da Universidade da Borgonha em 27 de janeiro de 2010; *Etienne Camuzet, un parlementaire bourguignon au coeur des stratégies politiques vitivinicoles nationales et locales du début du XXe siècle*, realizada por Christophe Lucand, do Centre Georges Chevrier; *Rioja: du modèle bordelais à l'émancipation internationale*, com Joël Brémond, da Universidade de Nantes em 24 de fevereiro de 2010, e *Les spécificités de l'oenotourisme français*, com Sophie Lignon-Darmaillac da Universidade Paris IV Sorbonne, em 24 de março de 2010.

<sup>227</sup> Divisão administrativa de poder descentralizado, com uma circunscrição eleitoral. A Borgonha pertence à circunscrição oeste da França.

<sup>228</sup> Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE). Disponível em: <<http://www.insee.fr/fr/publications-et>

**Figura 21** – Região da Borgonha/França



Fonte: Elaborada pelo autor

A Borgonha, ainda que tenha uma indústria diversificada, é reconhecida mundialmente pela sua vitivinicultura que remete há pelo menos 05 séculos antes de Cristo<sup>229</sup>, e a produção vinícola é responsável por 10% da exportação dessa região. As variedades de uvas que se destacam são a *pinot noir* e a *chardonnay*, que produzem mais de 153 milhões de litros de vinhos anuais, distribuídos entre 61% de brancos, 31% de tintos e rosés, e 8% de espumantes. Tem 3800 vinícolas em funcionamento, 250 casas de comércio de vinhos que representam uma comercialização de 58% da produção anual, e cerca de 7% das casas de comércio são das próprias vinícolas. Além disso, a região tem 23 cooperativas vinícolas em atividade que representam 16% da comercialização do vinho, segundo o *Bureau Interprofessionnel des Vins de Bourgogne* (BIVB, 2008)<sup>230</sup>. A vitivinicultura gera

---

services/default.asp?page=dossiers\_web/indic\_regions/indic\_regions.htm>. Acesso em 4 de março de 2010.

<sup>229</sup> Em 1953 foi encontrado na cidade de *Vix*, um vaso grego destinado à guarda do vinho datado do século V a.C. O vaso está exposto no museu de *Châtillon-sur-Seine*.

<sup>230</sup> Disponível em <http://www.vins-bourgogne.fr>. Acesso em 15 de agosto de 2011.

cerca de 20 mil empregos diretos e mais 100 mil indiretos ligados à cadeia produtiva da uva e do vinho. Cada produtor da Borgonha tem uma superfície média de 7,82 hectares dentre os 27.700 em produção na região, o que representa 3% dos vinhedos franceses (BIVB, 2008).

A Borgonha turística, atualmente, tem uma oferta relativamente diversificada e são 05 os principais roteiros de enoturismo<sup>231</sup>: “*La Route touristique des Grands Crus de Bourgogne, La Route des Grands Vins; La Route des Vins Mâconnais-Beaujolais; La Route touristique des vignobles de l’Yonne; La Route du Crémant (Châtillonnais) e La Route des Coteaux de Pouilly-Sancerre*”. Tem 11 museus ligados ao vinho e a gastronomia é referência mundial. Sua gastronomia é sempre associada ao vinho, e essa região se transformou num símbolo de resistência ao processo de globalização, tanto no vinho quanto noutros produtos. Com relação aos vinhos, se, por um, lado existe uma tendência de homogeneizar a produção vinícola mundial, com vinhos de elevado grau de álcool, baixo teor de acidez e produção em escala para atender aos consumidores dos países chamados “emergentes”, a Borgonha anda na contramão do processo, com suas mais de 100 *appellations d’origine contrôlée*, que produzem vinhos mais ácidos, com menor teor alcoólico e a partir do que chamam de *terroir*, que, sinteticamente, pode-se dizer que é o resultado do processo produtivo que leva em conta os aspectos físicos, naturais, humanos e os tratos culturais no processo de elaboração. Entretanto, cabe tentar explicar um pouco do “processo de produção das identidades e seu uso comercial”, nos termos de Laferté (2002), atentando mais ao aspecto turístico.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a Borgonha criou uma densa organização de sua vitivinicultura, conforme apresenta Jacquet (2009)<sup>232</sup>, aliando patrimônio, forjando sua identidade e, especialmente no período entre guerras, o turismo entrou como aliado na difusão de suas características e na afirmação das diferenças.

Lavenir (1999) cita que, de 1901 a 1906, o *Touring Club* da França começou a publicar uma série intitulada “Sítios e Monumentos”<sup>233</sup> em que indicava os

---

<sup>231</sup> *Schéma régional de développement du tourisme*. Disponível em <<http://www.cr-bourgogne.fr>>. Acesso em 09 de janeiro de 2009.

<sup>232</sup> O trabalho do autor apresenta as diferentes organizações vinícolas da região da Borgonha, com destaque aos sindicatos vinícolas privados, seu papel comercial na região e sua influência e práticas em favor do Estado republicano.

<sup>233</sup> Livre tradução.

melhores pontos para visitar e conhecer. Posteriormente, essa série fez o inventário das belezas e das riquezas naturais e arqueológicas da França. Era, sobretudo, destinado aos ciclistas e o ciclismo representava em fins do século XIX uma transformação social no seio da maioria dos países europeus. Ele se impôs como lazer, como atividade esportiva, como modo de transporte e concentrava os mitos de uma busca por uma sociedade industrial. No início, a bicicleta era um bem de luxo e, mais tarde, em 1897, a França já contava com 200.000 bicicletas. Para Lavenir (1999, p. 87-88), o ciclismo transformou o turismo e suscitou em toda Europa, o nascimento de associações especializadas, que levam o nome de “*touring clubs*”, responsáveis por modificar as práticas de viagens. Desde os fins do século XIX, o *Touring* se preocupava com os turistas que faziam os percursos de bicicleta e havia uma preocupação com a fotografia, com os melhores pontos para se fotografar. Mais tarde o carro começou a se popularizar, porém, em 1900 havia apenas 300 automóveis na França, o que mudaria muito nas décadas seguintes.

Segundo Laferté (2002, p. 67), do século XIX até a segunda Guerra Mundial, a construção de identidades territoriais na França é largamente dominada pela difusão nacional de um modelo resultante da construção cultural da nação no século XX e do regionalismo, com a constituição de uma língua regional, de heróis locais, de grupos folclóricos e de museus etnográficos. Cita também que, em revanche, a democratização do turismo depois de 1918 engaja a produção de novos modelos nacionais de identidades territoriais, como um folclore de entretenimento e festivo, uma gastronomia regional e local julgadas não mais por uma prescrição erudita, mas pela sua eficácia comercial. No entanto, como assinala o autor, não se tratou de um movimento isolado da Borgonha, mas de outras regiões francesas que replicaram a mesma proposta, tendo à frente alguns eruditos simpatizantes da Escola do Folclore Francês ou uma elite econômica ansiosa pelo desenvolvimento local, nos anos 30.

No caso da Borgonha, segundo Laferté (2002, p. 68), a originalidade da sua identidade reside nas características sociais dos seus produtores, a maioria empresários em busca de benefícios para as suas empresas, que, nos anos 30, a partir do revivalismo folclórico turístico, inventaram uma publicidade coletiva e tradicionalista, apropriada à sua clientela elitista internacional. Cita o autor que, a partir de 1918, o turismo esteve associado à causa regionalista. O Sindicato de



Iniciativas<sup>234</sup> da região, tendo a frente o presidente do *Touring Club* da França, começou a recomendar uma “responsabilidade nacional” do turismo, marcando a entrada do Sindicato no campo nas tradições, no movimento turístico e marcou ainda a chegada dos eruditos que importaram seus modelos de produção identitária do *Félibrige*<sup>235</sup>.

Em 1919, foi criada a União Nacional das Associações Turísticas (UNAT), que englobou o *Touring Club*, o *Club Alpin*, o *Automobile Club* e todas as associações turísticas de envergadura nacional, ao mesmo tempo em que foi fundada a União das Federações dos Sindicatos de Iniciativa (UFSI). Ambos trabalharam unidos, e o Sindicato efetivamente colocou em marcha uma série de iniciativas ligadas ao folclore, às identidades e às práticas turísticas, assim, cada região deveria promover os seus costumes, as festas populares, um estilo arquitetônico regional e distribuir prêmios literários. Contudo, complementa Laferté (2002, p. 70), “é, portanto, a centralização nacional do turismo que acelera a difusão de modelos e a construção de identidades regionais”<sup>236</sup>, e a Borgonha tem, por sua vez, a criação de diversos grupos folclóricos, ligados à elite erudita encabeçada pelo Sindicato de Iniciativas.

Paralelamente, uma gastronomia regional acabou sendo inventada por consequência de todo o movimento regionalista, que incluiu o turismo como atividade, é o que afirma Csergo (1998, p. 821).

Assim, sob a ação conjugada das associações gastronômicas, do movimento regionalista e dos profissionais do turismo e da gastronomia, as cozinhas locais, recompostas e codificadas no âmbito de nomenclaturas regionais que associam, não sem arbitrariedade, uma especialidade a uma localidade, tornam-se a expressão íntima do gênio da França que elas encarnam em toda a sua diversidade e carga histórica.

Esse movimento, segundo Laferté (2002, p. 71) adapta o discurso regionalista à gastronomia e defende a cozinha regional no sentido de rivalizar com

---

<sup>234</sup> Syndicat d’initiative. O sentido dado no original e à ação sindical, porém aparece em traduções como sindicato de iniciativas. Este sindicato foi organizado a partir de interesses locais e turísticos, diferenciando-se de outros sindicatos locais como o *syndicat interprofessionnel*, ou sindicato profissional.

<sup>235</sup> Primeiro movimento regionalista francês, criado na Provença em meados do século XIX.

<sup>236</sup> “C’est donc la centralisation nationale du tourisme qui accélère la diffusion des modèles et la construction des identités régionales” (LAFERTÉ, 2002, p. 70). Livre tradução.

Paris e seu “internacionalismo”, promovido por diversos clubes gastronômicos, isto é, a tradição ou um passado idealizado contra a modernidade, a natureza contra a indústria, a autenticidade contra a aparência, “o campo sadio contra a urbanização e o luxo sofisticado, os particularismos contra a uniformização internacional”<sup>237</sup>.

Em outro trabalho, Laferté (2006) explica que a união de duas visões regionais a partir das primeiras décadas do século XX, antes tratadas de forma separada, foram responsáveis por colocar a região em cena, isto é, a união da perspectiva de uma sociedade folclórica erudita e tradicional e de outro, uma perspectiva visando ao turismo, apresentando as particularidades de associar a região a uma imagem histórica e geográfica.

As ações em âmbito regional, para Lavenir (1999) e Csergo (1998), tiveram influência significativa em âmbito nacional. A cozinha nacional passou a ser sinônimo de cozinha regional, rural, natural e autêntica. Essa invenção de uma gastronomia regional teve o sentido de contrapor a cozinha internacional da hotelaria, dos palácios e restaurantes. A cozinha passou a ser destinada a uma nova clientela advinda da burguesia urbana que passou a preferir os pratos típicos, as especialidades, os produtos frescos de qualidade produzidos no local e preparados em cozinhas próprias e modernas.

O público havia mudado, isto é, antes ciclistas e agora automobilistas que passaram a exigir da hotelaria e da restauração os mesmos padrões de conforto a que estavam acostumados. Assim, a hotelaria passou por reformas gerais, oferecendo, além de uma série de serviços, uma boa mesa com vinhos regionais.

Lavenir (1999, p. 216) complementa que tudo foi adaptado ao sistema socio-técnico do automóvel e à burguesia em férias. Nesse sentido, distante de ser um fato isolado, a autora explica que o regionalismo francês foi uma estratégia política nacional muito bem arquitetada no sentido de valorização do campo, a fim de evitar a migração de uma massa de camponeses pobres ao contexto industrial urbano.

O movimento regionalista esteve ancorado no *Touring Club* e no *Automobile Club* da França, que da mesma maneira como ocorreria mais tarde no Brasil, obtiveram a qualidade de “associações de interesse geral”<sup>238</sup>. Também esteve associado o guia *Michelin* e seus guias turísticos e gastronômicos concorrentes, que

---

<sup>237</sup> “(...) la campagne saine contre l’urbanisation et le luxe sophistiqué, les particularismes locaux contre l’uniformisation internationale”.

<sup>238</sup> “La qualité d’associations d’intérêt general” (LAVENIR, 1999, p. 218).

publicavam as novidades da hotelaria e da restauração (LAVENIR, 1999). A autora considerou que esse movimento foi uma violência urbana, pois tudo foi adaptado ao gosto e às demandas da elite, também nos aspectos estéticos dos espaços públicos. O *Touring* passou a apoiar a criação de escolas de hotelaria em 1905 e, em 1910, ele participou da criação de um banco para financiar a renovação da hotelaria ou a criação de novos hotéis na França. A hospitalidade e o conforto que o *Touring* possibilitava à nova hotelaria aparecia sob a marca “a inglesa”, o que denota a influência da burguesia inglesa na França.

Para os agentes do regionalismo francês, o turismo, a agricultura dos produtos regionais e a restauração/gastronomia estiveram no coração das possibilidades de re-desenvolvimento econômico do campo na França, isto é, foi a possibilidade de renovação de uma “verdadeira” identidade francesa. O turismo poderia assim, fixar os agricultores ao seu modo de vida no campo, permitindo-lhes resistir às aspirações urbanas e industriais falsamente promotoras de empregos e moralmente degradantes (LAFERTÉ, 2002, LAVENIR, 1999). A Borgonha teve como prefeito de Dijon, nos anos 1920, Gaston-Gérard, que foi o porta voz da reestruturação gastronômica. Na sua gestão foi organizada a feira gastronômica de 1921, que tinha como objetivo tornar Dijon a cidade da arte e a capital gastronômica. Diversas edições foram organizadas posteriormente, colocando a região, seus grupos folclóricos e seus vinhos em cena.

A primeira festa do vinho da Borgonha foi organizada em 1925, no município de Beaune, pelo prefeito Auguste Dubois. Ela teve sua segunda edição em 1926 e os agentes do folclore regional se encarregaram de dar sentido à festa, com cortejo patrocinado pelas elites conforme sua posição e trajetória social, num movimento político elitista que fez uso do folclore. Para Laferté (2002) essa produção do folclore foi um meio de se autoatribuir uma legitimidade local, nesse caso para os eleitos. A festa do vinho em Beaune rivalizava com a feira gastronômica de Dijon, motivando diversos debates regionais e embates políticos na época entre Auguste Dubois e Gaston-Gérard, prefeito de Dijon.

Diversas publicações regionais endossavam as práticas regionalistas. Em 1920, o *Miroir dijonnais et de Bourgogne* (apud LAFERTÉ, 2002, p. 73), a mais importante revista regional da Borgonha, publicou um artigo intitulado “Como se representa um *bourguignon*”. Nele constava como era o etnotipo da Borgonha, isto é, um cidadão conhecedor dos *Crus* e com paladar apurado. Complementa ainda a

revista que o bourguignon era um cidadão corado, de cabelos pretos, pele morena, companheiro e honesto, de fala forte, gosta de rir, é espirituoso, etc. A Borgonha teve um importante destaque regionalista em comparação com as demais regiões francesas pela extensa rede institucional e política a que esteve ligada nas primeiras décadas do século XX.

Diversos empresários locais faziam parte de clubes gastronômicos parisienses, além do próprio prefeito de Dijon Gaston-Gérard. Em 1931 ele foi nomeado como o primeiro subsecretário de Estado do Turismo. Além dele, conforme Laferté (2002), outras personalidades da Borgonha favoreceram a região como o deputado de Beaune Claude Chaveau, que, em 1932, foi ministro da agricultura francês.

No contexto de patrimonialização ligada ao vinho, a Borgonha, em seus momentos de crise, buscou no passado de sua vitivinicultura uma ancoragem para superar as dificuldades de colocação dos produtos, dos problemas na produção como a crise da filoxera, a exemplo do que aconteceu na maioria das regiões vinícolas mundiais, inclusive na RCI. A crise na Borgonha se deu também por consequência da desintegração do setor, ocasionada por um sistema extremamente hierarquizado da vitivinicultura, dominado pelos sindicatos dos negociantes e proprietários das vinícolas (JACQUET, 2009). A partir dos anos 1930, a vitivinicultura passou a ser dominada por uma elite urbana de Beaune e Dijon, e os poucos viticultores que permaneceram estiveram ligados às cooperativas vinícolas (LAFERTÉ, 2002).

Em 1934 foi fundada na Borgonha a *Confrérie des Chevaliers du Tastevin*<sup>239</sup>, a mais famosa confraria vinícola do mundo, atualmente com cerca de 10 mil sócios em diferentes países, quase sempre ligados à elite intelectual ou econômica. A confraria foi criada por dois negociantes e produtores de vinho da Borgonha, Camille Rodier e Georges Faiveley, e tinha como objetivo principal buscar alternativas comerciais aos vinhos da Borgonha. “Um cerimonial de entronização de jornalistas e de personalidades diversas teve lugar, fortemente inspirado em Rabelais e Molière”

---

<sup>239</sup> Confraria dos Cavaleiros do *Tastevin*. O *tastevin* é um objeto de prata ou outro metal brilhante semelhante a uma xícara rasa que fica pendurado no pescoço de alguns profissionais do vinho. Ele era usado para degustar vinhos antes do advento da luz elétrica nas caves das vinícolas onde eram guardados os vinhos. Hoje apenas serve para identificar um profissional do vinho ou membro de alguma confraria que o adota como símbolo de tradição.

(GARRIER, 2008, p. 454)<sup>240</sup> e até hoje a confraria segue o mesmo ritual. O primeiro confrade a ser entronizado foi Gaston-Gérard, prefeito de Dijon, e o ritual de entronização da confraria tem os seguintes dizeres:

*“Par Noé, père de la vigne,  
Par Bacchus dieu du vin,  
Par saint Vincent, patron des vigneronns,  
Nous vous armons Chevalier du tastevin!”<sup>241</sup>.*

Em 1937, a confraria dos *Chevaliers du Tastevin* lançou a *Saint-Vincent tournante* em Chambolle-Musigny, evento que se tornou regional, realizado de forma itinerante desde sua criação. A figura 22, na página seguinte, apresenta a 72ª edição realizada em Chassagne-Montrachet.

**Figura 22** - 72ª Edição da Festa de Saint-Vincent em Chassagne-Montrachet



**Fonte:** acervo do autor

A festa é realizada em homenagem a Saint-Vincent, padroeiro dos viticultores. É um dos eventos que se tornou tradicional na Borgonha vinícola, recebendo milhares de visitantes anualmente. As ruas e residências são decoradas para a recepção dos visitantes e a cada ano os viticultores e vinícolas selecionam

<sup>240</sup> “*Un cérémonial d’intrônisation de journalistes et de personnalités diverses est mis en place, très fortement inspire par Rabelais et Molière*” (GARRIER, 2008, p. 454). Livre tradução.

<sup>241</sup> Por Noé, pai da videira, por Baco, deus do vinho, por São Vicente, padroeiro dos viticultores, nós te armamos cavaleiro do *tastevin*. Livre tradução.

algumas uvas para a elaboração dos vinhos que serão servidos durante a festa. Na figura 22, algumas barracas aparecem e nelas são comercializados produtos locais. O evento conta com um sistema de transporte completamente integrado desde as principais cidades francesas, visando facilitar o acesso e permitir a segurança dos participantes, uma vez que no evento são servidos, no mínimo, 06 taças de vinho por pessoa, e é comum encontrar turistas e residentes embriagados pelo caminho. O evento é realizado ao ar livre, em meio aos vinhedos e foi possível observar que praticamente a totalidade de participantes se deslocou ao evento em transporte público, por trem e ônibus.

O pesquisador teve a oportunidade de participar da 72ª edição. A abertura do evento é feita com uma espécie de romaria realizada pela Confraria dos *Chevaliers du Tastevin* em meio aos vinhedos da Borgonha e dos participantes. A sede da confraria é o *Château du Clos Vougeot* (figura 23), que foi adquirido por ela nos anos 1940. O *Château* faz parte do primeiro roteiro turístico/gastronômico da França, a *Route des Grands Crus*, criada em 1934.

**Figura 23** - *Château du Clos Vougeot*

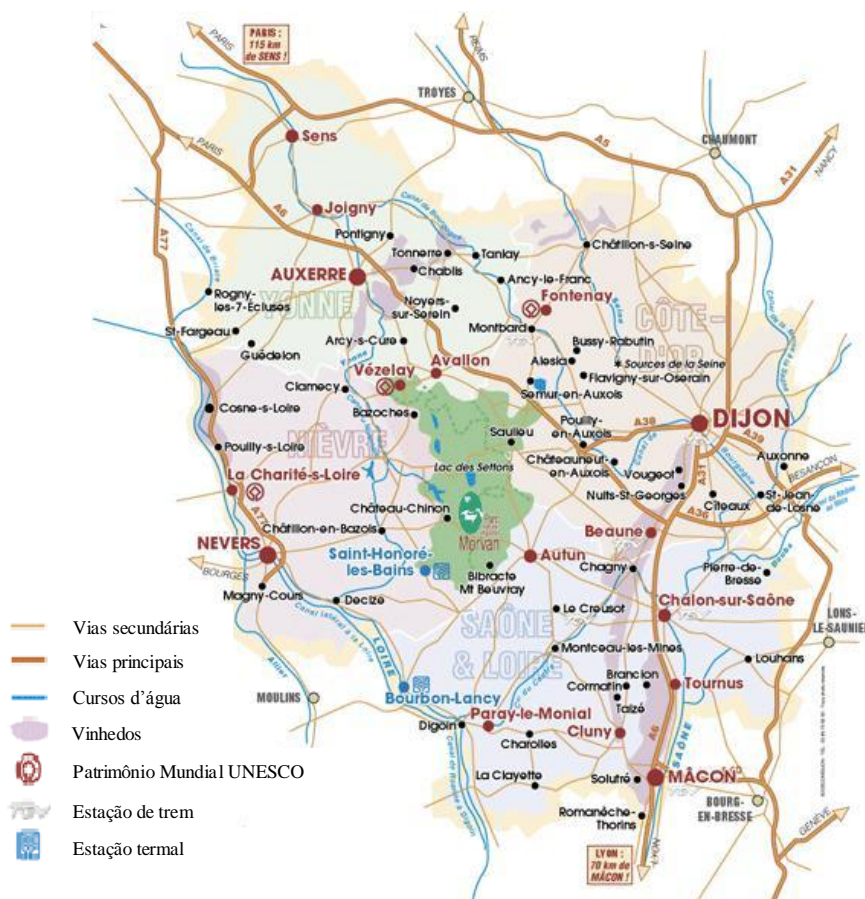


**Fonte:** Acervo do autor

A *Route des Grands Crus* tem 60 quilômetros de extensão ao longo da Borgonha e trata-se de um passeio para apreciar principalmente as paisagens da região, uma vez que poucas vinícolas recebem turistas.

A figura 24 apresenta o mapa turístico da Borgonha, e a 25, na página seguinte, a sinalização turística de uma parte da *Route des Grands Crus*.

Figura 24 - Mapa turístico da Borgonha



Fonte: Adaptado do Comitê Regional do Turismo da Borgonha

Pela figura 24 pode-se perceber a extensão dos vinhedos ao longo das principais rodovias. Somente a *Côte d'Or* tem 200 quilômetros de vinhedos praticamente ininterruptos, moldando a paisagem conforme a classificação dos seus vinhedos distribuídos em *Grands Crus*, *Premiers Crus* e vinhos de *Appellations d'Origine Contrôlée* – AOC regionais, que constituem o maior volume produzido. Os *Grands Crus* são os vinhos mais caros produzidos nas zonas vinícolas da Borgonha.

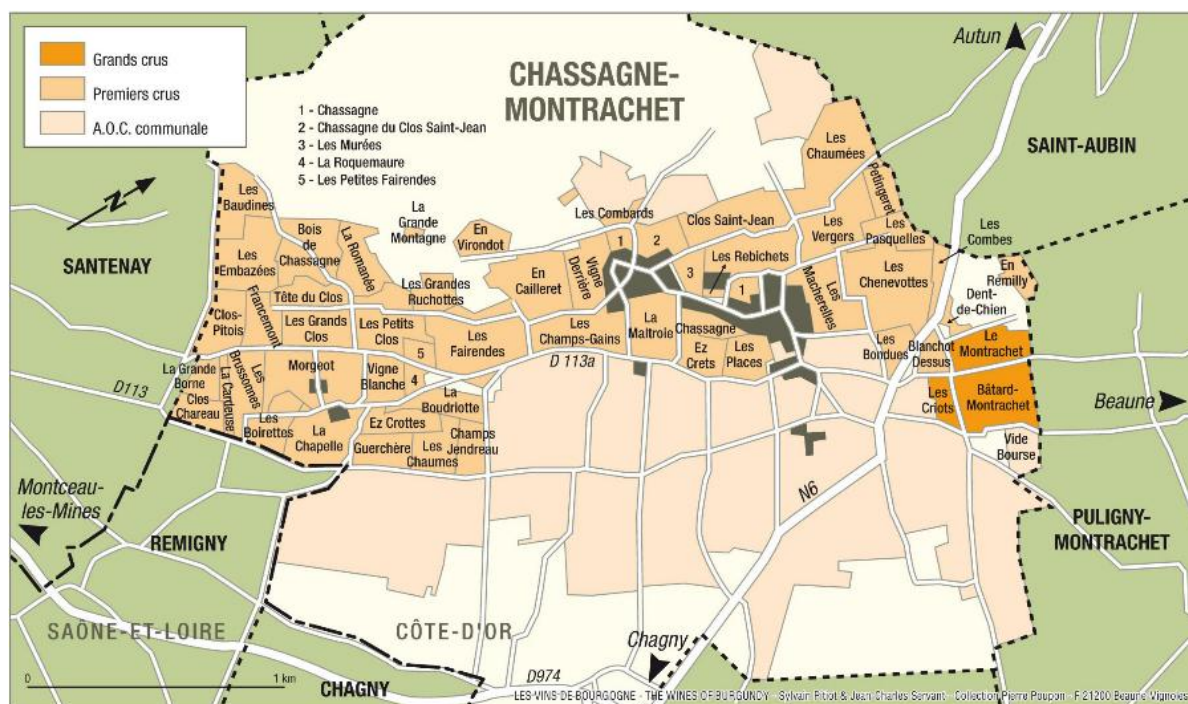
**Figura 25** - Detalhe da sinalização turística da *Route des Grands Crus*



Fonte: acervo do autor

A figura 26 apresenta a classificação e a localização dos vinhedos de Chassagne-Montrachet, que realizou a 72ª edição da Saint-Vincent Tournante.

**Figura 26** - Classificação dos vinhedos de Chassagne-Montrachet



Fonte: BIVB (2011)

A organização do turismo é feita pelo Comitê Regional do Turismo da Borgonha, vinculado ao Conselho Regional da Borgonha. Ambos estão sediados na cidade de Dijon e seu funcionamento é integrado, com equipes interdisciplinares. O Conselho Regional da Borgonha trabalha com planejamento para 10 anos e o



programa vigente é o de 2005 a 2015. Tem um presidente e 15 vice-presidentes, todos eleitos, além de 09 comissões regionais que atuam em diferentes segmentos, entre eles o de turismo<sup>242</sup>.

O turismo tem um significativo apelo gastronômico regional associado, herança do processo construído nas primeiras décadas do século XX, conforme anteriormente apresentado. Entre os pratos típicos, a Borgonha oferece uma ampla gama, com destaque ao *beuf bourguignon*, o *escargot* e o *fondue bourguignone*, apenas para citar alguns. A região é conhecida também pela sua produção de mostarda e pelo licor de cassis, exportados para todo o mundo. Outra cadeia que se expande a passos largos é a da produção biodinâmica, que apresenta nos rótulos apenas a designação “bio”. Estes produtos visam valorizar cada vez mais o espaço de produção agrícola, com técnicas menos degradantes do solo, da água e dos trabalhadores em si, e existem restaurantes e lojas inteiras de produtos oriundos desse sistema de produção. Pode-se dizer que a região é a vanguarda mundial desse sistema de produção, que iniciou pelos vinhedos e hoje abrange praticamente todos os tipos de produtos produzidos na região.

Conforme citado, a Borgonha exportou seu modelo de confrarias para o mundo inteiro a partir dos *Chevaliers du Tastevin*, que se encarregou de fortalecer os produtos vinícolas da região em diferentes países do mundo, mas sempre destinados à elite e considerados produtos de luxo no mundo inteiro. Seus processos de patrimonialização permanecem, sobretudo, ligados à cadeia agroalimentar e seu repertório identitário claramente evidencia o controle do território pelos fatores de produção, pelas AOC e pelo seu folclore, que permite a divisão territorial da Borgonha em relação às demais regiões francesas. A Borgonha é reconhecida por ser a região “mais fechada” da França e casos de xenofobia não são raros nessa região, aparecendo diariamente em jornais locais e televisão, porém, quase sempre escondidos na hermenêutica do debate sobre a “identidade nacional”.

Concentra ainda diversas instituições de renome internacional no âmbito da pesquisa como a *Chaire Unesco Culture e Traditions du Vin*, que pesquisa diferentes aspectos da vitivinicultura mundial e que oportunizou este estágio doutoral, além do

---

<sup>242</sup> Detalhes em <<http://www.region-bourgogne.fr>>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

Centro de Ciências do Gosto e da Alimentação, que se refere à pesquisa em toda a cadeia agroalimentar. Ambos são vinculados à Universidade da Borgonha.

A Borgonha ilustra muito bem a associação da vitivinicultura, da gastronomia e outros produtos com o regional, “o típico”. Essas características sempre buscadas no turismo, ao mesmo tempo em que expõem o controle do território, se apresentam como possibilidades de reprodução social e econômica. Pode-se dizer que o discurso regional e territorial nessa região é recorrente, semelhante à ideia do povo que busca se transformar naquilo que acredita ser, o que se poderia associar ao conjunto de imigrantes italianos desterritorializados e reterritorializados no RS. Essa análise da Borgonha, ainda que tenha sido feita a partir de uma inserção de apenas 04 meses, permitiu reconhecer algumas características comuns na formação regionalista, especialmente no conjunto da formação territorial, da associação do poder com a promoção territorial, da patrimonialização e do turismo como agentes sociais, econômicos e políticos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objeto de estudo analisar as implicações entre o desenvolvimento da vitivinicultura e do turismo nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi. O período analisado foi dos anos 1870, a partir da chegada das primeiras levas de imigrantes italianos, até os anos 1960, que foi um período de diversificação e expansão da produção vinícola, além da exposição de produtos e ampliação da turistificação dos municípios estudados. A pretensão inicial do trabalho era de analisar até a atualidade, porém, reconhecidas as implicações operacionais da tarefa, como a disponibilidade de tempo e amplitude da escala temporal, além das transformações espaciais posteriores no espaço analisado, optou-se por finalizar o trabalho nos anos 1960, deixando-se essa lacuna para trabalhos posteriores.

A perspectiva do turismo aqui apreendida não se limitou a considerá-lo como um dos subprodutos ulteriores ao processo capitalista, em que a ênfase dada é ao *homo economicus*. Do contrário, buscou-se apreendê-lo também nas esferas do sociocultural e espacial, no sentido de apontar que sua compreensão pode avançar nessas esferas e apontar para a necessidade de novas abordagens na relação espacial do turismo. Evidentemente que, sem negar os avanços advindos do processo capitalista, considerou-se o turismo como uma atividade submetida às suas possibilidades técnicas cada vez maiores e facilitadoras. O que se quer dizer é que a apreensão do turismo não pode limitar-se à leitura de sua prática e, nesse sentido, ganha corpo a afirmação de que é uma atividade humana e espacial complexa, que não se limita ao conjunto origem-ligação-destino proposta por algumas abordagens. Pode-se sugerir que os efeitos pré-viagem e pós-viagem integram o fenômeno, além das implicações espaciais e as ações de seus agentes no processo de turistificação do espaço.

Da mesma maneira, como o turismo se trata de uma manifestação que tem diversas implicações e, nesse contexto, emergem as espaciais como proposta, a compreensão do espaço como um eterno “fazer-se”, nos termos de Massey (2008), revela-se promissora, uma vez que o que permite a consciência espacial é a possibilidade do *cogito*, da tomada de consciência de indivíduos e sujeitos. A possibilidade de avanços teórico-metodológicos nesse contexto é desafiadora e pode-se dizer que poucos trabalhos posicionaram o sujeito turístico como cerne na análise de alguma realidade turística. Isso permite dizer que, antes de ser uma limitação no campo de estudos do turismo, é uma possibilidade que tanto a geografia quanto a comunicação podem aportar pelo fato de terem uma epísteme consolidada. O turismo, por sua vez, permite abordagens interdisciplinares agregadoras pelas suas diversas dinâmicas, que se dão nas esferas do econômico, sociocultural, ambiental, político, institucional, comunicacional, entre outras. Nesse sentido, no presente trabalho, buscou-se uma aproximação ao paradigma da complexidade de Edgar Morin, que permite a união dos saberes, com o princípio da incerteza do conhecimento e da impossibilidade do conhecimento do homem total.

Neste momento, é oportuno retomar as questões de pesquisa propostas inicialmente. A primeira questão colocada foi a seguinte: *quais as variáveis que teriam convergido para a eleição do vinho como produto cultural, identitário e turístico da área de estudos?*

Foi visto que os imigrantes italianos, inseridos numa política estatal que visava à produção e ao fornecimento de alimentos aos emergentes núcleos urbanos e à substituição da mão-de-obra escrava cafeeira e açucareira no contexto paulista e brasileiro, foram assentados tendo por base a policultura agrícola, ainda que a maioria desses imigrantes não fosse agricultores. A imigração também foi reflexo do que ocorreu num contexto europeu de expansão capitalista, de fome e miséria, de expropriação e exportação de sua população carente. O norte italiano, de onde é originária a imensa maioria dos imigrantes, tem uma vitivinicultura milenar legada pela expansão do Império Romano na Europa. A relação desses imigrantes com o vinho era natural, isto é, o vinho era integrante da mesa, assim como o pão, porém, a história do vinho, desde o Egito e Grécia, sempre reservou lugares e momentos de celebração, de consumo de vinhos “melhores e piores”, de vinhos nobres e vinhos ordinários. Havia também a influência da igreja pelos rituais da liturgia Cristã. Contudo, conforme exposto, a vitivinicultura brasileira foi iniciada muito tempo antes

da chegada dos imigrantes italianos, porém, a expansão comercial do vinho se deu após a chegada deles.

O vinho, na medida em que teve sua produção ampliada nas primeiras décadas do século XX, serviu de elemento de distinção social, posto que ocupa desde a Idade Antiga nas diversas sociedades. No entanto, a pergunta que se faz é: não poderia ter sido eleito o milho, o trigo ou outro produto no contexto da diversidade agrícola da colônia? A hipótese que deriva é a de que não poderia, pois, somente o vinho conjugava os valores admitidos pela coletividade de imigrantes estabelecidos. Essa questão poderia ser reforçada, também, pela intencionalidade paulista em adotar a vitivinicultura, de forma paralela à cafeicultura, como elemento de fixação do colono italiano naquele contexto, conforme apontou Romero (2004). O milho era um produto importante na produção agrícola, mas remetia aos tempos difíceis de fome e pobreza na Itália, bem como quando da chegada dos imigrantes italianos ao Brasil. O trigo, conforme exposto, apresentava no pão o símbolo das durações da vida, o pão de cada dia, conotação mantida até a atualidade. Os demais produtos tampouco foram elementos de identificação da coletividade. Pode-se depreender que, o governo do Estado, alicerçado nesse pressuposto, começou a fomentar a atividade vitivinícola regional e, especialmente, em Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul, isso se evidenciou de forma mais intensa. Subsidiou a colônia de meios técnicos para o fomento das diferentes atividades, mas com dispêndio maior à vitivinicultura, dada a criação de estações experimentais, escolas, contratação de especialistas estrangeiros nessa área, importação de mudas de videiras, apoios festivos para exposição de toda a produção, mas sempre tendo à frente o vinho, conforme apontou a análise dos documentos.

As primeiras famílias de colonos que haviam acumulado mais recursos pelas vias do comércio estabeleceram as primeiras indústrias privadas do vinho como os Eberle, Peterlongo, Mosele, Salton entre tantos outros. Estas primeiras indústrias foram convidadas pelo Estado para expor a sua produção nos eventos agroindustriais da época, como a Exposição Industrial de Porto Alegre em 1901, em que somente de Caxias do Sul, 30 expositores de vinhos participaram. Posteriormente, em 1913, teve lugar em Garibaldi, a primeira Exposição de Uvas, com premiações aos melhores produtores. Outros eventos foram somados ao contexto do vinho e, mais tarde, a comemoração maior se deu com a Festa da Uva a

partir de 1931, evento que abriu espaço para as primeiras manifestações turísticas mais expressivas, gerando atratividade e promoção territorial.

A eleição do vinho como produto cultural, identitário e mais tarde turístico, se poderia inferir que, foi resultado de uma conjugação de variáveis, que envolveram tanto fatores oriundos de incentivos estatais, quanto da elite econômica inicial que se formava. No entanto, se poderia considerar que o vinho foi um elemento de diferenciação social. Ele permitiu, somado a outros fatores, a fixação do imigrante italiano nesses municípios e se destacou na medida em que foi o elemento de reterritorialização e identificação social da coletividade de imigrantes e descendentes. Contraditoriamente, foi o elemento de distinção em relação às outras etnias e outras regiões que compuseram o Estado, conformando um poder em que foi projetado trabalho, energia e informação (RAFFESTIN, 1993), e sendo usado como instrumento de poder, no que se poderia denominar de território do vinho.

Na medida em que o vinho foi se consolidando como produto e como elemento de diferenciação, os dados sugerem que ele passou a gerar atratividade a partir de ações intencionais de seus agentes. O turismo de veraneio era praticado de forma espontânea e não a partir de um planejamento municipal/regional, mas condicionado à oferta de hotéis e facilidades de transporte. Essa modalidade de turismo perdeu espaço para a região litorânea, se consolidando nela posteriormente. A Festa da Uva, pode-se dizer que foi a porta da frente para o turismo na RCI, mostrando a produção, patrimonializando o vinho e abrindo espaço para o turismo propriamente dito. O território foi, assim, (trans)formado a partir de um conjunto de fatores de identidade/identificação social, que segundo Haesbaert (1999), é definida fundamentalmente através do território. Os elementos materializados no espaço, como os eventos e os monumentos ligados ao vinho e que foram vetores da turistificação desse espaço, antes de serem meros ornamentos, remetiam/remetem a um passado (des)territorializado, a Itália que ficou para trás, mas, que em sentido lato, teria legado à essa população tudo o que ela tinha ou era. Conforme exposto, se a civilização romana era conhecida por ser a civilização do pão, do vinho e do óleo, porque os imigrantes e seus descendentes não poderiam ser também, uma vez que em seu novo território estavam presentes esses elementos? A exceção a esses três elementos foi o óleo, no entanto, não foram poucos os registros de tentativas de aclimação de oliveiras nas estações experimentais, conforme apontaram os documentos analisados.

Essa contextualização remete à segunda questão de pesquisa que se propôs a investigar *como o turismo teria concorrido para a des(construção)/reconstrução da identidade vitivinícola no curso do espaço e do tempo definidos para o estudo?*

A territorialização do patrimônio engendrada pelas lideranças intelectuais, políticas ou econômicas carregava consigo o princípio da escassez e da exclusividade na produção vitivinícola, afinal, esses municípios concentravam praticamente a produção brasileira de vinhos e derivados. Esse caráter de exclusividade somado ao caráter festivo dos eventos como a FENAVINHO concorreu à compreensão de que eles tenham motivado as primeiras levas de turistas à região. O turismo, pela sua dinâmica espacial, endossou as práticas internas dos agentes da turistificação, nesse caso industriais e políticos não necessariamente ligados ao contexto vitivinícola.

Contrariamente à região vinícola da Borgonha, onde os mitos e heróis locais foram inventados como parte da formação de seu regionalismo e a gastronomia tinha o propósito de fixar o agricultor ao campo, no território do vinho, o mito e o herói se misturaram na figura do próprio colono italiano. Esse colono tinha entre seus valores, representações materiais e imateriais. Esses valores, pode-se dizer, estavam/estão representados pelos elementos patrimonializados como a pipa pórtico, nos somados à representação religiosa como a igreja feita com vinho em Bento Gonçalves e, também, nos imateriais inventados como os símbolos municipais, hinos, brasão e bandeira, em que os diversos valores se fundem. O fenômeno turístico, ancorado na patrimonialização da vitivinicultura, abriu caminho para a própria turistificação desse espaço, em sentido hologramático, uma vez que, nos primeiros eventos realizados até a década de 1960, quando foi realizada a FENAVINHO, não havia estrutura turística instalada para esse fim. Isso corrobora a asserção de Knafou (2001) de que o turista gera turismo. Ainda que os eventos tenham sido organizados com o propósito de atrair turistas e gerar turismo, o turismo era apenas uma probabilidade, uma possibilidade.

Os agentes da vitivinicultura no espaço analisado, ao abrirem a possibilidade para as manifestações turísticas, abriram espaço para uma nova coexistência espacial, que poderia, hipoteticamente, dissociar a identidade vitivinícola. Conforme citado, o turismo tem implicações espaciais e por isso, pode ser tanto um vetor de integração quanto de desintegração territorial, permanecendo essas possibilidades

submetidas aos agentes do processo de turistificação. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que o vinho foi posto como âncora do processo de turistificação e uma série de produtos materiais/imateriais oriundos das atividades coexistentes foram associadas a ele, paralelamente, esses mesmos agentes podem ter aberto a possibilidade para o esvaziamento do sentido identitário local/regional do vinho, especialmente por atuarem em prol de interesses próprios ou das cadeias produtivas nas quais estiveram inseridos. No entanto, não se quer afirmar que isso tenha ocorrido no tempo/espaço analisado, especialmente porque, até os anos 1960, o vinho ainda permanecia como elemento de diferenciação econômica e distinção social. Contudo, a partir daqui pode-se abrir uma possibilidade para estudos futuros, uma vez que a vitivinicultura perdeu espaço no cenário econômico desses municípios a partir dos anos 1980, mas continuou como vetor de patrimonialização.

Assim, se poderia dizer que o turismo teve este papel, tanto de construção e admissão da identidade social vitivinícola pelo seu caráter do “olhar de fora”, quanto de abertura à possibilidade de outras coexistências espaciais como a metalurgia, a indústria moveleira, entre outras. Pode-se considerar, também, que o turismo abriu espaço para a sua própria dinâmica em si, que mais tarde foi ancorada a outros produtos, como passeios e itinerários organizados e planejados a partir da burocratização e oficialização da atividade.

A terceira questão de pesquisa proposta foi a seguinte: *que elementos apontam para um uso político do patrimônio ligado ao vinho? Que variáveis sinalizam para a patrimonialização territorial e turistificação da área de estudos?* Evidentemente que as questões aqui propostas estão interligadas e nesse sentido, pode-se dizer que o patrimônio comporta em si o vetor político, conforme proposto por Laferté (2002).

A organização dos eventos, as lideranças regionais dos órgãos de fomento da vitivinicultura e os braços estatais, entre eles o *Touring Club*, comportaram claramente o vetor político, mesmo que muitas vezes os agentes possam nem ter se dado conta de que fizeram parte do processo, de alguma norma ditada por centros de controle, comando, ou mesmo por forças descentralizadas e policêntricas, como ocorreu após a burocratização da vitivinicultura e mais tarde do Turismo.

A visibilidade e promoção territorial permitida pelos eventos ligados ao vinho faziam com que eles fossem concorridos. O Estado, que mantinha uma relação dialógica com os colonos, com o Sindicato do Vinho e com os industriais, se



posicionou sempre favoravelmente ao lado do poder tanto político quanto (principalmente) econômico. Essa dinâmica ficou mais evidente na década de 1930 com a regulamentação e as exigências impostas à indústria, mas de forma aliada ao capital privado, penalizando as cooperativas. Assim, pode-se dizer que o patrimônio, independente de ser admitido ou não pela coletividade, carrega o vetor político em si, uma vez que ele representa “os eleitos”. No mesmo sentido, a patrimonialização territorial ganha sentido quando apreendida a partir das relações de poder estabelecidas, e os elementos que apontam para a patrimonialização territorial no espaço estudado, se poderia inferir que foram, principalmente, políticos. Essa população era necessária ao Estado e havia diversas questões pelas quais ele deveria zelar. A primeira delas era garantir a fixação ao território e, depois, atender aos seus interesses como a produção de alimentos, entre outros. Posteriormente, na segunda fase da vitivinicultura, a patrimonialização teve como objetivos a revitalização do setor, da mesma maneira que a FENAVINHO, nos anos 1960, pois o setor estava constantemente em crise. Estes eventos foram acompanhados de iniciativas folclóricas, carregadas de sentido, mas ainda assim, a análise sugere que elas atendiam a interesses de ordem política, como condição de sustentação política.

Em relação à turistificação, o papel político maior coube ao conjunto dos agentes sociais, à elite regional, aos intelectuais e aos detentores de interesses que vislumbraram nele a possibilidade de dar voz às ações locais e, conforme citado, mostrar as novas cadeias produtivas que emergiam. Esses elementos permitem deduzir que não foi um processo arquitetado como o da região da Borgonha, porém, os ideais nacionalistas também respingavam regional e localmente de distintas formas, entre elas o turismo. Se poderia dizer que o turismo foi um agente do regionalismo e do nacionalismo, considerando a interesalaridade, as verticalidades e horizontalidades em que as dinâmicas ocorriam.

O presente estudo não se encerra em si e, distante de quaisquer pretensões absolutas do conhecimento, pode-se dizer que ele atendeu aos objetivos propostos e contribuiu teórica e empiricamente para o conhecimento. Dentre as contribuições teóricas pode-se dizer que a possibilidade de compreensão do espaço turístico a partir do sujeito turístico mostra-se promissora, o entanto, novos aportes são necessários como os que a comunicação ou a própria geografia poderão aportar. A abordagem da patrimonialização territorial visando a turistificação também se mostra

como possibilidade de estudos, uma vez que ela tem sido abordada em contextos do agronegócio e da administração que, muitas vezes, ignoram o fenômeno turístico, ainda que comumente ele seja parte do processo, como ocorre no contexto Europeu.

Dentre as contribuições empíricas, acredita-se que o estudo oferece possibilidades de outras leituras desse espaço geográfico, ao comportar o fator espacial, a interescalearidade e ao estudar uma parte da história do turismo no Rio Grande do Sul. No mesmo sentido, o resgate de boa parte da documentação referente ao turismo e a vitivinicultura pode abrir espaço para novas pesquisas e novas possibilidades de interpretação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANACH DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA 1892. Oitavo Anno. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1891.

ALRUTZ, Franz. **Primeiro esquema de zoneamento agrário do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CDE, 1964.

ANTUNES, Duminiense P. **Documentário Histórico de Caxias do Sul Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização**. Caxias do Sul: Artegráfica, 1950.

**ANUÁRIO DA PRODUÇÃO AGRO-PECUÁRIA**. Departamento Estadual de Estatística: Porto Alegre, 1960.

AMODIO, Teresa. **Turismo e Território**. In: BENCARDINO, Filipo; PREZIOSO, Maria. Geografia del turismo. Milano: Mcgraw, 2007.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARBOSA, Icarlym M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. Paris: Puf, 2009.

BARRETO, L. P. **A Arte de fabricar o Vinho: Manual do Vinicultor Brasileiro**. São Paulo: Editora da Revista Agrícola, 1900.

BARQUERO, Antonio V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Saint-Armand: CPI Bussière, 2009.

BENI, Mário C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BEUX, Armindo. **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Econômico: a dimensão simbólica da dominação**. São Paulo: Papirus, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 de maio de 1996.

BRUBAKER, Rogers. Au-delà de l'identité. **RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES**, 2001. Actes... Disponível em: <<http://www.cairn.info>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2009.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n. 13, 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>>. Acesso em 30 de julho de 2010.

BUTLER, R.W. **The concept of a tourist area cycle of evolution, implications to management of resources**. Canadian; Canadian Geographer, v.24, n.1, p. 5-12, 1980.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 2003.

CASAROTO FILHO, Nelson.; PIRES, Luis H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista de competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. **A geografia do espaço turístico como compreensão complexa da comunicação**. 2004. 333f., Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **O lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico**: uma viagem complexa que ainda continua.... Rosa dos Ventos, América do Norte, 1, Set. 2010. Disponível em: <<https://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/359/298>>. Acesso em 10 de agosto de 2011.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875 – 1925. Volume II. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

CORRÊA, Roberto L. *Espaço*: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná E. de GOMES, Paulo César da C. CORRÊA, Roberto L. (Org). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 15 - 48.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

CLAVAL, Paul. **Géographie régionale**: de la région au territoire. Paris, Armand Colin, 2006.

CLAVAL, P.. O Território na transição Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, 1996. América do Norte, 1, set. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>>. Acesso em: 23 Set. 2011.

CRUZ, Rita de C. A. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007).

CSERGO, Julia. *A emergência das cozinhas regionais*. In: FLANDRIN, J. L; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 806 – 824.

DE BONI, Luis A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos no RS**. Porto Alegre: EST, 1979.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O anti-édipo. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DE PARIS, Assunta. **Memórias**: Bento Gonçalves – 109 anos. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, 1999.

DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques des identités. **Annales de géographie**. Paris: Armand Colin, Vol. 13, p. 339-362, 2004.

\_\_\_\_\_. Patrimoine e territoire, une parenté conceptuelle. In: **Espaces et Sociétés**. Paris: L'Harmattan, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Les territoires du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1996.

\_\_\_\_\_. Processus de patrimonialisation et construction des territoires. COLLOQUE PATRIMOINE E INDUSTRIE EN POITOU-CHARENTES: connaître pour valoriser. Poitiers – Châtelleraut: France, 2007.

DE BONI, Luis Alberto. **Bento Gonçalves era assim**. Bento Gonçalves: FERVI/EST 1985.

ECO, Humberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FAGGION, Carmen M. Bilinguismo e cultura. **Conjectura**, v. 11, n. 1, p. 123-139. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

FALCADE, Ivanira; MANDELLI, Francisco. **Vale dos Vinhedos**: caracterização geográfica da região. Caxias do Sul: Educs, 1999.

FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial**: a paisagem vitícola como símbolo das indicações geográficas de vinhos Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011, Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de

Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

FAURE, Juliette. **Le Marais**: organisation du cadre bâti. Paris: L'Harmattan, 1998.

FÁVERO, Ivane M. R. **Planejamento Municipal do turismo para o desenvolvimento (sustentável)**: Um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

FERRAS, Robert. La géographie régionale. In: BAILLY, Antoine. Et al. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris, Armand Colin, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FLANDRIN, J. L; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANÇOIS Hugues; HIRCZAK Maud; SENIL Nicolas. Territoire et patrimoine: la co-construction d'une dynamique et de ses ressources. **Revue d'économie régionale et urbaine**, Paris n°5, 2006.

FRATUCCI, Aguinaldo C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008, 309f. Tese (Doutorado em geografia). Instituto de geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FRÉMONT, Armand. **La région**: espace vécu. Paris: Flammarion, 1999.

FROSI, Vitalina M.; MIORANZA, Ciro. **Dialetos italianos**: um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**: influência alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARRIER, Gilbert. **Histoire sociale et culturelle du vin**. Rodesa: Larousse, 2008.

GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: De Boni, L. A.(Org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

\_\_\_\_\_. **As Sombras do Littorio**: O fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994

\_\_\_\_\_. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H. GONZAGA, Sergius. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fazendeiros e colonos**: a difícil união. Coletânea CCHA – Cultura e Saber – História. Caxias do Sul, n. 2, v. 3, p. 50- 62, Dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Identidade: região e valores. In: GIRON, Loraine S; RADÜNZ, Roberto (Orgs.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 39- 60.

\_\_\_\_\_. **80 anos de lutas 1929-2009**: a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vitivinícola gaúcho. Porto Alegre, RS: SESCOOP/RS, 2009.

GOBBATO, Celeste. **Manual do viti-vinicultor brasileiro**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia, 1922.

\_\_\_\_\_. O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D.; LIMA, Mário de A. (Orgs.). **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 401- 424.

GOIDANICH, Oswaldo. A saga do turismo no Rio Grande do Sul. In: FLORES, Hilda Agnes H. (Org.). **Turismo no Rio Grande do Sul**: 50 anos de pioneirismo no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 7 – 101.

GOTTSELIG; Carlos W. **Grande Album de Montenegro**. Montenegro: RS, 1933.



GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 49- 76.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAVARI-BARBAS, Maria. **Le “sang” et le “sol”**: le patrimoine, facteur d'appartenance à un territoire urbain. Le territoire, lien ou frontière? Paris, Université d'Angers, 1995.

GUIA OFICIAL DE TURISMO DA VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1943.

GUIA DE TURISMO RODOVIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL PARA 1951. Porto Alegre: Publicitária Rio Grandense, 1951.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**. Ano I, nº. 1. 1999. p. 15-39. Disponível em <<http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeni. CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDRICH, Álvaro L. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, nº 25, p. 63-75, 1999.

\_\_\_\_\_. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEINICH, Nathalie. **La fabrique du patrimoine**: de la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009.

HERÉDIA, Vânia B. M. **Processo de Industrialização da zona italiana**: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 1997.

\_\_\_\_\_. **A economia imigrante no desenvolvimento regional**. In: GIRON, Loraine S; RADÜNZ, Roberto (Org.). Imigração e cultura. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 89-100.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael R. **Dois pioneiros da comunicação no Rio Grande do Sul**: Oswaldo Goidanich e Roberto Eduardo Xavier. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

HOURCADE, Bernard. La recomposition des identités et des territoires en Iran islamique. **Annales de géographie**. Paris: Armand Colin, Vol. 13, p. 511-530, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Cadastro Vinícola**. IBRAVIN/MAPA/SEAPPA-RS: Bento Gonçalves, 2011. Disponível em <<http://www.ibravin.org.br/cadastroviticola.php?secao=1&m2=true>>. Acessado em 20 de julho de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil município por município/cidades**. Região Sul: cidades, 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em 21 de julho de 2011.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO VINHO. **Estatutos e Regimento Geral**. Porto Alegre: Tipografia Thurmann, 1942.

JACQUET, Olivier. **Un siècle de construction du vignoble bourguignon**: les organisations vitivinicoles de 1884 aux AOC. Dijon: EUD, 2009.

KNAFOU, Remy *et al.* Um approche géographique du tourisme. **L'Espace géographique**. Tomo 26, n° 3, 1997, p. 193 – 204.

\_\_\_\_\_. *Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo*. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

KNAFOU, Remy. L'invention Du lieu touristique: La passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. **Revue de géographie alpina**, vol. 79, ,nº 04, p. 11-19, 1991. Disponível em <<https://www.persee.fr>>. Acessado em 17 de outubro de 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2001.

LAFERTÉ, Gilles. La production d'identités territoriales à usage commercial dans l'entre-deux-guerres en Bourgogne. **Cahiers d'économie et sociologie rurales – CNRS**. Ivry, n. 62, p. 66-95, 2002.

LAFERTÉ, Gilles. **La Bourgogne e ses vins: image d'origine contrôlée**. Paris: Belin, 2006.

LANDEL Pierre A. Invention de patrimoines et construction des territoires. COLLOQUE RESSOURCE TERRITORIALE. Le Pradel, Mirabel, **Actes...** Le Pradel, Mirabel, 2004, p. 1-19.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: JZ, 2002.

LAVENIR, Catherine B. **La roue et le stylo: comment nous sommes devenus touristes**. Paris: Editions Odile Jacob, 1999.

LAZZAROTTI, Olivier. Tourisme et patrimoine: ad augusta per angustia. **Annales de géographie**, Paris: Armand Colin, nº 629. p. 91-110, 2003.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOBO, Eulália M. L. **História político-administrativa da agricultura brasileira 1808 – 1889**. Rio de Janeiro: FGV/EIAP, 1980.

LUCHESE, T. CAPRARA, B. **Bento Gonçalves história e memória**: distrito do Vale dos Vinhedos. Porto Alegre: Fundação Casa das Artes, 2001.

LYOTARD, Jean. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MATTOS, D. L. de. **Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiaí**. São Paulo: USP: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1958.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: por uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília: Mintur, 2007.

MOESCH, Marutschka M. **Epistemologia social do turismo**. 2004. 502f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: SENAC, 2008.

MONTEIRO, Kattani M. N. **Um Italiano irrequieto em contexto revolucionário**: um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul – 1912-1924. 2001 Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2001.

MORAES, A.C.R. COSTA, W. M. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORIN, Edgar. **O método 4**. As idéias: a sua natureza, vida habitat e organização. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

\_\_\_\_\_. **O método 3**: o conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001a.

\_\_\_\_\_. **O método 2**: a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2001b.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

\_\_\_\_\_. **O método 5**. A humanidade da humanidade: a identidade humana. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

NOMM, Henri. Régions, nations. In: Bailly, Antoine et al. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 2001.

OLIVIEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional 2010**: recuperación a diferentes velocidades. Madrid: España, 2011. Disponível em: <[http://85.62.13.114/media/news/sp/press\\_det.php?id=7331&idioma=S](http://85.62.13.114/media/news/sp/press_det.php?id=7331&idioma=S)>. Acessado em 07 de fevereiro de 2011.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PAZ, Ivoni Nöir; BALDISSEROTTO, Isabel. **A estação do vinho**: história da estação experimental de viticultura e enologia – EEVE- (1921-1990). Caxias do sul: EDUCS, 1997.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D.; LIMA, Mário de A. (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 33-64.

PESAVENTO, Sandra J. **O imigrante na política rio-grandense**. In: LANDO, Aldair *et al.* RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra J. **RS**: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PHILLIPS, Rod. **Uma breve história do vinho**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PICENA, Antônio. **São Roque Vitícola**: Edição Comemorativa da Festa da Uva de 1938. Jundiaí: O Popular, 1938.

POSENATO, Júlio. A arquitetura residencial rural norte-italiana e a da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: De Boni, L. A.(Org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

RABUSKE, Arthur. **Padre Antonio Sepp**: o gênio das reduções Guaranis. São Leopoldo, Unisinos, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Litec, 1980.

RAFFESTIN, Claude; BARAMPAMA, Angelo. Espace et pouvoir. IN: BAILLY, Antoine *et al.* **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 2001. p. 63-70.

REVEL, Jaques. **Jeux d'échelles**: la micro-analyse à l'expérience. Paris: Gallimard Le Seuil, Hautes Études, 1996.

RIBEIRO, Cleodes M. P. J. **Festa e identidade**: como se fez a festa da uva. Caxias do Sul: Educs, 2002.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Jimy. **Subsídios para a história da uva e do vinho**. Caxias do Sul: monografia, 1972. Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul.

ROMERO, Lia Alejandra B. **A vitivinicultura do Estado de São Paulo (1880 – 1950)**. 2004. 233f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) Instituto de Economia – Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D.; LIMA, Mário de A. (Orgs.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 75-104.

SACK, Robert. **Human territoriality**: it's theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**: 1820-182. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SANTOS, José V. T. Dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do Turismo**: estudo de suas causas primeiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

\_\_\_\_\_. O Turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). In: **CULTUR**: Revista de Cultura e Turismo. Ano 2, nº2, 2008. p. 102-115. Disponível em <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao3/artigo6.pdf>> Acesso em 24 de agosto de 2011.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHLÜTER, Regina. **El turismo em Argentina**: del balneario al campo. Buenos Aires: Ciet, 2001.

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

SILVA, Lúcia O. **Terras Devolutas e Latifúndio**: Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

SOUSA, Julio S. Inglês de. **A cultura da videira**. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

\_\_\_\_\_. **Origens do vinhedo paulista**. Prefeitura Municipal de Jundiaí: Jundiaí, 1959.

\_\_\_\_\_. **Uvas para o Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SOUZA, Flávio A. de. **Mudanças promovidas no setor vitivinícola do Rio Grande do Sul pela inserção de profissionais especializados nas áreas de viticultura e enologia**. 2005. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Gabriel S. de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: <<https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acessado em 15 de Dezembro de 2010.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da Geografia**. In: SILVA, A. e GALENO, A. (org.). **Geografia**: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 181-208.



TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e desenvolvimento regional**: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do sul: EDUCS, 2009.

TONIETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificações: vinhos da indicação de procedência Vale dos Vinhedos. In: LAGARES, Lea; LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano. (Orgs.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: Sebrae, 2005.

TURRI, Eugênio. **La conoscenza del territorio**: Metodologia per un'analisi storico-geografica. Venezia: Marsilio Editori, 2002.

URRY, John. **O Olhar do turista**: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1999.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus**: uma identidade para imigrantes e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a.

VALDUGA, Vander. Enoturismo: o caso do APL Vale dos Vinhedos. In: BALDISSERA, Rudimar; ARAUJO, Margarete P. (Orgs.). CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., Novo Hamburgo, RS: **Anais...** Novo Hamburgo: Feevale, 2005. P. 179 – 196.

\_\_\_\_\_. **O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos**. 151f. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

\_\_\_\_\_. Do modelo sistêmico linear turístico ao da unitas-multiplex: uma análise crítica da corrente sistêmica e suas limitações no campo turístico. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 5., 2008b. Caxias do Sul, **Anais...** Disponível em <[http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/semin\\_tur/arquivos/gt05-08.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/semin_tur/arquivos/gt05-08.pdf)>. Acesso em 23 de fevereiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Uma história do vinho no Brasil. In: POSSAMAI, Ana M. de P.; PECCINI, Rosana. (Orgs.). **Turismo, história e gastronomia**: uma viagem pelos sabores. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. p. 115 - 126.

VERA, J. Fernando. (Org). **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997.

VESCHAMBRE, Vincent. **Patrimoine**: un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociales. *Annales de géographie*, n° 656. Paris: Armand Colin, 2007. p. 361- 381.

YAZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.

YASOSHIMA, José R.; OLIVEIRA, Nadja da S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, Mirian. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 17 - 40.

## **ARQUIVOS E MUSEUS**

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre  
Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi  
Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves  
Arquivo Histórico Municipal João Spadar Adami, Caxias do Sul  
Museu do Imigrante, Bento Gonçalves

**LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO 01</b> - Reprodução do Extrato do <i>Touring Club</i> do RS.....	212
<b>ANEXO 02</b> - Formulário de solicitação das condições das estradas estaduais.....	213
<b>ANEXO 03</b> - Material da Semana da Pátria enviado aos municípios.....	214
<b>ANEXO 04</b> - Reprodução parcial do Circuito da Boa Vizinhança.....	215
<b>ANEXO 05</b> - Esquema de zoneamento agrário do RS – fruticultura.....	216
<b>ANEXO 06</b> - Lei executiva nº 60/57 que cria o Conselho Municipal de Turismo de Garibaldi.....	217
<b>ANEXO 07</b> - Informativo Turístico de Garibaldi – 1958.....	218
<b>ANEXO 08</b> - Cartaz de divulgação dos festejos comemorativos ao 75º aniversário de Bento Gonçalves em 1965.....	219

ANEXO 01 - Reprodução do Extrato do *Touring Club* do RS

# EXTRATO DOS ESTATUTOS DO TOURING CLUB do Rio Grande do Sul

## CAPITULO I

### SUAS FINALIDADES

Art. 1.º — O Touring Club do Rio Grande do Sul (Sociedade Rio-Grandense de Turismo), com sede na cidade de Porto Alegre, foi fundado em 21 de Março de 1935 e tem por fim:

§ 1.º — Promover o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul, sob todas as suas formas, ocupando-se de todos os assuntos que possam concorrer para o seu progresso. A Sociedade extenderá sua atividade sobre todo o territorio do Estado, promovendo e patrocinando excursões e competições desportivas, que venham auxiliar o desenvolvimento do turismo em geral. Para isso organizará, por sua conta, ou de empresas comerciais de turismo, viagens ou passeios aos pontos pitorescos do Estado, Brasil ou Extranjeiro.

§ 2.º — Facultar aos seus associados informações e vantagens que facilitem as viagens, e todas as indicações necessarias, de forma a torna-las uteis, agradaveis e interessantes.

§ 3.º — Promover, junto aos poderes publicos, a construção de estradas de rodagens de interesse geral, abertura e conservação de caminhos, dando acesso a pontos pitorescos do Estado.

§ 4.º — Incentivar o desenvolvimento dos meios de locomoção, procurando conseguir a introdução de melhoramentos e aperfeiçoamentos em todos eles.

§ 5.º — Promover a propaganda de todas as regiões do Rio Grande do Sul, incentivá-la nos demais Estados e no Extranjeiro, e manter, logo que os recursos da Sociedade permitirem, escritórios de informações nas principais cidades do Estado.

§ 6.º — Promover junto ás empresas nacionais de navegação marítima, fluvial e aérea, de estradas de ferro, de automóveis, de hotéis, e outras, a obtenção para seus associados, de concessões que estimulem as viagens e estadias.

§ 7.º — Velar, em todo o Estado, pela boa conservação das estradas de rodagem e caminhos, e pela conservação das belezas naturais e historicas, mantendo, tanto quanto possivel, as tradições locais sem prejuizo do progresso em geral.

§ 8.º — Promover festas, celebrações, solenidades e cerimoniaes, para o fim de manter ou lembrar as tradições e costumes antigos do povo riograndense.

§ 9.º — Promover a obtenção de leis, decretos e regulamentos que tenham por fim uniformizar e facilitar o trafego de automóveis entre os municípios e outros Estados.

§ 10.º — Providenciar junto ás autoridades competentes para a obtenção de facilidades para a entrada e saída de automóveis em viagens de recreio, quer dos municípios, quer dos outros Estados ou extranjeiro.

## CAPITULO II

### SEUS MEIOS

Art. 2.º — Para chegar á realização de suas finalidades, o Touring Club do Rio Grande do Sul usará dos seguintes meios:

§ 1.º — Discussão e resoluções em sessão da Diretoria.

§ 2.º — Publicação de uma revista, órgão oficial da Sociedade, distribuida aos socios e ao publico, contendo informações concernentes ao turismo, que será enviada aos demais Estados do Brasil e ao extranjeiro, para propaganda do Rio Grande do Sul.

§ 3.º — Publicações de trabalhos proveitosos ao turismo como sejam guias, roteiros itinerarios, mapas e plantas.

§ 4.º — Nomeação de delegados ou representantes da Sociedade, encarregados de fornecer aos turistas todas as informações necessarias.

§ 5.º — Correspondencia ativa e permuta de publicações com associações congêneres no Brasil e no Extranjeiro, podendo filiar-se ao Touring Club do Brasil, á Aliança Internacional de Turismo e a outras entidades de turismo internacional.

Art. 3.º — Preenchendo as finalidades expressas no art. 1.º e seus paragrafos, o Touring Club do Rio Grande do Sul promoverá, para os seus socios, segundo as possibilidades decorrentes do numero de matrícula no seu quadro social, o seguinte:

§ 1.º — A regularização de multas, matrículas, obtenção de licença dos automóveis e das garages particulares, transferencias de garages, etc.

§ 2.º — Abatimentos especiais nas empresas de transportes, restaurantes, hotéis e estabelecimentos comerciais em geral, bem como nos fornecedores de materiais para automóveis, lubrificantes e combustiveis.

§ 3.º — O entendimento com as autoridades dos diversos municípios e Estados do Brasil para resolver satisfatoriamente os incidentes surgidos entre estes e os socios no uso de seus automóveis.

§ 4.º — Socorros medicos nas cidades ou nas estradas, quando se verificar qualquer acidente durante uma excursão que tenha sido promovida pela Sociedade.

§ 5.º — Socorro ao automóvel que tenha sofrido acidente em qualquer ponto da cidade ou fóra. A Sociedade apenas se encarregará de facilitar esses socorros, correndo as despesas por conta do proprietario do carro que terá, naturalmente, o abatimento que os postos de socorro concederem ao Touring.

§ 6.º — A nomeação, em cada cidade, de socios delegados, que serão de preferencia os garagistas ou negociantes de automóveis e accessorios, em condições de atender e assistir aos associados no que necessitem, bem como oferecer redução nos preços dos artigos de seu ramo de negocio.


§ 7.º — Assistencia judiciaria ao socio que dela precisar em virtude de acidente verificado no uso de seu automóvel, por si ou por seu motorista.

§ 8.º — Organização de um serviço permanente de inspeção de estradas de rodagem, chamando a atenção das autoridades para o seu estado de conservação, organizando, outrossim, mapas e dados informativos para seus associados.

§ 9.º — Auxilio ás autoridades oficiais para a sinalização das estradas e regulamentação do trafego.

§ 10.º — Quaisquer outros serviços que importem beneficios aos socios, bem como referentes ao turismo em geral no Estado e fóra dele.

## ANEXO 02 - Formulário de solicitação das condições das estradas estaduais


**TOURING CLUB DO BRASIL**  
 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO)  
 SECÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL  
 Filiado à Aliança Internacional de Turismo e Socio Alivo da Federação Sul Americana de Turismo  
 Edifício Majestic — Andradas 736 — Telefone 6717 — Caixa Postal 330 — Porto Alegre  
**DEPARTAMENTO RODOVIARIO**

MUNICIPIO DE .....

Informações sobre a Estrada de Rodagem ..... que, partindo de  
 termina em ..... com a extensão de .....

E' esta extensão certa ou aproximada? ..... Qual é em geral a natureza do terreno desta estrada?  
 E' esta estrada própria para o transito de automoveis em todo o seu percurso?  
 Quaes os trechos maus e que dificuldade offerecem para o transito de autos? .....

.....

Existem rampas fortes? ..... Onde? .....

.....

Quaes as condições desta estrada no inverno? ..... E no verão? ..... Tomando como ponto de partida  
 o acima determinado, poderia dizer, para evitar qualquer confusão, quaes os entroncamentos que ficam á direita e os que fi-  
 cam á esquerda do viajante? .....

.....

E' esta estrada cruzada por alguma outra? ..... Em qual ponto e por qual estrada?  
 Quaes as cidades, villas, povoados ou nucleos  
 por onde passa esta estrada? .....

E' .....

E' ella cruzada pela estrada de ferro? ..... Onde?  
 Qual a estação mais proxima da Viação Ferrea e qual sua distancia desta estrada?  
 Quaes as pontes e sobre que rios ou arroios se acham localizadas? .....

.....

Estão estas pontes em bom estado? .....

Ha serviços de balsas ou barcas para a passagem de autos? ..... Onde? .....

Queira ennumerar os passos vadeaveis em qualquer estação do anno: .....

Os que não o são no inverno: .....

Quaes os hotéis ou pousos existentes ao longo da estrada? .....

Os postos para abastecimento de gasolina e peças para autos onde são localizados? .....

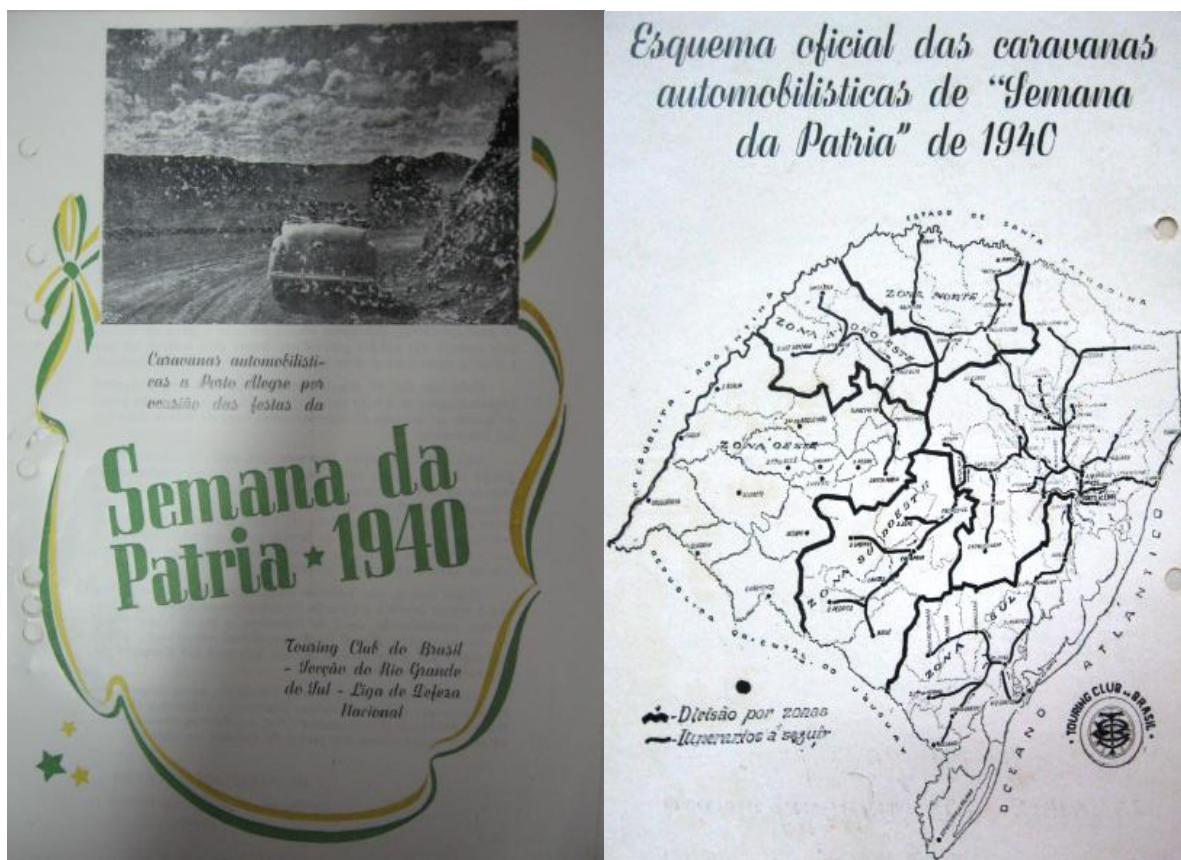
Queira ennumerar as linhas regulares de autos existentes nesta estrada: .....

A' quem está affecta a conservação desta estrada? .....

SCHAPIER 7096

Fonte: AHMG, caixa 44. Reprodução do autor

## ANEXO 03 - Material da Semana da Pátria enviado aos municípios



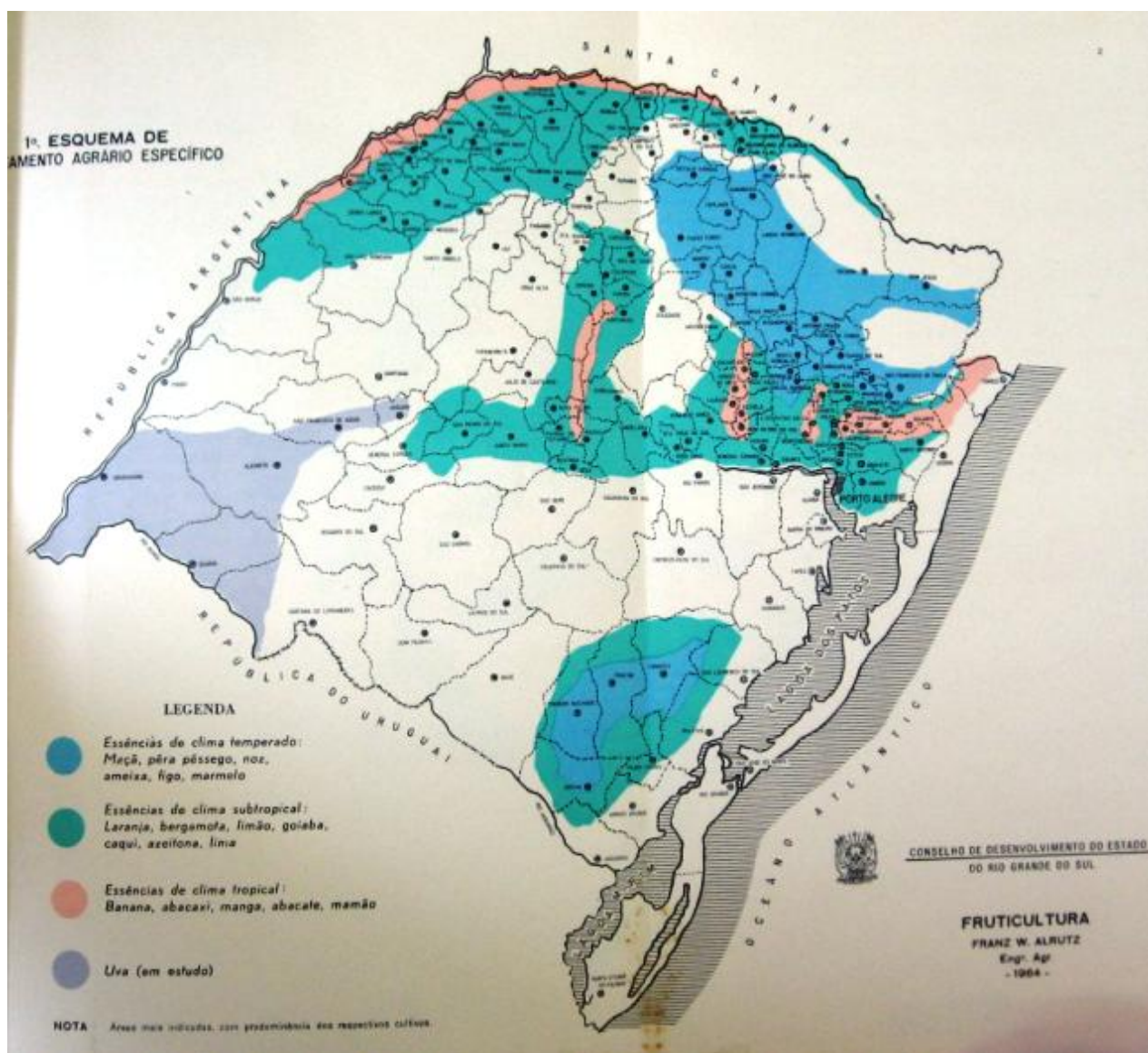
Fonte: AHMJSA - 01.02, Secretaria do gabinete/serviços/turismo. Reprodução parcial do autor.

ANEXO 04 - Reprodução parcial do Circuito da Boa Vizinhança



Fonte: Jornal Correio da Manhã, 31 de março de 1940. Acervo do AHMJS. Reprodução parcial do autor

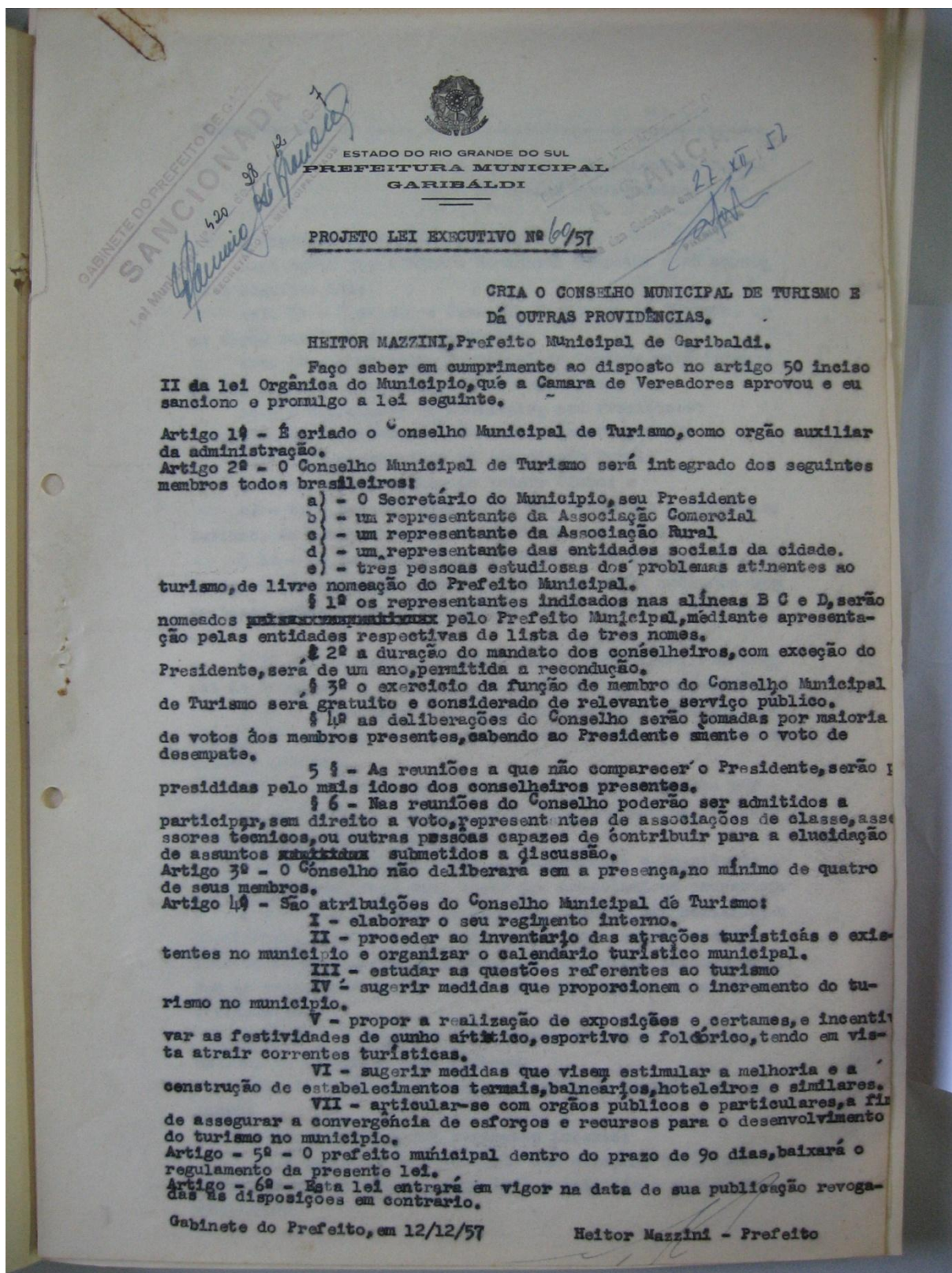
## ANEXO 5 - Esquema de zoneamento agrário do RS – fruticultura



Fonte: Alrutz (1964). Reprodução do autor.

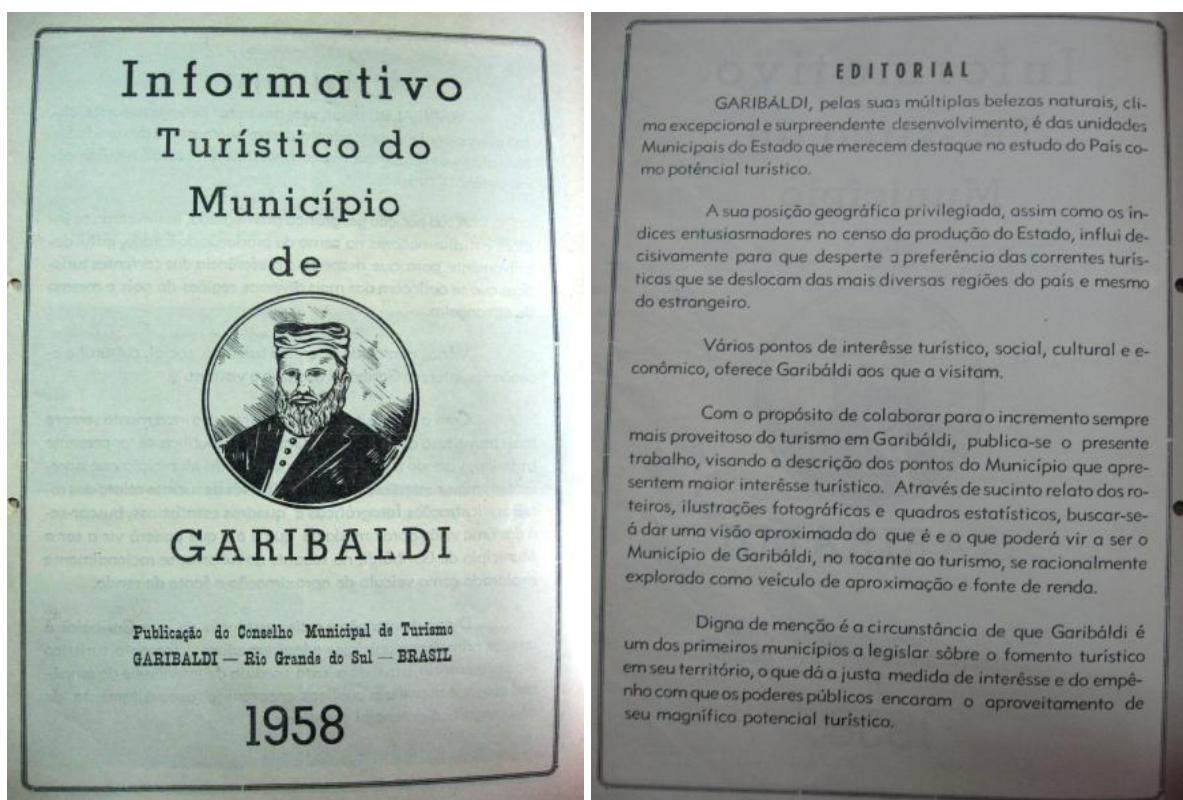


## ANEXO 06 - Lei executiva nº 60/57 que cria o Conselho Municipal de Turismo de Garibaldi



Fonte: AHMG, caixa: Projeto – Lei/Justificativas. Reprodução do autor.


## ANEXO 07- Informativo Turístico de Garibaldi – 1958



Fonte: Acervo do AHMG. Reprodução parcial do autor.

**ANEXO 8 - Cartaz de divulgação dos festejos comemorativos ao 75º aniversário de Bento Gonçalves em 1965**

**PREFEITURA MUNICIPAL**



**DE BENTO GONÇALVES**

**e Comissão Municipal de Turismo**

**Programa dos festejos comemorativos à passagem do 75.º aniversário do Município**

**1990**

**Outubro 3 - Domingo** - Finalistas do Torneio de Basquete Torneio de Futebol menor Torneio de Futebol varziano.

**Outubro 9 - Sábado**  
As 16 horas - Inauguração do Museu Histórico e Exposição de Trabalhos Esportivos sobre o município.  
Local: Sede do IJBE.

As 20,30 horas - Apresentação dos Orfeões escolares sob a regência da Prof.ª Luíza Brack.

As 29 horas - Local: Praça São Miguel.

**Outubro 10**

As 9,30 horas - Missas no cemitério municipal, em memória dos primeiros habitantes do município.

As 10,30 horas - Lançamento da pedra fundamental dos parquês destinados à 1.ª **FESTA NACIONAL DO VINHO**.

Local: Parque Flanêbio.

As 15 horas - Dedicatória da Festa Escoteira do Colégio S. Carlos de Caxias de Sul, como homenagem ao Jubileu de Diamante do município e ao 50.º aniversário da cidade ao Rio Grande do Sul de Congregação das Irmãs de S. Carlos.

As 15,30 horas - **Competições desportivas:**  
Clube Lajeadeira e Clube Esportivo Bento Gonçalves, pelo campeonato da 1.ª Divisão de Profissionais. - Experimento do Torneio de Basquete. - Início da Copa DIAMANTE, nas diversas categorias, no interior e cidade.

As 18 horas - Recepção às autoridades e convidados especiais. Jantar íntimo aos mesmos.

As 19 horas - Banquete pelo Band do 1.º Reg. de Infantaria, em São Roque.

**1965**

As 19,30 horas - Alinhava dos JOGOS DA INIMIGADA, no estádio do E. C. Serrano, no 3.º Estádio Ferroviário, com a apresentação de Bento Gonçalves do Colégio S. Carlos, de Caxias de Sul - Homenagens para o transporte de passageiros.

As 23 horas - Baile das Debautantes, no Clube Aliança, em homenagem ao município.

**Dia 11 de outubro - Dia do Município**

As 6 horas - Alinhava - Bandos de dança - Regatas de remo - Samba de São Carlos - Passada do Bandos Alameda Viçosa e Santa Cecilia.

As 8 horas - Homenagem dos parquês Nacional e Biogonçalves, no parque agrícola, na Cidade Alta.

As 11,15 horas - Missas Campesin, na Cidade Alta, celebrada pela Associação do Espírito de Caxias de Sul.

As 9,30 horas - Dedicatória desportiva, com a participação do 1.º Batalhão Ferroviário e outras unidades do Exército Nacional, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, estabelecimentos da empresa industrial e entidades desportivas. Local: Rua Visconde São Gabriel.

As 12 horas - Alinhava oferecida às autoridades e convidados especiais.

As 14 horas - Apresentação da Conjunção Policial Imersional, - Audição do Band do 1.º e 1.ª de Santa Maria de N. Sr. do Rosário do Porto Alegre, no Estádio do Esportivo.

As 18 horas - Arranjo dos Parquês Nacional e Biogonçalves.

As 20 horas - Quarta de Jogos de amador Apresentação do Conjunto Folclórico Imersional, no Pavilhão do Mar. - Apresentação dos Jogos da Primavera.

De 14 a 17 de outubro - Festividade comemorativa ao 25.º aniversário da instalação neste cidade, do Colégio N. Sr. Apóstolos.

De 28 a 31 de outubro - Férias as festividades serão arributadas pelas bandas do 1.º e 1.ª, Anjojo Viçosa e Santa Cecilia de Foz de Lemeo.

**Em fevereiro de 1967: 1.ª Festa Nacional do Vinho e Exposição Agro-Industrial**

Fonte: AHMG, caixa 178, 1965. Reprodução do autor